



Finanças dos Municípios

Capixabas

Ano 13 • 2007

Sumário

Notas metodológicas	4
Panorama das finanças dos municípios capixabas em 2005	6
<i>Receita</i>	6
<i>Despesa</i>	7
<i>Resultado orçamentário e situação de caixa</i>	8
ISS	22
IPTU	28
ITBI	32
Taxas	36
Transferências	42
QPM-ICMS	43
FPM	50
Receita da dívida ativa	54
Saldo Fundef e o novo Fundeb	58
Royalties	61
Pessoal	62
Custeio	70
Investimentos	74
Encargos e amortizações da dívida	78
Despesa com câmaras municipais	82
Educação	86
Saúde	92
Impactos do PAC no Espírito Santo	98
<i>Entrevista com Maria Fernanda Ramos e Antônio Carlos Ferreira</i>	
Os municípios e a proposta de reforma tributária	102
<i>Pedro José de Almeida Firme</i>	
O controle de convênios e a trajetória da Auditoria Geral no Estado do Espírito Santo	104
<i>Sebastião Carlos Ranna de Macedo</i>	
IPTU e ISS: a importância dos impostos municipais e de sua gestão	108
<i>Maurício César Duque</i>	
A Lei do Saneamento, a Cesan e os municípios	114
<i>Paulo Ruy Valim Carnelli</i>	
A integração na gestão tributária municipal e o Confaz-M	116
<i>João Guerino Balestrassi</i>	
O Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo e o controle dos recursos públicos	117
<i>Matéria institucional</i>	



Rua Dr. Eurico Aguiar, 888, sl. 504 - Vitória - ES
CEP 29056-200 - Tels.: (27) 3235-7841/3235-7546
E-mail: aequus@aequus.com.br

Finanças dos Municípios Capixabas / organização de
Alberto J. M. Borges e Tânia M. C. Villela.
v13 (2007). Vitória, ES: Aequus Consultoria, 2007

CDU: 336.1

Diretor: Alberto Jorge Mendes Borges
Editora técnica e coordenadora: Tânia Mara Cursino Villela
Equipe técnica: Adriano do Carmo Santos; Marta Luiza Cursino Villela
Jornalista: Aline Diniz
Revisão: José Maria Trazzi
Editoração e projeto gráfico: Bios Editoração - Tel.: (27) 3222-0645
Capa: Cristina Xavier
Ilustração: José Paulo Ferrer (Zepa)
Impressão: Bandeirantes Indústria Gráfica

Visite o site www.financasdosmunicipios.com.br

Copyright by Aequus Consultoria S/S Ltda.

Proibida a reprodução total ou parcial da mesma sem a autorização dos titulares.

Apresentação

Há 13 anos, os agentes políticos, o setor produtivo e diversos segmentos da sociedade civil organizada do Espírito Santo têm na revista “Finanças dos Municípios Capixabas” uma importante ferramenta de consulta para tomada de decisões. Decisões que podem mudar as características de uma região e o cotidiano dos moradores de uma cidade. Decisões que estimulam ações, diversificam os negócios, trazem mais alternativas de renda, desenvolvimento social e crescimento econômico.

O histórico dos índices financeiros dos municípios capixabas, que este anuário nos apresenta todos os anos, agora vem acrescido de duas novas fontes de informações que vão contribuir no acompanhamento dos gastos em saúde e educação com mais critério. Nas próximas páginas, além de uma radiografia financeira das cidades, vamos entender como os investimentos dos três níveis de governo, na área de saúde pública, chegam à população. Vamos poder observar os recursos aplicados na educação e os reais resultados. Estão nas esferas municipais as maiores cobranças pelos serviços mais urgentes e essenciais à população.

Uma das prioridades do nosso mandato de senador é a reformulação do pacto federativo. Há um consenso sobre a necessidade de fazer do nosso país uma república federalista, conforme prevê a Constituição, concedendo maior autonomia legislativa e financeira aos estados e municípios. Embora a Carta Magna de 88 tenha avançado significativamente nessa matéria, e até inovado corajosamente, reconhecendo os municípios como entes federados, a repartição de competências e de recursos necessita ainda de aprimoramentos para que possamos exercer o federalismo de

forma efetiva. Precisamos dar aos municípios a capacidade de gerir suas demandas.

A centralização de poderes em nosso país é uma herança histórica, ainda que amenizada em determinados ciclos. Nossa geração tem o dever de dar continuidade ao processo de descentralização financeira e organização dos poderes constituídos. Pode-se dizer que há um hiato entre o federalismo político e a centralização tributária quando a União assume grande parcela da arrecadação de tributos para repassá-la, sob condições, aos estados e aos municípios. Isso poderia até se justificar num passado recente, diante do caos financeiro, inflação galopante e fragilidade das instituições, agora, com o Brasil apresentando estabilidade econômica, finanças saneadas e instituições fortalecidas, temos de continuar nossas reformas.

Mobilizar a sociedade e trabalhar na mudança da Constituição para aperfeiçoar o federalismo, redistribuindo para estados e municípios maior volume de recursos tributários e parcela das competências legislativas concentradas na União. Neste contexto apresenta-se a contribuição deste anuário que disserta sobre as finanças municipais.

Em 1995, na função de governador em exercício do Estado do Espírito Santo, tive a oportunidade de participar do lançamento do primeiro número do periódico. Alegro-me de constatar que, após 13 anos, a revista “Finanças dos Municípios Capixabas” tenha ocupado o seu espaço no mundo dos negócios editoriais e adquirido a confiança do empreendedor privado, das lideranças políticas e do povo capixaba.

Renato Casagrande
Senador e Líder do PSB
no Senado Federal



Usina Nuclear de
Angra dos Reis
Brasil



Segunda Ponte
sobre o Rio Orinoco
Venezuela



Hidrelétrica
de Capanda
Angola



American
Airlines Arena
EUA



Barragem
de Alqueva
Portugal

ALTA TECNOLOGIA A SERVIÇO DO DESENVOLVIMENTO

Há mais de 60 anos, a Construtora Norberto Odebrecht constrói infra-estruturas que contribuem para o desenvolvimento dos países em que opera. Essa atuação se dá nos mais variados setores da engenharia, como energia, transporte, empreendimentos imobiliários, plantas industriais, saneamento, petróleo e gás, entre outros.

No Brasil e em outros países da América do Sul, ou mesmo em outros continentes, o compromisso em fazer o melhor, trabalhando em sinergia com as diferentes culturas, faz da Odebrecht uma empresa local onde quer que esteja presente.

Cada novo projeto concluído representa novas experiências, conhecimentos e sólidas parcerias. Significa, acima de tudo, a certeza de contribuir para o desenvolvimento e a integração de países, pessoas e culturas.

ODEBRECHT

www.odebrecht.com

Notas metodológicas

Agrupamento por mesorregiões

O anuário **Finanças dos Municípios Capixabas** apresenta os municípios nas tabelas sobre a evolução dos itens da receita e da despesa agrupados por mesorregiões. A divisão regional adotada é uma adaptação daquela definida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que consistiu na inclusão da Região Metropolitana, composta por seis municípios retirados da Mesorregião Central: Viana, Guarapari, Vitória, Cariacica, Serra e Vila Velha. Tal adaptação foi necessária devido ao comportamento diferenciado desses municípios, o que acabava por influenciar fortemente o desempenho do total da Mesorregião Central. Em cada mesorregião os municípios estão ordenados pelo tamanho populacional.

No “Quadro comparativo da receita e da despesa” e no “Quadro comparativo da receita e da despesa per capita” as mesorregiões e as microrregiões são apresentadas exatamente como definidas pelo IBGE e os municípios estão ordenados por ordem alfabética, em cada microrregião.

Índices de preços para atualização de valores

Todos os dados apresentados nesta edição foram atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com a finalidade de possibilitar a comparação entre diversos períodos.

Deduções do Fundef

Nos balanços orçamentários dos municípios do Espírito Santo, desde quando o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (Fundef) foi instituído, em 1998, até o ano de 2001, a sua contabilização se deu de forma que implicava uma dupla contagem dos recursos, acabando por superestimar as receitas e as despesas municipais.

Como se sabe, os municípios recebem recursos desse Fundo e também contribuem para ele (Lei nº 9.424, de 24/12/1996). Até 2001, no balanço orçamentário da receita, os recursos recebidos a título de Fundef eram contabilizados no item transferências correntes multigovernamentais. Os itens da receita municipal (FPM, QPM-ICMS, LC 87/96 e o IPI-exportação), dos quais são descontados 15% para compor o Fundo,

eram contabilizados por inteiro, ou seja, sem o desconto. No balanço orçamentário da despesa, os recursos destinados ao Fundef (15% daquelas receitas) eram registrados em transferências multigovernamentais.

Para eliminar a distorção causada pela dupla contagem dos recursos do Fundef na receita, os dados dos balanços municipais, de 1998 a 2001, foram ajustados, descontando-se tanto a receita do Fundef (dos balanços da receita) quanto a despesa com o Fundef (dos balanços da despesa), com o cuidado de se fazer o desconto também nas cabeças de contas (receita corrente, despesa corrente e demais subitens). Em seguida, foi considerado apenas o saldo entre receita e despesa de Fundef que foi somado na receita. As receitas de FPM, QPM-ICMS, LC 87/96 e IPI-exportação foram mantidas inteiras, ou seja, sem a dedução de 15%.

A partir de 2002, a Secretaria do Tesouro Nacional definiu, pela Portaria nº 328, de 27/08/2001, complementada e alterada pela Portaria nº 300, de 27/06/2002, que as deduções de 15% de cada uma daquelas receitas de transferências devem constar no balanço da receita. A receita de Fundef continua sendo contabilizada em transferências multigovernamentais. E no balanço da despesa foi definido que não poderia haver nenhuma referência ao Fundef, já que o valor relativo ao que o município despense com esse Fundo já está deduzido e demonstrado na receita.

Para publicar informações que pudessem ser comparáveis entre si e compatíveis com a série histórica, foi necessário ajustar os dados dos balanços dos municípios que não o haviam feito, realizando as devidas deduções.

Novas informações na edição de 2007

Na presente edição, foram acrescentadas duas novas seções que analisam o gasto municipal com as funções educação e saúde, desde 2002. Além das informações provenientes dos balanços municipais foram acrescentados, na educação, dados sobre o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), a Prova Brasil, e o número de matrículas, obtidos no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Na saúde estão sendo publicados indicadores sobre o gasto com saúde com recursos próprios e com recursos do Sistema Único de Saúde (SUS).

Desta forma, com a inclusão dos dados das duas maiores áreas do gasto municipal, ampliam-se as possibilidades de análise da despesa pública.

De braços abertos aos desafios do futuro

Pensando na discussão de temas de grande importância para a sociedade é que a Assembléia Legislativa criou as **Comissões Especiais**. Nelas são debatidos assuntos como petróleo e energias, granito e rochas ornamentais, logística, meio ambiente, transportes e muitos outros imprescindíveis ao desenvolvimento do Espírito Santo.

Isso porque onde tem perspectiva de crescimento, tem a Assembléia trabalhando para concretizar.

Assembléia Legislativa

De braços abertos à evolução.



Estado do Espírito Santo
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Panorama das finanças dos municípios capixabas em 2006

RECEITA

A receita dos municípios capixabas continuou crescendo aceleradamente em 2006 ao alcançar a cifra de R\$ 4,1 bilhões de reais, valor 17,8% maior que os R\$ 3,5 bilhões registrados em 2005, considerando-se os valores atualizados da inflação pelo IPCA médio de 2006.

O bom ritmo de expansão teve início em 2004, impulsionado, principalmente, pelos aumentos na arrecadação estadual do ICMS, seguido pelo excelente desempenho da receita tributária própria e pelo crescimento do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). O saldo positivo do Fundef também contribuiu para a excelente performance da receita no período 2004-2006.



Em 2006, o grande responsável pelo aumento na receita municipal foram as receitas tributárias próprias, com cresci-

mento de 18,8%, alcançando a cifra de R\$ 744,7 milhões. A causa desse ótimo desempenho foi, sem dúvida, a forte expansão do ISS, que cresce a taxas superiores a 20% ao ano, desde 2004. Deste modo, da receita adicional de R\$ 117,8 milhões na receita tributária, o ISS participou com R\$ 88,5 milhões, contribuindo mais para o aumento das receitas do que a QPM-ICMS e o FPM, em 2006.

A Quota-Parte Municipal na arrecadação estadual do ICMS, por sua vez, apresentou maior dinamismo nos anos de 2004 e 2005, desacelerando o ritmo de crescimento para 5,7% em 2006, quando foi transferido R\$ 1,270 bilhão. Tudo indica ter sido superada a fase mais intensa de expansão da arrecadação do ICMS, cuja evolução, de agora em diante, estará mais assentada no desempenho da economia capixaba. Mesmo assim, a QPM-ICMS, que adicionou R\$ 68 milhões na receita municipal, de acordo com os balanços municipais, continua sendo a principal fonte de recursos dos municípios capixabas.

O FPM contribuiu com R\$ 35,8 milhões de acréscimo na receita municipal. O total do FPM distribuído aos municípios capixabas foi de R\$ 619,4 milhões, pouco menos da metade do que receberam a título de ICMS. O aumento do FPM foi de 6,1% e está diretamente relacionado ao desempenho da arrecadação federal do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), uma vez que é constituído por uma parcela de 22,5% desses recursos.

Finalmente, o saldo ou ganho Fundef (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério), que se refere à diferença entre o valor das contribuições que os municípios realizam para esse Fundo e o valor que recebem dele, participou mais do aumento da receita total do que o FPM e a QPM-ICMS, em 2006. Através desse saldo, que foi positivo para os municípios em R\$ 250,9 milhões, foram adicionados R\$ 103,1 milhões em relação ao ano anterior.

Principais itens da receita 2005 e 2006

Item da receita	2005	2006	Variação 2006/2005	Participação no total	Diferença 2006 - 2005 Em mil reais
	Em mil reais médios de 2006 - IPCA				
Receita tributária	626.935,0	744.744,3	18,8%	18,2%	117.809,3
FPM	583.665,3	619.446,5	6,1%	15,1%	35.781,3
QPM-ICMS	1.202.131,6	1.270.254,9	5,7%	31,0%	68.123,3
Receitas de capital	94.249,0	195.211,2	107,1%	4,8%	100.962,3
Outras	648.221,9	821.655,2	26,8%	20,1%	173.433,3
SUS	174.639,7	195.183,1	11,8%	4,8%	20.543,4
Saldo Fundef	147.858,9	250.943,3	69,7%	6,1%	103.084,4
Receita total^a	3.477.701,3	4.097.438,7	17,8%	100,0%	619.737,4

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado (TCEES), ainda não apreciados em plenário. Nota: ^a receita total ajustada dos efeitos da conta Fundef (ver "Notas metodológicas", na página 4).

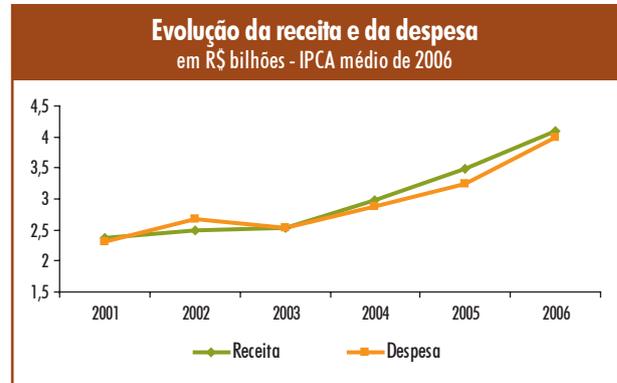
O aumento da receita total foi praticamente generalizado entre os municípios capixabas. Apenas nove municípios aumentaram suas receitas em percentuais abaixo de 7% ou mantiveram suas receitas nos mesmos patamares do ano anterior. Destes, os piores desempenhos foram os de Boa Esperança (-0,3%), Presidente Kennedy (0,1%) e Governador Lindenberg (2,8%). Os maiores aumentos na receita total foram os de Vila Pavão (45,7%), São José do Calçado (42,9%), Iconha (42%), Sooretama (34,8%), Jerônimo Monteiro (34,1%), Alfredo Chaves (33,8%) e Anchieta (31,1%). Observando os municípios com mais de 50 mil habitantes, coube destaque ao crescimento da receita da Serra (25,7%) e de Viana (25,4%).

O desempenho da receita dos grandes e pequenos municípios foi o mesmo. No grupo dos municípios com menos de 50 mil habitantes a receita cresceu 17,7% e no grupo daqueles com população acima de 50 mil o aumento foi de 17,9%.

Mas, apesar dos municípios continuarem a obter ganhos em suas receitas, permanece a forte disparidade da capacidade de atendimento das demandas da população entre eles. O indicador de receita per capita mostra que o maior valor, que pertence a Anchieta, com R\$ 3.194, ainda é 6,2 vezes maior que o menor valor, de Cariacica, com R\$ 514. Os municípios com as maiores receitas per capita e os menores são sempre os mesmos devido ao critério de distribuição das principais transferências constitucionais, o FPM e a QPM-ICMS, e à dinâmica da economia local.

DESPESA

O total da despesa dos municípios capixabas aumentou em 22,9%, ritmo mais acelerado do que o verificado na receita. Mesmo assim, a despesa total de R\$ 4 bilhões ficou um pouco abaixo do total da receita.

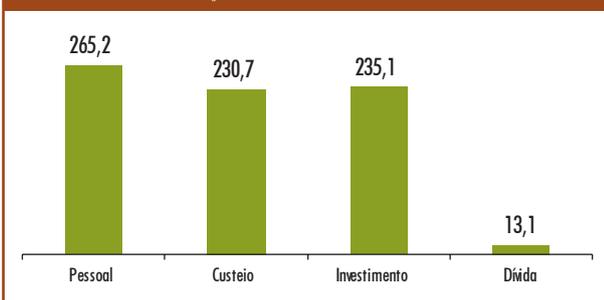


O item pessoal foi o que mais contribuiu para o aumento da despesa municipal. Em 2006 atingiu a cifra de R\$ 1,73 bilhão contra R\$ 1,47 bilhão, de 2005, o que significou um aumento de R\$ 265,2 milhões no total da despesa. O gasto com pessoal cresceu mais que a receita corrente dos municípios, fazendo com que sua participação nessa receita aumentasse um ponto percentual, passando de 43,4% para 44,4%, entre 2005 e 2006.

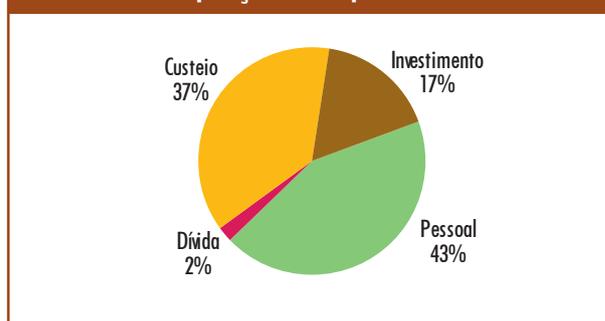
Os gastos com serviços de terceiros, material de consumo e outros custeios também aumentaram, em 18,3%, e adicionaram cerca de R\$ 230,7 milhões na despesa total de 2006.

Os investimentos, por sua vez, saltaram de R\$ 437,9 milhões, em 2005, para o patamar histórico de R\$ 673 milhões, em 2006, o que significou um aumento de 53,7% e um adicional de R\$ 235 milhões na despesa total. Esse movimento foi comandado pelos municípios maiores, especialmente por Vitória, Serra e Vila Velha. Destacam-se também as contribuições de Viana e Aracruz. A expansão dos investimentos municipais está relacionada ao bom desempenho das receitas, tanto das receitas correntes quanto das transferências voluntárias realizadas principalmente pelo governo estadual.

Volume de gasto adicional em cada item da despesa 2006/2005 em R\$ milhões - IPCA médio de 2006



Composição da despesa - 2006



Principais itens da despesa municipal - 2001-2006

Despesa	2001	2002	2003	2004	2005	2006	Variação 2006/2005	Participação na despesa total	
	Em mil reais médios de 2006 - IPCA							Em %	
Pessoal ^a	1.070.924,7	1.200.963,1	1.154.124,1	1.257.530,0	1.468.598,6	1.733.774,3	18,1	45,2	43,4
Custeio ^b	877.647,2	990.361,7	989.456,8	1.137.536,8	1.264.011,9	1.494.753,6	18,3	38,9	37,4
Investimentos ^c	320.828,8	431.471,6	326.031,7	417.488,5	437.862,0	672.956,7	53,7	13,5	16,9
Dívida ^d	47.593,0	59.995,1	61.307,5	64.313,6	76.740,8	89.875,4	17,1	2,4	2,3
Despesa total	2.316.993,8	2.682.791,4	2.530.920,2	2.876.868,9	3.247.213,3	3.991.360,0	22,9	100,0	100,0
Receita total^e	2.361.787,8	2.497.988,1	2.525.423,1	2.984.048,5	3.477.701,3	4.104.207,0	18,0	107,1	102,8
Resultado orçamentário^f	44.794,1	-184.803,3	-5.497,1	107.179,7	230.488,0	112.847,0	-51,0	-	-

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado (TCEES), ainda não apreciados em plenário. Notas: ^a inclui encargos, inativos, pensionistas e salário-família. ^b abrange toda a despesa corrente exceto os gastos com pessoal, encargos, inativos, pensionistas, salário-família e pagamentos de juros. ^c toda a despesa de capital exceto as amortizações da dívida. ^d encargos e amortizações da dívida. ^e receita total ajustada dos efeitos da conta Fundef (ver "Notas metodológicas", na página 4). ^f equivale à receita total menos a despesa total.

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO DE SITUAÇÃO DE CAIXA

O resultado orçamentário positivo de 2006, de R\$ 106 milhões, foi pouco menos da metade do registrado em 2005, voltando ao mesmo nível de 2004, quando correspondeu a 6,6% do conjunto das receitas municipais. Em 2006, essa taxa recuou para 2,6%, em função do crescimento mais acentuado da despesa (22,9%) em relação à receita (17,8%), em 2006.

Neste contexto, também caiu o número de municípios que registraram superávits orçamentários, de 64 para 57, e aumentou o número daqueles com déficits, de 14 para 21, entre 2005 e 2006.

Os três maiores superávits foram registrados em Vitória, com R\$ 27,5 milhões, Cariacica, com R\$ 25,8 milhões e Serra

com R\$ 11,9 milhões. Os demais superávits ficaram abaixo de R\$ 6 milhões. Em termos da importância do superávit na receita total, os maiores percentuais foram os de Cariacica (13,9%), Mucurici (11,5%), Águia Branca (11,4%), Iconha (11,3%), Alegre (10,6%) e Dores do Rio Preto (10,4%).

Os maiores déficits ficaram por conta de Baixo Guandu (- R\$ 4 milhões), Sooretama (- R\$ 2 milhões), São Domingos do Norte (- R\$ 1,8 milhão), Presidente Kennedy (- R\$ 1,5 milhão) e Governador Lindenberg (- R\$ 1,5 milhão). Em São Domingos do Norte e Baixo Guandu estão também as maiores participações do déficit na receita total, de 16,2% e 10,9%, respectivamente.

Entretanto, é importante comparar o resultado orçamentário com a disponibilidade de caixa (diferença entre ativos e passivos). Alguns municípios podem possuir um saldo financeiro positivo suficiente para cobrir eventual déficit orçamentário, o que, de certa forma, compensaria esse déficit.

É o caso de São Gabriel da Palha, cujo déficit orçamentário, em 2006, de R\$ 982 mil, estava coberto por um superávit financeiro de R\$ 3,5 milhões. Outro caso, que ilustra uma situação contrária, é o de Pedro Canário que, apesar de ter apresentado superávit orçamentário de R\$ 2 milhões, registrou déficit financeiro num valor superior, de R\$ 5,7 milhões.

Feitas as contas, chegam-se a nove municípios cujas finanças deverão passar por algum ajuste fiscal no exercício de 2007: Baixo Guandu, Sooretama, São Domingos do Norte, Governador Lindenberg, Ibatiba, Irupi, São Mateus, e Pedro Canário.

Podemos concluir, então, que a maioria dos municípios capixabas encerrou o ano de 2006 com uma situação orçamentária e financeira confortável ou equilibrada, contando com superávits, mesmo tendo ampliado as despesas, especialmente aquelas com pessoal e investimentos.

A disponibilidade de recursos em caixa total dos municípios capixabas está ainda maior que a do ano de 2005. O valor de R\$ 476,7 milhões, de 2006, é 49% maior que os R\$ 319,7

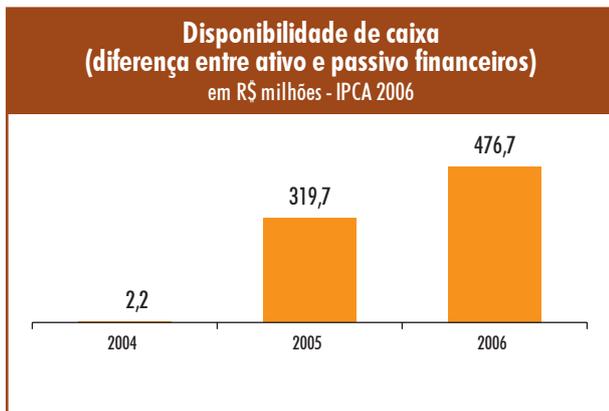
milhões, de 2005. O número de municípios que apresentaram valores negativos diminuiu de 15 para 12.

Os maiores superávits de caixa foram os de Vitória (R\$ 260 milhões), Aracruz (R\$ 33,7 milhões), Cariacica (R\$ 32,8 milhões), Serra (R\$ 25 milhões) e Anchieta (R\$ 14,5 milhões). Em A disponibilidade de caixa de Vitória representa mais da metade do total (54,5%) e o seu aumento explica a maior parte do acréscimo total.



Número de municípios com resultados orçamentários positivos e negativos - 1998-2006

	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
POSITIVOS	24	36	30	50	20	27	62	64	57
NEGATIVOS	53	41	47	28	58	51	16	14	21
TOTAL DE MUNICÍPIOS	77	77	77	78	78	78	78	78	78





Garantir boa Educação e cuidar bem da Saúde.

A administração de Vila Velha prioriza as ações sociais e tem no bem estar de sua população seu projeto mais importante, razão maior de seus investimentos.

Investimentos em Saúde.

Na área da Saúde, Vila Velha consegue fazer muito com pouco. O município recebe menos recursos que Serra e Vitória. Do total de seus investimentos, 71 % são recursos próprios, 27,5 % são federais e apenas 1,5 % são recursos repassados pelo governo estadual. Em 2006, os investimentos na Saúde em Vila Velha ultrapassaram 42 milhões, sendo que mais de 30 milhões de reais são recursos da prefeitura. Foram realizados 969.391 atendimentos odontológicos, 2.691 atendimentos psicológicos para alcoolismo e uso de drogas, 722.583 de saúde bucal e 12.738 ações de Vigilância Sanitária. Os procedimentos da atenção básica ampliada passaram de mais de 2 milhões e 300 mil. A nova Unidade de Saúde da Glória, com previsão de entrega em um ano, terá pronto atendimento médico e odontológico 24h.

Educação nota 10.

As unidades municipais de educação infantil e ensino fundamental de Vila Velha cresceram em qualidade e quantidade. Escolas foram construídas, reformadas e ampliadas com alto padrão de excelência. Em seis anos, a rede física passou de 49 para 86 unidades de ensino. Em 2001, o número de matrículas no ensino fundamental era de 16 mil, hoje são 38 mil alunos matriculados. Todos têm ensino de qualidade, atividades extracurriculares em esportes, cultura e artes. Os alunos também podem estudar uma segunda e terceira língua estrangeira, Espanhol ou Italiano. Os professores têm atividades de formação continuada e Plano de Cargos e Salários. Todos esses fatores somados criaram as condições para que os alunos da rede municipal de Vila Velha conquistassem o primeiro lugar geral da Grande Vitória na Prova Brasil, aplicada pelo MEC. E fizessem da Educação em Vila Velha uma referência para o Brasil e um modelo para o Espírito Santo.

Isso é governar para a população.

É trabalhando assim que Vila Velha se tornou a melhor cidade para se viver no Espírito Santo.



PREFEITURA MUNICIPAL
TRABALHANDO SÉRIO
POR UMA CIDADE MELHOR

Ouvidoria 0800 283 9059
www.vilavelha.es.gov.br



Receita total^a - 2001-2006

Regiões e municípios	2001	2002	2003	2004	2005	2006	Varição	Partic.	Rec. total ^a
	Em mil reais médios de 2006 - IPCA						2006/2005	rec. total ^a	per capita
							Em %	2006	2006
									Em reais
MS Noroeste	255.169,9	294.472,6	282.333,9	331.930,4	403.143,9	456.559,7	13,2	11,1	1.133,7
Alto Rio Novo	6.214,0	7.160,8	6.697,3	7.439,5	8.659,7	9.795,6	13,1	0,2	1.489,4
São Domingos do Norte	5.613,7	6.484,8	6.555,8	8.037,2	10.543,9	11.376,3	7,9	0,3	1.366,5
Vila Pavão	5.554,1	7.388,1	6.866,6	7.798,9	9.814,3	14.297,2	45,7	0,3	1.684,4
Águia Branca	9.043,8	9.003,0	8.362,2	10.328,0	12.255,3	13.742,0	12,1	0,3	1.456,3
Governador Lindenberg	5.092,0	8.049,9	6.912,5	10.877,2	13.787,0	14.173,0	2,8	0,3	1.409,3
Marilândia	7.694,5	9.562,3	8.056,8	10.306,6	12.038,6	14.896,6	23,7	0,4	1.404,8
Mantenópolis	9.548,4	10.080,4	9.929,5	10.869,7	13.042,7	15.065,1	15,5	0,4	1.379,7
Água Doce do Norte	9.822,8	9.906,9	9.056,9	9.989,3	12.303,9	14.678,3	19,3	0,4	1.147,8
Boa Esperança	8.409,7	10.629,3	11.360,1	14.379,4	16.439,0	16.390,5	-0,3	0,4	1.150,0
Vila Valério	11.883,5	10.835,5	10.688,6	13.329,8	15.712,1	16.927,9	7,7	0,4	1.176,9
Pancas	12.564,5	15.356,9	14.236,5	15.982,8	19.358,6	23.977,1	23,9	0,6	1.201,4
Ecoporanga	18.668,6	19.297,3	18.668,4	21.768,4	24.374,1	26.268,8	7,8	0,6	1.111,0
Baixo Guandu	26.874,2	23.889,4	25.820,3	29.130,3	35.456,8	36.650,2	3,4	0,9	1.293,5
São Gabriel da Palha	11.667,1	18.735,1	16.627,8	17.245,6	23.910,3	27.998,0	17,1	0,7	979,8
Barra de São Francisco	20.338,9	21.712,6	20.674,5	24.541,1	30.222,7	35.649,2	18,0	0,9	914,8
Nova Venécia	30.027,3	32.013,0	28.975,9	33.013,2	40.799,4	47.177,8	15,6	1,1	1.034,4
Colatina	56.152,6	74.367,4	72.844,0	86.984,5	104.425,5	117.496,2	12,5	2,9	1.051,1
MS Litoral Norte	405.774,7	462.592,3	474.353,2	561.623,6	662.389,7	773.529,1	16,8	18,9	1.533,5
Mucuri	5.862,7	9.018,8	7.528,1	8.317,4	9.878,5	12.486,6	26,4	0,3	1.993,4
Ponto Belo	5.287,2	9.417,2	5.620,0	6.972,1	11.074,9	11.491,8	3,8	0,3	1.764,2
Ibiraçu	9.976,8	14.457,6	10.049,4	12.174,2	14.726,6	16.692,7	13,4	0,4	1.561,8
Fundão	11.587,3	12.394,7	13.180,7	13.968,5	17.255,4	22.407,5	29,9	0,5	1.485,7
Montanha	10.814,5	16.661,6	14.437,6	16.586,9	19.729,6	23.855,0	20,9	0,6	1.435,3
João Neiva	13.604,3	15.594,2	16.353,7	18.857,9	21.359,0	25.101,7	17,5	0,6	1.507,3
Rio Bananal	18.070,1	15.672,3	14.798,2	16.083,1	20.729,2	22.512,2	8,6	0,5	1.325,3
Sooretama	12.539,9	14.331,6	13.388,8	14.976,2	18.419,0	24.836,8	34,8	0,6	1.166,7
Pinheiros	13.321,9	14.340,0	14.479,3	16.731,3	21.268,9	27.730,5	30,4	0,7	1.300,1
Jaguari	20.830,2	28.942,9	34.531,2	35.741,6	42.896,3	44.615,4	4,0	1,1	2.086,9
Pedro Canário	14.539,1	10.361,6	11.703,6	14.022,1	17.541,9	21.227,7	21,0	0,5	947,1
Conceição da Barra	21.793,1	22.177,1	25.151,2	26.601,7	31.802,0	34.930,3	9,8	0,9	1.179,8
Aracruz	101.406,5	112.411,4	109.496,5	143.504,8	161.749,1	192.917,1	19,3	4,7	2.619,1
São Mateus	59.555,2	72.307,1	74.977,6	88.456,4	100.219,3	114.037,3	13,8	2,8	1.107,6
Linhares	86.585,8	94.504,2	108.657,5	128.629,4	153.739,9	178.686,5	16,2	4,4	1.452,7
MS Central	241.545,3	260.762,8	250.255,0	298.942,4	354.812,6	431.773,9	21,7	10,5	1.337,4
São Roque do Canaã	8.066,7	8.347,5	7.523,9	8.466,1	10.361,8	12.432,4	20,0	0,3	1.125,3
Laranja da Terra	8.264,2	9.230,7	8.644,6	10.184,3	12.005,3	13.715,6	14,2	0,3	1.229,6
Conceição do Castelo	8.618,1	9.344,9	8.767,1	11.806,3	15.615,6	18.671,0	19,6	0,5	1.668,7
Itarana	8.657,2	8.587,1	8.509,4	9.847,4	11.628,4	15.180,9	30,6	0,4	1.245,7
Rio Novo do Sul	6.519,8	7.857,0	8.419,0	9.981,2	11.067,5	12.402,6	12,1	0,3	1.016,0
Iconha	8.298,2	9.163,7	10.945,0	12.358,8	13.572,0	19.277,6	42,0	0,5	1.548,7
Brejetuba	9.726,7	12.106,7	10.706,0	10.753,7	12.531,7	14.892,0	18,8	0,4	1.144,0
Santa Leopoldina	10.775,5	12.221,1	10.489,8	13.588,1	15.564,7	16.574,9	6,5	0,4	1.232,0
Marchal Floriano	12.466,6	14.405,4	13.094,1	15.372,2	16.884,5	20.593,0	22,0	0,5	1.454,5
Alfredo Chaves	9.038,8	10.362,0	8.910,9	10.833,4	12.778,9	17.093,9	33,8	0,4	1.192,7
Itaguaiçu	9.406,8	12.970,6	10.751,2	12.606,6	15.425,2	19.113,2	23,9	0,5	1.248,4
Plúma	10.553,4	12.651,0	11.091,0	12.925,7	16.973,7	20.428,9	20,4	0,5	1.069,9
Venda Nova do Imigrante	13.665,6	13.755,4	13.971,9	17.645,0	20.584,3	25.676,9	24,7	0,6	1.336,2
Santa Teresa	19.997,0	20.252,9	17.756,7	19.099,1	24.393,8	30.570,3	25,3	0,7	1.442,3
Anchieta	32.387,5	35.893,4	37.467,8	45.731,4	54.382,7	71.270,8	31,1	1,7	3.194,4
Santa Maria de Jetibá	20.569,3	20.777,9	23.032,6	26.513,2	30.828,8	33.607,8	9,0	0,8	1.023,3
Afonso Cláudio	20.831,5	20.379,2	18.965,5	22.536,3	25.910,0	29.902,4	15,4	0,7	884,8
Domingos Martins	23.702,3	22.456,2	21.208,5	28.693,6	34.303,7	40.369,6	17,7	1,0	1.191,8
Região Metropolitana	1.105.991,4	1.117.895,4	1.151.404,7	1.346.246,4	1.557.452,7	1.850.915,4	18,8	45,2	1.124,1
Viana	33.362,0	35.215,2	32.528,0	42.542,4	54.284,7	68.059,2	25,4	1,7	1.124,3
Guarapari	55.172,8	62.132,0	61.825,6	67.801,4	77.156,9	90.122,9	16,8	2,2	833,5
Vitória	506.953,8	485.462,2	505.486,5	600.150,4	657.742,9	763.580,2	16,1	18,6	2.408,1
Cariacica	109.739,4	118.399,8	111.764,4	130.637,1	157.337,5	185.463,2	17,9	4,5	513,7
Serra	234.629,8	235.091,7	241.641,2	284.098,5	356.200,0	447.797,6	25,7	10,9	1.135,5
Vila Velha	166.133,5	181.594,6	198.158,9	221.016,7	254.730,8	295.892,4	16,2	7,2	729,9
MS Sul	353.306,5	362.265,1	367.076,3	445.305,7	499.902,4	584.660,6	17,0	14,3	994,7
Divino de São Lourenço	4.527,3	4.733,0	4.872,9	5.958,0	6.788,7	8.274,0	21,9	0,2	1.545,4
Dores do Rio Preto	4.927,1	5.182,1	5.640,4	7.159,7	8.364,3	9.559,0	14,3	0,2	1.391,4
Apiaçá	6.926,9	7.471,4	6.836,0	7.444,2	9.340,6	9.943,4	6,5	0,2	1.231,7
Átilio Vivácqua	9.175,0	10.269,5	9.982,8	12.498,7	12.865,7	13.405,5	4,2	0,3	1.403,0
Presidente Kennedy	9.544,2	9.485,5	13.585,7	23.548,4	24.697,5	24.720,0	0,1	0,6	2.563,0
Bom Jesus do Norte	7.044,5	7.084,4	6.903,7	7.618,8	9.074,1	10.132,1	11,7	0,2	997,3
Ibitirama	5.437,1	7.229,4	7.867,7	8.661,8	10.304,5	12.245,8	18,8	0,3	1.181,9
São José do Calçado	10.074,4	10.224,4	10.170,7	12.070,9	12.715,6	18.165,8	42,9	0,4	1.700,4
Irupi	9.070,1	9.109,3	8.463,0	9.339,5	11.129,5	12.772,9	14,8	0,3	1.165,5
Jerônimo Monteiro	6.769,2	8.963,6	7.811,4	9.382,7	10.131,3	13.589,6	34,1	0,3	1.219,6
Muqui	8.995,9	10.080,4	10.024,0	11.748,6	13.281,1	15.172,1	14,2	0,4	1.106,8
Muniz Freire	12.630,7	15.363,6	13.007,2	15.169,7	17.844,6	23.165,7	29,8	0,6	1.197,6
Vargem Alta	14.622,4	15.186,2	15.583,6	17.996,3	21.921,0	25.023,7	14,2	0,6	1.217,7
Ibatiba	14.185,0	15.227,9	13.695,9	16.399,6	18.700,6	21.598,2	15,5	0,5	985,8
Mimoso do Sul	17.632,5	20.037,2	17.854,3	19.741,7	23.317,9	28.524,4	22,3	0,7	1.026,3
Guaçuí	15.582,2	18.176,5	16.985,5	20.408,9	21.390,9	26.205,0	22,5	0,6	932,6
Íluna	17.795,0	17.942,8	16.232,0	17.544,1	21.691,3	27.093,6	24,9	0,7	952,9
Alegre	17.293,2	17.718,4	24.008,8	27.821,9	28.655,3	35.531,1	24,0	0,9	1.087,6
Itapemirim	15.832,5	16.411,6	22.760,7	30.566,3	40.136,2	46.822,6	16,7	1,1	1.429,7
Castelo	26.358,6	23.236,6	21.821,6	27.932,4	32.444,3	35.469,8	9,3	0,9	1.011,9
Marataizes	13.663,0	15.323,0	14.937,6	17.267,4	20.733,8	25.334,4	22,2	0,6	694,2
Cachoero de Itapemirim	105.219,9	97.808,5	98.030,6	119.026,1	124.373,9	141.911,8	14,1	3,5	716,2
TOTAL	2.361.787,8	2.497.988,1	2.525.423,1	2.984.048,5	3.477.701,3	4.097.438,7	17,8	100,0	1.182,8

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), ainda não apreciados em plenário. Nota: ^a receita total ajustada dos efeitos do Fundef (ver "Notas metodológicas", na página 4).

Receita total

Posição	Municípios	Receita total ^a em reais
1º	Vitória	763.580.167
2º	Serra	447.797.578
3º	Vila Velha	295.892.378
4º	Aracruz	192.917.101
5º	Cariacica	185.463.215
6º	Linhares	178.686.477
7º	Cachoeiro de Itapemirim	141.911.792
8º	Colatina	117.496.159
9º	São Mateus	114.037.286
10º	Guarapari	90.122.881
11º	Anchieta	71.270.809
12º	Viana	68.059.203
13º	Nova Venécia	47.177.782
14º	Itapemirim	46.822.574
15º	Jaguaré	44.615.351
16º	Domingos Martins	40.369.576
17º	Baixo Guandu	36.650.188
18º	Barra de São Francisco	35.649.156
19º	Alegre	35.531.088
20º	Castelo	35.469.798
21º	Conceição da Barra	34.930.259
22º	Santa Maria de Jetibá	33.607.836
23º	Santa Teresa	30.570.261
24º	Afonso Cláudio	29.902.435
25º	Mimoso do Sul	28.524.401
26º	São Gabriel da Palha	27.998.001
27º	Pinheiros	27.730.526
28º	Iúna	27.093.639
29º	Ecoporanga	26.268.814
30º	Guaçuí	26.204.950
31º	Venda Nova do Imigrante	25.676.917
32º	Marataizes	25.334.433
33º	João Neiva	25.101.692
34º	Vargem Alta	25.023.742
35º	Sooretama	24.836.834
36º	Presidente Kennedy	24.719.984
37º	Pancas	23.977.055
38º	Montanha	23.854.986
39º	Muniz Freire	23.165.674
40º	Rio Bananal	22.512.235
41º	Fundão	22.407.545
42º	Ibatiba	21.598.220
43º	Pedro Canário	21.227.714
44º	Marechal Floriano	20.592.950
45º	Piúma	20.428.852
46º	Iconha	19.277.644
47º	Itaguaçu	19.113.227
48º	Conceição do Castelo	18.671.037
49º	São José do Calçado	18.165.824
50º	Alfredo Chaves	17.093.905
51º	Vila Valério	16.927.903
52º	Ibiraçu	16.692.750
53º	Santa Leopoldina	16.574.888
54º	Boa Esperança	16.390.549
55º	Itarana	15.180.854
56º	Muqui	15.172.055
57º	Mantemópolis	15.065.080
58º	Mariândia	14.896.584
59º	Brejetuba	14.892.023
60º	Água Doce do Norte	14.678.338
61º	Vila Pavão	14.297.157
62º	Governador Lindenberg	14.173.049
63º	Água Branca	13.741.956
64º	Laranja da Terra	13.715.648
65º	Jerônimo Monteiro	13.589.625
66º	Átilio Vivácqua	13.405.544
67º	Irupi	12.772.938
68º	Mucurici	12.486.576
69º	São Roque do Canaã	12.432.383
70º	Rio Novo do Sul	12.402.609
71º	Ibitirama	12.245.828
72º	Ponto Belo	11.491.790
73º	São Domingos do Norte	11.376.296
74º	Bom Jesus do Norte	10.132.061
75º	Apiacá	9.943.430
76º	Alto Rio Novo	9.795.612
77º	Dores do Rio Preto	9.558.970
78º	Divino de São Lourenço	8.274.003
TOTAL		4.097.438.651

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), não apreciados em plenário. Nota: ^a receita total ajustada dos efeitos do Fundef (ver "Notas metodológicas", na página 4).

Receita total per capita

Posição	Municípios	A / B	Receita total ^a em reais	População B
		A		
1º	Anchieta	3.194	71.270.809	22.311
2º	Aracruz	2.619	192.917.101	73.657
3º	Presidente Kennedy	2.563	24.719.984	9.645
4º	Vitória	2.408	763.580.167	317.085
5º	Jaguaré	2.087	44.615.351	21.379
6º	Mucurici	1.993	12.486.576	6.264
7º	Ponto Belo	1.764	11.491.790	6.514
8º	São José do Calçado	1.700	18.165.824	10.683
9º	Vila Pavão	1.684	14.297.157	8.488
10º	Conceição do Castelo	1.669	18.671.037	11.189
11º	Ibiraçu	1.562	16.692.750	10.688
12º	Iconha	1.549	19.277.644	12.448
13º	Divino de São Lourenço	1.545	8.274.003	5.354
14º	João Neiva	1.507	25.101.692	16.653
15º	Alto Rio Novo	1.489	9.795.612	6.577
16º	Fundão	1.486	22.407.545	15.082
17º	Água Branca	1.456	13.741.956	9.436
18º	Marechal Floriano	1.455	20.592.950	14.158
19º	Linhares	1.453	178.686.477	123.000
20º	Santa Teresa	1.442	30.570.261	21.196
21º	Montanha	1.435	23.854.986	16.620
22º	Itapemirim	1.430	46.822.574	32.749
23º	Governador Lindenberg	1.409	14.173.049	10.057
24º	Mariândia	1.405	14.896.584	10.604
25º	Átilio Vivácqua	1.403	13.405.544	9.555
26º	Dores do Rio Preto	1.391	9.558.970	6.870
27º	Mantemópolis	1.380	15.065.080	10.919
28º	São Domingos do Norte	1.367	11.376.296	8.325
29º	Venda Nova do Imigrante	1.336	25.676.917	19.217
30º	Rio Bananal	1.325	22.512.235	16.986
31º	Pinheiros	1.300	27.730.526	21.330
32º	Baixo Guandu	1.293	36.650.188	28.335
33º	Itaguaçu	1.248	19.113.227	15.310
34º	Itarana	1.246	15.180.854	12.187
35º	Santa Leopoldina	1.232	16.574.888	13.454
36º	Apiacá	1.232	9.943.430	8.073
37º	Laranja da Terra	1.230	13.715.648	11.155
38º	Jerônimo Monteiro	1.220	13.589.625	11.143
39º	Vargem Alta	1.218	25.023.742	20.550
40º	Pancas	1.201	23.977.055	19.957
41º	Muniz Freire	1.198	23.165.674	19.344
42º	Alfredo Chaves	1.193	17.093.905	14.332
43º	Domingos Martins	1.192	40.369.576	33.873
44º	Ibitirama	1.182	12.245.828	10.361
45º	Conceição da Barra	1.180	34.930.259	29.607
46º	Vila Valério	1.177	16.927.903	14.384
47º	Sooretama	1.167	24.836.834	21.288
48º	Irupi	1.166	12.772.938	10.959
49º	Boa Esperança	1.150	16.390.549	14.253
50º	Água Doce do Norte	1.148	14.678.338	12.788
51º	Brejetuba	1.144	14.892.023	13.018
52º	Serra	1.135	447.797.578	394.370
53º	São Roque do Canaã	1.125	12.432.383	11.048
54º	Viana	1.124	68.059.203	60.537
55º	Ecoporanga	1.111	26.268.814	23.644
56º	São Mateus	1.108	114.037.286	102.955
57º	Muqui	1.107	15.172.055	13.708
58º	Alegre	1.088	35.531.088	32.669
59º	Piúma	1.070	20.428.852	19.094
60º	Colatina	1.051	117.496.159	111.789
61º	Nova Venécia	1.034	47.177.782	45.607
62º	Mimoso do Sul	1.026	28.524.401	27.794
63º	Santa Maria de Jetibá	1.023	33.607.836	32.844
64º	Rio Novo do Sul	1.016	12.402.609	12.207
65º	Castelo	1.012	35.469.798	35.054
66º	Bom Jesus do Norte	997	10.132.061	10.159
67º	Ibatiba	986	21.598.220	21.909
68º	São Gabriel da Palha	980	27.998.001	28.576
69º	Iúna	953	27.093.639	28.433
70º	Pedro Canário	947	21.227.714	22.414
71º	Guaçuí	933	26.204.950	28.100
72º	Barra de São Francisco	915	35.649.156	38.971
73º	Afonso Cláudio	885	29.902.435	33.797
74º	Guarapari	834	90.122.881	108.120
75º	Vila Velha	730	295.892.378	405.374
76º	Cachoeiro de Itapemirim	716	141.911.792	198.150
77º	Marataizes	694	25.334.433	36.494
78º	Cariacica	514	185.463.215	361.058
TOTAL		1.183	4.097.438.651	3.464.285

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), não apreciados em plenário. Estimativa populacional para 2006 da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nota: ^a receita total ajustada dos efeitos do Fundef (ver "Notas metodológicas", na página 4).

Despesa total - 2001-2006

Regiões e municípios	2001	2002	2003	2004	2005	2006	Variação 2006/2005 Em %	Partic. desp. total 2006	Desp. total per capita 2006 Em reais
	Em mil reais médios de 2006 - IPCA								
MS Noroeste	245.059,7	311.554,4	283.625,3	307.669,1	377.772,6	462.388,6	22,4	11,6	1.148,2
Alto Rio Novo	6.067,3	7.032,9	6.605,3	7.271,5	8.458,7	9.795,2	15,8	0,2	1.489,3
São Domingos do Norte	5.236,6	7.997,0	6.811,4	7.399,5	9.430,3	13.214,8	40,1	0,3	1.587,4
Vila Pavão	5.485,0	7.349,4	7.441,3	7.257,7	9.601,0	13.839,0	44,1	0,3	1.630,4
Águia Branca	8.677,2	9.273,3	7.785,4	10.306,1	11.253,3	12.176,7	8,2	0,3	1.290,5
Governador Lindenberg	4.884,6	8.786,9	7.215,6	10.466,5	12.882,4	15.492,1	20,3	0,4	1.540,4
Mariândia	7.458,8	9.717,8	8.273,1	10.669,8	11.627,5	15.665,2	34,7	0,4	1.477,3
Mantenópolis	9.782,9	9.914,6	10.905,0	9.883,5	13.201,2	14.231,4	7,8	0,4	1.303,4
Água Doce do Norte	9.742,3	10.057,9	9.231,1	9.914,2	11.676,4	14.677,8	25,7	0,4	1.147,8
Boa Esperança	8.386,8	11.144,7	11.750,6	13.430,4	14.738,7	16.829,9	14,2	0,4	1.180,8
Vila Valério	12.345,5	13.425,0	11.230,1	12.218,0	15.292,6	16.791,7	9,8	0,4	1.167,4
Pancas	13.508,9	19.464,6	14.539,9	14.988,8	17.865,9	23.422,0	31,1	0,6	1.173,6
Ecoporanga	16.876,9	20.109,8	19.034,9	21.385,5	22.093,6	27.181,1	23,0	0,7	1.149,6
Baixo Guandu	24.083,1	28.716,8	26.016,5	23.035,1	35.963,5	40.627,1	13,0	1,0	1.433,8
São Gabriel da Palha	12.681,6	17.011,0	10.259,2	11.959,8	20.615,9	28.980,0	40,6	0,7	1.014,1
Barra de São Francisco	20.466,5	21.391,5	21.205,3	23.849,2	24.424,6	35.376,5	44,8	0,9	907,8
Nova Venécia	27.459,6	31.540,8	31.788,5	30.419,4	37.367,0	47.225,4	26,4	1,2	1.035,5
Colatina	51.916,0	78.620,5	73.532,2	83.214,2	101.280,0	116.862,6	15,4	2,9	1.045,4
MS Litoral Norte	406.272,8	471.695,0	466.768,3	567.466,0	631.354,5	756.453,3	19,8	19,0	1.499,6
Mucurici	6.003,4	8.953,2	7.696,7	8.326,2	9.316,3	11.052,1	18,6	0,3	1.764,4
Ponto Belo	5.371,0	8.360,0	6.447,0	6.913,4	11.007,9	11.407,2	3,6	0,3	1.751,2
Ibiraçu	9.288,9	15.427,6	9.719,3	10.985,8	13.006,7	15.659,6	20,4	0,4	1.465,2
Fundão	11.654,9	12.299,0	12.976,1	13.221,0	16.188,6	21.942,8	35,5	0,5	1.454,9
Montanha	12.243,4	14.777,1	14.204,1	16.363,9	18.475,6	22.301,0	20,7	0,6	1.341,8
João Neiva	13.522,6	15.827,5	16.335,9	17.844,8	18.812,0	24.814,4	31,9	0,6	1.490,1
Rio Bananal	17.477,7	15.806,9	14.797,8	16.275,7	18.038,3	20.795,2	15,3	0,5	1.224,3
Sooretama	14.235,6	16.214,1	14.012,5	13.890,7	17.535,3	26.807,9	52,9	0,7	1.259,3
Pinheiros	14.133,1	12.013,3	13.731,9	16.109,8	21.361,8	26.302,9	23,1	0,7	1.233,1
Jaguaré	20.040,4	26.336,8	33.089,8	38.310,0	45.477,7	41.646,1	-8,4	1,0	1.948,0
Pedro Canário	15.607,7	11.062,8	10.915,7	17.935,0	20.366,3	19.202,8	-5,7	0,5	856,7
Conceição da Barra	21.149,5	22.556,8	27.500,4	25.150,3	33.047,5	33.263,1	0,7	0,8	1.123,5
Aracruz	101.447,8	122.600,1	101.497,7	147.465,8	129.417,3	189.036,5	46,1	4,7	2.566,4
São Mateus	58.763,9	78.205,4	76.060,2	90.175,4	98.981,4	114.655,4	15,8	2,9	1.113,6
Linhares	85.333,0	91.254,5	107.782,9	128.498,5	160.321,9	177.566,3	10,8	4,4	1.443,6
MS Central	242.932,6	275.945,2	254.798,3	278.071,6	334.179,7	414.876,3	24,1	10,4	1.285,1
São Roque do Canaã	7.926,6	8.754,4	7.483,0	7.939,1	9.368,4	12.138,8	29,6	0,3	1.098,7
Laranja da Terra	8.232,3	9.993,9	8.533,9	9.857,2	11.245,5	13.392,2	19,1	0,3	1.200,6
Conceição do Castelo	7.546,3	9.812,1	9.136,0	11.501,8	13.946,2	19.467,9	39,6	0,5	1.739,9
Itarana	8.415,0	9.463,4	9.315,3	8.890,2	10.432,6	15.450,4	48,1	0,4	1.267,8
Rio Novo do Sul	6.241,7	8.287,3	8.539,4	10.032,8	10.985,1	12.944,0	17,8	0,3	1.060,4
Iconha	8.999,1	9.608,6	11.633,5	11.850,8	14.729,3	17.108,4	16,2	0,4	1.374,4
Brejetuba	9.776,4	12.685,3	12.858,3	9.186,4	12.555,3	14.879,5	18,5	0,4	1.143,0
Santa Leopoldina	12.092,3	13.071,1	10.121,9	7.539,2	14.645,3	16.551,2	13,0	0,4	1.230,2
Marechal Floriano	12.922,3	12.468,6	13.225,9	14.954,9	16.459,3	20.208,1	22,8	0,5	1.427,3
Alfredo Chaves	10.047,7	11.530,3	9.025,4	9.747,6	11.825,7	16.073,1	35,9	0,4	1.121,5
Itaguaçu	9.404,9	15.609,1	10.925,2	10.786,3	13.987,7	18.098,0	29,4	0,5	1.182,1
Piúma	9.896,8	12.989,1	11.541,1	12.061,9	16.687,6	20.342,6	21,9	0,5	1.065,4
Venda Nova do Imigrante	15.646,2	13.716,3	14.216,5	15.684,4	21.230,5	24.405,8	15,0	0,6	1.270,0
Santa Teresa	20.544,4	22.339,6	18.264,2	17.704,4	22.433,7	27.564,2	22,9	0,7	1.300,4
Anchieta	31.530,6	34.145,3	35.293,0	46.833,1	48.002,9	65.619,6	36,7	1,6	2.941,1
Santa Maria de Jetibá	20.233,5	20.720,4	21.972,7	25.098,9	29.160,3	33.562,7	15,1	0,8	1.021,9
Afonso Cláudio	19.577,0	22.790,4	19.800,7	21.199,2	24.762,8	28.810,8	16,3	0,7	852,5
Domingos Martins	23.899,6	27.960,1	22.912,0	27.203,2	31.721,6	38.259,2	20,6	1,0	1.129,5
Região Metropolitana	1.072.364,5	1.234.622,2	1.154.214,4	1.293.121,0	1.403.829,1	1.780.569,8	26,8	44,6	1.081,4
Viana	33.318,5	35.146,4	36.273,5	40.816,8	49.142,1	68.046,2	38,5	1,7	1.124,0
Guarapari	54.166,0	61.019,9	63.579,3	63.110,8	71.761,9	87.546,7	22,0	2,2	809,7
Vitória	488.054,3	537.057,3	516.360,1	560.885,1	556.396,9	736.112,9	32,3	18,4	2.321,5
Cariacica	108.909,6	127.645,3	99.862,8	120.088,1	144.663,8	159.650,3	10,4	4,0	442,2
Serra	232.679,9	266.220,3	239.552,1	278.267,1	341.617,5	435.875,4	27,6	10,9	1.105,2
Vila Velha	155.236,1	207.533,0	198.586,6	229.953,1	240.246,9	293.338,4	22,1	7,3	723,6
MS Sul	350.364,3	388.974,7	371.513,9	430.541,1	500.077,3	577.072,0	15,4	14,5	981,8
Divino de São Lourenço	4.457,7	5.000,2	5.089,0	5.536,6	6.786,5	7.968,2	17,4	0,2	1.488,3
Dores do Rio Preto	4.757,1	5.083,3	5.222,0	6.438,9	7.951,8	8.564,2	7,7	0,2	1.246,6
Apiaçá	6.486,9	7.594,9	7.219,6	7.024,2	8.991,1	10.190,1	13,3	0,3	1.262,2
Atílio Vivácqua	8.744,4	10.545,6	10.100,0	12.326,1	12.596,3	13.486,0	7,1	0,3	1.411,4
Presidente Kennedy	9.804,5	11.066,3	12.524,5	19.037,4	26.261,7	26.240,2	-0,1	0,7	2.720,6
Bom Jesus do Norte	6.649,9	7.194,5	7.035,1	7.628,8	8.624,0	10.001,4	16,0	0,3	984,5
Ibitirama	4.965,6	7.705,3	8.899,7	8.210,1	9.975,7	11.809,8	18,4	0,3	1.139,8
São José do Calçado	9.112,3	10.914,1	9.510,8	10.670,9	12.123,2	16.807,0	38,6	0,4	1.573,2
Irupi	9.148,9	9.628,1	8.712,3	9.719,0	10.972,2	13.918,6	26,9	0,3	1.270,1
Jerônimo Monteiro	6.382,5	9.626,7	8.338,4	8.902,4	10.814,9	13.702,5	26,7	0,3	1.229,7
Muqui	8.986,9	10.666,0	9.760,0	10.810,6	13.272,7	14.824,8	11,7	0,4	1.081,5
Muniz Freire	12.827,5	15.811,1	13.811,7	14.902,0	17.012,7	22.783,4	33,9	0,6	1.177,8
Vargem Alta	15.181,9	15.999,7	16.110,3	16.446,0	20.153,5	23.088,5	14,6	0,6	1.123,5
Ibatiba	14.595,0	18.131,0	14.452,3	15.844,6	17.776,5	22.555,2	26,9	0,6	1.029,5
Mimoso do Sul	17.599,9	20.895,8	18.238,6	18.903,5	23.253,8	28.452,8	22,4	0,7	1.023,7
Guaçuí	14.799,9	18.425,7	16.353,8	20.609,5	20.840,2	27.386,8	31,4	0,7	974,6
Iúna	16.550,8	18.794,0	16.232,0	17.794,5	20.436,8	26.587,2	30,1	0,7	935,1
Alegre	16.816,8	18.734,7	25.698,7	29.515,5	28.658,2	31.759,7	10,8	0,8	972,2
Itapemirim	16.897,6	17.433,1	21.758,3	27.233,7	38.464,7	45.363,9	17,9	1,1	1.385,2
Castelo	24.949,5	28.027,8	20.906,7	27.796,7	31.426,6	35.847,4	14,1	0,9	1.022,6
Marataizes	13.253,9	17.202,2	15.448,1	16.673,2	19.422,8	24.882,5	28,1	0,6	681,8
Cachoeiro de Itapemirim	107.395,1	104.494,4	100.092,1	118.517,2	134.261,7	140.851,9	4,9	3,5	710,8
TOTAL	2.316.993,8	2.682.791,4	2.530.920,2	2.876.868,9	3.247.213,3	3.991.360,0	22,9	100,0	1.152,1

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado (TCEES), ainda não apreciados em plenário.

Despesa total

Posição	Municípios	Despesa total em reais
1º	Vitória	736.112.863
2º	Serra	435.875.354
3º	Vila Velha	293.338.379
4º	Aracruz	189.036.489
5º	Linhares	177.566.331
6º	Cariacica	159.650.339
7º	Cachoeiro de Itapemirim	140.851.904
8º	Colatina	116.862.580
9º	São Mateus	114.655.430
10º	Guarapari	87.546.686
11º	Viana	68.046.171
12º	Anchieta	65.619.600
13º	Nova Venécia	47.225.360
14º	Itapemirim	45.363.921
15º	Jaguaré	41.646.091
16º	Baixo Guandu	40.627.060
17º	Domingos Martins	38.259.210
18º	Castelo	35.847.438
19º	Barra de São Francisco	35.376.524
20º	Santa Maria de Jetibá	33.562.678
21º	Conceição da Barra	33.263.100
22º	Alegre	31.759.742
23º	São Gabriel da Palha	28.979.971
24º	Afonso Cláudio	28.810.801
25º	Mimoso do Sul	28.452.774
26º	Santa Teresa	27.564.160
27º	Guaçuí	27.386.838
28º	Ecoporanga	27.181.065
29º	Sooretama	26.807.908
30º	Iúna	26.587.213
31º	Pinheiros	26.302.904
32º	Presidente Kennedy	26.240.192
33º	Marataizes	24.882.505
34º	João Neiva	24.814.424
35º	Venda Nova do Imigrante	24.405.781
36º	Pancas	23.422.049
37º	Vargem Alta	23.088.521
38º	Muniz Freire	22.783.374
39º	Ibatiba	22.555.151
40º	Montanha	22.300.997
41º	Fundão	21.942.777
42º	Rio Bananal	20.795.178
43º	Prúma	20.342.561
44º	Marechal Floriano	20.208.084
45º	Conceição do Castelo	19.467.897
46º	Pedro Canário	19.202.779
47º	Itaguaçu	18.097.959
48º	Iconha	17.108.437
49º	Boa Esperança	16.829.950
50º	São José do Calçado	16.807.011
51º	Vila Valério	16.791.736
52º	Santa Leopoldina	16.551.191
53º	Alfredo Chaves	16.073.072
54º	Manilândia	15.665.236
55º	Ibiraçu	15.659.555
56º	Governador Lindenberg	15.492.124
57º	Itarana	15.450.374
58º	Brejetuba	14.879.514
59º	Muqui	14.824.795
60º	Água Doce do Norte	14.677.815
61º	Mantenópolis	14.231.421
62º	Irupi	13.918.572
63º	Vila Pavão	13.838.999
64º	Jerônimo Monteiro	13.702.468
65º	Atílio Vivácqua	13.486.023
66º	Laranja da Terra	13.392.244
67º	São Domingos do Norte	13.214.810
68º	Rio Novo do Sul	12.943.968
69º	Águia Branca	12.176.693
70º	São Roque do Canaã	12.138.815
71º	Ibitirama	11.809.759
72º	Ponto Belo	11.407.162
73º	Mucurici	11.052.146
74º	Apiacá	10.190.063
75º	Bom Jesus do Norte	10.001.417
76º	Alto Rio Novo	9.795.174
77º	Dores do Rio Preto	8.564.172
78º	Divino de São Lourenço	7.968.174
TOTAL		3.991.360.000,93

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), não apreciados em plenário.

Despesa total per capita

Posição	Municípios	A / B	Despesa total A	População B
		em reais		
1º	Anchieta	2.941	65.619.600	22.311
2º	Presidente Kennedy	2.721	26.240.192	9.645
3º	Aracruz	2.566	189.036.489	73.657
4º	Vitória	2.322	736.112.863	317.085
5º	Jaguaré	1.948	41.646.091	21.379
6º	Mucurici	1.764	11.052.146	6.264
7º	Ponto Belo	1.751	11.407.162	6.514
8º	Conceição do Castelo	1.740	19.467.897	11.189
9º	Vila Pavão	1.630	13.838.999	8.488
10º	São Domingos do Norte	1.587	13.214.810	8.325
11º	São José do Calçado	1.573	16.807.011	10.683
12º	Governador Lindenberg	1.540	15.492.124	10.057
13º	João Neiva	1.490	24.814.424	16.653
14º	Alto Rio Novo	1.489	9.795.174	6.577
15º	Divino de São Lourenço	1.488	7.968.174	5.354
16º	Manilândia	1.477	15.665.236	10.604
17º	Ibiraçu	1.465	15.659.555	10.688
18º	Fundão	1.455	21.942.777	15.082
19º	Linhares	1.444	177.566.331	123.000
20º	Baixo Guandu	1.434	40.627.060	28.335
21º	Marechal Floriano	1.427	20.208.084	14.158
22º	Atílio Vivácqua	1.411	13.486.023	9.555
23º	Itapemirim	1.385	45.363.921	32.749
24º	Iconha	1.374	17.108.437	12.448
25º	Montanha	1.342	22.300.997	16.620
26º	Mantenópolis	1.303	14.231.421	10.919
27º	Santa Teresa	1.300	27.564.160	21.196
28º	Águia Branca	1.290	12.176.693	9.436
29º	Irupi	1.270	13.918.572	10.959
30º	Venda Nova do Imigrante	1.270	24.405.781	19.217
31º	Itarana	1.268	15.450.374	12.187
32º	Apiacá	1.262	10.190.063	8.073
33º	Sooretama	1.259	26.807.908	21.288
34º	Dores do Rio Preto	1.247	8.564.172	6.870
35º	Pinheiros	1.233	26.302.904	21.330
36º	Santa Leopoldina	1.230	16.551.191	13.454
37º	Jerônimo Monteiro	1.230	13.702.468	11.143
38º	Rio Bananal	1.224	20.795.178	16.986
39º	Laranja da Terra	1.201	13.392.244	11.155
40º	Itaguaçu	1.182	18.097.959	15.310
41º	Boa Esperança	1.181	16.829.950	14.253
42º	Muniz Freire	1.178	22.783.374	19.344
43º	Pancas	1.174	23.422.049	19.957
44º	Vila Valério	1.167	16.791.736	14.384
45º	Ecoporanga	1.150	27.181.065	23.644
46º	Água Doce do Norte	1.148	14.677.815	12.788
47º	Brejetuba	1.143	14.879.514	13.018
48º	Ibitirama	1.140	11.809.759	10.361
49º	Domingos Martins	1.129	38.259.210	33.873
50º	Viana	1.124	68.046.171	60.537
51º	Vargem Alta	1.124	23.088.521	20.550
52º	Conceição da Barra	1.123	33.263.100	29.607
53º	Alfredo Chaves	1.121	16.073.072	14.332
54º	São Mateus	1.114	114.655.430	102.955
55º	Serra	1.105	435.875.354	394.370
56º	São Roque do Canaã	1.099	12.138.815	11.048
57º	Muqui	1.081	14.824.795	13.708
58º	Prúma	1.065	20.342.561	19.094
59º	Rio Novo do Sul	1.060	12.943.968	12.207
60º	Colatina	1.045	116.862.580	111.789
61º	Nova Venécia	1.035	47.225.360	45.607
62º	Ibatiba	1.029	22.555.151	21.909
63º	Mimoso do Sul	1.024	28.452.774	27.794
64º	Castelo	1.023	35.847.438	35.054
65º	Santa Maria de Jetibá	1.022	33.562.678	32.844
66º	São Gabriel da Palha	1.014	28.979.971	28.576
67º	Bom Jesus do Norte	984	10.001.417	10.159
68º	Guaçuí	975	27.386.838	28.100
69º	Alegre	972	31.759.742	32.669
70º	Iúna	935	26.587.213	28.433
71º	Barra de São Francisco	908	35.376.524	38.971
72º	Pedro Canário	857	19.202.779	22.414
73º	Afonso Cláudio	852	28.810.801	33.797
74º	Guarapari	810	87.546.686	108.120
75º	Vila Velha	724	293.338.379	405.374
76º	Cachoeiro de Itapemirim	711	140.851.904	198.150
77º	Marataizes	682	24.882.505	36.494
78º	Cariacica	442	159.650.339	361.058
TOTAL	1.152	3.991.360.001	3.464.285	

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), não apreciados em plenário. Estimativa populacional para 2006 da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

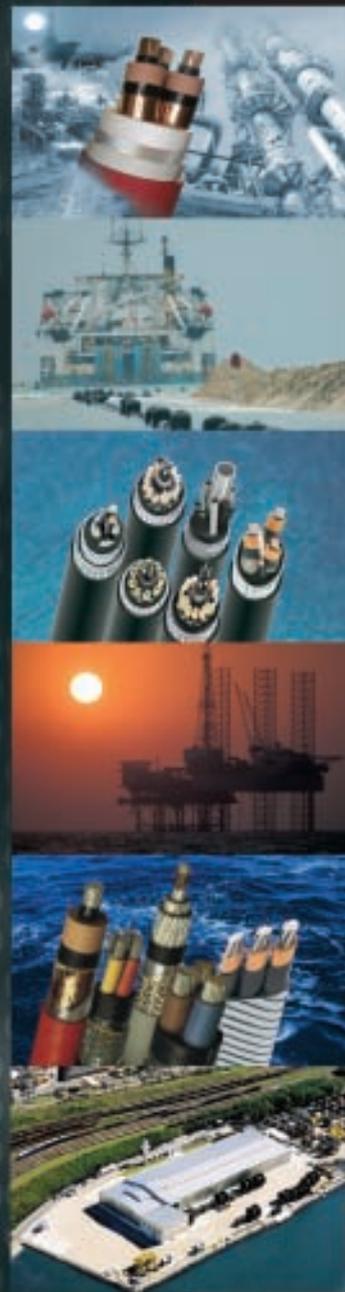
Resultado orçamentário^a - 2001-2006

Regiões e municípios	2001	2002	2003	2004	2005	2006	Resultado 2006 / Rec. total ^b 2006 Em %	Ativo financeiro – Passivo financeiro	
	Em mil reais médios de 2006 - IPCA							2005	2006
	Em mil reais médios de 2006 - IPCA							Em mil reais médios de 2006 - IPCA	
MS Noroeste	10.110,3	-17.081,8	-1.291,5	24.261,4	25.371,2	-5.828,9	-1,3	44.755,6	27.191,0
Alto Rio Novo	146,7	127,9	92,0	168,0	201,0	0,4	0,0	379,5	249,8
São Domingos do Norte	377,2	-1.512,2	-255,6	637,8	1.113,6	-1.838,5	-16,2	865,5	-1.017,2
Vila Pavão	69,1	38,7	-574,7	541,2	213,2	458,2	3,2	348,0	833,6
Água Branca	366,6	-270,4	576,8	21,9	1.002,0	1.565,3	11,4	1.848,8	3.339,9
Governador Lindenberg	207,5	-737,0	-303,0	410,7	904,6	-1.319,1	-9,3	1.175,4	-268,0
Mariândia	235,7	-155,6	-216,3	-363,2	411,2	-768,7	-5,2	1.340,5	302,5
Mantenópolis	-234,6	165,8	-975,4	986,2	-158,5	833,7	5,5	-521,3	671,7
Água Doce do Norte	80,5	-151,0	-174,2	-15,8	627,4	0,5	0,0	573,6	639,5
Boa Esperança	22,9	-515,4	-390,5	949,0	1.700,3	-439,4	-2,7	2.666,6	4.390,3
Vila Valério	-462,0	-2.589,5	-541,6	1.111,8	419,5	136,2	0,8	474,3	591,5
Pancas	-944,3	-4.107,7	-303,4	994,0	1.492,7	555,0	2,3	1.480,0	201,7
Ecoporanga	1.791,7	-812,5	-366,5	382,8	2.280,5	-912,3	-3,5	3.357,1	2.259,3
Baixo Guandu	2.791,1	-4.827,5	-196,2	6.095,2	-506,7	-3.976,9	-10,9	4.276,0	344,0
São Gabriel da Palha	-1.014,4	1.724,1	6.368,6	5.285,8	3.294,4	-982,0	-3,5	3.380,6	3.466,2
Barra de São Francisco	-127,6	321,1	-530,8	691,9	5.798,1	272,6	0,8	12.113,2	716,3
Nova Venécia	2.567,8	472,3	-2.812,6	2.593,7	3.432,4	-47,6	-0,1	3.789,9	4.867,5
Colatina	4.236,6	-4.253,0	-688,2	3.770,3	3.145,5	633,6	0,5	7.207,9	6.701,3
MS Litoral Norte	-498,1	-9.102,7	7.584,9	-5.842,5	31.035,1	17.075,9	2,2	20.216,4	44.510,0
Mucurici	-140,7	65,6	-168,6	-8,7	562,2	1.434,4	11,5	257,2	1.761,0
Ponto Belo	-83,8	1.057,2	-827,1	58,7	66,9	84,6	0,7	-7,0	95,8
Ibiraçu	687,9	-970,0	330,1	1.188,4	1.719,9	1.033,2	6,2	4.603,6	5.528,2
Fundão	-67,5	95,6	204,6	747,5	1.066,8	464,8	2,1	1.013,9	1.439,2
Montanha	-1.428,9	1.884,5	233,4	223,0	1.254,0	1.554,0	6,5	1.252,7	2.910,0
João Neiva	81,7	-233,3	17,8	1.013,2	2.547,0	287,3	1,1	4.106,9	4.158,9
Rio Bananal	592,4	-134,6	0,3	-192,6	2.690,9	1.717,1	7,6	6.410,5	8.322,0
Sooretama	-1.695,7	-1.882,6	-623,7	1.085,5	883,8	-1.971,1	-7,9	564,3	-172,7
Pinheiros	-811,3	2.326,7	747,4	621,5	-92,9	1.427,6	5,1	323,2	1.213,8
Jaguare	789,8	2.606,2	1.441,3	-2.568,3	-2.581,3	2.969,3	6,7	1.478,1	879,8
Pedro Canário	-1.068,6	-701,1	787,9	-3.912,9	-2.824,3	2.024,9	9,5	-8.238,5	-5.678,2
Conceição da Barra	643,7	-379,7	-2.349,3	1.451,4	-1.245,5	1.667,2	4,8	-1.822,1	-1.399,1
Aracruz	-41,2	-10.188,7	7.998,7	-3.960,9	32.331,8	3.880,6	2,0	17.117,6	33.698,3
São Mateus	791,3	-5.898,3	-1.082,6	-1.719,0	1.237,9	-618,1	-0,5	-3.562,1	-8.247,1
Linhares	1.252,8	3.249,7	874,6	130,9	-6.582,0	1.120,1	0,6	-3.282,0	-
MS Central	-1.387,3	-15.182,4	-4.543,3	20.870,7	20.632,9	16.897,5	3,9	34.762,7	52.628,7
São Roque do Canaã	140,1	-406,9	40,9	527,0	993,4	293,6	2,4	1.317,6	1.558,5
Laranja da Terra	31,9	-763,1	110,7	327,1	759,8	323,4	2,4	763,7	1.147,3
Conceição do Castelo	1.071,8	-467,2	-369,0	304,5	1.669,4	-796,9	-4,3	2.547,1	1.777,2
Itarana	242,1	-876,3	-806,0	957,1	1.195,8	-269,5	-1,8	1.718,1	1.465,7
Rio Novo do Sul	278,1	-430,3	-120,5	-51,6	82,4	-541,4	-4,4	100,2	-4,4
Iconha	-700,9	-445,0	-688,6	507,9	-1.157,3	2.169,2	11,3	-523,3	1.173,5
Brejetuba	-49,6	-578,6	-2.152,4	1.567,3	-23,6	12,5	0,1	1.012,1	984,0
Santa Leopoldina	-1.316,8	-850,0	367,9	6.048,9	919,5	23,7	0,1	977,7	989,3
Marechal Floriano	-455,7	1.936,8	-131,8	417,3	425,2	384,9	1,9	865,8	1.275,7
Alfredo Chaves	-1.008,9	-1.168,3	-114,6	1.085,7	953,3	1.020,8	6,0	250,3	1.246,3
Itaguaçu	2,0	-2.638,5	-174,0	1.820,2	1.437,4	1.015,3	5,3	1.371,8	2.472,2
Plúma	656,7	-338,1	-450,1	863,8	286,1	86,3	0,4	400,6	470,9
Venda Nova do Imigrante	-1.980,6	39,1	-244,6	1.960,6	-646,2	1.271,1	5,0	647,5	1.942,6
Santa Teresa	-547,4	-2.086,7	-507,5	1.394,6	1.960,1	3.006,1	9,8	2.738,6	6.082,9
Anchieta	856,9	1.748,1	2.174,8	-1.101,7	6.379,8	5.651,2	7,9	9.782,1	14.540,9
Santa Maria de Jetibá	335,8	57,5	1.059,9	1.414,3	1.668,5	45,2	0,1	2.486,2	3.999,9
Afonso Cláudio	1.254,4	-2.411,1	-835,2	1.337,1	1.147,3	1.091,6	3,7	1.563,4	2.901,0
Domingos Martins	-197,3	-5.503,9	-1.703,4	1.490,4	2.582,0	2.110,4	5,2	6.743,1	8.665,1
Região Metropolitana	33.626,9	-116.726,8	-2.809,7	53.125,5	153.623,6	70.345,6	3,8	214.518,3	333.524,1
Viana	43,5	68,8	-3.745,5	1.725,6	5.142,6	13,0	0,0	7.700,2	7.446,5
Guarapari	1.006,8	1.112,0	-1.753,7	4.690,7	5.395,0	2.576,2	2,9	1.666,6	-27,9
Vitória	18.899,5	-51.595,1	-10.873,6	39.265,3	101.346,0	27.467,3	3,6	140.034,1	259.902,9
Cariacica	829,8	-9.245,5	11.901,6	10.548,9	12.673,7	25.812,9	13,9	17.740,6	32.805,0
Serra	1.949,9	-31.128,6	2.089,2	5.831,4	14.582,5	11.922,2	2,7	44.585,9	25.009,9
Vila Velha	10.897,4	-25.938,4	-427,7	-8.936,5	14.483,8	2.554,0	0,9	2.791,0	8.387,7
MS Sul	2.942,2	-26.709,6	-4.437,6	14.764,6	-174,9	7.588,5	1,3	5.419,9	18.808,8
Divino de São Lourenço	69,6	-267,3	-216,0	421,5	2,2	305,8	3,7	-260,8	330,7
Dores do Rio Preto	170,0	98,7	418,4	720,8	412,5	994,8	10,4	1.842,2	2.763,0
Apiaçu	440,0	-123,5	-383,6	420,0	349,5	-246,6	-2,5	438,4	174,4
Atilio Vivácuca	430,6	-276,1	-117,2	172,6	269,3	-80,5	-0,6	348,2	-75,7
Presidente Kennedy	-260,3	-1.580,8	1.061,3	4.511,0	-1.564,2	-1.520,2	-6,1	2.572,6	994,7
Bom Jesus do Norte	394,6	-110,1	-131,4	-10,0	450,1	130,6	1,3	516,2	626,3
Ibitirama	471,5	-475,9	-1.032,0	451,7	328,8	436,1	3,6	-63,1	475,4
São José do Calçado	962,1	-689,6	659,8	1.400,1	592,5	1.358,8	7,5	1.029,9	941,4
Irupi	-78,8	-518,9	-249,3	-379,5	157,3	-1.145,6	-9,0	-1.329,3	-1.438,3
Jerônimo Monteiro	386,6	-663,1	-526,9	480,2	-683,6	-112,8	-0,8	-659,5	962,0
Muqui	9,0	-585,6	264,1	938,0	8,5	347,3	2,3	994,8	974,7
Muniz Freire	-196,8	-447,6	-804,5	267,7	831,9	382,3	1,7	69,9	485,1
Vargem Alta	-559,4	-813,6	-526,6	1.550,3	1.767,5	1.935,2	7,7	1.354,1	3.264,9
Ibatiba	-409,9	-2.903,1	-756,4	555,0	924,1	-956,9	-4,4	-2.966,2	-4.099,1
Mimoso do Sul	32,7	-858,6	-384,3	838,2	64,1	71,6	0,3	-1.822,3	-1.475,3
Guaçuí	782,3	-249,3	631,7	-200,6	550,7	-1.181,9	-4,5	925,2	78,9
Iúna	1.244,2	-851,2	0,0	-250,4	1.254,5	506,4	1,9	507,5	916,4
Alegre	476,4	-1.016,3	-1.689,9	-1.693,6	-2,9	3.771,3	10,6	-4.775,7	138,4
Itapemirim	-1.065,1	-1.021,5	1.002,4	3.332,5	1.671,5	1.458,7	3,1	4.133,8	5.573,3
Castelo	1.409,1	-4.791,2	914,9	135,7	1.017,7	-377,6	-1,1	1.973,1	1.807,8
Marataizes	409,1	-1.879,2	-510,6	594,2	1.310,9	451,9	1,8	1.062,2	1.576,0
Cachoeiro de Itapemirim	-2.175,2	-6.685,9	-2.061,6	508,9	-9.887,8	1.059,9	0,7	-471,2	3.422,3
TOTAL	44.794,1	-184.803,3	-5.497,1	107.179,7	230.488,0	106.078,6	2,6	319.672,8	476.662,6

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado (TCEES), ainda não apreciados em plenário. Notas: ^a equivale à receita total menos a despesa total, ajustadas dos efeitos do Fundef. ^b receita total ajustada dos efeitos do Fundef. (Ver "Notas metodológicas", na página 4).

A large, glowing wireframe of a human head in profile, facing right, set against a dark background with faint binary code. The eye area is highlighted with a circular grid pattern.

ENERGIA E
COMUNICAÇÕES
MOVEM O
MUNDO.
QUEM OS
MOVE?



Fábrica de
umbilicais de
Vila Velha, ES,
inaugurada em
fev/2007.

Quadro comparativo da receita e da despesa - 2006

Em mil reais

Mesorregião, microrregião e município	Receita total ^a	Receita tributária	ISS	IPTU	ITBI	IRRF	Taxas	FPM	QPM-ICMS	Despesa total	Pessoal ^b	Custeio ^c	Investimento ^d	Pop. estimada 2006 - IBGE
MS Noroeste	463.328	29.898	9.999	3.190	2.275	4.601	9.814	98.786	128.762	462.389	209.391	172.541	71.099	402.710
MC Barra de São Francisco	91.661	4.786	1.406	504	635	1.326	897	23.585	26.735	91.467	45.344	33.699	9.897	86.322
Água Doce do Norte	14.678	553	168	22	32	207	104	4.183	3.701	14.678	7.363	4.633	2.420	12.788
Barra de São Francisco	35.649	2.308	838	299	364	356	451	8.744	9.228	35.377	18.145	11.875	4.131	38.971
Ecoporanga	26.269	1.243	289	51	121	552	230	6.467	10.245	27.181	12.301	11.712	2.536	23.644
Mantenópolis	15.065	683	110	132	118	212	111	4.190	3.562	14.231	7.535	5.479	809	10.919
MC Nova Venécia	143.302	7.293	2.183	648	605	1.083	2.774	33.657	39.321	135.843	62.965	46.052	24.343	120.744
Águia Branca	13.742	376	142	37	79	62	56	3.233	3.966	12.177	3.755	6.624	1.810	14.253
Boa Esperança	16.391	826	152	70	76	176	353	5.202	4.540	16.830	7.914	17.464	4.981	45.607
Nova Venécia	47.178	3.068	838	356	249	409	1.217	9.693	12.225	47.225	23.823	17.464	7.203	28.576
São Gabriel da Palha	27.998	1.832	464	151	134	273	810	7.225	7.320	28.980	14.055	14.055	2.694	8.488
Vila Pavão	21.066	553	216	29	12	53	243	3.114	4.535	13.839	5.558	5.064	2.694	8.488
Vila Valério	16.928	637	372	6	54	110	96	5.190	6.734	16.792	5.576	5.573	5.355	14.384
MC Colatina	228.365	17.819	6.410	2.038	1.036	2.192	6.143	41.545	62.706	235.079	101.082	92.791	36.858	195.644
Alto Rio Novo	9.796	331	96	112	5	107	11	3.042	2.781	9.795	4.812	3.226	1.439	6.577
Baixo Guandu	36.650	2.468	443	226	170	371	1.257	6.844	14.389	40.627	18.359	17.879	3.878	28.335
Colatina	117.496	12.693	5.188	1.521	670	1.117	4.196	15.397	24.001	116.863	51.456	47.425	15.274	111.789
Governador Lindenberg	14.173	406	151	36	29	97	93	3.114	6.849	15.492	5.599	5.593	4.288	10.057
Maniálandia	14.897	543	97	34	49	173	191	4.152	4.235	15.665	6.475	5.504	3.389	10.604
Pancas	23.977	1.023	219	90	85	281	349	5.893	6.308	23.422	9.910	8.359	4.550	19.957
São Domingos do Norte	11.376	355	216	19	28	47	46	3.103	4.142	13.215	4.471	4.569	4.040	8.325
MS Litoral Norte	773.529	96.541	61.926	3.998	2.959	8.418	17.907	109.392	233.533	756.453	323.502	304.864	116.995	504.437
MC Montanha	75.564	3.843	1.383	71	585	595	192	17.185	22.357	71.063	29.324	23.906	16.827	50.728
Montanha	23.855	1.262	439	24	154	225	50	4.945	6.925	22.301	8.585	7.418	6.298	16.620
Mucurici	12.487	549	210	4	151	65	20	3.233	4.140	11.052	4.564	3.554	2.778	6.264
Pineiros	27.731	1.470	428	28	257	219	87	5.893	8.003	26.303	11.901	8.443	5.109	21.330
Ponto Belo	11.492	563	307	15	24	86	35	3.114	3.289	11.407	4.273	4.492	2.642	6.514
MC São Mateus	214.811	22.243	13.116	640	693	2.456	5.024	35.234	53.764	208.767	97.625	94.305	14.948	176.355
Conceição da Barra	34.930	3.081	1.995	95	45	516	415	7.194	10.233	33.263	20.389	9.648	2.533	29.607
Jaguaré	44.615	3.076	2.226	59	72	393	326	6.228	14.258	41.646	11.859	24.663	4.814	21.379
Pedro Canário	21.228	1.235	562	16	40	257	63	6.243	6.050	19.203	9.101	8.261	1.217	22.414
São Mateus	114.037	14.851	8.333	471	537	1.290	4.221	15.569	23.224	114.655	56.276	51.734	6.385	102.955
MC Linhares	483.155	70.454	47.426	3.287	1.680	5.367	12.691	56.973	157.412	476.623	196.554	186.653	85.221	277.354
Aracruz	192.917	28.223	21.135	1.103	563	1.284	4.134	13.490	90.333	189.036	74.256	71.511	38.611	73.657
Fundão	22.408	4.635	3.416	238	96	229	656	5.190	2.747	21.943	9.660	9.212	2.480	15.082
Ibiraçu	16.693	2.253	1.566	94	34	113	446	4.152	3.835	15.660	6.472	7.187	1.761	10.688
João Neiva	25.102	2.072	786	110	93	175	908	4.943	5.694	24.814	10.044	9.090	5.189	16.653
Linhares	178.686	31.471	20.031	1.652	767	3.033	5.988	18.028	42.389	177.566	75.970	73.322	27.060	123.000
Rio Bananal	22.512	785	151	69	75	282	208	4.943	6.622	20.795	10.375	6.640	3.018	16.986
Soretama	24.837	1.016	342	21	52	251	350	6.228	5.791	26.808	9.778	9.691	7.102	21.288
MS Central	2.282.689	566.471	339.465	57.693	29.416	36.350	102.637	269.783	753.678	2.195.446	918.660	807.804	413.200	1.969.382
MC Afonso Cláudio	163.821	9.211	3.323	1.081	827	1.405	2.029	39.967	56.260	159.424	66.337	61.766	28.831	136.407
Afonso Cláudio	29.902	1.598	551	218	112	272	444	7.794	7.425	28.811	13.934	11.421	2.695	33.797
Brejóbuca	14.892	512	180	33	49	154	58	4.152	5.725	14.880	5.917	6.960	2.003	13.018
Conceição do Castelo	18.671	811	215	117	72	185	52	4.152	7.242	19.468	8.282	5.322	5.993	11.189
Domingos Martins	40.370	2.759	1.144	255	393	384	584	8.304	11.810	38.259	16.622	13.370	7.468	33.873
Laranja da Terra	13.716	513	123	153	4	82	151	4.152	4.419	13.392	4.555	6.300	2.159	11.155
Marechal Floriano	20.593	1.579	663	109	130	213	464	5.186	8.982	20.208	9.080	7.829	3.020	14.158
Venda Nova do Imigrante	25.677	1.439	448	197	66	114	276	6.228	10.658	24.406	7.948	10.565	5.893	19.217

Mesorregião, microrregião e município	Receita total ^a	Receita tributária	ISS	IPTU	ITBI	IRRF	Taxas	FPM	QPM-ICMS	Despesa total	Pessoal ^b	Custeio ^c	Investimento ^d	Pop. estimada 2006 - IBGE
MC Santa Teresa	127.479	6.157	2.213	547	456	967	1.974	31.826	40.800	123.365	53.093	48.440	20.226	106.039
Itaguaçu	19.113	1.039	305	122	82	129	401	4.192	4.953	18.098	6.563	7.716	3.569	15.310
Itarana	15.181	793	304	58	55	63	312	4.152	4.164	15.450	5.169	5.900	4.340	12.187
Santa Leopoldina	16.575	640	305	11	49	131	144	4.139	6.251	16.551	7.876	6.308	1.978	13.454
Santa Maria de Jetibá	33.608	1.532	532	100	86	366	447	8.301	14.129	33.563	16.469	12.283	4.261	32.844
Santa Teresa	30.570	1.696	578	206	162	215	535	5.893	7.102	27.564	12.705	10.448	1.169	21.196
São Roque do Canaã	12.432	457	189	49	21	63	135	4.152	4.000	12.139	4.311	5.783	1.909	11.048
MC Vitória	1.760.793	503.369	316.328	45.929	24.102	30.895	86.106	158.439	601.428	1.693.023	701.186	607.547	338.404	1.538.424
Cariaçuca	185.463	36.321	19.121	2.909	913	2.251	11.128	28.966	44.406	159.650	77.408	53.577	24.382	361.058
Serra	447.798	109.232	71.971	8.292	3.966	4.871	20.131	28.965	200.529	435.875	171.951	130.956	118.912	394.370
Viana	68.059	8.485	4.836	474	185	739	2.242	11.418	14.015	68.046	30.035	16.161	20.322	60.537
Vila Velha	295.892	93.923	48.238	10.270	7.733	4.447	23.235	28.966	71.448	293.338	103.029	131.682	51.885	405.374
Vitória	763.580	255.408	172.161	23.983	11.306	18.587	29.370	57.125	271.030	736.113	318.764	275.171	122.903	317.085
MC Guarapari	230.597	47.734	17.601	10.135	4.031	3.083	12.528	42.550	55.391	219.634	98.044	90.051	25.739	188.512
Alfredo Chaves	17.094	1.634	709	83	83	115	290	5.190	4.926	16.073	6.996	6.882	1.873	14.332
Anchieta	71.271	14.691	10.741	1.663	319	945	1.022	6.228	31.202	65.620	26.992	27.062	9.926	22.311
Guarapari	90.123	26.644	5.111	7.440	3.312	1.507	9.274	16.604	9.246	87.547	41.760	35.354	8.037	108.120
Iconha	19.278	889	224	87	33	137	407	4.152	4.216	17.108	6.928	7.019	2.806	12.448
Putima	20.429	3.114	577	821	261	224	1.232	6.225	2.251	20.343	8.934	8.842	1.878	19.094
Rio Novo do Sul	12.403	762	240	41	24	155	303	4.152	3.550	12.944	6.435	4.893	1.219	12.207
MS Sul	584.661	51.835	20.009	7.586	2.536	6.384	12.856	141.486	154.281	577.072	282.221	209.544	71.663	587.756
MC Alegre	176.445	9.750	3.081	877	598	1.322	2.510	47.882	41.352	173.333	82.944	63.247	23.578	163.999
Alegre	35.531	3.052	1.174	212	171	234	361	7.794	6.001	31.760	16.353	10.905	3.807	32.669
Divino de São Lourenço	8.274	223	69	16	9	60	69	3.114	2.400	7.968	3.699	3.309	812	5.354
Dores do Rio Preto	9.559	530	295	41	24	86	83	3.114	2.415	8.564	3.891	3.734	836	6.870
Guaçu	26.205	1.866	282	215	116	200	1.053	7.266	5.068	27.387	12.824	10.348	3.622	28.100
Ibatiba	21.598	730	247	11	27	129	32	6.067	5.201	22.555	10.752	7.957	3.417	21.909
Ibitirama	12.246	496	98	61	24	135	179	3.114	3.747	11.810	5.308	3.796	2.612	10.361
Irupi	12.773	409	110	42	42	87	128	4.152	3.671	13.919	6.598	4.989	2.015	10.959
Ituna	27.094	1.407	422	83	114	277	508	7.034	6.642	26.587	13.411	9.141	3.163	28.433
Muniz Freire	23.166	1.036	383	196	71	114	98	6.228	6.209	22.783	10.108	9.067	3.294	19.344
MC Cachoeiro de Itapemirim	311.338	34.280	14.497	5.467	1.655	3.909	7.650	73.893	89.293	307.252	157.020	108.374	33.002	344.869
Apiaçá	9.943	495	183	45	42	23	199	3.114	2.404	10.190	5.445	3.827	824	8.073
Atílio Vivácqua	13.406	661	199	38	28	117	279	3.802	4.108	13.486	6.024	5.223	2.161	9.555
Bom Jesus do Norte	10.132	425	86	81	11	52	194	3.114	2.251	10.001	5.148	3.200	1.345	10.159
Cachoeiro de Itapemirim	141.912	24.252	10.958	4.233	1.117	2.786	5.158	28.980	44.328	140.852	82.285	45.555	6.809	198.150
Castelo	35.470	3.653	1.422	410	204	221	470	8.304	12.683	35.847	17.176	12.970	5.646	35.054
Jerônimo Monteiro	13.590	652	128	167	33	113	39	3.992	2.858	13.702	5.937	4.246	3.208	11.143
Mimoso do Sul	28.524	1.452	520	148	104	190	489	7.266	7.248	28.453	12.577	11.179	4.086	27.794
Muqui	15.172	674	237	61	52	65	258	4.943	3.498	14.825	5.500	6.300	2.596	13.708
São José do Calçado	18.166	860	327	181	39	66	247	4.152	3.686	16.807	6.010	6.831	3.779	10.683
Vargem Alta	25.024	1.156	437	102	25	276	317	6.228	6.229	23.089	10.918	9.043	2.547	20.550
MC Itapemirim	96.877	7.804	2.431	1.242	283	1.152	2.696	19.710	23.636	96.487	42.256	37.923	15.083	78.888
Itapemirim	46.823	2.999	1.017	340	70	592	980	8.174	15.456	45.364	20.036	16.997	7.804	32.749
Maratizais	25.334	3.492	833	738	142	243	1.536	8.304	4.317	24.883	12.719	8.009	3.579	36.494
Presidente Kennedy	24.720	1.313	580	164	71	318	181	3.233	3.863	26.240	9.501	12.918	3.700	9.645
TOTAL	4.104.207	744.744	431.398	72.467	37.486	55.752	143.214	619.447	1.270.255	3.991.360	1.733.774	1.494.754	672.957	3.464.285

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), ainda não apreciados em plenário. População estimada para 2006 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nota: ^a receita total ajustada dos efeitos do Funder (ver "Notas metodológicas", na página 4). ^b inclui despesa com inativos, pensionistas e salário-família. ^c refere-se a toda a despesa corrente, exceto pessoal, inativos, pensionistas, salário-família e pagamento de juros da dívida. ^d inclui toda a despesa de capital, exceto as amortizações da dívida.

Quadro comparativo da receita e da despesa per capita - 2006

Em reais

Mesorregião, microrregião e município	Receita total ^a	Receita tributária	ISS	IPTU	ITBI	IRRF	Taxas	FPM	QPM-ICMS	Despesa total	Pessoal ^b	Custeio ^c	Investimento ^d	Pop. estimada 2006 - IBGE
MS Noroeste	1.151	74	25	8	6	11	24	245	320	1.148	520	428	177	402.710
MC Barra de São Francisco	1.062	55	16	6	7	15	10	273	310	1.060	525	390	115	86.322
Água Doce do Norte	1.148	43	13	2	3	16	8	327	289	1.148	576	362	189	12.788
Barra de São Francisco	915	59	22	8	9	9	12	224	237	908	466	305	106	38.971
Ecoporanga	1.111	53	12	2	5	23	10	274	433	1.150	520	495	107	23.644
Mantemópolis	1.380	63	10	12	11	19	10	384	326	1.303	690	502	74	10.919
MC Nova Venécia	1.187	60	18	5	5	9	23	279	326	1.125	521	381	202	120.744
Água Branca	1.456	40	15	4	8	7	6	343	420	1.290	629	398	244	9.436
Boa Esperança	1.450	58	11	5	5	12	25	365	318	1.181	555	465	127	14.253
Nova Venécia	1.034	67	18	8	5	9	27	213	268	1.035	522	383	109	45.607
São Gabriel da Palha	980	64	16	5	5	10	28	253	256	1.014	492	265	252	28.576
Vila Pavão	2.482	65	25	3	1	6	29	367	534	1.630	667	597	317	8.488
Vila Valério	1.177	44	26	0	4	8	7	361	468	1.167	388	387	372	14.384
MC Colatina	1.167	91	33	10	5	11	31	212	321	1.202	517	474	188	195.644
Alto Rio Novo	1.489	50	15	17	1	16	2	463	423	1.489	732	420	219	6.577
Baixo Guandu	1.293	87	16	8	6	13	44	242	508	1.434	648	631	137	28.335
Colatina	1.051	114	46	14	6	10	38	138	215	1.045	460	424	137	111.789
Governador Lindenberg	1.409	40	15	4	3	10	9	310	681	1.540	557	556	426	10.057
Marilândia	1.405	51	9	3	5	16	18	392	399	1.477	611	519	320	10.604
Pancas	1.201	51	11	5	4	14	17	295	316	1.174	497	416	228	19.957
São Domingos do Norte	1.367	43	26	2	3	6	5	373	498	1.587	537	549	485	8.325
MS Litoral Norte	1.533	191	123	8	6	17	35	217	463	1.500	641	604	232	504.437
MC Montanha	1.490	76	27	1	12	12	4	339	441	1.401	578	471	332	50.728
Montanha	1.435	76	26	1	9	14	3	298	417	1.342	517	446	379	16.620
Mucurici	1.993	88	34	1	24	10	3	516	661	1.764	729	567	443	6.264
Pinhoeiros	1.300	69	20	1	12	10	4	276	375	1.233	558	396	240	21.330
Ponto Belo	1.764	86	47	2	4	13	5	478	505	1.751	656	690	406	6.514
MC São Mateus	1.218	126	74	4	4	14	28	200	305	1.184	554	535	85	176.355
Conceição da Barra	1.180	104	67	3	2	17	14	243	346	1.123	689	346	86	29.607
Jaguaré	2.087	144	104	3	3	18	15	291	667	1.948	555	1.154	225	21.379
Pedro Canário	947	55	25	1	2	11	3	279	270	857	406	369	54	22.414
São Mateus	1.108	144	81	5	5	13	41	151	226	1.114	547	502	62	102.955
MC Linhares	1.742	254	171	12	6	19	46	205	568	1.718	709	673	307	277.354
Aracruz	2.619	383	287	15	8	17	56	183	1.226	2.566	1.008	971	524	73.657
Fundão	1.486	307	227	16	6	15	43	344	182	1.455	641	611	164	15.082
Ibiraçu	1.562	211	147	9	3	11	42	388	359	1.465	606	672	165	10.688
João Neiva	1.507	124	47	7	6	10	55	297	342	1.490	603	546	312	16.653
Linhares	1.453	256	163	13	6	25	49	147	345	1.444	618	596	220	123.000
Rio Bananal	1.325	46	9	4	4	17	12	291	390	1.224	611	391	178	16.986
Soretama	1.167	48	16	1	2	12	16	293	272	1.259	459	455	334	21.288
MS Central	1.159	288	172	29	15	18	52	137	383	1.115	466	410	211	1.969.382
MC Afonso Cláudio	1.201	68	24	8	6	10	15	293	412	1.169	486	453	211	136.407
Afonso Cláudio	885	47	16	6	3	8	13	231	220	852	412	338	80	33.797
Brejóbuca	1.144	39	14	3	4	12	4	319	440	1.143	455	535	154	13.018
Conceição do Castelo	1.669	72	19	10	6	17	5	371	647	1.740	740	476	500	11.189
Domingos Martins	1.192	81	34	8	12	11	17	245	349	1.129	491	395	220	33.873
Laranjal da Terra	1.230	46	11	14	0	7	14	372	396	1.201	408	565	194	11.155
Marechal Floriano	1.455	112	47	8	9	15	33	366	634	1.427	641	553	213	14.158
Venda Nova do Imigrante	1.336	75	23	10	3	6	14	324	555	1.270	414	550	307	19.217

Mesorregião, microrregião e município	Receita total ^a	Receita tributária	ISS	IPTU	ITBI	IRRF	Taxas	FPM	QPM-ICMS	Despesa total	Pessoal ^b	Custeio ^c	Investimento ^d	Pop. estimada 2006 - IBGE
MC Santa Teresa	1.202	58	21	5	4	9	19	300	383	1.163	501	457	191	106.039
Itaguaçu	1.248	68	20	8	5	8	26	339	324	1.182	429	504	233	15.310
Itarana	1.246	65	25	5	5	5	26	341	342	1.268	424	484	356	12.187
Santa Leopoldina	1.232	48	23	1	4	10	11	308	465	1.230	585	469	147	13.454
Santa Maria de Jetibá	1.023	47	16	3	3	11	14	253	430	1.022	501	374	130	32.844
Santa Teresa	1.442	80	27	10	2	10	25	278	335	1.300	599	493	197	21.196
São Roque do Canaã	1.125	41	17	4	2	6	12	376	362	1.099	390	523	173	11.048
MC Vitória	1.145	327	206	30	16	20	56	101	391	1.100	456	395	220	1.538.424
Carriácuca	514	101	53	8	3	6	31	80	123	214	214	148	68	361.058
Serra	1.135	277	182	21	10	12	51	73	508	1.105	436	332	302	394.370
Viana	1.124	140	80	8	3	12	37	189	232	1.124	496	267	336	60.537
Vila Velha	730	232	119	25	19	11	57	71	176	724	254	325	128	405.374
Vitória	2.408	805	543	76	36	59	93	180	855	2.322	1.005	868	388	317.085
MC Guarapari	1.223	253	93	54	21	16	66	226	294	1.165	520	478	137	188.512
Alfredo Chaves	1.193	114	49	6	6	8	20	362	344	1.121	488	480	131	14.332
Anchieta	3.194	658	481	75	14	42	46	279	1.399	2.941	1.210	1.213	445	22.311
Guarapari	834	246	47	69	31	14	86	154	86	810	386	327	74	108.120
Iconha	1.549	71	18	7	3	11	33	334	339	1.374	557	564	225	12.448
Piúma	1.070	163	30	43	14	12	65	326	118	1.065	468	463	98	19.094
Rio Novo do Sul	1.016	62	20	3	2	13	25	291	291	1.060	527	401	100	12.207
MS Sul	995	88	34	13	4	11	22	241	262	982	480	357	122	587.756
MC Alegre	1.076	59	19	5	4	8	15	292	252	1.057	506	386	144	163.999
Alegre	1.088	93	36	6	5	7	11	339	184	972	501	334	117	32.669
Divino de São Lourenço	1.545	42	13	3	2	11	13	582	448	1.488	691	618	152	5.354
Dores do Rio Preto	1.391	77	43	6	4	13	12	453	351	1.247	566	544	122	6.870
Guaçu	933	66	10	8	4	7	37	259	180	975	456	975	129	28.100
Ibatiba	986	33	11	0	1	6	1	277	237	1.029	491	363	156	21.909
Ibitirama	1.182	48	9	6	2	13	17	301	362	1.140	512	366	252	10.361
Irupi	1.166	37	10	4	4	8	12	379	335	1.270	602	455	184	10.959
Iuna	953	49	15	3	4	10	18	247	234	935	472	321	111	28.433
Muniz Freire	1.198	54	20	10	4	6	5	322	321	1.178	523	469	170	19.344
MC Cachoeiro de Itapemirim	903	99	42	16	5	11	22	214	259	891	455	314	96	344.869
Apiacá	1.232	61	23	6	5	3	25	386	298	1.262	675	474	102	8.073
Atílio Vivácqua	1.403	69	21	4	3	12	29	398	430	1.411	630	547	226	9.555
Bom Jesus do Norte	997	42	9	8	1	5	19	307	222	984	507	315	132	10.159
Cachoeiro de Itapemirim	716	122	55	21	6	14	26	146	224	711	415	230	34	198.150
Castelo	1.012	104	41	12	6	6	13	237	362	1.023	490	367	161	35.054
Jerônimo Monteiro	1.220	59	11	15	3	10	4	358	257	1.230	533	381	288	11.143
Mimoso do Sul	1.026	52	19	5	4	7	18	261	261	1.024	452	402	147	21.794
Muqui	1.107	49	17	4	4	5	19	361	255	1.081	401	460	189	13.708
São José do Calçado	1.700	81	31	17	4	6	23	389	345	1.573	563	639	354	10.683
Vargem Alta	1.218	56	21	5	1	13	15	303	303	1.124	531	440	124	20.550
MC Itapemirim	1.228	99	31	16	4	15	34	250	300	1.223	536	481	191	78.888
Itapemirim	1.430	92	31	10	2	18	30	250	250	1.385	612	472	238	32.749
Maratáizes	694	96	23	20	4	7	42	228	118	682	349	219	98	36.494
Presidente Kennedy	2.563	136	60	17	7	33	19	335	401	2.721	985	1.339	384	9.645
TOTAL	1.185	215	125	21	11	16	41	179	367	1.152	500	431	194	3.464.285

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), ainda não apreciados em plenário. População estimada para 2006 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nota: ^a receita total ajustada dos efeitos do Funder (ver "Notas metodológicas", na página 4). ^b inclui despesa com inativos, pensionistas e salário-família. ^c refere-se a toda a despesa corrente, exceto pessoal, inativos, pensionistas, salário-família e pagamento de juros da dívida. ^d inclui toda a despesa de capital, exceto as amortizações da dívida.

ISS

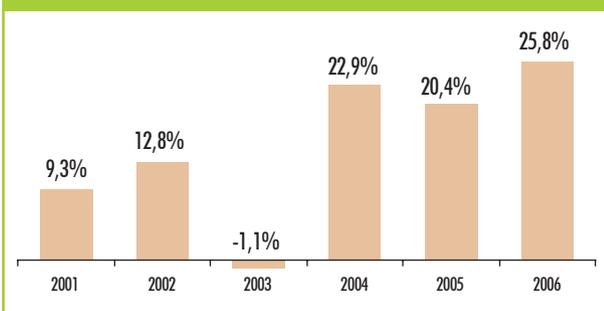
Desempenho

Após dois anos de excelentes taxas de crescimento, de 22,9% em 2004, e de 20,4% em 2005, podia-se esperar que a arrecadação do ISS apresentasse uma redução no seu ritmo de expansão, em 2006. Mas, ao contrário, o aumento, de 25,8%, foi ainda mais intenso do que nos dois anos anteriores. Foram R\$ 88,5 milhões de receita adicional, com a arrecadação saltando de R\$ 342,9 milhões, em 2005, para R\$ 431,4 milhões, em 2006.

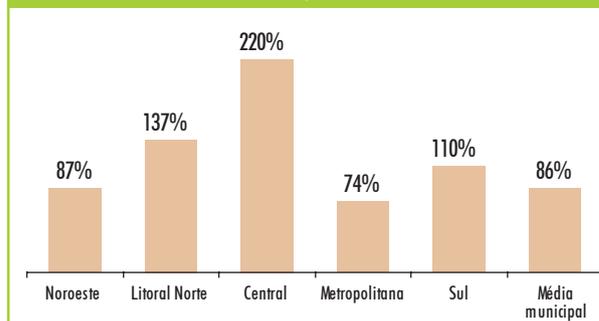
Da mesma forma que nos dois anos anteriores, a expansão da arrecadação do ISS foi um fenômeno generalizado, abarcando todas as regiões do Estado e estendendo-se a praticamente todos os municípios, sejam pequenos ou grandes. Dos 78 municípios capixabas, 70 acusaram aumento de arrecadação do ISS, sendo que para pouco mais de um quarto deles a arrecadação mais do que dobrou em 2006. E mais, para 69 municípios, a arrecadação de 2006 foi a mais elevada de todos os tempos. No grupo de municípios com mais de 50 mil habitantes, todos eles acusaram aumento na arrecadação do ISS e bateram recorde de arrecadação em 2006, à exceção de São Mateus e Guarapari.

Entre os municípios com população acima de 50 mil habitantes, Linhares, com arrecadação do ISS alcançando R\$ 20 milhões, foi o que apresentou o maior crescimento relativo entre 2005 e 2006, com a excepcional taxa de crescimento de 66,4%. Foi seguido pela Serra, cuja taxa não foi menos notável, de 41,8%. Vitória, cuja taxa de crescimento entre 2005 e 2006 foi de 15,5%, foi o município que apresentou o maior crescimento absoluto na receita de ISS, com adicional de R\$ 23,1 milhões, seguido da Serra, com R\$ 21,2 milhões, Vila Velha, com R\$ 11,2 milhões, e Linhares, com mais R\$ 8 milhões. Para os municípios com população inferior a 50 mil habitantes, o crescimento médio foi de 35,1%, uma excelente taxa.

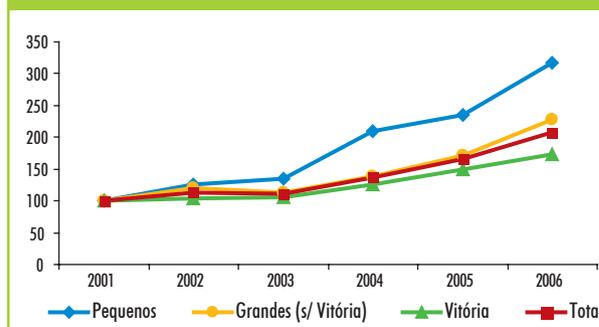
Taxa anual de crescimento do ISS



Crescimento do ISS por região 2006 / 2003



Evolução da arrecadação do ISS por faixa populacional ano base 2001 = 100



Comparando-se 2006 a 2003, a arrecadação do ISS aumentou em 86,1%, efetivamente um desempenho notável. Nesse período, apenas Ibraçu apresentou queda expressiva de arrecadação do ISS. Em 2003, o município havia recolhido com o tributo R\$ 2,4 milhões, arrecadação que encolheu para R\$ 1,6 milhão, em 2006. Atílio Vivácqua também apresentou recuo na arrecadação, que foi, entretanto, de forma mais suave. Na maioria dos demais 76 municípios a arrecadação cresceu de forma bastante intensa.

Três componentes concorrem para explicar esse comportamento francamente expansionista do ISS no período recente. Para alguns municípios apenas um dos fatores atua, para outros a combinação deles.

Como já mencionado na edição anterior de **Finanças dos Municípios Capixabas**, deve-se levar em consideração, em primeiro lugar, o aprimoramento da legislação aplicada ao ISS. Em junho de 2002 foi promulgada a Emenda Constitucional nº 37, que fixou a alíquota mínima de 2% para o imposto, o que se constituiu numa forte restrição à guerra fiscal praticada em torno do ISS.

Há 40 anos abrindo portas para o Espírito Santo.



Há 40 anos o Bandes é sinônimo de desenvolvimento. Nesse tempo, acreditou e investiu nos micro, pequenos e grandes empreendimentos capixabas, no agronegócio e nas exportações, promovendo a modernização, a inclusão social e a sustentabilidade. O Bandes não só vive a história do nosso estado como ajuda a escrevê-la e renová-la. Bandes. Há 40 anos construindo o futuro do Espírito Santo.

A Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, reforçou o combate à guerra fiscal ao estender para cerca de 30 importantes setores econômicos a cobrança do imposto no local onde efetivamente ocorre a prestação dos serviços, regra que até então era utilizada apenas para o setor da construção civil. Com isso, a legislação criou um ambiente de desestímulo para que empresas instalem-se, muitas vezes apenas ficticiamente em municípios vizinhos para prestar serviços nos grandes centros. Atualmente, os “paraísos fiscais” não podem diminuir suas alíquotas abaixo do patamar mínimo de 2% e parcela importante do ISS passou a ser recolhida onde efetivamente o serviço é realizado.

A LC 116 criou, ainda, um ambiente propício para a utilização do regime de substituição tributária, limpando um terreno nebuloso que até então prevalecia pela disputa de bases tributárias entre municípios, ao definir de forma clara os serviços que são tributados no local da prestação de serviços. Assim, aparadas as arestas, os municípios foram encorajados a implantar o regime de substituição tributária, que tem se mostrado eficiente na cobrança, fiscalização e controle do ISS, potencializando assim sua arrecadação.

Outro fator é o ambiente de forte expansão da economia estadual, que está sendo cunhado como o Terceiro Ciclo de Desenvolvimento do Espírito Santo (que envolve a siderurgia, o setor de celulose, o minério de ferro, o petróleo e o gás, a agricultura, o granito, além dos investimentos públicos) e que dinamiza o setor de serviços, alargando a base tributável do ISS. A isso soma-se a adoção de novas tecnologias da informação aplicadas ao ISS, particularmente nos municípios da Região Metropolitana de Vitória.

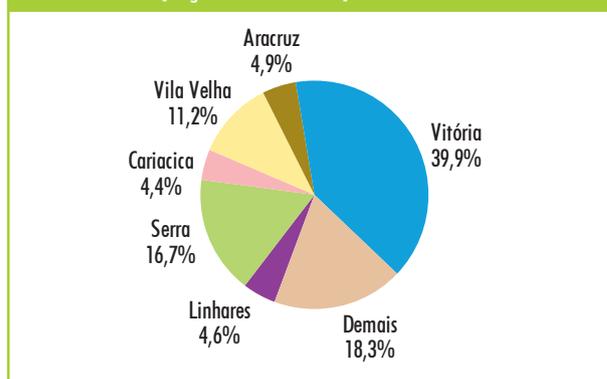
Concentração

Apesar de registrar um bom desempenho de arrecadação, a participação de Vitória na receita global do ISS do conjunto dos municípios capixabas recuou de 43,5%, em 2005, para 39,9%, em 2006 – em 2000, a capital respondia por quase a metade (49,7%) da arrecadação de ISS. Somado ao recolhimento de Serra e Vila Velha, a arrecadação conjunta é ligeiramente superior a dois terços (67,8%).

Participação de Vitória na arrecadação total de ISS



Participação dos municípios no ISS - 2006



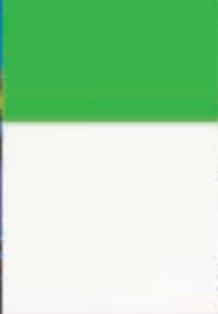
ISS, tributos e orçamentos

O ISS ocupa uma posição isolada e crescente como principal tributo dos municípios capixabas. Em 2000, ele representava pouco menos da metade (48,7%) da arrecadação total dos tributos municipais. Seu peso foi crescendo paulatinamente ao longo dos anos e, em 2006, esse percentual atingiu 57,9%. Vale citar ainda que para 83% dos municípios o ISS é o principal tributo.

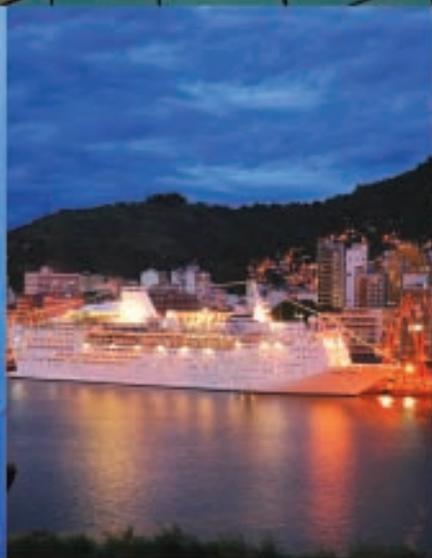
Ainda que seja o principal tributo municipal, sua importância nos orçamentos só se faz sentir em algumas poucas cidades, notadamente nos municípios de maior porte populacional, que detêm uma rede prestadora de serviços estruturada. Em 2006, na capital, Vitória, o ISS respondeu por 22,5% do total de sua receita. Para Serra, Vila Velha, Fundão e Anchieta, algo entre 15% e 16%. Para Linhares, Aracruz, Cariacica e Ibraçu, próximo a 10%.

O Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) incide sobre a prestação de serviços por empresas ou profissionais autônomos. Até 1965, existiam o Imposto sobre Indústrias e Profissões e o Imposto sobre Diversões Públicas, que, com a Emenda Constitucional nº 18, daquele ano, foram unificados e chamados de ISS. O Imposto sobre Indústrias e Profissões chegou a ser de competência dos estados.

O fato gerador do ISS são os serviços listados na Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, e o contribuinte é a própria empresa ou o profissional autônomo que presta esses serviços. Com a Emenda Constitucional nº 37, de 12 de junho de 2002, e o artigo 88 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, o ISS passou a ter alíquota mínima de 2%, exceto para os serviços da construção civil, e não poderão ser concedidas isenções, incentivos ou benefícios fiscais que resultem em sua redução. A alíquota máxima de 5% foi estabelecida pela LC no 116.



UMA CIDADE QUE INVESTE NO CRESCIMENTO
DA ECONOMIA. UM LUGAR COM
OPORTUNIDADES PARA TODOS CRESCEREM.



Vitória é destaque em todo o país. Aqui um empreendedor leva apenas 18 dias para abrir uma empresa. Isso é resultado dos investimentos que a Prefeitura de Vitória promove na economia local, incentivando negócios de todos os portes, investindo no conhecimento, em tecnologia e na renovação urbana. Por isso, hoje, somos a 1ª cidade no Brasil onde - segundo o Banco Mundial* - é mais fácil abrir uma empresa. Agilidade e eficiência são marcas da administração municipal que tornam a cidade mais atrativa para novas empresas e profissionais qualificados. **Mais uma Vitória de quem está preparada para o futuro.**

*Estudo Scorecard 2007 - Pesquisa Melhor dos Municípios - Corporação Financeira Internacional - IFC, do Grupo Banco Mundial



Aqui a Igualdade tem futuro

www.vitoria.es.gov.br

Arrecadação do ISS - 2001-2006

Regiões e municípios	2001	2002	2003	2004	2005	2006	Variação 2006/2005 Em %	Participação 2006		ISS per capita 2006 Em reais
	Em mil reais médios de 2006 - IPCA							no total do ISS	na rec. total ^a	
MS Noroeste	4.877,9	5.254,3	5.343,4	6.199,4	7.666,7	9.998,9	30,4	2,3	2,2	24,8
Alto Rio Novo	44,3	32,5	44,7	47,7	95,1	95,5	0,4	0,0	1,0	14,5
São Domingos do Norte	42,3	57,4	70,2	89,3	129,2	216,3	67,4	0,1	1,9	26,0
Vila Pavão	45,8	64,3	45,8	52,0	53,5	215,7	303,1	0,1	1,0	25,4
Águia Branca	48,2	47,6	59,7	79,7	106,3	142,2	33,8	0,0	1,0	15,1
Governador Lindenberg	25,5	42,1	32,6	80,6	71,3	151,2	112,1	0,0	1,1	15,0
Marilândia	21,8	25,6	16,8	24,7	54,5	96,8	77,6	0,0	0,7	9,1
Mantenópolis	32,0	36,2	41,8	27,4	69,5	110,3	58,6	0,0	0,7	10,1
Água Doce do Norte	59,9	67,7	45,3	45,7	100,5	168,5	67,7	0,0	1,1	13,2
Boa Esperança	69,3	84,3	89,9	108,0	135,5	151,5	11,8	0,0	0,9	10,6
Vila Valério	170,5	222,0	203,7	220,9	276,2	372,1	34,7	0,1	2,2	25,9
Pancas	135,6	120,5	83,2	126,4	156,5	218,5	39,6	0,1	0,9	10,9
Ecoporanga	45,8	61,5	146,9	180,0	190,9	289,2	51,5	0,1	1,1	12,2
Baixo Guandu	177,6	159,8	275,0	262,7	427,1	443,4	3,8	0,1	1,2	15,6
São Gabriel da Palha	363,3	218,0	171,0	181,3	212,6	463,6	118,1	0,1	1,7	16,2
Barra de São Francisco	400,2	396,1	359,4	492,2	733,5	838,4	14,3	0,2	2,4	21,5
Nova Venécia	433,8	538,6	507,2	596,6	700,6	837,5	19,5	0,2	1,8	18,4
Colatina	2.762,0	3.080,3	3.150,0	3.584,0	4.153,9	5.188,1	24,9	1,2	4,4	46,4
MS Litoral Norte	19.285,0	24.709,5	26.125,1	46.808,5	49.034,0	61.925,7	26,3	14,4	8,0	122,8
Mucuri	18,0	18,3	86,1	103,8	84,0	209,9	149,8	0,0	1,7	33,5
Ponto Belo	28,3	25,1	36,7	24,9	128,3	306,7	139,0	0,1	2,7	47,1
Ibiraçu	1.968,8	2.299,2	2.426,1	2.035,1	1.881,8	1.566,2	-16,8	0,4	9,4	146,5
Fundão	527,7	948,3	1.735,4	1.896,9	2.222,1	3.416,1	53,7	0,8	15,2	226,5
Montanha	104,3	163,2	232,5	362,2	392,2	438,9	11,9	0,1	1,8	26,4
João Neiva	329,0	334,5	339,2	403,4	533,2	786,0	47,4	0,2	3,1	47,2
Rio Bananal	19,6	26,0	40,4	52,3	70,4	150,6	113,9	0,0	0,7	8,9
Sooretama	146,7	125,9	100,7	83,8	134,5	341,6	154,1	0,1	1,4	16,0
Pinheiros	200,6	166,0	177,9	260,2	365,0	427,9	17,3	0,1	1,5	20,1
Jaguará	131,1	215,5	845,1	3.827,9	4.185,9	2.226,0	-46,8	0,5	5,0	104,1
Pedro Canário	96,6	103,6	178,4	395,3	405,3	562,5	38,8	0,1	2,6	25,1
Conceição da Barra	1.318,0	1.821,6	1.672,8	1.792,9	2.243,7	1.994,5	-11,1	0,5	5,7	67,4
Aracruz	8.616,0	11.762,8	9.034,6	17.319,0	16.400,8	21.135,1	28,9	4,9	11,0	286,9
São Mateus	2.864,2	3.116,0	4.107,9	9.622,3	7.951,6	8.332,8	4,8	1,9	7,3	80,9
Linhares	2.915,9	3.583,4	5.111,1	8.628,5	12.035,1	20.030,8	66,4	4,6	11,2	162,9
MS Central	4.186,7	5.215,6	5.626,8	10.113,5	11.024,3	18.026,5	63,5	4,2	4,2	55,8
São Roque do Canaã	91,8	75,7	72,0	110,3	168,2	188,7	12,2	0,0	1,5	17,1
Laranja da Terra	87,4	60,5	72,2	85,2	103,4	123,4	19,3	0,0	0,9	11,1
Conceição do Castelo	56,7	26,1	90,9	217,5	191,4	214,6	12,1	0,0	1,1	19,2
Itarana	92,2	75,9	91,9	98,0	125,4	304,4	142,8	0,1	2,0	25,0
Rio Novo do Sul	38,9	52,2	52,6	128,1	125,7	239,7	90,8	0,1	1,9	19,6
Iconha	131,0	121,2	181,0	185,4	293,1	224,4	-23,4	0,1	1,2	18,0
Brejetuba	59,4	80,4	83,0	90,8	320,8	179,6	-44,0	0,0	1,2	13,8
Santa Leopoldina	103,4	140,5	122,8	229,1	351,9	304,5	-13,5	0,1	1,8	22,6
Marechal Floriano	308,4	340,4	368,8	465,5	524,6	662,8	26,4	0,2	3,2	46,8
Alfredo Chaves	121,2	174,1	130,6	187,0	253,5	708,8	179,6	0,2	4,1	49,5
Itaguaçu	105,6	111,3	99,7	142,2	192,6	304,8	58,2	0,1	1,6	19,9
Piúma	172,2	208,6	151,8	225,9	285,4	576,6	102,0	0,1	2,8	30,2
Venda Nova do Imigrante	149,3	186,7	155,6	280,7	345,0	448,0	29,9	0,1	1,7	23,3
Santa Teresa	257,8	390,9	329,4	420,5	431,0	578,4	34,2	0,1	1,9	27,3
Anchieta	1.396,5	2.116,0	2.571,3	5.651,5	5.798,9	10.740,8	85,2	2,5	15,1	481,4
Santa Maria de Jetibá	169,6	144,9	179,8	291,9	360,3	531,9	47,6	0,1	1,6	16,2
Afonso Cláudio	203,4	260,8	215,0	241,1	268,5	551,3	105,4	0,1	1,8	16,3
Domingos Martins	642,1	649,3	658,6	1.062,9	884,5	1.143,6	29,3	0,3	2,8	33,8
Região Metropolitana	169.777,6	188.807,3	185.188,8	207.315,4	260.139,5	321.438,2	23,6	74,5	17,4	195,2
Viana	1.135,1	1.705,3	1.470,6	2.266,2	3.759,1	4.836,4	28,7	1,1	7,1	79,9
Guarapari	4.486,5	6.157,2	4.418,3	3.698,8	3.977,6	5.110,5	28,5	1,2	5,7	47,3
Vitória	99.576,8	104.032,4	105.872,2	124.801,4	149.056,4	172.160,8	15,5	39,9	22,5	542,9
Cariacica	10.588,8	13.912,5	10.522,8	11.730,5	15.605,9	19.121,3	22,5	4,4	10,3	53,0
Serra	28.493,0	30.521,3	30.387,8	33.767,2	50.743,1	71.971,3	41,8	16,7	16,1	182,5
Vila Velha	25.497,3	32.478,7	32.517,1	31.051,3	36.997,3	48.237,9	30,4	11,2	16,3	119,0
MS Sul	9.558,7	10.314,5	9.549,9	14.436,1	15.032,1	20.008,9	33,1	4,6	3,4	34,0
Divino de São Lourenço	4,8	5,7	5,9	13,1	30,5	69,0	126,3	0,0	0,8	12,9
Dores do Rio Preto	9,2	33,7	22,0	40,0	81,3	295,1	263,1	0,1	3,1	43,0
Apiaçá	51,3	58,9	51,6	72,8	73,2	182,9	149,7	0,0	1,8	22,6
Átilio Vivacqua	221,8	200,4	218,9	334,7	213,5	199,4	-6,6	0,0	1,5	20,9
Presidente Kennedy	53,2	473,7	81,9	188,2	259,6	580,5	123,6	0,1	2,3	60,2
Bom Jesus do Norte	22,2	44,9	43,5	51,5	83,5	86,5	3,6	0,0	0,9	8,5
Ibitirama	23,3	29,9	30,0	39,2	67,6	98,2	45,2	0,0	0,8	9,5
São José do Calçado	74,4	152,5	117,4	139,7	130,1	326,7	151,1	0,1	1,8	30,6
Irupi	41,9	41,1	49,5	72,0	91,7	110,1	20,1	0,0	0,9	10,0
Jerônimo Monteiro	23,7	44,0	28,3	35,9	58,3	127,6	118,8	0,0	0,9	11,4
Muqui	78,5	97,7	83,2	109,3	187,0	237,1	26,8	0,1	1,6	17,3
Muniz Freire	90,5	186,8	125,3	166,7	356,1	383,1	7,6	0,1	1,7	19,8
Vargem Alta	154,4	153,6	188,3	323,9	388,6	436,7	12,4	0,1	1,7	21,3
Ibatiba	62,8	37,2	101,2	88,5	203,0	247,2	21,8	0,1	1,1	11,3
Mimoso do Sul	307,1	310,7	231,6	345,5	192,5	520,1	170,2	0,1	1,8	18,7
Guaçuí	133,0	121,5	140,7	170,8	208,3	282,2	35,5	0,1	1,1	10,0
Íluna	196,0	201,2	188,6	260,8	290,7	422,1	45,2	0,1	1,6	14,8
Alegre	254,6	367,1	280,1	386,3	444,2	1.173,7	164,2	0,3	3,3	35,9
Itapemirim	274,6	240,1	244,2	894,6	1.062,0	1.017,1	-4,2	0,2	2,2	31,1
Castelo	331,6	598,1	601,6	778,1	768,2	1.422,0	85,1	0,3	4,0	40,6
Marataizes	343,3	564,1	379,4	774,3	432,3	833,5	92,8	0,2	3,3	22,8
Cachoeiro de Itapemirim	6.806,3	6.351,6	6.336,5	9.150,5	9.410,0	10.958,0	16,5	2,5	7,7	55,3
TOTAL	207.685,9	234.301,3	231.834,0	284.872,9	342.896,6	431.398,1	25,8	100,0	10,5	124,5

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), ainda não apreciados em plenário. Nota: ^a receita total ajustada dos efeitos do Fundef (ver "Notas metodológicas", na página 4).

Posição	Municípios	ISS em reais
1º	Vitória	172.160.781
2º	Serra	71.971.278
3º	Vila Velha	48.237.884
4º	Aracruz	21.135.112
5º	Linhares	20.030.803
6º	Cariacica	19.121.294
7º	Cachoeiro de Itapemirim	10.958.026
8º	Anchieta	10.740.779
9º	São Mateus	8.332.785
10º	Colatina	5.188.110
11º	Guarapari	5.110.543
12º	Viana	4.836.442
13º	Fundão	3.416.127
14º	Jaguaré	2.226.038
15º	Conceição da Barra	1.994.549
16º	Ibiraçu	1.566.234
17º	Castelo	1.421.992
18º	Alegre	1.173.671
19º	Domingos Martins	1.143.571
20º	Itapemirim	1.017.139
21º	Barra de São Francisco	838.358
22º	Nova Venécia	837.511
23º	Marataizes	833.486
24º	João Neiva	785.967
25º	Alfredo Chaves	708.789
26º	Marechal Floriano	662.824
27º	Presidente Kennedy	580.475
28º	Santa Teresa	578.435
29º	Piúma	576.614
30º	Pedro Canário	562.455
31º	Afonso Cláudio	551.314
32º	Santa Maria de Jetibá	531.940
33º	Mimoso do Sul	520.085
34º	São Gabriel da Palha	463.599
35º	Venda Nova do Imigrante	447.989
36º	Baixo Guandu	443.428
37º	Montanha	438.928
38º	Vargem Alta	436.749
39º	Pinheiros	427.948
40º	Iúna	422.081
41º	Muniz Freire	383.114
42º	Vila Valério	372.100
43º	Sooretama	341.628
44º	São José do Calçado	326.717
45º	Ponto Belo	306.657
46º	Itaguaçu	304.821
47º	Santa Leopoldina	304.518
48º	Itarana	304.420
49º	Dores do Rio Preto	295.127
50º	Ecoporanga	289.150
51º	Guaçuí	282.233
52º	Ibatiba	247.241
53º	Rio Novo do Sul	239.727
54º	Muqui	237.059
55º	Iconha	224.405
56º	Pancas	218.523
57º	São Domingos do Norte	216.266
58º	Vila Pavão	215.721
59º	Conceição do Castelo	214.645
60º	Mucurici	209.906
61º	Atílio Vivácqua	199.428
62º	São Roque do Canaã	188.677
63º	Apiacá	182.851
64º	Brejetuba	179.630
65º	Água Doce do Norte	168.495
66º	Boa Esperança	151.515
67º	Governador Lindenberg	151.213
68º	Rio Bananal	150.583
69º	Águia Branca	142.228
70º	Jerônimo Monteiro	127.577
71º	Laranja da Terra	123.374
72º	Mantenópolis	110.254
73º	Irupi	110.127
74º	Ibitirama	98.226
75º	Marilândia	96.844
76º	Alto Rio Novo	95.547
77º	Bom Jesus do Norte	86.488
78º	Divino de São Lourenço	68.971
TOTAL		431.398.140

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), não apreciados em plenário.

Posição	Municípios	A / B	ISS A	População B
		em reais		
1º	Vitória	543	172.160.781	317.085
2º	Anchieta	481	10.740.779	22.311
3º	Aracruz	287	21.135.112	73.657
4º	Fundão	227	3.416.127	15.082
5º	Serra	182	71.971.278	394.370
6º	Linhares	163	20.030.803	123.000
7º	Ibiraçu	147	1.566.234	10.688
8º	Vila Velha	119	48.237.884	405.374
9º	Jaguaré	104	2.226.038	21.379
10º	São Mateus	81	8.332.785	102.955
11º	Viana	80	4.836.442	60.537
12º	Conceição da Barra	67	1.994.549	29.607
13º	Presidente Kennedy	60	580.475	9.645
14º	Cachoeiro de Itapemirim	55	10.958.026	198.150
15º	Cariacica	53	19.121.294	361.058
16º	Alfredo Chaves	49	708.789	14.332
17º	Guarapari	47	5.110.543	108.120
18º	João Neiva	47	785.967	16.653
19º	Ponto Belo	47	306.657	6.514
20º	Marechal Floriano	47	662.824	14.158
21º	Colatina	46	5.188.110	111.789
22º	Dores do Rio Preto	43	295.127	6.870
23º	Castelo	41	1.421.992	35.054
24º	Alegre	36	1.173.671	32.669
25º	Domingos Martins	34	1.143.571	33.873
26º	Mucurici	34	209.906	6.264
27º	Itapemirim	31	1.017.139	32.749
28º	São José do Calçado	31	326.717	10.683
29º	Piúma	30	576.614	19.094
30º	Santa Teresa	27	578.435	21.196
31º	Montanha	26	438.928	16.620
32º	São Domingos do Norte	26	216.266	8.325
33º	Vila Valério	26	372.100	14.384
34º	Vila Pavão	25	215.721	8.488
35º	Pedro Canário	25	562.455	22.414
36º	Itarana	25	304.420	12.187
37º	Venda Nova do Imigrante	23	447.989	19.217
38º	Marataizes	23	833.486	36.494
39º	Apiacá	23	182.851	8.073
40º	Santa Leopoldina	23	304.518	13.454
41º	Barra de São Francisco	22	838.358	38.971
42º	Vargem Alta	21	436.749	20.550
43º	Atílio Vivácqua	21	199.428	9.555
44º	Pinheiros	20	427.948	21.330
45º	Itaguaçu	20	304.821	15.310
46º	Muniz Freire	20	383.114	19.344
47º	Rio Novo do Sul	20	239.727	12.207
48º	Conceição do Castelo	19	214.645	11.189
49º	Mimoso do Sul	19	520.085	27.794
50º	Nova Venécia	18	837.511	45.607
51º	Iconha	18	224.405	12.448
52º	Muqui	17	237.059	13.708
53º	São Roque do Canaã	17	188.677	11.048
54º	Afonso Cláudio	16	551.314	33.797
55º	São Gabriel da Palha	16	463.599	28.576
56º	Santa Maria de Jetibá	16	531.940	32.844
57º	Sooretama	16	341.628	21.288
58º	Baixo Guandu	16	443.428	28.335
59º	Águia Branca	15	142.228	9.436
60º	Governador Lindenberg	15	151.213	10.057
61º	Iúna	15	422.081	28.433
62º	Alto Rio Novo	15	95.547	6.577
63º	Brejetuba	14	179.630	13.018
64º	Água Doce do Norte	13	168.495	12.788
65º	Divino de São Lourenço	13	68.971	5.354
66º	Ecoporanga	12	289.150	23.644
67º	Jerônimo Monteiro	11	127.577	11.143
68º	Ibatiba	11	247.241	21.909
69º	Laranja da Terra	11	123.374	11.155
70º	Pancas	11	218.523	19.957
71º	Boa Esperança	11	151.515	14.253
72º	Mantenópolis	10	110.254	10.919
73º	Irupi	10	110.127	10.959
74º	Guaçuí	10	282.233	28.100
75º	Ibitirama	9	98.226	10.361
76º	Marilândia	9	96.844	10.604
77º	Rio Bananal	9	150.583	16.986
78º	Bom Jesus do Norte	9	86.488	10.159
TOTAL		125	431.398.140	3.464.285

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), não apreciados em plenário. Estimativa populacional para 2006 da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

IPTU

Desempenho

Em 2006, a arrecadação de IPTU dos municípios capixabas somou R\$ 72,5 milhões, valor 8% acima do ano anterior. Em termos absolutos o aumento foi de R\$ 5,4 milhões.

Esses resultados foram fortemente influenciados pelo aumento da arrecadação de Vitória, com receita adicional de IPTU de R\$ 3,6 milhões, quando a arrecadação passou de R\$ 20,4 milhões, em 2005, para R\$ 24 milhões, em 2006. Já descontada a inflação, a capital apresentou uma taxa de crescimento da arrecadação de IPTU de 17,6%, a mais elevada dos últimos anos. Descontados os valores da capital, a taxa média de crescimento foi de 3,8%. É importante notar que o IPTU de Vitória sofreu quedas por três anos consecutivos, de 2000 a 2002. A partir de 2003 iniciou sua recuperação.

Além de Vitória, entre as cidades com população acima de 50 mil habitantes, as que apresentaram boas taxas de crescimento na arrecadação do IPTU, entre 2005 e 2006, foram Colatina (21,5%), Guarapari (16,9%), Cariacica (14,5%), Serra (11,8%) e Linhares (11,2%). Nos casos de Colatina e Guarapari, o aumento de arrecadação ocorreu após dois anos de ligeira queda. As cidades com mais de 50 mil habitantes foram responsáveis por 86% da arrecadação do IPTU no Espírito Santo.

Em Aracruz, o recolhimento foi reduzido pela metade, passando de R\$ 2,1 milhões, em 2005, para R\$ 1,1 milhão, em 2006. Vale notar que o valor arrecadado em 2005 foi

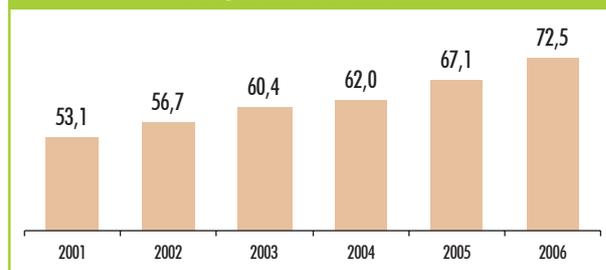
bastante elevado em relação à série histórica do município. Em São Mateus, por sua vez, o recuo da arrecadação fez com que o município atingisse o mais baixo nível de receita de IPTU dos últimos anos.

Em Vila Velha, a segunda maior arrecadação de IPTU entre os municípios capixabas, a receita de IPTU sofreu um pequeno recuo de 4%, entre 2005 e 2006. Apesar dessa estagnação, a arrecadação do município aumentou de forma espetacular nos últimos anos. Em 2001, o município arrecadou R\$ 4,6 milhões. Cinco anos depois, a arrecadação saltou para R\$ 10,3 milhões, um crescimento de 123% no período, o mais alto entre as cidades capixabas com população acima de 50 mil habitantes. Com isso, a cidade, que ocupava a quarta posição no ranking das maiores receitas de IPTU, em 2000, passou a ocupar a segunda posição, já em 2002, colocação que manteve a partir de então.

Nas cidades com até 50 mil habitantes, a arrecadação do IPTU cresceu, em média, 2,3%.

Evolução da arrecadação do IPTU

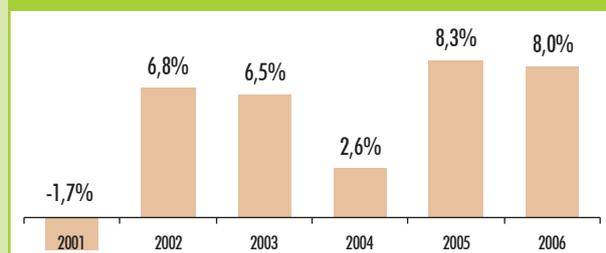
em R\$ milhões - IPCA médio 2006



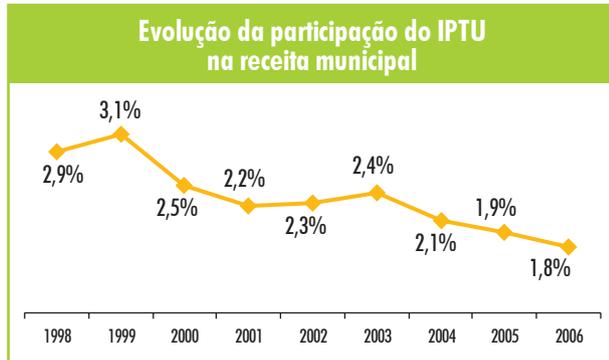
Taxas anuais de crescimento

Em 2004, muito em função de ser um ano eleitoral, ocorreu uma desaceleração no ritmo de crescimento na receita do IPTU, com taxa de 2,6% em relação ao ano anterior. Nos dois anos anteriores, o desempenho positivo havia sido de 6,8% e 6,5%. Em 2005 e 2006, as taxas foram de 8,3% e 8% fortemente influenciadas, respectivamente, pelo desempenho de Vila Velha e Vitória.

Taxa anual de crescimento do IPTU



Por mais um ano, a importância do IPTU nos orçamentos municipais vem declinando conforme se pode observar no gráfico abaixo. Em 2006, o IPTU foi responsável, em média, por apenas 1,8% da receita municipal, sendo que em 1999 esse percentual havia sido de 3,1%. Esses indicadores demonstram que as demais receitas municipais têm apresentado um comportamento muito mais dinâmico que o do IPTU. Mesmo em Guarapari, a mais importante cidade turística do litoral capixaba, o IPTU vem perdendo participação: em 2006, respondeu por 8,3% do conjunto de suas receitas, percentual que no início da década era de quase 10%.

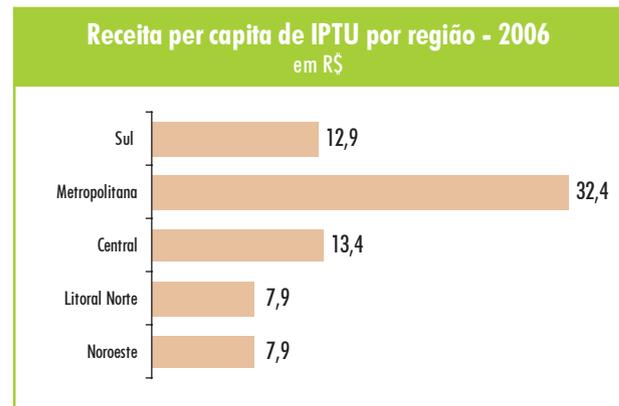


Arrecadação per capita

A arrecadação média per capita dos municípios capixabas, em 2006, foi de R\$ 20,9. A liderança, que em 2005 havia sido de Anchieta, coube a Vitória com a arrecadação de R\$ 75,6 por habitante. Em seguida, aparecem Anchieta (R\$ 74,5), Guarapari (R\$ 68,8) e Piúma (R\$ 43,0), todos com valores muito superiores à média.

No caso de Vitória, a elevada receita per capita de IPTU deve-se à ampla base de arrecadação, por se tratar de uma capital bem desenvolvida economicamente. Os demais municípios possuem a característica comum de serem cidades litorâneas. Nesses casos, grande parte do tributo é paga por uma parcela significativa de contribuintes que não reside nessas cidades. Ou seja, os não moradores recolhem o tributo, mas não entram no cômputo da população para o cálculo da receita per capita. Para Anchieta, deve-se levar em consideração o

fato de o município contar com a Samarco Mineração como contribuinte de IPTU.



O Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) é um imposto de longa tradição municipal. A partir da Carta Constitucional de 1934, sua administração, fiscalização e arrecadação passaram para a competência dos municípios. Anteriormente, a arrecadação sobre a propriedade de imóveis pertencia aos estados.

O IPTU tem como fato gerador, conforme o Código Tributário Nacional, “a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel”, sendo o contribuinte “o proprietário do imóvel, o titular de seu domínio útil ou o seu possuidor a qualquer título”. A base de cálculo do imposto é o valor venal do imóvel, sobre o qual recai uma alíquota definida em nível municipal.

Arrecadação do IPTU - 2001-2006

Regiões e municípios	2001	2002	2003	2004	2005	2006	Variação 2006/2005	Participação 2006		IPTU per capita 2006 Em reais
								no total do IPTU	na rec. total ^a	
	Em mil reais médios de 2006 - IPCA							Em %		
MS Noroeste	2.541,0	2.592,8	2.693,6	2.510,0	2.831,3	3.190,2	12,7	4,4	0,7	7,9
Alto Rio Novo	4,9	6,8	10,1	12,8	75,9	112,0	47,5	0,2	1,1	17,0
São Domingos do Norte	15,3	15,9	21,0	17,6	17,7	18,6	5,0	0,0	0,2	2,2
Vila Pavão	25,7	41,9	30,5	22,8	25,0	29,0	15,9	0,0	0,1	3,4
Águia Branca	12,1	10,9	14,1	17,4	23,8	37,0	55,4	0,1	0,3	3,9
Governador Lindenber	29,8	37,1	42,2	37,2	51,6	35,9	-30,5	0,0	0,3	3,6
Marilândia	50,4	44,3	47,8	31,8	67,4	34,0	-49,6	0,0	0,2	3,2
Mantenópolis	59,0	36,9	24,6	90,5	96,4	131,8	36,7	0,2	0,9	12,1
Água Doce do Norte	22,9	10,0	17,3	17,4	22,1	22,2	0,3	0,0	0,2	1,7
Boa Esperança	45,4	32,7	40,6	43,8	41,1	69,8	69,9	0,1	0,4	4,9
Vila Valério	0,0	33,5	23,1	7,4	18,6	6,1	-67,2	0,0	0,0	0,4
Pancas	98,9	68,5	20,9	61,1	113,2	89,9	-20,6	0,1	0,4	4,5
Ecoporanga	22,7	27,6	23,2	18,1	1,7	50,9	2.937,1	0,1	0,2	2,2
Baixo Guandu	400,7	464,2	323,9	199,2	285,4	225,8	-20,9	0,3	0,6	8,0
São Gabriel da Palha	109,3	113,2	143,4	138,6	155,6	150,6	-3,2	0,2	0,5	5,3
Barra de São Francisco	237,5	225,8	234,4	235,6	269,5	299,3	11,1	0,4	0,8	7,7
Nova Venécia	221,2	254,4	261,3	251,8	313,7	355,8	13,4	0,5	0,8	7,8
Colatina	1.185,4	1.169,3	1.415,2	1.307,1	1.252,6	1.521,4	21,5	2,1	1,3	13,6
MS Litoral Norte	3.976,6	3.043,3	3.530,6	4.566,8	4.980,5	3.997,8	-19,7	5,5	0,5	7,9
Mucuri	12,2	22,6	14,9	3,5	2,7	3,6	32,9	0,0	0,0	0,6
Ponto Belo	6,7	6,4	17,2	8,3	15,6	15,5	-1,0	0,0	0,1	2,4
Ibiraçu	63,6	56,9	76,6	62,0	78,5	94,0	19,7	0,1	0,6	8,8
Fundão	307,2	302,4	249,3	239,2	308,5	237,9	-22,9	0,3	1,1	15,8
Montanha	55,8	61,4	74,4	38,9	42,8	23,8	-44,3	0,0	0,1	1,4
João Neiva	112,5	113,6	136,7	120,3	115,5	109,6	-5,1	0,2	0,4	6,6
Rio Bananal	25,3	30,0	8,9	69,8	48,9	69,4	41,8	0,1	0,3	4,1
Sooretama	17,1	16,8	19,3	20,2	47,9	21,3	-55,6	0,0	0,1	1,0
Pinheiros	47,6	39,3	30,6	34,6	32,6	27,8	-14,8	0,0	0,1	1,3
Jaguari	40,3	49,4	50,8	52,8	51,4	59,0	14,8	0,1	0,1	2,8
Pedro Canário	21,0	22,3	22,6	16,2	21,6	15,8	-26,9	0,0	0,1	0,7
Conceição da Barra	176,5	191,5	127,8	100,8	101,3	95,1	-6,1	0,1	0,3	3,2
Aracruz	954,5	654,1	932,6	1.794,1	2.125,2	1.102,6	-48,1	1,5	0,6	15,0
São Mateus	620,3	540,1	529,8	672,6	502,2	470,6	-6,3	0,6	0,4	4,6
Linhares	1.516,0	936,3	1.239,2	1.333,5	1.485,7	1.651,8	11,2	2,3	0,9	13,4
MS Central	3.793,1	3.935,8	4.343,8	4.050,0	4.532,9	4.323,7	-4,6	6,0	1,0	13,4
São Roque do Canaã	16,5	19,5	43,4	32,5	41,8	48,9	17,0	0,1	0,4	4,4
Laranja da Terra	11,9	17,5	20,2	67,6	167,3	152,9	-8,6	0,2	1,1	13,7
Conceição do Castelo	59,8	80,3	90,6	98,8	114,2	117,1	2,5	0,2	0,6	10,5
Itarana	53,9	52,8	51,3	53,4	55,4	58,2	5,1	0,1	0,4	4,8
Rio Novo do Sul	36,2	48,5	55,4	44,9	36,6	41,4	12,9	0,1	0,3	3,4
Iconha	107,0	196,9	122,3	123,8	257,1	87,3	-66,1	0,1	0,5	7,0
Brejuba	11,7	12,6	31,5	39,5	31,2	33,1	6,0	0,0	0,2	2,5
Santa Leopoldina	40,9	23,9	35,0	30,7	28,9	11,3	-60,8	0,0	0,1	0,8
Marechal Floriano	87,8	96,6	93,8	90,8	85,3	108,9	27,6	0,2	0,5	7,7
Alfredo Chaves	52,5	57,1	53,6	51,5	63,3	82,7	30,6	0,1	0,5	5,8
Itaguai	103,3	129,6	112,2	121,3	126,3	122,0	-3,4	0,2	0,6	8,0
Piúma	850,3	880,4	1.146,7	876,4	925,9	820,8	-11,4	1,1	4,0	43,0
Venda Nova do Imigrante	169,1	180,0	176,6	200,2	190,5	196,5	3,2	0,3	0,8	10,2
Santa Teresa	268,9	263,0	229,9	213,4	180,0	206,5	14,7	0,3	0,7	9,7
Anchieta	1.517,3	1.482,1	1.636,1	1.525,9	1.661,8	1.663,0	0,1	2,3	2,3	74,5
Santa Maria de Jetibá	86,9	82,9	56,3	57,2	81,4	100,3	23,2	0,1	0,3	3,1
Afonso Cláudio	122,8	95,8	176,7	198,9	249,0	217,9	-12,5	0,3	0,7	6,4
Domingos Martins	196,4	216,2	212,2	223,3	236,7	254,9	7,7	0,4	0,6	7,5
Região Metropolitana	36.442,7	40.774,6	42.385,3	43.710,5	47.866,2	53.368,9	11,5	73,6	2,9	32,4
Viana	492,6	450,5	352,6	289,9	451,3	474,0	5,0	0,7	0,7	7,8
Guarapari	4.882,2	5.247,0	6.941,5	6.484,6	6.367,2	7.440,2	16,9	10,3	8,3	68,8
Vitória	18.213,3	17.691,7	18.501,4	19.637,9	20.392,9	23.983,2	17,6	33,1	3,1	75,6
Cariacica	2.120,7	2.596,6	2.004,0	2.594,3	2.540,6	2.909,2	14,5	4,0	1,6	8,1
Serra	6.125,4	7.031,4	6.449,5	6.852,2	7.416,2	8.292,3	11,8	11,4	1,9	21,0
Vila Velha	4.608,5	7.757,4	8.136,3	7.851,6	10.698,1	10.270,0	-4,0	14,2	3,5	25,3
MS Sul	6.358,4	6.380,9	7.440,1	7.119,1	6.902,1	7.586,1	9,9	10,5	1,3	12,9
Divino de São Lourenço	17,3	19,6	18,1	17,9	19,2	16,3	-15,0	0,0	0,2	3,1
Dores do Rio Preto	24,5	40,4	41,4	37,3	39,2	40,9	4,4	0,1	0,4	6,0
Apicá	40,0	54,4	42,4	39,9	40,1	45,1	12,4	0,1	0,5	5,6
Atílio Vivacqua	38,2	34,1	34,6	37,3	38,0	37,6	-1,0	0,1	0,3	3,9
Presidente Kennedy	109,9	150,0	83,7	89,7	80,0	163,9	104,9	0,2	0,7	17,0
Bom Jesus do Norte	67,5	47,6	70,5	67,1	82,9	80,8	-2,5	0,1	0,8	8,0
Ibitirama	52,9	53,0	54,6	1,9	57,2	61,0	6,5	0,1	0,5	5,9
São José do Calçado	132,6	124,3	138,6	142,5	38,3	180,9	372,2	0,2	1,0	16,9
Irupi	27,0	22,9	22,7	18,6	36,7	41,8	13,7	0,1	0,3	3,8
Jerônimo Monteiro	0,4	201,6	134,3	142,3	121,0	167,3	38,3	0,2	1,2	15,0
Muqui	90,6	70,3	84,8	58,3	61,2	61,4	0,3	0,1	0,4	4,5
Muniz Freire	183,6	166,0	163,9	174,2	173,1	195,8	13,2	0,3	0,8	10,1
Vargem Alta	56,8	61,8	55,2	78,0	97,1	102,2	5,2	0,1	0,4	5,0
Ibatiba	20,3	138,3	61,1	31,8	41,9	10,5	-74,9	0,0	0,0	0,5
Mimoso do Sul	167,8	191,5	253,7	233,7	183,4	148,4	-19,1	0,2	0,5	5,3
Guaçu	248,2	270,6	196,2	291,3	207,2	215,2	-3,8	0,3	0,8	7,7
Lúna	62,8	71,5	66,9	66,4	92,7	83,1	-10,4	0,1	0,3	2,9
Alegre	271,8	181,4	185,8	164,7	205,9	212,3	3,1	0,3	0,6	6,5
Itapemirim	263,0	265,2	340,8	284,4	342,8	340,4	-0,7	0,5	0,7	10,4
Castelo	341,3	325,6	309,7	329,5	312,5	410,2	31,3	0,6	1,2	11,7
Maratáizes	1.151,8	1.105,5	994,2	888,2	637,4	738,1	15,8	1,0	2,9	20,2
Cachoeiro de Itapemirim	2.990,1	2.785,2	4.087,1	3.924,2	3.994,3	4.233,1	6,0	5,8	3,0	21,4
TOTAL	53.111,8	56.727,3	60.393,4	61.956,4	67.112,9	72.466,7	8,0	100,0	1,8	20,9

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), ainda não apreciados em plenário. Nota: ^a receita total ajustada dos efeitos do Fundef (ver "Notas metodológicas", na página 4).

IPTU

Posição	Municípios	IPTU em reais
1º	Vitória	23.983.232
2º	Vila Velha	10.269.992
3º	Serra	8.292.327
4º	Guarapari	7.440.192
5º	Cachoeiro de Itapemirim	4.233.092
6º	Cariacica	2.909.166
7º	Anchieta	1.663.043
8º	Linhares	1.651.830
9º	Colatina	1.521.445
10º	Aracruz	1.102.626
11º	Piúma	820.808
12º	Marataízes	738.056
13º	Viana	474.011
14º	São Mateus	470.585
15º	Castelo	410.238
16º	Nova Venécia	355.799
17º	Itapemirim	340.376
18º	Barra de São Francisco	299.280
19º	Domingos Martins	254.867
20º	Fundão	237.941
21º	Baixo Guandu	225.821
22º	Afonso Cláudio	217.933
23º	Guaçuí	215.214
24º	Alegre	212.318
25º	Santa Teresa	206.455
26º	Venda Nova do Imigrante	196.529
27º	Muniz Freire	195.824
28º	São José do Calçado	180.852
29º	Jerônimo Monteiro	167.322
30º	Presidente Kennedy	163.850
31º	Laranja da Terra	152.893
32º	São Gabriel da Palha	150.599
33º	Mimoso do Sul	148.372
34º	Mantenópolis	131.804
35º	Itaguaçu	122.016
36º	Conceição do Castelo	117.067
37º	Alto Rio Novo	111.978
38º	João Neiva	109.584
39º	Marechal Floriano	108.857
40º	Vargem Alta	102.153
41º	Santa Maria de Jetibá	100.254
42º	Conceição da Barra	95.144
43º	Ibiraçu	94.044
44º	Pancas	89.892
45º	Iconha	87.259
46º	Iúna	83.085
47º	Alfredo Chaves	82.743
48º	Bom Jesus do Norte	80.827
49º	Boa Esperança	69.834
50º	Rio Bananal	69.353
51º	Muqui	61.396
52º	Ibitirama	60.961
53º	Jaguaré	58.959
54º	Itarana	58.219
55º	Ecoporanga	50.933
56º	São Roque do Canaã	48.943
57º	Apiacá	45.054
58º	Irupi	41.752
59º	Rio Novo do Sul	41.379
60º	Dores do Rio Preto	40.899
61º	Atílio Vivácqua	37.611
62º	Água Branca	37.038
63º	Governador Lindenberg	35.911
64º	Mariilândia	33.973
65º	Brejetuba	33.097
66º	Vila Pavão	28.996
67º	Pinheiros	27.775
68º	Montanha	23.839
69º	Água Doce do Norte	22.162
70º	Sooretama	21.294
71º	São Domingos do Norte	18.626
72º	Divino de São Lourenço	16.343
73º	Pedro Canário	15.765
74º	Ponto Belo	15.468
75º	Santa Leopoldina	11.336
76º	Ibatiba	10.519
77º	Vila Valério	6.093
78º	Mucurici	3.591
TOTAL		72.466.716

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), não apreciados em plenário.

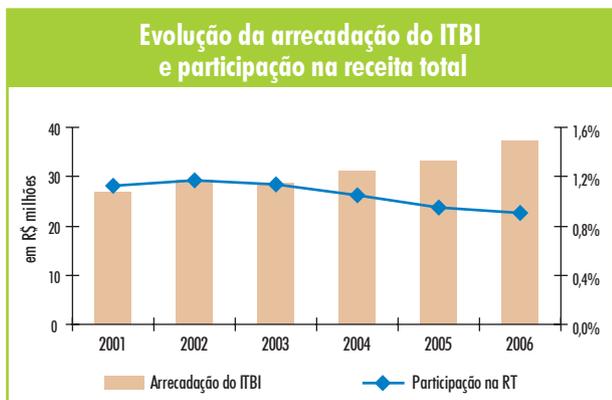
IPTU per capita

Posição	Municípios	A / B	IPTU A	População B
		em reais		
1º	Vitória	76	23.983.232	317.085
2º	Anchieta	75	1.663.043	22.311
3º	Guarapari	69	7.440.192	108.120
4º	Piúma	43	820.808	19.094
5º	Vila Velha	25	10.269.992	405.374
6º	Cachoeiro de Itapemirim	21	4.233.092	198.150
7º	Serra	21	8.292.327	394.370
8º	Marataízes	20	738.056	36.494
9º	Alto Rio Novo	17	111.978	6.577
10º	Presidente Kennedy	17	163.850	9.645
11º	São José do Calçado	17	180.852	10.683
12º	Fundão	16	237.941	15.082
13º	Jerônimo Monteiro	15	167.322	11.143
14º	Aracruz	15	1.102.626	73.657
15º	Laranja da Terra	14	152.893	11.155
16º	Colatina	14	1.521.445	111.789
17º	Linhares	13	1.651.830	123.000
18º	Mantenópolis	12	131.804	10.919
19º	Castelo	12	410.238	35.054
20º	Conceição do Castelo	10	117.067	11.189
21º	Itapemirim	10	340.376	32.749
22º	Venda Nova do Imigrante	10	196.529	19.217
23º	Muniz Freire	10	195.824	19.344
24º	Santa Teresa	10	206.455	21.196
25º	Ibiraçu	9	94.044	10.688
26º	Cariacica	8	2.909.166	361.058
27º	Baixo Guandu	8	225.821	28.335
28º	Itaguaçu	8	122.016	15.310
29º	Bom Jesus do Norte	8	80.827	10.159
30º	Viana	8	474.011	60.537
31º	Nova Venécia	8	355.799	45.607
32º	Marechal Floriano	8	108.857	14.158
33º	Barra de São Francisco	8	299.280	38.971
34º	Guaçuí	8	215.214	28.100
35º	Domingos Martins	8	254.867	33.873
36º	Iconha	7	87.259	12.448
37º	João Neiva	7	109.584	16.653
38º	Alegre	6	212.318	32.669
39º	Afonso Cláudio	6	217.933	33.797
40º	Dores do Rio Preto	6	40.899	6.870
41º	Ibitirama	6	60.961	10.361
42º	Alfredo Chaves	6	82.743	14.332
43º	Apiacá	6	45.054	8.073
44º	Mimoso do Sul	5	148.372	27.794
45º	São Gabriel da Palha	5	150.599	28.576
46º	Vargem Alta	5	102.153	20.550
47º	Boa Esperança	5	69.834	14.253
48º	Itarana	5	58.219	12.187
49º	São Mateus	5	470.585	102.955
50º	Pancas	5	89.892	19.957
51º	Muqui	4	61.396	13.708
52º	São Roque do Canaã	4	48.943	11.048
53º	Rio Bananal	4	69.353	16.986
54º	Atílio Vivácqua	4	37.611	9.555
55º	Água Branca	4	37.038	9.436
56º	Irupi	4	41.752	10.959
57º	Governador Lindenberg	4	35.911	10.057
58º	Vila Pavão	3	28.996	8.488
59º	Rio Novo do Sul	3	41.379	12.207
60º	Conceição da Barra	3	95.144	29.607
61º	Mariilândia	3	33.973	10.604
62º	Divino de São Lourenço	3	16.343	5.354
63º	Santa Maria de Jetibá	3	100.254	32.844
64º	Iúna	3	83.085	28.433
65º	Jaguaré	3	58.959	21.379
66º	Brejetuba	3	33.097	13.018
67º	Ponto Belo	2	15.468	6.514
68º	São Domingos do Norte	2	18.626	8.325
69º	Ecoporanga	2	50.933	23.644
70º	Água Doce do Norte	2	22.162	12.788
71º	Montanha	1	23.839	16.620
72º	Pinheiros	1	27.775	21.330
73º	Sooretama	1	21.294	21.288
74º	Santa Leopoldina	1	11.336	13.454
75º	Pedro Canário	1	15.765	22.414
76º	Mucurici	1	3.591	6.264
77º	Ibatiba	0	10.519	21.909
78º	Vila Valério	0	6.093	14.384
TOTAL		21	72.466.716	3.464.285

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), não apreciados em plenário. Estimativa populacional para 2006 da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

ITBI

A receita do Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis *Inter Vivos* por ato oneroso (ITBI) continuou aumentando e sua participação na receita total continuou caindo, em 2006. O acréscimo de 12,3%, naquele ano, foi resultado de um aumento na arrecadação de R\$ 33,1 milhões, em 2005, para R\$ 37,2 milhões, em 2006, a preços atualizados pelo IPCA.

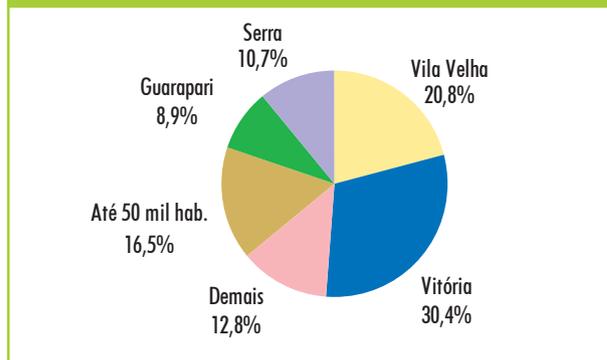


O crescimento do ITBI concentrou-se nos grandes municípios, sobretudo em Vitória, que elevou sua arrecadação em R\$ 1,9 milhão, e na Serra, cujo aumento foi de R\$ 972,4 mil. Nesse grupo de municípios, somente Linhares teve queda de arrecadação, com uma retração de 17,4%.

Já nos pequenos municípios, aqueles com até 15 mil habitantes, o recolhimento do ITBI caiu 11,4%, nos com população entre 15 mil e 30 mil habitantes a arrecadação ficou estável e naqueles com 30 mil a 50 mil habitantes aumentou 7,1%.

Juntas, as cidades de Vitória e Vila Velha concentraram 51,2% de toda a arrecadação do ITBI, em 2006. Adicionando a arrecadação de Serra e Guarapari o percentual chega a 70,8%.

Participação dos municípios na receita do ITBI - 2006



O desempenho da arrecadação do ITBI está relacionado, sobretudo, à dinâmica do mercado imobiliário local. Portanto, o tributo adquire maior relevância em grandes centros urbanos, devido à concentração populacional e econômica, e em cidades turísticas e históricas, onde as transações ocorrem com mais frequência.

Apesar de apresentar boas taxas de crescimento nos últimos três anos, o ITBI, em média, tem uma participação pequena no orçamento municipal. De 2001 a 2005, essa participação gravitou em torno de 1,1% caindo para 0,9%, em 2006. Apenas Guarapari (3,7%), Vila Velha (2,6%), Vitória (1,5%), Piúma (1,3%), Mucurici (1,2%), Barra de São Francisco (1%) e Domingos Martins (1%) ficaram acima da participação média de 2006.

As maiores receitas per capita do ITBI foram verificadas em Vitória, com R\$ 35,7; Guarapari, com R\$ 30,6; e Mucurici, com R\$ 24,1. Além desses, sete municípios tiveram receita per capita entre R\$ 10 e R\$ 20: Vila Velha, Anchieta, Piúma, Pinheiros, Domingos Martins, Mantenópolis e Serra. Os demais registraram menos de R\$ 10 por habitante.

Na primeira Constituição do período republicano no Brasil, em 1891, o Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) era de competência dos estados. Com a Emenda Constitucional nº 5, de 1961, distinguiu-se o imposto em ITBI causa mortis (herança ou sucessão) e ITBI inter vivos (transações imobiliárias), destinando-se a competência do primeiro aos estados e a do segundo aos municípios. Essa determinação foi sendo alterada ao longo das sucessivas constituições e emendas, até que na Constituição Federal de 1988 passou a vigorar o mesmo estabelecido em 1961.

O Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis *Inter Vivos* por ato oneroso (ITBI) tem como fato gerador a transmissão da propriedade ou do domínio útil de bens imóveis e a transmissão de direitos reais sobre imóveis, exceto os direitos reais de garantia. O contribuinte é definido em lei municipal, podendo ser qualquer uma das partes envolvidas na transação. A base de cálculo do imposto é o valor venal do imóvel, e a definição da alíquota que incide sobre essa base é de plena competência municipal, não existindo limite para sua fixação.



**Sua indústria pode ser
pequena ou grande.**

**O que importa é que
nós a levamos a sério.**



www.sistemafindes.org.br

www.es.sebrae.com.br
0800 39 91 92

**Conheça o Programa
ESempreendedor**

Arrecadação do ITBI - 2001-2006

Regiões e municípios	2001	2002	2003	2004	2005	2006	Variação 2006/2005	Participação 2006		ITBI per capita 2006 Em reais
	Em mil reais médios de 2006 - IPCA							no total do ITBI	na rec. total ^a	
MS Noroeste	1.463,8	1.513,3	1.601,7	1.737,2	2.123,7	2.275,3	7,1	6,1	0,5	5,7
Alto Rio Novo	16,8	21,2	18,1	21,0	18,5	4,9	-73,7	0,0	0,0	0,7
São Domingos do Norte	20,9	17,7	20,6	46,4	63,5	27,8	-56,2	0,1	0,2	3,3
Vila Pavão	12,6	19,9	25,1	11,1	11,5	12,1	5,9	0,0	0,1	1,4
Águia Branca	17,1	24,7	23,0	43,1	52,6	79,2	50,5	0,2	0,6	8,4
Governador Lindenber	10,4	18,4	18,6	4,5	0,9	29,2	3.106,6	0,1	0,2	2,9
Marilândia	15,5	25,7	21,8	27,1	52,4	49,3	-5,8	0,1	0,3	4,7
Mantenópolis	58,8	91,8	122,8	125,1	127,6	118,2	-7,4	0,3	0,8	10,8
Água Doce do Norte	27,0	38,4	34,8	44,4	51,1	32,0	-37,4	0,1	0,2	2,5
Boa Esperança	57,0	74,1	53,1	73,7	102,7	75,6	-26,4	0,2	0,5	5,3
Vila Valério	272,3	64,6	48,8	22,4	35,7	54,1	51,5	0,1	0,3	3,8
Pancas	28,3	42,3	43,0	64,8	99,4	84,6	-14,8	0,2	0,4	4,2
Ecoporanga	74,6	56,2	127,7	158,8	144,0	120,6	-16,3	0,3	0,5	5,1
Baixo Guandu	79,8	117,3	103,6	135,2	152,9	170,3	11,4	0,5	0,5	6,0
São Gabriel da Palha	64,9	98,0	73,5	87,0	122,6	134,4	9,6	0,4	0,5	4,7
Barra de São Francisco	163,8	258,6	286,9	333,4	324,6	363,7	12,1	1,0	1,0	9,3
Nova Venécia	103,9	117,8	149,1	132,0	143,6	249,1	73,5	0,7	0,5	5,5
Colatina	440,0	426,7	431,2	407,1	620,1	670,0	8,0	1,8	0,6	6,0
MS Litoral Norte	2.828,7	2.819,9	2.900,5	3.309,3	2.872,3	2.958,8	3,0	8,0	0,4	5,9
Mucurici	18,6	186,9	61,6	26,2	234,4	150,9	-35,6	0,4	1,2	24,1
Ponto Belo	24,1	15,4	32,4	78,8	26,0	24,1	-7,0	0,1	0,2	3,7
Ibiraçu	19,0	35,2	30,1	65,9	28,5	33,7	18,3	0,1	0,2	3,2
Fundão	94,5	84,4	64,1	135,5	82,1	96,4	17,4	0,3	0,4	6,4
Montanha	114,6	159,2	283,1	582,3	121,3	153,6	26,6	0,4	0,6	9,2
João Neiva	47,7	58,8	51,5	50,7	58,0	93,4	61,1	0,3	0,4	5,6
Rio Bananal	75,0	52,8	69,4	61,4	89,0	74,8	-15,9	0,2	0,3	4,4
Sooetama	152,7	56,0	40,4	38,8	80,0	51,6	-35,4	0,1	0,2	2,4
Pinheiros	283,2	185,8	168,9	133,2	136,7	256,8	87,9	0,7	0,9	12,0
Jaguará	125,2	49,7	69,9	82,8	73,2	71,6	-2,2	0,2	0,2	3,4
Pedro Canário	11,6	16,7	63,9	57,3	87,9	39,7	-54,9	0,1	0,2	1,8
Conceição da Barra	69,5	51,4	106,8	222,7	64,8	45,0	-30,6	0,1	0,1	1,5
Aracruz	581,4	555,1	419,3	387,6	377,7	563,4	49,2	1,5	0,3	7,6
São Mateus	501,3	384,6	449,9	451,5	484,1	536,7	10,9	1,4	0,5	5,2
Linhares	710,4	928,1	989,4	934,5	928,6	767,1	-17,4	2,1	0,4	6,2
MS Central	1.455,5	1.535,0	1.759,7	1.970,8	2.009,2	2.002,3	-0,3	5,4	0,5	6,2
São Roque do Canaã	16,9	20,6	16,9	24,6	53,6	21,2	-60,5	0,1	0,2	1,9
Laranja da Terra	12,2	18,1	0,0	25,0	0,0	4,2	-	0,0	0,0	0,4
Conceição do Castelo	46,8	41,7	40,2	54,7	77,9	72,1	-7,4	0,2	0,4	6,4
Itarana	25,7	21,3	25,6	23,3	42,9	55,0	28,3	0,1	0,4	4,5
Rio Novo do Sul	9,4	12,3	19,8	20,7	17,1	23,6	37,8	0,1	0,2	1,9
Iconha	21,9	22,2	26,0	26,3	14,9	33,5	124,5	0,1	0,2	2,7
Brejetuba	15,3	11,0	30,3	30,1	54,8	48,8	-10,8	0,1	0,3	3,8
Santa Leopoldina	67,4	61,0	120,0	107,0	38,1	49,4	29,7	0,1	0,3	3,7
Marechal Floriano	85,7	77,0	84,5	122,7	166,4	130,2	-21,7	0,4	0,6	9,2
Alfredo Chaves	46,7	43,8	55,8	82,9	71,4	82,7	15,8	0,2	0,5	5,8
Itaguaçu	49,3	90,7	63,8	91,8	95,0	82,0	-13,7	0,2	0,4	5,4
Piúma	270,5	252,4	154,6	238,6	231,5	260,9	12,7	0,7	1,3	13,7
Venda Nova do Imigrante	51,5	51,7	56,1	91,0	118,5	66,3	-44,1	0,2	0,3	3,5
Santa Teresa	102,2	120,8	102,0	121,2	167,6	161,9	-3,4	0,4	0,5	7,6
Anchieta	178,9	190,1	540,3	265,0	221,8	319,0	43,8	0,9	0,4	14,3
Santa Maria de Jetibá	51,6	71,1	37,6	67,3	84,3	86,4	2,5	0,2	0,3	2,6
Afonso Cláudio	128,5	89,7	88,7	160,0	129,8	112,0	-13,7	0,3	0,4	3,3
Domingos Martins	276,9	339,6	297,4	418,4	423,6	393,1	-7,2	1,1	1,0	11,6
Região Metropolitana	19.336,4	21.620,9	20.585,7	22.465,0	23.618,3	27.414,0	16,1	73,7	1,5	16,6
Viana	266,9	95,3	306,5	137,4	150,4	184,7	22,8	0,5	0,3	3,1
Guarapari	2.668,9	2.703,3	2.485,3	2.860,2	3.099,6	3.311,8	6,8	8,9	3,7	30,6
Vitória	7.976,6	8.942,4	8.561,5	9.599,7	9.395,2	11.306,0	20,3	30,4	1,5	35,7
Cariacica	702,7	732,4	786,4	540,3	562,9	912,9	62,2	2,5	0,5	2,5
Serra	1.762,5	2.452,7	2.391,8	2.955,6	2.993,6	3.965,9	32,5	10,7	0,9	10,1
Vila Velha	5.958,9	6.694,7	6.054,3	6.371,8	7.416,6	7.732,8	4,3	20,8	2,6	19,1
MS Sul	1.605,8	1.682,6	1.750,2	1.768,0	2.479,3	2.535,5	2,3	6,8	0,4	4,3
Divino de São Lourenço	52,3	15,8	28,7	14,5	33,5	9,1	-72,9	0,0	0,1	1,7
Dores do Rio Preto	7,8	28,3	17,6	17,2	21,1	24,2	14,6	0,1	0,3	3,5
Apiacá	12,1	26,9	28,8	19,8	37,5	41,7	11,2	0,1	0,4	5,2
Atilio Vivacqua	29,6	12,8	13,9	14,8	27,4	28,0	2,0	0,1	0,2	2,9
Presidente Kennedy	44,0	61,5	62,5	51,0	109,8	70,8	-35,5	0,2	0,3	7,3
Bom Jesus do Norte	22,0	9,5	13,8	16,2	13,7	11,1	-19,1	0,0	0,1	1,1
Ibitirama	21,2	23,9	27,2	22,6	25,8	23,6	-8,7	0,1	0,2	2,3
São José do Calçado	50,4	46,7	42,9	50,9	23,1	39,5	70,8	0,1	0,2	3,7
Irupi	26,0	23,2	61,5	42,0	51,7	42,2	-18,4	0,1	0,3	3,9
Jerônimo Monteiro	18,9	32,2	29,1	20,3	49,8	33,1	-33,5	0,1	0,2	3,0
Muqui	26,5	44,3	21,7	44,2	55,7	52,0	-6,6	0,1	0,3	3,8
Muniz Freire	38,6	44,5	56,2	74,2	101,7	70,6	-30,5	0,2	0,3	3,7
Vargem Alta	32,6	40,7	41,7	49,7	77,5	24,9	-67,9	0,1	0,1	1,2
Ibatiba	32,3	17,1	17,5	8,3	104,6	26,9	-74,3	0,1	0,1	1,2
Mimoso do Sul	69,5	74,5	50,4	6,6	56,2	104,1	85,2	0,3	0,4	3,7
Guaçuí	106,2	71,5	88,3	73,5	106,0	116,0	9,4	0,3	0,4	4,1
Iúna	79,3	86,8	111,0	118,3	149,4	113,8	-23,8	0,3	0,4	4,0
Alegre	110,7	164,0	112,6	103,0	121,4	171,5	41,3	0,5	0,5	5,2
Itapemirim	32,0	16,6	67,5	40,6	74,9	69,9	-6,6	0,2	0,1	2,1
Castelo	102,9	127,1	139,6	142,2	247,9	203,6	-17,9	0,5	0,6	5,8
Marataizes	113,8	120,7	105,4	81,8	122,3	141,8	16,0	0,4	0,6	3,9
Cachoeiro de Itapemirim	577,0	594,0	612,4	756,4	868,3	1.117,3	28,7	3,0	0,8	5,6
TOTAL	26.690,3	29.171,7	28.597,9	31.250,3	33.102,8	37.186,1	12,3	100,0	0,9	10,7

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), ainda não apreciados em plenário. Nota: ^a receita total ajustada dos efeitos do Fundef (ver "Notas metodológicas", na página 4).

ITBI

Posição	Municípios	ITBI em reais
1º	Vitória	11.306.002
2º	Vila Velha	7.732.772
3º	Serra	3.965.948
4º	Guarapari	3.311.761
5º	Cachoeiro de Itapemirim	1.117.302
6º	Cariacica	912.874
7º	Linhares	767.128
8º	Colatina	669.997
9º	Aracruz	563.384
10º	São Mateus	536.742
11º	Domingos Martins	393.095
12º	Barra de São Francisco	363.744
13º	Anchieta	318.973
14º	Piúma	260.949
15º	Pinheiros	256.792
16º	Nova Venécia	249.131
17º	Castelo	203.605
18º	Viana	184.688
19º	Alegre	171.469
20º	Baixo Guandu	170.321
21º	Santa Teresa	161.856
22º	Montanha	153.555
23º	Mucurici	150.882
24º	Marataízes	141.834
25º	São Gabriel da Palha	134.392
26º	Marechal Floriano	130.210
27º	Ecoporanga	120.602
28º	Mantenópolis	118.247
29º	Guaçuí	115.988
30º	Lúna	113.754
31º	Afonso Cláudio	112.021
32º	Mimoso do Sul	104.083
33º	Fundão	96.355
34º	João Neiva	93.386
35º	Santa Maria de Jetibá	86.422
36º	Pancas	84.614
37º	Alfredo Chaves	82.679
38º	Itaguaçu	81.981
39º	Águia Branca	79.227
40º	Boa Esperança	75.593
41º	Rio Bananal	74.833
42º	Conceição do Castelo	72.123
43º	Jaguaré	71.627
44º	Presidente Kennedy	70.797
45º	Muniz Freire	70.630
46º	Itapemirim	69.883
47º	Venda Nova do Imigrante	66.306
48º	Itarana	54.992
49º	Vila Valério	54.139
50º	Muqui	52.001
51º	Sooretama	51.643
52º	Santa Leopoldina	49.368
53º	Mariândia	49.313
54º	Brejetuba	48.833
55º	Conceição da Barra	44.995
56º	Irupi	42.207
57º	Apiacá	41.668
58º	Pedro Canário	39.679
59º	São José do Calçado	39.458
60º	Ibiraçu	33.699
61º	Iconha	33.500
62º	Jerônimo Monteiro	33.144
63º	Água Doce do Norte	31.991
64º	Governador Lindenberg	29.232
65º	Atílio Vivácqua	27.978
66º	São Domingos do Norte	27.804
67º	Ibatiba	26.879
68º	Vargem Alta	24.884
69º	Dores do Rio Preto	24.183
70º	Ponto Belo	24.149
71º	Rio Novo do Sul	23.618
72º	Ibitirama	23.564
73º	São Roque do Canaã	21.187
74º	Vila Pavão	12.127
75º	Bom Jesus do Norte	11.116
76º	Divino de São Lourenço	9.102
77º	Alto Rio Novo	4.870
78º	Laranja da Terra	4.182
TOTAL		37.186.056

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), não apreciados em plenário.

ITBI per capita

Posição	Municípios	A / B	ITBI A	População B
		em reais		
1º	Vitória	36	11.306.002	317.085
2º	Guarapari	31	3.311.761	108.120
3º	Mucurici	24	150.882	6.264
4º	Vila Velha	19	7.732.772	405.374
5º	Anchieta	14	318.973	22.311
6º	Piúma	14	260.949	19.094
7º	Pinheiros	12	256.792	21.330
8º	Domingos Martins	12	393.095	33.873
9º	Mantenópolis	11	118.247	10.919
10º	Serra	10	3.965.948	394.370
11º	Barra de São Francisco	9	363.744	38.971
12º	Montanha	9	153.555	16.620
13º	Marechal Floriano	9	130.210	14.158
14º	Águia Branca	8	79.227	9.436
15º	Aracruz	8	563.384	73.657
16º	Santa Teresa	8	161.856	21.196
17º	Presidente Kennedy	7	70.797	9.645
18º	Conceição do Castelo	6	72.123	11.189
19º	Fundão	6	96.355	15.082
20º	Linhares	6	767.128	123.000
21º	Baixo Guandu	6	170.321	28.335
22º	Colatina	6	669.997	111.789
23º	Castelo	6	203.605	35.054
24º	Alfredo Chaves	6	82.679	14.332
25º	Cachoeiro de Itapemirim	6	1.117.302	198.150
26º	João Neiva	6	93.386	16.653
27º	Nova Venécia	5	249.131	45.607
28º	Itaguaçu	5	81.981	15.310
29º	Boa Esperança	5	75.593	14.253
30º	Alegre	5	171.469	32.669
31º	São Mateus	5	536.742	102.955
32º	Apiacá	5	41.668	8.073
33º	Ecoporanga	5	120.602	23.644
34º	São Gabriel da Palha	5	134.392	28.576
35º	Mariândia	5	49.313	10.604
36º	Itarana	5	54.992	12.187
37º	Rio Bananal	4	74.833	16.986
38º	Pancas	4	84.614	19.957
39º	Guaçuí	4	115.988	28.100
40º	Lúna	4	113.754	28.433
41º	Marataízes	4	141.834	36.494
42º	Irupi	4	42.207	10.959
43º	Muqui	4	52.001	13.708
44º	Vila Valério	4	54.139	14.384
45º	Brejetuba	4	48.833	13.018
46º	Mimoso do Sul	4	104.083	27.794
47º	Ponto Belo	4	24.149	6.514
48º	São José do Calçado	4	39.458	10.683
49º	Santa Leopoldina	4	49.368	13.454
50º	Muniz Freire	4	70.630	19.344
51º	Dores do Rio Preto	4	24.183	6.870
52º	Venda Nova do Imigrante	3	66.306	19.217
53º	Jaguaré	3	71.627	21.379
54º	São Domingos do Norte	3	27.804	8.325
55º	Afonso Cláudio	3	112.021	33.797
56º	Ibiraçu	3	33.699	10.688
57º	Viana	3	184.688	60.537
58º	Jerônimo Monteiro	3	33.144	11.143
59º	Atílio Vivácqua	3	27.978	9.555
60º	Governador Lindenberg	3	29.232	10.057
61º	Iconha	3	33.500	12.448
62º	Santa Maria de Jetibá	3	86.422	32.844
63º	Cariacica	3	912.874	361.058
64º	Água Doce do Norte	3	31.991	12.788
65º	Sooretama	2	51.643	21.288
66º	Ibitirama	2	23.564	10.361
67º	Itapemirim	2	69.883	32.749
68º	Rio Novo do Sul	2	23.618	12.207
69º	São Roque do Canaã	2	21.187	11.048
70º	Pedro Canário	2	39.679	22.414
71º	Divino de São Lourenço	2	9.102	5.354
72º	Conceição da Barra	2	44.995	29.607
73º	Vila Pavão	1	12.127	8.488
74º	Ibatiba	1	26.879	21.909
75º	Vargem Alta	1	24.884	20.550
76º	Bom Jesus do Norte	1	11.116	10.159
77º	Alto Rio Novo	1	4.870	6.577
78º	Laranja da Terra	0	4.182	11.155
TOTAL		11	37.186.056	3.464.285

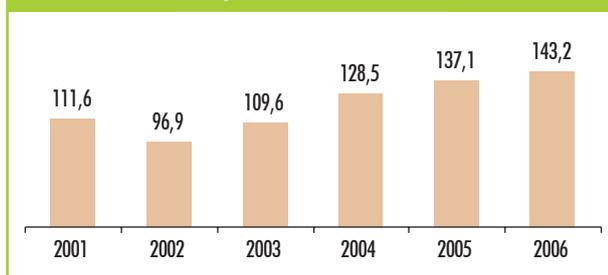
Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), não apreciados em plenário. Estimativa populacional para 2006 da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Taxas

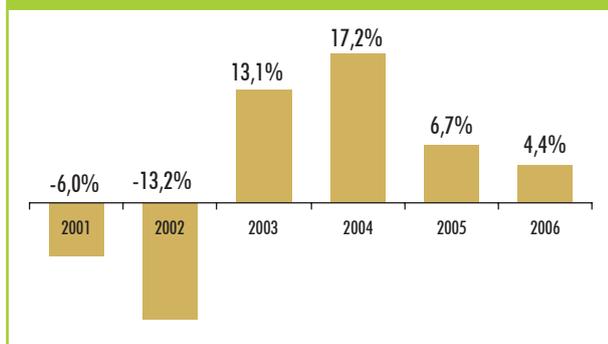
A receita da Contribuição para Custeio dos Serviços de Iluminação Pública (Cosip) foi incluída nos valores das taxas a fim de que não houvesse uma distorção na comparação dos dados da série apresentada, nem na comparação entre municípios. A Cosip foi instituída com a Emenda Constitucional nº 39/02, de 19 de dezembro de 2002.

A arrecadação de taxas do conjunto dos municípios capixabas manteve a trajetória ascendente iniciada em 2003, passando de R\$ 137,1 milhões, em 2005, para R\$ 143,2 milhões, em 2006. Todavia, o aumento médio do último biênio, de 5,6%, está muito abaixo do forte crescimento verificado no biênio anterior, de 15,2%.

Evolução da arrecadação das taxas
em R\$ milhões - IPCA médio 2006



Varição anual da receita de taxas, incluída a Cosip



A desaceleração do crescimento das taxas, incluída a Cosip, deveu-se à perda do impacto da implantação desta última. Em 2003 e 2004, os municípios estavam instituindo a Cosip e, assim, recuperando receitas que haviam perdido quando a taxa de iluminação pública foi considerada inconstitucional. Passa-

dos os dois anos iniciais da Cosip, o total das taxas continuou crescendo, mas num ritmo menor, como era de se esperar.

O crescimento verificado em 2006 deve ser creditado à performance dos grandes municípios, inclusive Vitória, que juntos registraram um aumento de 6,7%. Destacam-se os desempenhos de Vila Velha e Guarapari, que incrementaram suas arrecadações em R\$ 2,5 milhões e R\$ 1,3 milhão, respectivamente. Outros quatro municípios também apresentaram bons resultados: Cariacica, com receita adicional de R\$ 868 mil; Serra, com aumento de R\$ 841 mil; Vitória, com acréscimo de R\$ 589 mil; e São Mateus, com mais R\$ 502 mil. Nesse grupo, apenas Cachoeiro de Itapemirim registrou queda no recolhimento do tributo.

Nos municípios com população de 15 mil a 30 mil habitantes, o comportamento da arrecadação das taxas foi, em média, estável, com ligeiro aumento de 1%. Já os municípios com até 15 mil habitantes apresentaram um recuo de 2,7%, mas a maior queda ocorreu nos municípios de 30 a 50 mil habitantes, com retração de 17,2%. O comportamento desse grupo, que é formado por nove municípios, foi determinado pela acentuada queda na receita de IPTU de Alegre e Castelo que, juntos, deixaram de recolher R\$ 1,7 milhão.

O recolhimento das taxas tem elevado grau de concentração. No período compreendido entre 2001 e 2006, as 11 maiores cidades capixabas responderam por 82,5% do total arrecadado. Em 2006, esse percentual alcançou 83,1%.

Em relação à receita total, as taxas responderam em média por 3,5%, em 2006. Ela teve maior importância para cinco municípios nos quais representou mais de 6% da receita total: Guarapari (10,3%), Vila Velha (7,9%), Marataízes (6,1%), Cariacica e Piúma (6%).

Os municípios puderam cobrar taxas a partir da Constituição Federal de 1934. Com a Emenda Constitucional nº 18, de 1965, as taxas foram subdivididas em taxas pelo exercício do poder de polícia e taxas pela prestação de serviços.

As primeiras decorrem do fato de o poder público municipal ter a necessidade de cobrir os custos inerentes às suas atividades regulatórias e disciplinadoras. As taxas pela prestação de serviços, por sua vez, custeiam os serviços que as prefeituras colocam à disposição da coletividade, como, por exemplo, a coleta de lixo.

F J K C L D L Y Q L M T O C L K L L D J H
 D U C R E D I T O O K G C R E D I T O K S
 G H A E Q S P J D K S A L E M L R A S C N
 C R E D I T O N E G C R E D I T O J T R W
 R G M I E E A B R C E L B I C S J M Y E Y
 E K N T R T S V C R E D I T O E N N E D U
 D I V O M G D C J E D Q F O T C D E N I M
 I T H E N H C R E D I T O N O R O U B T V
 T Y Y G V N G S N I C M R C R E D I T O P
 O J F D U V C E Z T N B G R D D I V L G C
 B L T N C B R F C O K G D E E I M N M S R
 N O C B Y X E R F E C R E D I T O D Z V E
 H G S C R E D I T O A K A I M O F G W C D
 J F E E D A I L O D W C E T J L E T C E I
 G T K D G C T K I N D D F O N W S E Q J T
 C R E D I T O H K V S A K L C R E D I T O

NO BANCO DO NORDESTE, TAMBÉM É ASSIM: VOCÊ ENCONTRA CRÉDITO FÁCIL.

O norte do Espírito Santo é uma terra de grandes oportunidades. Para você investir na implantação, ampliação e modernização dos seus negócios na Região, o Banco do Nordeste, em suas modernas agências: uma, em Colatina e, outra, em Linhares, oferece linhas de crédito, com juros ainda menores e prazos mais longos, e toda orientação que você precisa para crescer. Venha para o Banco do Nordeste. Aqui, vai ser fácil encontrar crédito.



Colatina – Av. Moacyr Ávidos, 53, Centro. Tel.: (27) 3721-1471. Fax: (27) 3711-6269.
 Linhares – Av. João Felipe Calmon, 748, Centro. Tel.: (27) 3371-3673. Fax: (27) 3371-3860.
 clienteconsulta@bnb.gov.br • www.bnb.gov.br

Arrecadação das taxas^a - 2001-2006

Regiões e municípios	2001	2002	2003	2004	2005	2006	Variação 2006/2005	Participação 2006		Taxas per capita 2006 Em reais
	Em mil reais médios de 2006 - IPCA							no total das taxas	na rec. total ^b	
MS Noroeste	5.857,3	4.924,0	6.997,4	8.077,7	8.770,3	9.814,0	11,9	6,9	2,1	24,4
Alto Rio Novo	8,6	11,1	9,2	36,4	9,4	11,5	22,0	0,0	0,1	1,7
São Domingos do Norte	74,2	67,4	41,2	42,0	42,6	45,7	7,2	0,0	0,4	5,5
Vila Pavão	159,4	115,8	110,7	199,4	217,0	242,6	11,8	0,2	1,2	28,6
Águia Branca	16,2	17,3	12,3	13,0	52,6	55,8	6,1	0,0	0,4	5,9
Governador Lindenberg	3,9	90,7	93,5	123,0	78,3	92,9	18,7	0,1	0,7	9,2
Mariândia	10,1	17,4	68,3	14,2	113,7	190,7	67,7	0,1	1,3	18,0
Mantenópolis	49,6	39,6	187,4	158,1	101,0	111,3	10,2	0,1	0,7	10,2
Água Doce do Norte	125,3	99,5	108,4	135,9	138,1	104,5	-24,4	0,1	0,7	8,2
Boa Esperança	282,9	246,6	269,8	323,2	342,0	353,4	3,3	0,2	2,2	24,8
Vila Valério	24,0	33,5	72,9	96,0	110,8	95,5	-13,8	0,1	0,6	6,6
Pancas	16,6	35,1	28,8	52,7	119,9	348,8	191,0	0,2	1,5	17,5
Ecoporanga	139,9	76,8	200,8	167,9	229,4	230,2	0,3	0,2	0,9	9,7
Baixo Guandu	794,0	248,9	770,9	1.032,7	1.166,4	1.257,3	7,8	0,9	3,4	44,4
São Gabriel da Palha	312,2	425,8	314,0	395,5	632,2	810,2	28,2	0,6	2,9	28,4
Barra de São Francisco	548,4	281,0	584,3	551,9	358,5	450,9	25,8	0,3	1,3	11,6
Nova Venécia	823,8	735,1	1.084,1	1.172,2	1.157,5	1.216,7	5,1	0,8	2,6	26,7
Colatina	2.468,1	2.382,2	3.040,8	3.563,5	3.900,9	4.196,2	7,6	2,9	3,6	37,5
MS Litoral Norte	16.478,2	13.621,9	15.163,1	16.679,6	17.865,9	17.906,7	0,2	12,5	2,3	35,5
Mucuriç	85,7	64,8	83,2	90,4	116,7	19,6	-83,2	0,0	0,2	3,1
Ponto Belo	118,5	61,8	77,6	106,0	118,0	35,2	-70,2	0,0	0,3	5,4
Ibiraçu	430,7	308,9	384,6	412,7	430,4	446,4	3,7	0,3	2,7	41,8
Fundão	414,7	366,4	511,8	552,9	594,0	655,6	10,4	0,5	2,9	43,5
Montanha	282,2	251,1	264,7	305,7	394,6	50,0	-87,3	0,0	0,2	3,0
João Neiva	664,3	709,6	818,3	815,3	794,3	908,0	14,3	0,6	3,6	54,5
Rio Bananal	222,5	113,8	97,2	186,2	205,4	208,4	1,5	0,1	0,9	12,3
Sooretama	334,3	314,8	268,2	260,1	297,2	350,3	17,9	0,2	1,4	16,5
Pinheiros	257,9	235,9	180,6	216,0	516,0	86,7	-83,2	0,1	0,3	4,1
Jaguará	321,9	286,2	253,9	270,8	307,4	326,3	6,2	0,2	0,7	15,3
Pedro Canário	444,6	441,8	406,7	437,5	389,3	62,5	-83,9	0,0	0,3	2,8
Conceição da Barra	578,6	530,1	286,9	235,7	270,2	414,6	53,4	0,3	1,2	14,0
Aracruz	2.493,7	1.930,2	3.211,6	3.769,6	3.762,7	4.134,1	9,9	2,9	2,1	56,1
São Mateus	3.725,4	3.019,8	2.840,1	3.504,5	3.718,5	4.220,7	13,5	2,9	3,7	41,0
Linhares	6.103,3	4.986,7	5.477,8	5.516,2	5.951,4	5.988,3	0,6	4,2	3,4	48,7
MS Central	5.159,7	4.412,2	5.000,0	6.748,8	7.488,5	7.257,2	-3,1	5,1	1,7	22,5
São Roque do Canaã	121,6	117,5	131,4	111,2	104,1	135,4	30,1	0,1	1,1	12,3
Laranja da Terra	29,6	36,7	147,2	160,6	192,0	150,9	-21,4	0,1	1,1	13,5
Conceição do Castelo	36,2	39,6	42,6	250,7	306,2	52,2	-83,0	0,0	0,3	4,7
Itarana	269,4	123,5	260,2	218,6	349,6	311,6	-10,9	0,2	2,1	25,6
Rio Novo do Sul	191,4	222,9	278,5	312,6	308,2	302,6	-1,8	0,2	2,4	24,8
Iconha	86,6	47,0	301,8	385,1	303,2	407,0	34,2	0,3	2,1	32,7
Brejetuba	44,2	51,1	59,3	68,7	96,6	57,8	-40,1	0,0	0,4	4,4
Santa Leopoldina	52,7	35,2	55,7	124,1	99,5	144,5	45,2	0,1	0,9	10,7
Marechal Floriano	319,1	249,3	384,6	438,4	461,1	463,6	0,5	0,3	2,3	32,7
Alfredo Chaves	290,6	51,4	163,6	274,8	401,2	290,3	-27,6	0,2	1,7	20,3
Itaguacu	306,5	268,3	350,9	332,8	403,9	400,7	-0,8	0,2	2,1	26,2
Plúma	316,5	407,6	383,8	1.142,7	1.181,0	1.231,6	4,3	0,9	6,0	64,5
Venda Nova do Imigrante	533,5	409,4	378,3	515,5	513,6	276,2	-46,2	0,2	1,1	14,4
Santa Teresa	430,6	231,5	230,0	217,1	331,9	534,7	61,1	0,4	1,7	25,2
Anchieta	756,3	734,3	526,5	907,3	1.027,9	1.022,4	-0,5	0,7	1,4	45,8
Santa Maria de Jetibá	81,7	127,3	192,7	352,8	358,4	447,3	24,8	0,3	1,3	13,6
Afonso Cláudio	530,4	555,6	391,0	439,1	454,3	444,2	-2,2	0,3	1,5	13,1
Domingos Martins	762,6	704,1	721,7	496,8	595,6	584,2	-1,9	0,4	1,4	17,2
Região Metropolitana	68.858,6	63.213,3	71.732,0	83.843,1	88.993,3	95.380,1	7,2	66,6	5,2	57,9
Viana	1.345,1	1.195,3	1.589,8	1.792,6	1.999,9	2.241,7	12,1	1,6	3,3	37,0
Guarapari	9.065,6	5.810,8	6.555,1	7.340,7	7.960,1	9.274,5	16,5	6,5	10,3	85,8
Vitória	22.993,6	22.596,6	25.205,7	27.956,6	28.781,3	29.370,4	2,0	20,5	3,8	92,6
Cariacica	9.903,0	6.156,1	7.455,3	10.206,2	10.259,9	11.127,6	8,5	7,8	6,0	30,8
Serra	12.788,5	11.420,4	15.782,7	17.506,9	19.290,9	20.131,4	4,4	14,1	4,5	51,0
Vila Velha	12.762,8	16.034,1	15.143,5	19.040,1	20.701,2	23.234,5	12,2	16,2	7,9	57,3
MS Sul	15.283,8	10.692,1	10.706,5	13.112,1	13.996,5	12.856,3	-8,1	9,0	2,2	21,9
Divino de São Lourenço	77,9	17,9	8,8	37,7	73,5	68,5	-6,8	0,0	0,8	12,8
Dores do Rio Preto	106,1	92,3	11,3	55,8	76,8	83,5	8,7	0,1	0,9	12,2
Apiacá	130,5	140,0	125,9	166,3	190,4	199,1	4,6	0,1	2,0	24,7
Átilio Vivacqua	202,4	188,1	238,6	285,6	263,2	279,0	6,0	0,2	2,1	29,2
Presidente Kennedy	185,8	117,4	123,5	150,7	84,5	180,6	113,8	0,1	0,7	18,7
Bom Jesus do Norte	209,7	238,7	247,8	193,0	179,1	194,0	8,3	0,1	1,9	19,1
Ibitirama	105,8	117,1	120,0	119,5	136,8	178,8	30,7	0,1	1,5	17,3
São José do Calçado	92,7	188,9	138,5	155,9	183,1	247,4	35,2	0,2	1,4	23,2
Irupi	40,4	124,4	192,2	103,7	121,0	127,5	5,4	0,1	1,0	11,6
Jerônimo Monteiro	29,3	39,6	77,4	146,4	290,9	39,1	-86,6	0,0	0,3	3,5
Muqui	9,2	11,5	18,9	53,4	48,3	257,8	434,4	0,2	1,7	18,8
Muniz Freire	329,0	243,7	181,7	273,9	267,3	97,7	-63,5	0,1	0,4	5,1
Vargem Alta	243,6	257,3	289,0	195,4	238,2	316,7	33,0	0,2	1,3	15,4
Ibatiba	105,6	45,5	97,5	395,8	46,1	32,4	-29,7	0,0	0,2	1,5
Mimoso do Sul	27,4	19,7	308,3	382,3	391,1	489,1	25,0	0,3	1,7	17,6
Guaçuí	265,7	328,7	218,5	750,7	833,2	1.052,7	26,3	0,7	4,0	37,5
Úna	153,5	158,9	157,9	151,0	409,3	508,0	24,1	0,4	1,9	17,9
Alegre	1.211,5	1.096,9	1.141,5	1.144,0	1.224,3	360,8	-70,5	0,3	1,0	11,0
Itapemirim	316,9	460,7	296,0	679,0	998,6	979,6	-1,9	0,7	2,1	29,9
Castelo	1.212,5	1.020,8	1.303,0	1.362,4	1.341,8	470,5	-64,9	0,3	1,3	13,4
Marataizes	1.160,7	1.025,0	919,5	1.205,9	1.349,8	1.535,8	13,8	1,1	6,1	42,1
Cachoeiro de Itapemirim	9.067,8	4.759,1	4.490,7	5.103,7	5.249,3	5.157,6	-1,7	3,6	3,6	26,0
TOTAL	111.637,7	96.863,5	109.599,0	128.461,2	137.114,5	143.214,3	4,4	100,0	3,5	41,3

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), ainda não apreciados em plenário. Nota: ^a inclui a Cosip (Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública) desde 2003, quando passou a vigorar. ^b receita total ajustada dos efeitos do Fundef (ver "Notas metodológicas", na página 4).

Taxas

Posição	Municípios	Taxas em reais
1º	Vitória	29.370.420
2º	Vila Velha	23.234.516
3º	Serra	20.131.450
4º	Cariacica	11.127.553
5º	Guarapari	9.274.472
6º	Linhares	5.988.258
7º	Cachoeiro de Itapemirim	5.157.630
8º	São Mateus	4.220.747
9º	Colatina	4.196.178
10º	Aracruz	4.134.068
11º	Viana	2.241.735
12º	Marataizes	1.535.810
13º	Baixo Guandu	1.257.279
14º	Piúma	1.231.627
15º	Nova Venécia	1.216.714
16º	Guaçuí	1.052.694
17º	Anchieta	1.022.412
18º	Itapemirim	979.607
19º	João Neiva	908.024
20º	São Gabriel da Palha	810.171
21º	Fundão	655.603
22º	Domingos Martins	584.202
23º	Santa Teresa	534.699
24º	Íluna	507.981
25º	Mimoso do Sul	489.080
26º	Castelo	470.498
27º	Marechal Floriano	463.626
28º	Barra de São Francisco	450.895
29º	Santa Maria de Jetibá	447.301
30º	Ibiraçu	446.393
31º	Afonso Cláudio	444.222
32º	Conceição da Barra	414.562
33º	Iconha	407.029
34º	Itaguaçu	400.668
35º	Alegre	360.818
36º	Boa Esperança	353.370
37º	Sooretama	350.311
38º	Pancas	348.844
39º	Jaguaré	326.300
40º	Vargem Alta	316.739
41º	Itarana	311.594
42º	Rio Novo do Sul	302.603
43º	Alfredo Chaves	290.330
44º	Atílio Vivácqua	278.969
45º	Venda Nova do Imigrante	276.218
46º	Muqui	257.840
47º	São José do Calçado	247.449
48º	Vila Pavão	242.565
49º	Ecoporanga	230.162
50º	Rio Bananal	208.386
51º	Apiacá	199.122
52º	Bom Jesus do Norte	193.954
53º	Mariilândia	190.681
54º	Presidente Kennedy	180.598
55º	Ibitirama	178.797
56º	Laranja da Terra	150.882
57º	Santa Leopoldina	144.459
58º	São Roque do Canaã	135.370
59º	Irupi	127.503
60º	Mantenópolis	111.319
61º	Água Doce do Norte	104.475
62º	Muniz Freire	97.704
63º	Vila Valério	95.516
64º	Governador Lindenberg	92.867
65º	Pinheiros	86.728
66º	Dores do Rio Preto	83.473
67º	Divino de São Lourenço	68.513
68º	Pedro Canário	62.534
69º	Brejetuba	57.791
70º	Águia Branca	55.826
71º	Conceição do Castelo	52.175
72º	Montanha	49.982
73º	São Domingos do Norte	45.651
74º	Jerônimo Monteiro	39.092
75º	Ponto Belo	35.223
76º	Ibatiba	32.421
77º	Mucurici	19.590
78º	Alto Rio Novo	11.471
TOTAL		143.214.342

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), não apreciados em plenário.

Taxas per capita

Posição	Municípios	A / B	Taxas A	População B
		em reais		
1º	Vitória	93	29.370.420	317.085
2º	Guarapari	86	9.274.472	108.120
3º	Piúma	65	1.231.627	19.094
4º	Vila Velha	57	23.234.516	405.374
5º	Aracruz	56	4.134.068	73.657
6º	João Neiva	55	908.024	16.653
7º	Serra	51	20.131.450	394.370
8º	Linhares	49	5.988.258	123.000
9º	Anchieta	46	1.022.412	22.311
10º	Baixo Guandu	44	1.257.279	28.335
11º	Fundão	43	655.603	15.082
12º	Marataizes	42	1.535.810	36.494
13º	Ibiraçu	42	446.393	10.688
14º	São Mateus	41	4.220.747	102.955
15º	Colatina	38	4.196.178	111.789
16º	Guaçuí	37	1.052.694	28.100
17º	Viana	37	2.241.735	60.537
18º	Marechal Floriano	33	463.626	14.158
19º	Iconha	33	407.029	12.448
20º	Cariacica	31	11.127.553	361.058
21º	Itapemirim	30	979.607	32.749
22º	Atílio Vivácqua	29	278.969	9.555
23º	Vila Pavão	29	242.565	8.488
24º	São Gabriel da Palha	28	810.171	28.576
25º	Nova Venécia	27	1.216.714	45.607
26º	Itaguaçu	26	400.668	15.310
27º	Cachoeiro de Itapemirim	26	5.157.630	198.150
28º	Itarana	26	311.594	12.187
29º	Santa Teresa	25	534.699	21.196
30º	Boa Esperança	25	353.370	14.253
31º	Rio Novo do Sul	25	302.603	12.207
32º	Apiacá	25	199.122	8.073
33º	São José do Calçado	23	247.449	10.683
34º	Alfredo Chaves	20	290.330	14.332
35º	Bom Jesus do Norte	19	193.954	10.159
36º	Muqui	19	257.840	13.708
37º	Presidente Kennedy	19	180.598	9.645
38º	Mariilândia	18	190.681	10.604
39º	Íluna	18	507.981	28.433
40º	Mimoso do Sul	18	489.080	27.794
41º	Pancas	17	348.844	19.957
42º	Ibitirama	17	178.797	10.361
43º	Domingos Martins	17	584.202	33.873
44º	Sooretama	16	350.311	21.288
45º	Vargem Alta	15	316.739	20.550
46º	Jaguaré	15	326.300	21.379
47º	Venda Nova do Imigrante	14	276.218	19.217
48º	Conceição da Barra	14	414.562	29.607
49º	Santa Maria de Jetibá	14	447.301	32.844
50º	Laranja da Terra	14	150.882	11.155
51º	Castelo	13	470.498	35.054
52º	Afonso Cláudio	13	444.222	33.797
53º	Divino de São Lourenço	13	68.513	5.354
54º	Rio Bananal	12	208.386	16.986
55º	São Roque do Canaã	12	135.370	11.048
56º	Dores do Rio Preto	12	83.473	6.870
57º	Irupi	12	127.503	10.959
58º	Barra de São Francisco	12	450.895	38.971
59º	Alegre	11	360.818	32.669
60º	Santa Leopoldina	11	144.459	13.454
61º	Mantenópolis	10	111.319	10.919
62º	Ecoporanga	10	230.162	23.644
63º	Governador Lindenberg	9	92.867	10.057
64º	Água Doce do Norte	8	104.475	12.788
65º	Vila Valério	7	95.516	14.384
66º	Águia Branca	6	55.826	9.436
67º	São Domingos do Norte	5	45.651	8.325
68º	Ponto Belo	5	35.223	6.514
69º	Muniz Freire	5	97.704	19.344
70º	Conceição do Castelo	5	52.175	11.189
71º	Brejetuba	4	57.791	13.018
72º	Pinheiros	4	86.728	21.330
73º	Jerônimo Monteiro	4	39.092	11.143
74º	Mucurici	3	19.590	6.264
75º	Montanha	3	49.982	16.620
76º	Pedro Canário	3	62.534	22.414
77º	Alto Rio Novo	2	11.471	6.577
78º	Ibatiba	1	32.421	21.909
TOTAL		41	143.214.342	3.464.285

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), não apreciados em plenário. Estimativa populacional para 2006 da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

CRESCE

**SERRA: A CIDADE QUE MAIS INVESTIU
EM OBRAS NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS
NO ESPÍRITO SANTO.**



**PRIMEIRA
EM OBRAS**
NO ESPÍRITO SANTO

A atual administração tem ampliado os investimentos em obras e, junto com a população, promovido o desenvolvimento da cidade. Em apenas dois anos, a Serra investiu mais de R\$ 200 milhões, colocando em prática as decisões do Orçamento Participativo. Foram entregues e estão em

MENTO

danza



construção: 31 escolas, 15 unidades de saúde, 40 áreas esportivas e de lazer, 17 centros de vivência, 200 km de vias públicas pavimentadas. O resultado é mais opção de lazer, cultura, educação, saúde, esporte e integração social para os moradores.


PREFEITURA DA
SERRA
sua terra, seu futuro

Transferências

As transferências são recursos que os municípios recebem da União e do Estado e, normalmente, constituem a maior parcela dos recursos municipais. Nos municípios capixabas, a soma das transferências correntes e de capital representou 73% do total de suas receitas, em 2006.

O objetivo das transferências é o de desconcentrar a arrecadação tributária dos níveis superiores, repassando parte dela aos níveis inferiores de governo, para que estes tenham capacidade financeira para cumprir seus encargos. Outras funções importantes das transferências são as de reduzir as desigualdades socioeconômicas regionais e promover políticas sociais nacionalmente definidas.

As transferências dividem-se em dois grupos: as constitucionais e legais e as voluntárias. As principais transfe-

rências constitucionais e legais estão descritas no quadro abaixo. As transferências voluntárias são os demais recursos repassados a título de convênio, cooperação, auxílio ou assistência financeira, e podem ser recursos correntes ou de capital.

As principais transferências constitucionais e legais recebidas pelos municípios são o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e a Quota-Parte Municipal na arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (QPM-ICMS). Para os municípios do Espírito Santo, cada uma dessas transferências representou 15,1% e 31%, respectivamente, da receita total em 2006. Portanto, somente essas duas transferências somaram 46,1% de toda a receita municipal capixaba.

Quadro das transferências constitucionais e legais recebidas pelos municípios

Nome da transferência	Origem dos recursos		Critério de distribuição aos municípios
Fundo de Participação dos Municípios (FPM)	União	22,5% da arrecadação líquida do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).	Distribuído de acordo com coeficientes definidos pelo Decreto-Lei nº 1.881/81.
IPI-exportação ou Fundo de exportação	União Estado	A União transfere 10% da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) aos estados, proporcionalmente ao valor de suas exportações. Os estados transferem 25% do que recebem aos municípios.	De acordo com o índice de participação do município no ICMS.
Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)	União	Arrecadação do ITR dos imóveis rurais situados no município.	50%
Compensação pela desoneração das exportações (Lei Kandir – LC nº 87/96)	União	O valor da compensação é definido na Lei Orçamentária da União e é distribuído aos estados de acordo com coeficientes definidos no anexo da LC nº 115, de 26/12/2002. Do valor de cada Estado, 25% são repassados aos seus municípios.	De acordo com o índice de participação do município no ICMS.
IOF-Ouro	União	Da arrecadação do Imposto sobre Operações Financeiras sobre o Ouro (IOF), quando definido em lei como ativo financeiro ou instrumento cambial, 30% são transferidos ao Estado e 70% ao município onde foi extraído o ouro.	70%
Quota-Parte Municipal no Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (QPM-ICMS)	Estado	25% da arrecadação líquida do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).	De acordo com o índice de participação do município.
Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA)	Estado	50% da arrecadação do IPVA dos veículos automotores licenciados no município.	50%
Fundo para Redução das Desigualdades Regionais	Estado	30% da arrecadação estadual proveniente dos royalties, que incidem sobre a produção de petróleo e gás à alíquota de 5%.	Proporcionalmente à população e inversamente proporcional ao índice de participação do município na distribuição do ICMS, excluídos aqueles com índice acima de 10 e os que receberem mais de 2% do total dos royalties repassados aos municípios.
Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (Fundef)	Estado municípios	15% dos recursos do FPM, do Fundo de Participação dos Estados (FPE), do ICMS do Estado, da QPM-ICMS, do IPI-exportação e da compensação pela desoneração das exportações.	De acordo com o número de alunos matriculados na rede municipal de ensino fundamental em relação a esse número total dos municípios e do Estado.

Nome da transferência	Origem dos recursos		Critério de distribuição aos municípios
Quota-Parte do Salário-Educação	Empresas ↓ INSS ou FNDE	2,5% do total das remunerações pagas pelas empresas vinculadas à Seguridade Social. Desse valor, descontados 1% de taxa de administração do INSS e as despesas do Sistema de Manutenção do Ensino (SME), 90% são distribuídos da seguinte forma: 1/3 é a cota federal e 2/3 são a cota estadual e municipal. A destinação dos 10% restantes será decidida por um comitê constituído no âmbito do Ministério da Educação.	A cota estadual e municipal é distribuída de acordo com o número de alunos matriculados no ensino fundamental nas respectivas redes de ensino.
Repasses para o Sistema Único de Saúde (SUS)	União Estado	O Fundo Municipal de Saúde (FMS) recebe recursos do Fundo Nacional de Saúde (FNS) e do Fundo Estadual de Saúde (FES), além dos recursos próprios do município (15% de sua receita de impostos). O FNS é formado pelas receitas da arrecadação da Contribuição Social sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas (CSSL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), da Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira (CPMF) e do DPVAT (seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos). O FES é formado por 12% da receita estadual de impostos e pelos recursos que o Estado recebe do FNS.	Uma parcela dos recursos distribuídos pelo FNS é fixa, de acordo com a população municipal, e outra, variável, de acordo com os procedimentos médicos, ambulatoriais e hospitalares realizados pelo SUS municipal. Além disso, existem recursos direcionados a programas específicos e a convênios. Os estados repassam aos municípios recursos para incentivo ao Programa de Saúde da Família (PSF) e para assistência farmacêutica.

Compensações financeiras

Nome da transferência	Origem dos recursos		Critério de distribuição aos municípios
Compensação financeira pela extração de minerais	Empresas mineradoras ↓ União	Do valor correspondente a 3% do faturamento líquido da venda do produto mineral, 23% são distribuídos aos estados, 65% aos municípios, 2% ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e 10% ao Ministério das Minas e Energia	65% aos municípios
Compensação financeira pela exploração de recursos hídricos	Concessionárias distribuidoras de energia elétrica ↓ União	Do valor correspondente a 6% do valor da energia elétrica produzida, 45% são repassados aos estados, 45% aos municípios, 3% ao Ministério do Meio Ambiente, 3% ao Ministério das Minas e Energia e 4% ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	45% aos municípios onde se localizam instalações destinadas à produção de energia elétrica ou que tenham áreas invadidas por águas dos respectivos reservatórios
Compensação financeira pela exploração de petróleo, xisto betuminoso e gás natural	Empresas concessionárias da exploração de petróleo, xisto betuminoso e gás natural ↓ União	De 5% a 10% do valor da produção de óleo bruto, xisto betuminoso e de gás extraídos dos territórios ou da plataforma continental onde se fixa a lavra ou se localizam instalações de embarque ou desembarque	Veja na seção sobre royalties, na página 61

QPM-ICMS

Desempenho

Em 2006, as transferências de ICMS aos municípios capixabas totalizaram R\$ 1,27 bilhão, valor 6,6% acima do registrado no ano anterior, de acordo com os dados do governo estadual. Apesar do desempenho positivo, ocorreu uma forte desaceleração nas taxas de crescimento. Entre 2003 e 2004, esse aumento havia sido de 17,1% e, entre 2004 e 2005, de 16,9%. Nos últimos quatro anos, o aumento do ICMS transferido aos municípios foi de 45,9%.

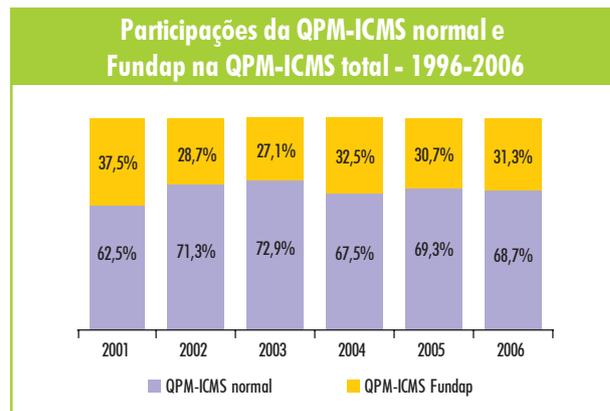
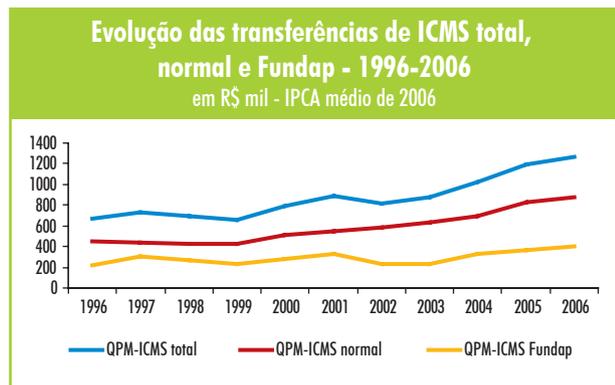
Ao analisar o comportamento dos repasses é conveniente separar o ICMS repassado aos municípios capixabas em

duas parcelas: 1) o ICMS Fundap, referente ao ICMS recolhido pelas empresas de comércio exterior que optam pelo Sistema Fundap (Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias), mecanismo de incentivo financeiro ao setor, e 2) ICMS normal, que é todo o restante do ICMS recolhido, excluído o proveniente do sistema Fundap.

Em 2004, a notável expansão do ICMS Fundap foi responsável por quase dois terços (64,5%) do crescimento do ICMS transferido pelo Estado aos municípios capixabas. Já em 2005, a situação inverteu-se, quando o ICMS normal explicou 80,3% do crescimento das transferências. Em 2006, ambas as parcelas transferidas aos municípios ca-

pixabas apresentaram um desempenho mais regular, sem comportamento extraordinário. O ICMS normal, que em 2005 havia crescido 20,1%, teve uma expansão mais moderada de 5,5%. O ICMS Fundap, por sua vez, aumentou 8,9%, em 2006, quando em 2005 sua taxa foi de 10,2%.

Com pequenas variações, tem girado em torno de 30% a participação do ICMS Fundap no conjunto do ICMS transferido aos municípios capixabas nos últimos cinco anos. No período de 1996 a 2001, sua contribuição foi, em média, de 37%.



Evolução da QPM- ICMS total, normal e Fundap - 1995-2006

Em mil reais médios de 2006 - IPCA

ANO	QPM-ICMS total		QPM-ICMS normal		Partic. Total Em %	QPM-ICMS Fundap		Partic. Total Em %
	Em mil R\$	Varição anual %	Em mil R\$	Varição anual %		Em mil R\$	Varição anual %	
1995*	734.620		593.769		81%	140.851		19%
1996	669.106	-8,9	445.086	-25,0	67%	224.020	59,0	33%
1997	734.994	9,8	435.969	-2,0	59%	299.025	33,5	41%
1998	694.082	-5,6	424.452	-2,6	61%	269.630	-9,8	39%
1999	659.659	-5,0	424.050	-0,1	64%	235.609	-12,6	36%
2000	792.933	20,2	512.405	20,8	65%	280.528	19,1	35%
2001	884.684	11,6	552.579	7,8	62%	332.106	18,4	38%
2002	821.493	-7,1	585.867	6,0	71%	235.626	-29,1	29%
2003	871.108	6,0	635.471	8,5	73%	235.637	0,0	27%
2004	1.019.979	17,1	688.297	8,3	67%	331.682	40,8	33%
2005	1.192.274	16,9	826.698	20,1	69%	365.576	10,2	31%
2006	1.270.737	6,6	872.517	5,5	69%	398.220	8,9	31%

Fonte: relatórios do Banestes e Siafen. * Não foram obtidos dados de ICMS/Fundap dos seis primeiros meses do ano de 1995.

Nota: o valor da QPM-ICMS obtido pelo somatório dos dados coletados dos balanços municipais não coincide exatamente com o valor do governo estadual.

Distribuição

Em termos absolutos, o aumento do repasse estadual do ICMS aos municípios capixabas foi de R\$ 68,1 milhões. Entretanto, a distribuição desse aumento foi extremamente concentrada. Apenas o Município da Serra, sozinho, ficou com mais da metade desses recursos, ou seja, com R\$ 35,5 milhões. Vitória, por sua vez, recebeu R\$ 10,5 milhões. Juntos, Serra e Vitória apropriaram-se de uma fatia de 67,5% de todo o aumento do ICMS distribuído aos municípios.

Mesmo com o aumento na transferência de ICMS, 30 cidades, ou seja, quase 40% do total, acusaram quedas nas suas respectivas quotas de ICMS. As demais 46 cidades dividiram entre si a fatia de 32,5% de todo o aumento no ICMS, o que equivaliu a R\$ 22,1 milhões. Vale dizer: o bolo cresceu em 2006, mas foi apropriado por uma pequena parcela de municípios. As maiores

quedas foram observadas em Jaguaré (-19,6%), Apiacá (-17,8%), Fundão (-15,5%), Piúma (-12,6%), Águia Branca (-12,1%), Mantenedora (-11,9%) e Muqui (-11,1%).

ICMS per capita

Com R\$ 1.399 de ICMS per capita, Anchieta voltou a ocupar, em 2006, o topo do ranking entre os municípios capixabas, após dois anos de Aracruz na liderança, que caiu para a segunda posição, com R\$ 1.226. Vitória ocupou a terceira posição (R\$ 855), seguido de Governador Lindenberg (R\$ 681) e Jaguaré (R\$ 667).

No outro extremo encontra-se Guarapari, que recebeu, em 2006, R\$ 86 de ICMS por habitante. Vale notar que a última posição vem sendo ocupada regularmente pelo balneário nos últimos anos. Em ordem crescente, depois de Guarapari, encontram-se os também balneários de Piúma e Maratázes, ambos com R\$ 118 per capita, seguidos de Cariacica (R\$ 123) e Vila Velha (R\$ 176). Esses municípios, somados aos de Guaçuí, Fundão, Alegre e Colatina, sempre ocupam o extremo inferior dos repasses de ICMS por habitante.

A disposição dos municípios no ranking dos valores repassados de ICMS por habitante é determinada pelo perfil econômico dos municípios, na medida em que o valor adicionado (VA) é o principal critério de distribuição do ICMS (veja quadro abaixo). Por serem sede de grandes plantas industriais, Vitória, Aracruz e Anchieta possuem grande valor adicionado e ocupam o topo do ranking. O outro extremo é ocupado por municípios que carecem de uma base industrial mais sedimentada.

A parcela de ICMS destinada a cada município é distribuída de acordo com o Índice de Participação no ICMS (IPM), que é calculado anualmente. A Constituição Federal, no artigo 158, parágrafo único, determina que os estados devem distribuir, no mínimo, 75% da QPM-ICMS de acordo com o valor adicionado do município, e os demais 25% de acordo com critérios adotados no próprio Estado. No Espírito Santo, os critérios adotados estão relacionados no quadro a seguir.

De todos os índices parciais que compõem o IPM, o mais importante é o do valor adicionado (VA), por ser ponderado em 75% na formação do índice final. No entanto, em municípios onde o VA é relativamente baixo, os índices relativos aos demais critérios de distribuição, como área territorial, propriedades rurais, produção agrícola e saúde, podem desempenhar papel importante na definição do IPM. É importante verificar quais desses índices parciais são importantes no município e qual o grau de manobra existente para se elevar esse índice. Por exemplo, em alguns municípios o índice parcial da produção agrícola é tão importante quanto o do VA. Desse modo, qualquer variação no valor da produção agrícola local em relação à produção agrícola total do Estado pode afetar o IPM desses municípios.

Critérios de distribuição		Pesos
1. Valor adicionado	Proporcional ao VA do município, de dois anos anteriores ao da apuração, em relação ao total dos municípios do Estado	75%
2. Área	Proporcional à área do município em relação à área total do Estado	5%
3. Propriedades rurais	Proporcional ao número de propriedades rurais no município em relação ao total do Estado	7%
4. Produção agrícola	Proporcional à comercialização de produtos agrícolas e hortifrutigranjeiros do município, dos dois exercícios anteriores ao da apuração, em relação ao total do Estado	6%
5. Saúde	Percentual rateado igualmente entre os dez municípios de maior VA que estejam enquadrados na gestão mais avançada do Sistema Único de Saúde (SUS)	0,5%
	Para os demais municípios:	
	Percentual dividido igualmente entre os municípios que estejam enquadrados na gestão mais avançada do SUS	2,5%
	Proporcional à participação do gasto com saúde e saneamento básico no gasto total do município em relação à soma dessas participações de todos os municípios do Estado	3%
	Igualmente distribuído entre os municípios participantes de consórcio para prestação de serviços de saúde	1%

QPM-ICMS - 2001-2006

Regiões e municípios	2001	2002	2003	2004	2005	2006	Variação 2006/2005	Participação na rec. total ^a 2006	QPM-ICMS per capita 2006
	Em mil reais médios de 2006 - IPCA						Em %		Em reais
MS Noroeste	101.924,9	89.928,1	94.500,8	115.870,5	130.016,7	128.761,9	-1,0	27,8	319,7
Alto Rio Novo	1.672,6	1.617,4	1.707,4	1.893,9	2.222,3	2.781,2	25,1	28,4	422,9
São Domingos do Norte	1.985,2	1.921,5	2.177,7	2.952,3	3.741,7	4.142,1	10,7	36,4	497,5
Vila Pavão	2.219,2	2.102,4	2.308,4	3.211,9	3.970,6	4.535,4	14,2	21,5	534,3
Águia Branca	3.626,9	3.096,3	3.179,7	3.806,7	4.512,0	3.966,4	-12,1	28,9	420,4
Governador Lindenberg	2.821,4	2.628,2	2.787,6	5.844,8	6.331,4	6.849,1	8,2	48,3	681,0
Marilândia	3.697,8	3.377,2	3.336,6	4.222,2	4.669,9	4.235,0	-9,3	28,4	399,4
Mantenópolis	3.043,6	2.826,1	3.066,3	3.568,4	4.043,8	3.561,5	-11,9	23,6	326,2
Água Doce do Norte	2.973,7	2.663,3	2.899,0	3.494,9	3.870,8	3.700,5	-4,4	25,2	289,4
Boa Esperança	3.565,1	3.779,8	3.954,9	4.629,3	5.018,7	4.539,6	-9,5	27,7	318,5
Vila Valério	4.903,9	4.275,0	4.654,6	6.126,4	6.104,7	6.734,1	10,3	39,8	468,2
Pancas	6.287,0	5.121,1	4.644,2	5.688,4	6.990,8	6.308,2	-9,8	26,3	316,1
Ecoporanga	6.801,0	6.111,6	6.498,5	8.524,7	10.298,8	10.245,2	-0,5	39,0	433,3
Baixo Guandu	13.254,4	11.270,8	11.359,9	12.798,7	14.226,2	14.388,8	1,1	39,3	507,8
São Gabriel da Palha	4.720,0	4.209,3	4.695,0	6.692,2	7.773,1	7.320,2	-5,8	26,1	256,2
Barra de São Francisco	6.838,5	6.204,5	6.333,3	7.779,7	9.085,7	9.227,9	1,6	25,9	236,8
Nova Venécia	10.303,4	9.279,1	9.878,3	11.908,3	12.868,6	12.225,2	-5,0	25,9	268,1
Colatina	23.211,1	19.444,7	21.019,4	22.727,7	24.287,8	24.001,5	-1,2	20,4	214,7
MS Litoral Norte	152.571,2	154.883,7	162.437,3	195.798,5	240.447,3	233.533,3	-2,9	30,2	463,0
Mucuriç	2.228,1	2.345,0	2.447,9	3.005,8	3.285,9	4.139,9	26,0	33,2	660,9
Ponto Belo	1.766,5	1.700,6	1.616,1	2.078,2	2.850,9	3.289,4	15,4	28,6	505,0
Ibiraçu	2.627,5	2.237,6	2.073,5	2.703,4	3.092,9	3.835,4	24,0	23,0	358,9
Fundão	3.373,8	2.954,5	2.901,0	3.194,9	3.250,2	2.746,8	-15,5	12,3	182,1
Montanha	3.177,1	3.353,9	4.629,1	5.554,6	6.234,5	6.924,8	11,1	29,0	416,7
João Neiva	4.096,0	4.030,0	4.442,6	5.356,8	6.100,9	5.693,7	-6,7	22,7	341,9
Rio Bananal	6.609,9	5.651,3	5.366,7	5.807,7	6.535,7	6.622,3	1,3	29,4	389,9
Sooretama	4.359,2	3.831,4	3.772,2	4.358,8	5.162,4	5.790,9	12,2	23,3	272,0
Pinheiros	4.698,7	4.078,9	4.581,8	5.844,0	6.811,3	8.002,7	17,5	28,9	375,2
Jaguará	7.384,4	7.482,0	10.157,6	14.331,1	17.734,5	14.257,8	-19,6	32,0	666,9
Pedro Canário	3.520,2	3.588,5	3.957,4	4.814,2	5.799,9	6.049,5	4,3	28,5	269,9
Conceição da Barra	7.710,0	6.445,6	6.986,0	9.223,5	10.781,3	10.233,1	-5,1	29,3	345,6
Aracruz	56.617,4	65.233,7	63.692,8	71.601,6	95.636,4	90.333,5	-5,5	46,8	1.226,4
São Mateus	15.711,6	15.374,2	14.897,2	18.003,0	22.880,6	23.224,1	1,5	20,4	225,6
Linhares	28.690,9	26.576,4	30.915,5	39.921,0	44.290,4	42.389,4	-4,3	23,7	344,6
MS Central	98.962,3	92.194,9	93.800,4	109.092,4	128.059,7	143.004,2	11,7	33,1	443,0
São Roque do Canaã	3.024,7	2.631,4	2.526,5	2.893,3	3.525,1	4.000,2	13,5	32,2	362,1
Laranja da Terra	2.927,3	2.921,4	2.953,2	3.298,3	3.766,4	4.418,6	17,3	32,2	396,1
Conceição do Castelo	3.509,7	3.160,1	3.406,0	4.584,6	6.411,1	7.241,7	13,0	38,8	647,2
Itarana	3.151,8	2.897,4	2.477,9	2.751,5	3.392,4	4.164,1	22,7	27,4	341,7
Rio Novo do Sul	2.043,9	1.914,1	2.099,4	2.662,1	3.068,8	3.549,5	15,7	28,6	290,8
Iconha	2.892,3	2.508,3	2.587,2	2.944,6	3.128,4	4.215,6	34,8	21,9	338,7
Brejjetuba	4.836,0	4.387,8	3.912,0	3.770,4	3.972,4	5.724,6	44,1	38,4	439,7
Santa Leopoldina	5.009,2	4.305,7	4.459,2	5.189,6	5.597,1	6.251,0	11,7	37,7	464,6
Marechal Floriano	6.184,6	5.127,3	6.149,4	7.664,5	7.813,3	8.981,6	15,0	43,6	634,4
Alfredo Chaves	3.361,2	2.895,2	3.031,5	3.495,8	3.635,5	4.926,0	35,5	28,8	343,7
Itaguaçu	2.276,4	3.263,2	2.988,4	3.423,2	4.031,3	4.953,2	22,9	25,9	323,5
Piúma	2.264,7	2.038,3	2.134,3	2.465,7	2.576,1	2.251,5	-12,6	11,0	117,9
Venda Nova do Imigrante	5.871,5	5.033,5	5.574,9	7.205,8	9.239,8	10.658,3	15,4	41,5	554,6
Santa Teresa	6.451,2	5.989,0	5.732,5	6.678,3	7.161,1	7.102,5	-0,8	23,2	335,1
Anchieta	19.563,3	19.489,1	19.095,2	21.412,9	27.478,5	31.202,1	13,6	43,8	1.398,5
Santa Maria de Jetibá	9.514,2	8.512,3	9.862,6	11.350,7	13.609,4	14.129,1	3,8	42,0	430,2
Afonso Cláudio	7.023,2	6.377,2	6.263,8	7.034,3	7.655,2	7.424,7	-3,0	24,8	219,7
Domingos Martins	9.057,1	8.743,6	8.546,4	10.266,7	11.997,9	11.810,0	-1,6	29,3	348,7
Região Metropolitana	417.359,4	380.633,5	413.739,6	495.870,4	556.834,8	610.674,1	9,7	33,0	370,9
Viana	10.394,4	8.601,4	7.954,3	10.634,4	14.229,4	14.015,1	-1,5	20,6	231,5
Guarapari	6.914,2	5.760,8	6.107,9	7.512,2	8.448,6	9.245,9	9,4	10,3	85,5
Vitória	203.819,9	178.411,5	196.928,3	244.347,1	260.488,3	271.029,6	4,0	35,5	854,8
Cariacica	30.555,7	26.869,9	28.511,4	34.749,8	39.033,8	44.406,4	13,8	23,9	123,0
Serra	111.520,1	110.407,4	117.695,9	134.206,9	165.062,0	200.529,2	21,5	44,8	508,5
Vila Velha	54.155,2	50.582,5	56.541,6	64.420,0	69.572,7	71.447,9	2,7	24,1	176,3
MS Sul	115.473,6	105.728,0	106.911,7	123.922,2	146.773,1	154.281,5	5,1	26,4	262,5
Divino de São Lourenço	1.361,6	1.192,2	1.507,6	2.078,4	2.301,5	2.399,6	4,3	29,0	448,2
Dores do Rio Preto	1.538,8	1.537,8	1.533,2	1.518,6	1.861,4	2.414,6	29,7	25,3	351,5
Apiaçá	2.115,4	2.262,6	2.082,3	2.527,3	2.924,0	2.403,6	-17,8	24,2	297,7
Atílio Vivácqua	2.998,9	3.035,6	3.110,0	3.941,2	4.501,0	4.108,0	-8,7	30,6	429,9
Presidente Kennedy	2.424,7	2.251,0	2.352,0	3.180,7	3.682,1	3.863,1	4,9	15,6	400,5
Bom Jesus do Norte	2.326,2	2.136,8	2.029,5	2.361,7	2.491,8	2.251,1	-9,7	22,2	221,6
Ibitirama	3.022,3	2.841,6	2.491,9	2.757,8	3.189,1	3.747,3	17,5	30,6	361,7
São José do Calçado	3.101,5	2.745,3	3.022,7	3.836,1	4.020,0	3.686,0	-8,3	20,3	345,0
Irupi	3.510,2	3.034,6	2.962,3	2.940,5	3.105,7	3.671,0	18,2	28,7	335,0
Jerônimo Monteiro	1.583,6	1.454,3	1.592,2	2.017,2	2.478,7	2.858,3	15,3	21,0	256,5
Muqui	3.024,7	2.655,8	2.699,4	3.369,9	3.935,1	3.497,8	-11,1	23,1	255,2
Muniz Freire	4.436,4	4.183,5	4.329,6	4.743,1	5.259,1	6.208,8	18,1	26,8	321,0
Vargem Alta	5.601,9	4.965,5	4.930,8	5.442,7	6.401,9	6.229,5	-2,7	24,9	303,1
Ibatiba	4.679,7	4.699,0	4.613,6	5.399,3	5.561,8	5.200,7	-6,5	24,1	237,4
Mimoso do Sul	6.748,5	6.364,6	6.074,1	6.950,6	7.762,9	7.248,0	-6,6	25,4	260,8
Guaçuí	3.424,1	3.155,0	4.085,0	4.981,9	5.008,9	5.067,6	1,2	19,3	180,3
Itana	5.896,2	5.495,2	5.305,6	5.268,6	5.921,5	6.641,8	12,2	24,5	233,6
Alegre	5.271,6	4.992,7	5.178,6	5.796,0	6.199,1	6.000,8	-3,2	16,9	183,7
Itapemirim	5.157,9	4.409,9	4.495,1	5.936,7	12.367,6	15.456,2	25,0	33,0	472,0
Castelo	8.916,3	7.779,0	7.300,9	8.996,6	12.005,7	12.683,0	5,6	35,8	361,8
Marataizes	3.017,2	2.598,9	2.735,3	3.255,9	3.586,4	4.316,7	20,4	17,0	118,3
Cachoeiro de Itapemirim	35.316,1	31.937,2	32.480,0	36.621,4	42.207,8	44.328,1	5,0	31,2	223,7
TOTAL	886.291,5	823.368,2	871.389,8	1.040.554,0	1.202.131,6	1.270.254,9	5,7	31,0	366,7

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), ainda não apreciados em plenário. Nota: ^a receita total ajustada dos efeitos do Fundef (ver "Notas metodológicas", na página 4).

QPM-ICMS

Posição	Municípios	QPM-ICMS em reais
1º	Vitória	271.029.566
2º	Serra	200.529.166
3º	Aracruz	90.333.484
4º	Vila Velha	71.447.873
5º	Cariacica	44.406.433
6º	Cachoeiro de Itapemirim	44.328.108
7º	Linhares	42.389.433
8º	Anchieta	31.202.113
9º	Colatina	24.001.474
10º	São Mateus	23.224.067
11º	Itapemirim	15.456.210
12º	Baixo Guandu	14.388.751
13º	Jaguaré	14.257.757
14º	Santa Maria de Jetibá	14.129.070
15º	Viana	14.015.082
16º	Castelo	12.682.993
17º	Nova Venécia	12.225.179
18º	Domingos Martins	11.809.963
19º	Venda Nova do Imigrante	10.658.334
20º	Ecoporanga	10.245.213
21º	Conceição da Barra	10.233.117
22º	Guarapari	9.245.935
23º	Barra de São Francisco	9.227.947
24º	Marechal Floriano	8.981.560
25º	Pinheiros	8.002.673
26º	Afonso Cláudio	7.424.656
27º	São Gabriel da Palha	7.320.235
28º	Mimoso do Sul	7.248.041
29º	Conceição do Castelo	7.241.697
30º	Santa Teresa	7.102.498
31º	Montanha	6.924.797
32º	Governador Lindenberg	6.849.090
33º	Vila Valério	6.734.097
34º	Íluna	6.641.776
35º	Rio Bananal	6.622.256
36º	Pancas	6.308.185
37º	Santa Leopoldina	6.251.008
38º	Vargem Alta	6.229.499
39º	Muniz Freire	6.208.805
40º	Pedro Canário	6.049.543
41º	Alegre	6.000.804
42º	Sooretama	5.790.941
43º	Brejetuba	5.724.640
44º	João Neiva	5.693.742
45º	Ibatiba	5.200.741
46º	Guaçuí	5.067.595
47º	Itaguaçu	4.953.164
48º	Alfredo Chaves	4.925.992
49º	Boa Esperança	4.539.577
50º	Vila Pavão	4.535.373
51º	Laranja da Terra	4.418.650
52º	Marataizes	4.316.695
53º	Mariândia	4.235.015
54º	Iconha	4.215.624
55º	Itarana	4.164.057
56º	São Domingos do Norte	4.142.092
57º	Mucurici	4.139.940
58º	Atílio Vivácqua	4.107.990
59º	São Roque do Canaã	4.000.155
60º	Água Branca	3.966.427
61º	Presidente Kennedy	3.863.062
62º	Ibiraçu	3.835.391
63º	Ibitirama	3.747.282
64º	Água Doce do Norte	3.700.526
65º	São José do Calçado	3.685.964
66º	Irupi	3.670.975
67º	Mantenópolis	3.561.526
68º	Rio Novo do Sul	3.549.547
69º	Muqui	3.497.758
70º	Ponto Belo	3.289.375
71º	Jerônimo Monteiro	2.858.316
72º	Alto Rio Novo	2.781.159
73º	Fundão	2.746.828
74º	Dores do Rio Preto	2.414.606
75º	Apiaçá	2.403.552
76º	Divino de São Lourenço	2.399.612
77º	Piúma	2.251.484
78º	Bom Jesus do Norte	2.251.087
TOTAL		1.270.254.946

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES). Alguns balanços não haviam sido apreciados em plenário no TCEES.

QPM-ICMS per capita

Posição	Municípios	A / B	QPM-ICMS A	População B
		em reais		
1º	Anchieta	1.399	31.202.113	22.311
2º	Aracruz	1.226	90.333.484	73.657
3º	Vitória	855	271.029.566	317.085
4º	Governador Lindenberg	681	6.849.090	10.057
5º	Jaguaré	667	14.257.757	21.379
6º	Mucurici	661	4.139.940	6.264
7º	Conceição do Castelo	647	7.241.697	11.189
8º	Marechal Floriano	634	8.981.560	14.158
9º	Venda Nova do Imigrante	555	10.658.334	19.217
10º	Vila Pavão	534	4.535.373	8.488
11º	Serra	508	200.529.166	394.370
12º	Baixo Guandu	508	14.388.751	28.335
13º	Ponto Belo	505	3.289.375	6.514
14º	São Domingos do Norte	498	4.142.092	8.325
15º	Itapemirim	472	15.456.210	32.749
16º	Vila Valério	468	6.734.097	14.384
17º	Santa Leopoldina	465	6.251.008	13.454
18º	Divino de São Lourenço	448	2.399.612	5.354
19º	Brejetuba	440	5.724.640	13.018
20º	Ecoporanga	433	10.245.213	23.644
21º	Santa Maria de Jetibá	430	14.129.070	32.844
22º	Atílio Vivácqua	430	4.107.990	9.555
23º	Alto Rio Novo	423	2.781.159	6.577
24º	Água Branca	420	3.966.427	9.436
25º	Montanha	417	6.924.797	16.620
26º	Presidente Kennedy	401	3.863.062	9.645
27º	Mariândia	399	4.235.015	10.604
28º	Laranja da Terra	396	4.418.650	11.155
29º	Rio Bananal	390	6.622.256	16.986
30º	Pinheiros	375	8.002.673	21.330
31º	São Roque do Canaã	362	4.000.155	11.048
32º	Castelo	362	12.682.993	35.054
33º	Ibitirama	362	3.747.282	10.361
34º	Ibiraçu	359	3.835.391	10.688
35º	Dores do Rio Preto	351	2.414.606	6.870
36º	Domingos Martins	349	11.809.963	33.873
37º	Conceição da Barra	346	10.233.117	29.607
38º	São José do Calçado	345	3.685.964	10.683
39º	Linhares	345	42.389.433	123.000
40º	Alfredo Chaves	344	4.925.992	14.332
41º	João Neiva	342	5.693.742	16.653
42º	Itarana	342	4.164.057	12.187
43º	Iconha	339	4.215.624	12.448
44º	Santa Teresa	335	7.102.498	21.196
45º	Irupi	335	3.670.975	10.959
46º	Mantenópolis	326	3.561.526	10.919
47º	Itaguaçu	324	4.953.164	15.310
48º	Muniz Freire	321	6.208.805	19.344
49º	Boa Esperança	318	4.539.577	14.253
50º	Pancas	316	6.308.185	19.957
51º	Vargem Alta	303	6.229.499	20.550
52º	Apiaçá	298	2.403.552	8.073
53º	Rio Novo do Sul	291	3.549.547	12.207
54º	Água Doce do Norte	289	3.700.526	12.788
55º	Sooretama	272	5.790.941	21.288
56º	Pedro Canário	270	6.049.543	22.414
57º	Nova Venécia	268	12.225.179	45.607
58º	Mimoso do Sul	261	7.248.041	27.794
59º	Jerônimo Monteiro	257	2.858.316	11.143
60º	São Gabriel da Palha	256	7.320.235	28.576
61º	Muqui	255	3.497.758	13.708
62º	Ibatiba	237	5.200.741	21.909
63º	Barra de São Francisco	237	9.227.947	38.971
64º	Íluna	234	6.641.776	28.433
65º	Viana	232	14.015.082	60.537
66º	São Mateus	226	23.224.067	102.955
67º	Cachoeiro de Itapemirim	224	44.328.108	198.150
68º	Bom Jesus do Norte	222	2.251.087	10.159
69º	Afonso Cláudio	220	7.424.656	33.797
70º	Colatina	215	24.001.474	111.789
71º	Alegre	184	6.000.804	32.669
72º	Fundão	182	2.746.828	15.082
73º	Guaçuí	180	5.067.595	28.100
74º	Vila Velha	176	71.447.873	405.374
75º	Cariacica	123	44.406.433	361.058
76º	Marataizes	118	4.316.695	36.494
77º	Piúma	118	2.251.484	19.094
78º	Guarapari	86	9.245.935	108.120
TOTAL		367	1.270.254.946	3.464.285

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES). Alguns balanços não haviam sido apreciados em plenário no TCEES. Estimativa populacional para 2006 da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Evolução dos índices de participação dos municípios na QPM-ICMS de 1997 a 2007

Mesorregiões e municípios	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
MS Noroeste	11,656	11,582	12,157	11,955	11,520	10,939	10,846	11,143	10,812	10,132	10,198
Alto Rio Novo	0,361	0,219	0,247	0,204	0,189	0,197	0,196	0,182	0,184	0,219	0,206
São Domingos do Norte*	0,268	0,250	0,278	0,272	0,227	0,234	0,250	0,284	0,311	0,326	0,319
Vila Pavão*	0,262	0,260	0,257	0,237	0,251	0,256	0,265	0,309	0,330	0,357	0,353
Águia Branca	0,371	0,317	0,420	0,395	0,410	0,378	0,365	0,366	0,375	0,312	0,317
Governador Lindenberg***	-	-	-	-	0,320	0,320	0,320	0,565	0,526	0,539	0,549
Marilândia	0,317	0,353	0,404	0,409	0,418	0,411	0,383	0,406	0,388	0,333	0,329
Mantenópolis	0,338	0,395	0,417	0,349	0,344	0,344	0,352	0,343	0,336	0,280	0,372
Água Doce do Norte	0,409	0,401	0,404	0,371	0,336	0,324	0,333	0,336	0,333	0,291	0,290
Boa Esperança	0,391	0,396	0,391	0,395	0,403	0,461	0,454	0,445	0,417	0,358	0,368
Vila Valério**	0,160	0,160	0,160	0,535	0,551	0,520	0,534	0,589	0,506	0,530	0,509
Pancas	0,648	0,707	0,693	0,667	0,713	0,622	0,531	0,547	0,581	0,496	0,448
Ecoporanga	0,768	0,834	0,839	0,782	0,769	0,743	0,746	0,820	0,856	0,806	0,799
São Gabriel da Palha	0,725	0,719	0,869	0,677	0,533	0,512	0,539	0,644	0,646	0,576	0,563
Baixo Guandu	1,528	1,476	1,520	1,554	1,498	1,370	1,304	1,230	1,182	1,132	0,948
Barra de São Francisco	0,807	0,771	0,781	0,765	0,773	0,755	0,727	0,748	0,755	0,726	0,839
Nova Venécia	1,424	1,328	1,272	1,257	1,163	1,129	1,134	1,145	1,068	0,962	1,002
Colatina	2,879	2,996	3,205	3,086	2,622	2,363	2,413	2,184	2,018	1,889	1,987
MS Litoral Norte	18,175	17,941	16,380	15,456	17,180	18,550	18,641	18,795	19,985	18,376	15,600
Mucurici	0,167	0,231	0,306	0,238	0,250	0,286	0,281	0,289	0,273	0,326	0,308
Ponto Belo**	0,232	0,140	0,140	0,173	0,209	0,207	0,187	0,201	0,237	0,260	0,239
Ibiraçu	0,310	0,274	0,270	0,277	0,297	0,272	0,238	0,260	0,257	0,302	0,314
Fundão	0,330	0,453	0,426	0,372	0,380	0,359	0,333	0,307	0,270	0,216	0,249
João Neiva	0,418	0,486	0,483	0,457	0,463	0,491	0,510	0,515	0,507	0,448	0,478
Rio Bananal	0,662	0,758	0,828	0,782	0,747	0,687	0,616	0,558	0,543	0,521	0,527
Montanha	0,483	0,491	0,461	0,387	0,359	0,409	0,533	0,534	0,518	0,545	0,544
Sooretama**	0,402	0,402	0,402	0,414	0,493	0,466	0,433	0,419	0,429	0,456	0,428
Jaguaré	0,641	0,695	0,625	0,754	0,835	0,912	1,139	1,379	1,474	1,121	0,975
Pinheiros	0,497	0,456	0,466	0,516	0,531	0,496	0,526	0,562	0,566	0,630	0,640
Pedro Canário	0,426	0,382	0,442	0,405	0,373	0,408	0,427	0,463	0,482	0,476	0,462
Conceição da Barra	0,790	1,219	1,219	0,889	0,819	0,784	0,802	0,893	0,896	0,805	0,882
Aracruz	7,626	7,169	5,292	4,795	6,405	7,965	7,311	6,881	7,951	7,108	4,846
São Mateus	2,085	1,854	1,687	1,759	1,776	1,873	1,710	1,731	1,902	1,828	1,671
Linhares	3,106	2,931	3,333	3,238	3,243	3,235	3,595	3,803	3,680	3,334	3,037
MS Central	9,948	9,513	10,050	10,365	11,044	11,072	10,744	10,473	10,651	11,257	11,399
São Roque do Canaã**	0,260	0,260	0,260	0,312	0,342	0,320	0,290	0,277	0,293	0,315	0,304
Laranja da Terra	0,393	0,390	0,329	0,293	0,331	0,356	0,339	0,317	0,313	0,348	0,339
Conceição do Castelo	0,379	0,344	0,379	0,399	0,399	0,382	0,391	0,441	0,533	0,570	0,559
Rio Novo do Sul	0,258	0,245	0,249	0,237	0,231	0,236	0,241	0,256	0,255	0,280	0,274
Itarana	0,392	0,293	0,293	0,314	0,335	0,353	0,295	0,256	0,282	0,328	0,311
Iconha	0,377	0,318	0,307	0,305	0,327	0,305	0,297	0,283	0,269	0,332	0,351
Brejetuba**	0,180	0,180	0,180	0,452	0,547	0,534	0,449	0,362	0,330	0,451	0,528
Santa Leopoldina	0,750	0,647	0,686	0,618	0,532	0,526	0,478	0,499	0,465	0,492	0,498
Marechal Floriano*	0,462	0,457	0,619	0,725	0,699	0,623	0,706	0,737	0,649	0,707	0,633
Alfredo Chaves	0,461	0,406	0,365	0,357	0,380	0,352	0,348	0,336	0,302	0,388	0,390
Itaguaçu	0,461	0,365	0,375	0,402	0,412	0,397	0,343	0,329	0,335	0,390	0,401
Piúma	0,236	0,223	0,231	0,253	0,256	0,248	0,245	0,237	0,214	0,177	0,171
Venda Nova do Imigrante	0,568	0,575	0,635	0,684	0,660	0,612	0,640	0,693	0,768	0,839	0,850
Santa Teresa	0,728	0,779	0,906	0,779	0,729	0,729	0,658	0,642	0,595	0,559	0,584
Anchieta	1,344	1,351	1,352	1,512	1,983	2,229	2,192	2,054	2,284	2,456	2,624
Santa Maria de Jetibá	0,954	1,017	1,059	1,031	1,063	1,229	1,132	1,091	1,131	1,112	1,133
Domingos Martins	1,055	0,994	0,928	0,950	1,024	1,065	0,981	0,987	0,997	0,929	0,857
Afonso Cláudio	0,690	0,669	0,897	0,742	0,794	0,776	0,719	0,676	0,636	0,584	0,592
Região Metropolitana	47,239	47,979	49,107	49,494	47,168	46,321	47,497	47,676	46,350	48,083	51,228
Viana	2,001	1,907	1,423	1,137	1,175	1,045	0,913	1,023	1,183	1,103	0,917
Guarapari	0,806	0,909	0,893	0,896	0,781	0,700	0,701	0,721	0,700	0,728	0,706
Vitória	22,534	23,982	25,682	25,598	23,030	21,697	22,608	23,498	21,643	21,333	23,858
Cariacica	4,023	3,569	3,517	3,386	3,454	3,268	3,273	3,341	3,323	3,500	3,533
Serra	12,374	11,723	11,738	12,557	12,606	13,453	13,511	12,901	13,720	15,795	16,777
Vila Velha	5,501	5,889	5,854	5,920	6,122	6,158	6,491	6,192	5,781	5,624	5,437
MS Sul	12,982	12,985	12,306	12,730	13,088	12,818	12,272	11,913	12,202	12,152	11,575
Divino de São Lourenço	0,194	0,166	0,126	0,127	0,154	0,145	0,163	0,200	0,195	0,198	0,193
Dores do Rio Preto	0,256	0,202	0,130	0,144	0,174	0,176	0,176	0,147	0,155	0,190	0,190
Apiacá	0,178	0,214	0,230	0,272	0,239	0,276	0,239	0,243	0,243	0,189	0,222
Átilio Vivácqua	0,262	0,353	0,326	0,333	0,339	0,370	0,357	0,379	0,374	0,323	0,339
Presidente Kennedy	0,385	0,390	0,350	0,294	0,274	0,274	0,270	0,306	0,306	0,304	0,300
Bom Jesus do Norte	0,199	0,230	0,232	0,223	0,268	0,260	0,233	0,227	0,207	0,177	0,169
Ibitirama	0,279	0,231	0,159	0,235	0,342	0,346	0,286	0,265	0,265	0,295	0,293
São José do Calçado	0,250	0,288	0,300	0,316	0,347	0,334	0,347	0,365	0,334	0,290	0,290
Irupi*	0,289	0,321	0,273	0,318	0,397	0,369	0,340	0,282	0,258	0,289	0,300
Jerônimo Monteiro	0,229	0,263	0,192	0,176	0,179	0,177	0,184	0,194	0,206	0,225	0,225
Muqui	0,302	0,454	0,309	0,349	0,342	0,323	0,316	0,324	0,327	0,275	0,261
Muniz Freire	0,541	0,551	0,429	0,445	0,499	0,517	0,497	0,460	0,437	0,489	0,509
Vargem Alta	0,457	0,590	0,631	0,693	0,633	0,604	0,566	0,523	0,532	0,490	0,474
Ibatiba	0,349	0,369	0,294	0,429	0,531	0,572	0,528	0,519	0,462	0,409	0,372
Guaçuí	0,885	0,636	0,418	0,396	0,387	0,384	0,469	0,479	0,416	0,398	0,403
Mimoso do Sul	0,600	0,652	0,654	0,706	0,763	0,761	0,702	0,668	0,645	0,570	0,545
Iúna	0,652	0,702	0,472	0,520	0,667	0,669	0,609	0,509	0,492	0,523	0,509
Itapemirim	0,667	0,646	0,820	0,669	0,586	0,536	0,516	0,571	1,029	1,217	0,882
Alegre	0,614	0,630	0,659	0,586	0,596	0,608	0,594	0,557	0,515	0,472	0,492
Castelo	0,871	0,839	0,907	0,961	1,008	0,946	0,838	0,865	0,998	0,998	0,967
Marataizes**	0,210	0,210	0,210	0,362	0,341	0,316	0,314	0,313	0,298	0,340	0,307
Cachoeira de Itapemirim	4,313	4,048	4,185	4,176	4,022	3,855	3,728	3,517	3,508	3,491	3,333
TOTAL	100										

Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda do Espírito Santo/CODEF. Notas: * Municípios instalados em 1993. ** Municípios instalados em 1997. *** Município instalado em 2001.



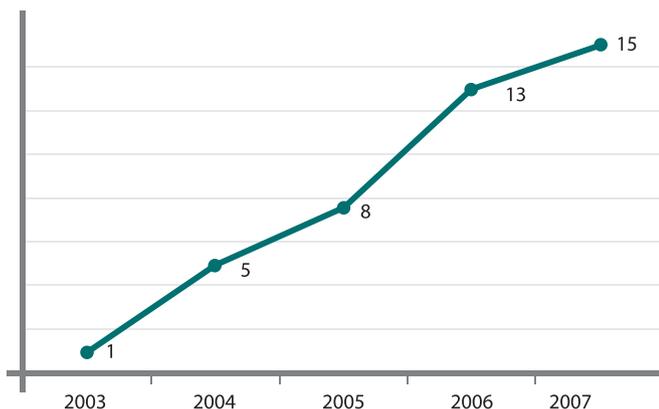
PPA 2008-2011

Quem participou, ajudou o nosso Estado a continuar no caminho certo.

Nos últimos anos, o Espírito Santo alcançou o equilíbrio financeiro e conquistou um dos melhores índices de capacidade de investimento do país. Para garantir que os recursos continuem sendo empregados em projetos e ações que tragam desenvolvimento para o Estado, é preciso definir as prioridades e metas para os próximos 4 anos. Pensando nisso, o Governo do Estado realizou nove audiências públicas para elaborar a proposta do Plano Plurianual (PPA 2008-2011). Junto com a população, buscamos soluções para melhorar ainda mais a educação, a agricultura, a segurança, a saúde e outras áreas. Agora, com as sugestões e opiniões dos capixabas, vamos construir projetos melhores e mais eficientes, garantindo que o novo Espírito Santo continue no caminho certo.

Veja a evolução dos investimentos feitos pelo Governo do Estado para o crescimento do Espírito Santo.

Evolução dos investimentos - Recursos de Caixa do Tesouro (%)



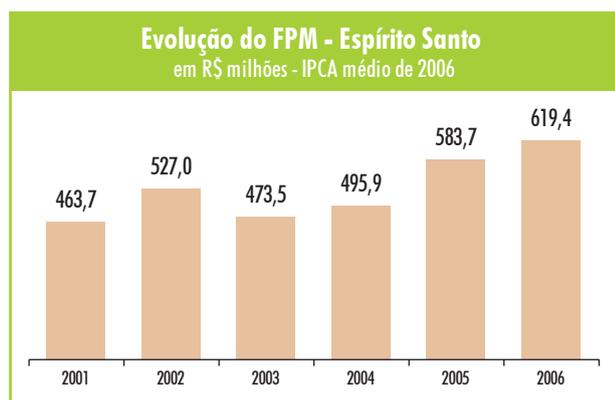
Secretaria
de Economia
e Planejamento



www.es.gov.br

FPM

Em 2006, a transferência realizada pela União a título de Fundo de Participação dos Municípios (FPM), para o conjunto das cidades capixabas, atingiu seu maior nível. Esse repasse cresceu pela terceira vez consecutiva, alcançando a cifra de R\$ 619,4 milhões, quantia 6,1% superior aos valores observados em 2005.



O aumento dos valores transferidos foi influenciado pelo desempenho da economia brasileira, que registrou um crescimento de 3,7% no total do Produto Interno Bruto (PIB) em relação a 2005. Por ser o FPM composto por 22,5% da arrecadação líquida do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), o aumento da atividade econômica, ao elevar a arrecadação desses impostos, impacta positivamente sobre o Fundo.

Subdivisões do FPM

Os recursos do Fundo são repartidos em três grupos, da seguinte forma: 86,4% são destinados aos municípios do interior do país, o FPM-interior; 10% às capitais estaduais, o FPM-capital; e 3,6% compõem o Fundo de Reserva destinado aos municípios do interior com mais de 142.633 habitantes, o FPM-reserva. A distribuição aos municípios obedece aos critérios de cada grupo, conforme tabela abaixo.

Subdivisões do FPM		Critérios de distribuição
FPM-interior	86,4% são distribuídos aos municípios do interior do país.	Coefficientes definidos por faixa populacional no Decreto-Lei nº 1.881/81. Desde 1990, a participação de cada município é obtida dividindo-se seu respectivo coeficiente pelo somatório dos coeficientes dos municípios de seu Estado.
FPM-capital	10% são distribuídos às capitais estaduais.	Coefficientes que consideram a população e o inverso da renda per capita do respectivo Estado. A participação de cada capital é obtida dividindo-se seu coeficiente pelo somatório dos coeficientes de todas as capitais.
FPM-reserva	3,6% são enviados aos municípios do interior com população superior a 142.633 habitantes.	De acordo com coeficientes que consideram a população e o inverso da renda per capita do respectivo Estado.

A distribuição do FPM-interior é feita de acordo com o número de habitantes. São fixadas faixas populacionais, cabendo a cada uma delas um coeficiente individual que varia de um mínimo de 0,6 – para municípios com até 10.188 habitantes – a um máximo de 4,0 – para aqueles com população acima de 156.216 habitantes.

Desse modo, ao aumentar a população do município, aumenta seu coeficiente e também sua participação no FPM. Todavia, os menores municípios recebem relativamente mais, uma vez que o coeficiente individual varia entre 0,6 e 4. Isso significa que um município pode ser, por exemplo, 50 vezes mais populoso que o outro, mas poderá receber somente 6,67 vezes mais que o menor.

Coefficientes para distribuição do FPM-interior

Categoria do município segundo o número de habitantes	Coefficiente
Até 10.188	0,6
De 10.189 a 13.584	0,8
De 13.585 a 16.980	1,0
De 16.981 a 23.772	1,2
De 23.773 a 30.564	1,4
De 30.565 a 37.356	1,6
De 37.357 a 44.148	1,8
De 44.149 a 50.940	2,0
De 50.941 a 61.128	2,2
De 61.129 a 71.316	2,4
De 71.317 a 81.504	2,6
De 81.505 a 91.692	2,8
De 91.693 a 101.880	3,0
De 101.881 a 115.464	3,2
De 115.465 a 129.048	3,4
De 129.049 a 142.632	3,6
De 142.633 a 156.216	3,8
Além de 156.216	4,0

Fonte: Decreto-Lei nº 1.881/81.

No FPM-capital, o cálculo do coeficiente leva em consideração a população e o inverso da receita per capita, favorecendo as capitais mais pobres. A participação de cada capital de Estado no total do FPM-capital é obtida

dividindo-se o respectivo coeficiente pela soma dos coeficientes de todas as capitais. A participação de Vitória foi a mesma de 2005, ou seja, a cidade recebeu 1,6% do total do FPM distribuído às capitais.

Já o FPM-reserva é repartido entre os municípios do interior com coeficientes de 3,8 e de 4,0. Também são utilizados a população e o inverso da renda per capita como critérios de distribuição. No Espírito Santo, cinco municípios participam desse Fundo: Cachoeiro de Itapemirim, Cariacica, Linhares, Serra e Vila Velha.

Importância no orçamento municipal

Ao contrário do que acontece com os tributos municipais, a maior parte dos recursos transferidos via FPM está concentrada nos municípios de pequeno porte populacional. Em 2006, os municípios com até 50 mil habitantes abrigavam 34,9% da população e receberam 57,5% dos recursos transferidos pelo Fundo.

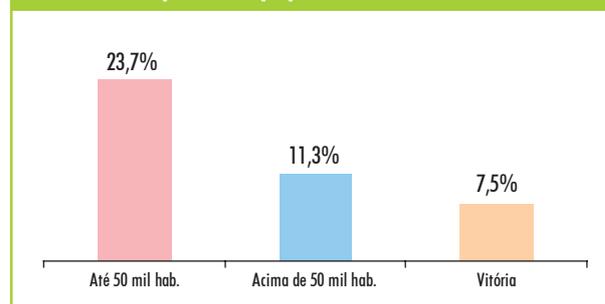
Portanto, devido aos seus critérios de distribuição, o FPM tem um peso significativo nos orçamentos dos pequenos municípios, reduzindo sua importância na medida em que aumenta o porte populacional. Em 2006, o FPM respondeu por 23,7% da receita dos municípios com até 50 mil

habitantes; participou com 11,3% na receita total daqueles com população acima de 50 mil habitantes, exceto Vitória; e apenas 7,5% na receita da capital.

Participação no total da população e no total do FPM do Espírito Santo - 2006 Municípios agrupados por faixas populacionais

Faixas populacionais	Participação na população	Participação no total do FPM
Até 15 mil	10,4%	21,4%
De 15 mil a 30 mil	15,2%	23,9%
De 30 mil a 50 mil	9,3%	12,2%
Acima de 50 mil (exceto Vitória)	56,0%	33,3%
Vitória	9,2%	9,2%
Total	100,0%	100,0%

Participação do FPM na receita municipal por faixa populacional - 2006



Participação no FPM-interior, número de municípios e população por Estado - 2007

Unidades da federação	Participação em 2007 Em %	Número de municípios 2006	População 2007
Acre	0,2630	21	372.525
Alagoas	2,0883	101	2.128.194
Amapá	0,1392	15	247.348
Amazonas	1,2452	61	1.622.502
Bahia	9,2695	416	11.236.128
Ceará	4,5864	183	5.800.165
Espírito Santo	1,7595	77	3.147.200
Goiás	3,7318	245	4.510.341
Maranhão	3,9715	216	5.186.153
Mato Grosso	1,8949	140	2.314.138
Mato Grosso do Sul	1,5004	77	1.532.734
Minas Gerais	14,1846	852	17.079.436
Pará	3,2948	142	5.682.097
Paraíba	3,1942	222	2.951.134
Paraná	7,2857	398	8.598.819
Pernambuco	4,7952	183	6.985.230
Piauí	2,4015	222	2.234.319
Rio de Janeiro	2,7379	91	9.425.068
Rio Grande do Norte	2,4324	166	2.253.864
Rio Grande do Sul	7,3011	495	9.522.280
Rondônia	0,7464	51	1.181.443
Roraima	0,0851	14	153.689
Santa Catarina	4,1997	292	5.551.702
São Paulo	14,262	644	30.039.031
Sergipe	1,3342	74	1.495.452
Tocantins	1,2955	138	1.111.552
Total	100	5.536	142.362.544

Fonte: Decisão Normativa nº 79, de 14 de novembro de 2006 - Tribunal de Contas da União. Nota: calculada com base em dados de 2006 e participação aplicada em 2007.

Coeficiente, participação no FPM-capital e população das capitais

Capital	UF	Coeficiente 2007	Participação no total 2007	População 2006
Aracaju	SE	3,0	2,41%	505.286
Belém	PA	7,5	6,04%	1.428.368
Belo Horizonte	MG	6,4	5,17%	2.399.920
Boa Vista	RR	4,3	3,45%	249.655
Brasília *	DF	2,6	2,09%	2.383.784
Campo Grande *	MS	2,0	1,64%	765.247
Cuiabá *	MT	2,1	1,67%	542.861
Curitiba	PR	4,3	3,49%	1.788.559
Florianópolis *	SC	1,6	1,30%	406.564
Fortaleza	CE	13,4	10,78%	2.416.920
Goiânia *	GO	3,7	2,94%	1.220.412
João Pessoa	PB	5,4	4,31%	672.081
Macapá *	AP	2,8	2,28%	368.367
Maceió	AL	6,7	5,39%	922.458
Manaus	AM	3,9	3,10%	1.688.524
Natal	RN	3,9	3,10%	789.896
Palmas	TO	5,4	4,31%	220.889
Porto Alegre *	RS	2,5	2,03%	1.440.939
Porto Velho	RO	3,4	2,76%	380.974
Recife *	PE	5,8	4,69%	1.517.373
Rio Branco	AC	3,9	3,10%	314.127
Rio de Janeiro *	RJ	3,6	2,85%	6.136.652
Salvador	BA	8,6	6,90%	2.714.018
São Luís	MA	6,7	5,39%	998.385
São Paulo	SP	3,8	3,02%	11.016.703
Teresina	PI	5,4	4,31%	801.971
Vitória *	ES	1,8	1,46%	317.085
Total		124,5	100,00%	44.408.018

Fonte: Decisão Normativa nº 79, de 14 de novembro de 2006 - Tribunal de Contas da União. * Mantido o coeficiente de 1997, por força do § 2º do art. 1º c/c o parágrafo único do art. 4º da LC nº 91/97, alterado pela LC nº 116/2001. Sujeito a redutor financeiro.

FPM - 2001-2006

Regiões e municípios	2001	2002	2003	2004	2005	2006	Varição 2006/2005	Partic. na rec. total ^a 2006	FPM per capita 2006
	Em mil reais médios de 2006 - IPCA						Em %		Em reais
MS Noroeste	80.563,3	90.745,7	80.638,2	82.576,7	95.044,5	98.786,1	3,9	21,3	245,3
Alto Rio Novo	2.648,1	2.970,7	2.609,2	2.621,2	2.964,2	3.042,0	2,6	31,1	462,5
São Domingos do Norte	2.314,1	2.601,7	2.369,8	2.472,1	2.910,5	3.103,3	6,6	27,3	372,8
Vila Pavão	2.314,1	2.601,7	2.369,8	2.472,1	2.912,0	3.113,9	6,9	14,8	366,9
Águia Branca	3.107,8	3.467,0	2.982,3	2.929,4	3.234,7	3.232,7	-0,1	23,5	342,6
Governador Lindenberg	2.296,0	2.595,8	2.368,1	2.491,3	2.912,0	3.114,2	6,9	22,0	309,7
Mariândia	2.648,1	2.972,4	2.609,4	3.296,2	3.856,0	4.151,5	7,7	27,9	391,5
Mantenópolis	3.836,9	4.291,2	3.727,8	3.700,2	4.132,6	4.190,4	1,4	27,8	383,8
Água Doce do Norte	3.836,9	4.291,2	3.727,8	3.700,2	4.269,4	4.183,1	-2,0	28,5	327,1
Boa Esperança	3.856,8	4.336,1	3.949,7	4.120,2	4.853,4	5.202,0	7,2	31,7	365,0
Vila Valério	3.834,5	4.337,1	3.950,6	4.120,3	4.854,8	5.189,8	6,9	30,7	360,8
Pancas	4.842,4	5.439,3	4.868,3	4.997,2	5.658,0	5.893,1	4,2	24,6	295,3
Ecoporanga	6.322,3	7.274,1	6.337,0	6.321,2	6.474,0	6.467,0	-0,1	24,6	273,5
Baixo Guandu	5.567,0	6.271,1	5.592,8	5.704,5	6.556,0	6.843,5	4,4	18,7	241,5
São Gabriel da Palha	6.485,0	7.261,9	6.337,2	6.187,1	7.222,1	7.225,1	0,0	25,8	252,8
Barra de São Francisco	7.033,3	7.920,6	7.082,2	7.246,3	8.351,8	8.744,3	4,7	24,5	224,4
Nova Venécia	7.485,4	8.416,7	7.455,3	7.554,6	9.245,2	9.693,2	4,8	20,5	212,5
Colatina	12.134,4	13.697,1	12.301,0	12.642,5	14.637,3	15.397,0	5,2	13,1	137,7
MS Litoral Norte	84.181,8	96.152,2	84.707,8	88.629,9	103.306,9	109.392,0	5,9	14,1	216,9
Mucurici	3.107,1	3.466,1	2.982,3	2.879,2	3.234,7	3.232,7	-0,1	25,9	516,1
Ponto Belo	2.328,0	2.606,3	1.975,3	2.106,9	2.912,0	3.113,9	6,9	27,1	478,0
Ibiraçu	2.648,1	3.298,8	3.038,6	3.296,2	3.882,7	4.151,8	6,9	24,9	388,5
Fundão	3.366,0	3.772,9	3.949,1	4.120,2	4.853,4	5.189,8	6,9	23,2	344,1
Montanha	4.628,2	5.196,6	3.940,9	4.049,6	4.767,9	4.945,3	3,7	20,7	297,6
João Neiva	4.107,6	4.620,9	4.100,4	4.162,8	4.760,1	4.942,7	3,8	19,7	296,8
Rio Bananal	4.107,6	4.620,9	4.100,4	4.162,8	4.760,1	4.942,7	3,8	22,0	291,0
Sooretama	4.231,3	5.201,4	4.739,0	4.944,3	5.824,1	6.227,7	6,9	25,1	292,5
Pinheiros	4.837,3	5.446,0	3.914,1	4.933,6	5.658,0	5.893,1	4,2	21,3	276,3
Jaguaré	4.628,2	5.203,3	4.733,7	4.944,3	5.824,1	6.227,7	6,9	14,0	291,3
Pedro Canário	4.628,2	5.275,9	4.739,6	4.944,3	5.883,7	6.243,4	6,1	29,4	278,5
Conceição da Barra	5.399,6	6.070,6	5.529,5	5.742,3	6.794,8	7.193,8	5,9	20,6	243,0
Araçuaçu	9.297,3	10.406,7	9.479,2	9.888,6	11.648,2	13.490,0	15,8	7,0	183,1
São Mateus	10.216,1	12.371,7	11.181,8	12.315,0	14.560,2	15.569,3	6,9	13,7	151,2
Linhares	16.651,3	18.594,1	16.304,0	16.139,9	17.942,8	18.027,9	0,5	10,1	146,6
MS Central	68.365,9	77.936,4	70.965,5	75.001,0	90.749,2	97.739,3	7,7	22,6	302,8
São Roque do Canaã	2.688,6	3.466,9	3.159,2	3.296,2	3.882,7	4.151,8	6,9	33,4	375,8
Laranja da Terra	2.813,6	3.468,9	3.159,7	3.296,2	3.882,7	4.151,8	6,9	30,3	372,2
Conceição do Castelo	2.813,6	3.468,9	3.158,4	3.296,2	3.882,7	4.151,8	6,9	22,2	371,1
Itarana	3.085,5	3.468,9	3.159,7	3.296,2	3.882,7	4.151,8	6,9	27,3	340,7
Rio Novo do Sul	3.085,5	3.327,4	3.159,7	3.296,2	3.882,7	4.151,8	6,9	33,5	340,1
Iconha	3.085,5	3.468,9	3.159,7	3.296,2	3.882,7	4.151,8	6,9	21,5	333,5
Brejjetuba	2.688,6	3.466,9	3.159,2	3.296,2	3.882,7	4.151,8	6,9	27,9	318,9
Santa Leopoldina	3.085,5	3.300,3	2.629,6	2.717,2	3.882,7	4.138,8	6,6	25,0	307,6
Marechal Floriano	3.085,5	3.384,7	3.159,7	3.296,2	3.882,7	5.186,4	33,6	25,2	366,3
Alfredo Chaves	3.600,9	4.334,7	3.949,3	4.120,2	4.853,4	5.189,8	6,9	30,4	362,1
Itaguaçu	3.856,8	4.336,1	3.949,7	4.120,2	4.853,4	5.189,8	6,9	27,2	339,0
Piúma	3.856,8	4.335,5	3.949,5	4.120,2	5.815,5	6.224,9	7,0	30,5	326,0
Venda Nova do Imigrante	3.856,8	4.336,1	4.738,7	4.944,3	5.824,1	6.227,7	6,9	24,3	324,1
Santa Teresa	4.915,7	5.450,6	4.845,9	4.828,9	5.658,0	5.893,1	4,2	19,3	278,0
Anchieta	4.628,2	5.203,6	4.737,9	4.944,3	5.824,1	6.227,7	6,9	8,7	279,1
Santa Maria de Jetibá	5.132,1	5.786,7	5.248,6	5.768,3	7.756,8	8.300,8	7,0	24,7	252,7
Afonso Cláudio	6.296,7	7.096,3	6.336,9	6.475,4	7.753,9	7.793,9	4,6	26,1	230,6
Domingos Martins	5.789,9	6.235,5	5.304,0	6.592,4	7.765,4	8.303,6	6,9	20,6	245,1
Região Metropolitana	123.243,2	139.557,2	126.805,0	135.514,5	162.452,6	172.043,5	5,9	9,3	104,5
Viana	8.485,0	9.539,4	8.689,3	9.064,5	10.677,5	11.417,5	6,9	16,8	188,6
Guarapari	10.402,2	12.139,1	11.847,5	12.360,7	15.522,3	16.604,4	7,0	18,4	153,6
Vitória	39.224,9	44.447,8	39.944,8	45.041,0	54.183,8	57.124,8	5,4	7,5	180,2
Cariacica	21.802,7	24.573,0	22.214,6	23.016,1	27.991,1	28.965,5	3,5	15,6	80,2
Serra	21.546,4	24.284,8	21.894,1	23.016,1	27.038,9	28.965,0	7,1	6,5	73,4
Vila Velha	21.782,0	24.573,0	22.214,6	23.016,1	27.038,9	28.966,3	7,1	9,8	71,5
MS Sul	107.343,9	122.570,9	110.405,0	114.135,2	132.112,1	141.485,6	7,1	24,2	240,7
Divino de São Lourenço	2.314,1	2.601,7	2.282,1	2.472,2	2.860,8	3.113,9	8,8	37,6	581,6
Dores do Rio Preto	2.314,0	2.575,9	2.357,9	2.484,2	2.912,0	3.113,9	6,9	32,6	453,3
Apiaçá	2.314,1	2.601,7	2.369,8	2.472,1	2.912,0	3.113,9	6,9	31,3	385,7
Atilio Vivácqua	2.918,9	3.300,4	2.982,0	3.083,5	3.069,5	3.801,6	23,8	28,4	397,9
Presidente Kennedy	3.108,0	3.466,1	2.982,3	2.929,4	3.234,7	3.232,7	-0,1	13,1	335,2
Bom Jesus do Norte	2.314,1	2.603,5	2.369,8	2.472,1	2.891,0	3.113,9	7,7	30,7	306,5
Ibitirama	2.314,1	2.601,7	2.369,8	2.472,1	2.912,0	3.113,9	6,9	25,4	300,5
São José do Calçado	3.085,5	3.468,9	3.159,7	3.255,8	3.882,7	4.151,8	6,9	22,9	388,6
Irupi	3.052,6	3.468,9	3.159,5	3.296,4	3.882,7	4.151,8	6,9	32,5	378,9
Jerônimo Monteiro	3.215,2	3.795,1	3.385,8	3.391,9	3.862,2	3.992,3	3,4	29,4	358,3
Muqui	3.944,9	4.620,2	4.185,5	4.162,8	4.760,1	4.942,7	3,8	32,6	360,6
Muniz Freire	4.628,2	5.203,3	4.739,6	4.944,3	5.824,1	6.227,7	6,9	26,9	321,9
Vargem Alta	4.236,7	5.201,4	4.739,0	4.944,3	5.824,1	6.227,7	6,9	24,9	303,1
Ibatiba	4.541,3	5.183,2	4.561,0	4.898,7	4.858,6	6.066,9	24,9	28,1	276,9
Mimoso do Sul	5.399,6	5.957,6	5.529,5	5.768,3	6.794,8	7.265,7	6,9	25,5	261,4
Guaçuí	5.399,6	6.070,6	5.529,5	5.768,3	6.794,8	7.265,7	6,9	27,7	258,6
Iúna	6.026,0	6.766,5	5.964,3	6.012,9	6.821,3	7.034,3	3,1	26,0	247,4
Alegre	6.567,4	7.096,3	6.336,9	6.475,4	7.453,9	7.793,9	4,6	21,9	238,6
Itapemirim	6.949,3	7.757,3	6.710,0	6.629,6	7.990,2	8.174,0	2,3	17,5	249,6
Castelo	5.774,0	6.935,8	6.318,9	6.592,4	7.765,4	8.303,6	6,9	23,4	236,9
Marataizes	5.399,6	6.938,6	6.318,4	6.592,4	7.765,4	8.303,6	6,9	32,8	227,5
Cachoeiro de Itapemirim	21.526,6	24.356,4	22.053,5	23.016,1	27.039,5	28.980,1	7,2	20,4	146,3
TOTAL	463.698,1	526.962,4	473.521,4	495.857,3	583.665,3	619.446,5	6,1	15,1	178,8

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), ainda não apreciados em plenário. Nota: ^a receita total ajustada dos efeitos do Fundef (ver "Notas metodológicas", na página 4).

FPM

Posição	Municípios	FPM em reais
1º	Vitória	57.124.762
2º	Cachoeiro de Itapemirim	28.980.060
3º	Vila Velha	28.966.282
4º	Cariacica	28.965.531
5º	Serra	28.965.027
6º	Linhares	18.027.908
7º	Guarapari	16.604.417
8º	São Mateus	15.569.334
9º	Colatina	15.397.030
10º	Aracruz	13.490.040
11º	Viana	11.417.511
12º	Nova Venécia	9.693.185
13º	Barra de São Francisco	8.744.296
14º	Domingos Martins	8.303.645
15º	Castelo	8.303.645
16º	Marataizes	8.303.645
17º	Santa Maria de Jetibá	8.300.771
18º	Itapemirim	8.173.968
19º	Alegre	7.793.906
20º	Afonso Cláudio	7.793.906
21º	Mimoso do Sul	7.265.689
22º	Guaçuí	7.265.689
23º	São Gabriel da Palha	7.225.079
24º	Conceição da Barra	7.193.798
25º	Íluna	7.034.297
26º	Baixo Guandu	6.843.515
27º	Ecoporanga	6.466.972
28º	Pedro Canário	6.243.419
29º	Sooretama	6.227.734
30º	Jaguaré	6.227.734
31º	Venda Nova do Imigrante	6.227.734
32º	Anchieta	6.227.734
33º	Muniz Freire	6.227.734
34º	Vargem Alta	6.227.734
35º	Piúma	6.224.860
36º	Ibatiba	6.066.850
37º	Pancas	5.893.126
38º	Pinheiros	5.893.125
39º	Santa Teresa	5.893.125
40º	Boa Esperança	5.201.962
41º	Vila Valério	5.189.778
42º	Fundão	5.189.778
43º	Alfredo Chaves	5.189.778
44º	Itaguaçu	5.189.778
45º	Marechal Floriano	5.186.395
46º	Montanha	4.945.287
47º	João Neiva	4.942.735
48º	Rio Bananal	4.942.735
49º	Muqui	4.942.735
50º	Mantenópolis	4.190.425
51º	Água Doce do Norte	4.183.126
52º	Ibiraçu	4.151.822
53º	São Roque do Canaã	4.151.822
54º	Laranja da Terra	4.151.822
55º	Conceição do Castelo	4.151.822
56º	Itarana	4.151.822
57º	Rio Novo do Sul	4.151.822
58º	Iconha	4.151.822
59º	Brejetuba	4.151.822
60º	São José do Calçado	4.151.822
61º	Irupi	4.151.822
62º	Mariândia	4.151.543
63º	Santa Leopoldina	4.138.806
64º	Jerônimo Monteiro	3.992.344
65º	Atílio Vivácqua	3.801.562
66º	Água Branca	3.232.735
67º	Mucurici	3.232.735
68º	Presidente Kennedy	3.232.735
69º	Governador Lindenberg	3.114.166
70º	Divino de São Lourenço	3.113.917
71º	Vila Pavão	3.113.867
72º	Ponto Belo	3.113.867
73º	Dores do Rio Preto	3.113.867
74º	Apiacá	3.113.867
75º	Bom Jesus do Norte	3.113.867
76º	Ibitirama	3.113.867
77º	São Domingos do Norte	3.103.292
78º	Alto Rio Novo	3.041.954
TOTAL		619.446.540

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), não apreciados em plenário.

FPM per capita

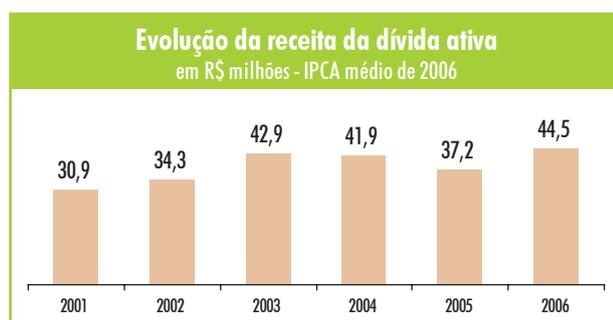
Posição	Municípios	A / B	FPM A	População B
		em reais		
1º	Divino de São Lourenço	582	3.113.917	5.354
2º	Mucurici	516	3.232.735	6.264
3º	Ponto Belo	478	3.113.867	6.514
4º	Alto Rio Novo	463	3.041.954	6.577
5º	Dores do Rio Preto	453	3.113.867	6.870
6º	Atílio Vivácqua	398	3.801.562	9.555
7º	Mariândia	392	4.151.543	10.604
8º	São José do Calçado	389	4.151.822	10.683
9º	Ibiraçu	388	4.151.822	10.688
10º	Apiacá	386	3.113.867	8.073
11º	Mantenópolis	384	4.190.425	10.919
12º	Irupi	379	4.151.822	10.959
13º	São Roque do Canaã	376	4.151.822	11.048
14º	São Domingos do Norte	373	3.103.292	8.325
15º	Laranja da Terra	372	4.151.822	11.155
16º	Conceição do Castelo	371	4.151.822	11.189
17º	Vila Pavão	367	3.113.867	8.488
18º	Marechal Floriano	366	5.186.395	14.158
19º	Boa Esperança	365	5.201.962	14.253
20º	Alfredo Chaves	362	5.189.778	14.332
21º	Vila Valério	361	5.189.778	14.384
22º	Muqui	361	4.942.735	13.708
23º	Jerônimo Monteiro	358	3.992.344	11.143
24º	Fundão	344	5.189.778	15.082
25º	Água Branca	343	3.232.735	9.436
26º	Itarana	341	4.151.822	12.187
27º	Rio Novo do Sul	340	4.151.822	12.207
28º	Itaguaçu	339	5.189.778	15.310
29º	Presidente Kennedy	335	3.232.735	9.645
30º	Iconha	334	4.151.822	12.448
31º	Água Doce do Norte	327	4.183.126	12.788
32º	Piúma	326	6.224.860	19.094
33º	Venda Nova do Imigrante	324	6.227.734	19.217
34º	Muniz Freire	322	6.227.734	19.344
35º	Brejetuba	319	4.151.822	13.018
36º	Governador Lindenberg	310	3.114.166	10.057
37º	Santa Leopoldina	308	4.138.806	13.454
38º	Bom Jesus do Norte	307	3.113.867	10.159
39º	Vargem Alta	303	6.227.734	20.550
40º	Ibitirama	301	3.113.867	10.361
41º	Montanha	298	4.945.287	16.620
42º	João Neiva	297	4.942.735	16.653
43º	Pancas	295	5.893.126	19.957
44º	Sooretama	293	6.227.734	21.288
45º	Jaguaré	291	6.227.734	21.379
46º	Rio Bananal	291	4.942.735	16.986
47º	Anchieta	279	6.227.734	22.311
48º	Pedro Canário	279	6.243.419	22.414
49º	Santa Teresa	278	5.893.125	21.196
50º	Ibatiba	277	6.066.850	21.909
51º	Pinheiros	276	5.893.125	21.330
52º	Ecoporanga	274	6.466.972	23.644
53º	Mimoso do Sul	261	7.265.689	27.794
54º	Guaçuí	259	7.265.689	28.100
55º	São Gabriel da Palha	253	7.225.079	28.576
56º	Santa Maria de Jetibá	253	8.300.771	32.844
57º	Itapemirim	250	8.173.968	32.749
58º	Íluna	247	7.034.297	28.433
59º	Domingos Martins	245	8.303.645	33.873
60º	Conceição da Barra	243	7.193.798	29.607
61º	Baixo Guandu	242	6.843.515	28.335
62º	Alegre	239	7.793.906	32.669
63º	Castelo	237	8.303.645	35.054
64º	Afonso Cláudio	231	7.793.906	33.797
65º	Marataizes	228	8.303.645	36.494
66º	Barra de São Francisco	224	8.744.296	38.971
67º	Nova Venécia	213	9.693.185	45.607
68º	Viana	189	11.417.511	60.537
69º	Aracruz	183	13.490.040	73.657
70º	Vitória	180	57.124.762	317.085
71º	Guarapari	154	16.604.417	108.120
72º	São Mateus	151	15.569.334	102.955
73º	Linhares	147	18.027.908	123.000
74º	Cachoeiro de Itapemirim	146	28.980.060	198.150
75º	Colatina	138	15.397.030	111.789
76º	Cariacica	80	28.965.531	361.058
77º	Serra	73	28.965.027	394.370
78º	Vila Velha	71	28.966.282	405.374
TOTAL		179	619.446.540	3.464.285

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), não apreciados em plenário. Estimativa populacional para 2006 da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Receita da dívida ativa

O desempenho da arrecadação municipal com a dívida ativa apresentou uma tendência ascendente em 2001-2006. Nesse período, houve uma retração mais acentuada na arrecadação em 2005, ano que marcou início de mandato. Esse fato é normal, pois no primeiro ano a nova administração está tomando conhecimento dos devedores para traçar a melhor maneira de recuperar seus créditos, o que se reflete num baixo nível de arrecadação dessa receita.

Em 2006, o valor da receita proveniente da cobrança da dívida ativa nos municípios do Espírito Santo foi recorde, alcançando a cifra de R\$ 44,5 milhões, valor 19,5% maior do que o registrado em 2005.



Comparando-se o desempenho do conjunto dos menores municípios, aqueles com população até 50 mil habitantes, com o dos maiores, aqueles acima dessa faixa, novamente, como em 2005, os menores apresentaram uma taxa de crescimento na arrecadação da dívida ativa maior que a dos maiores: foi 63,2% contra 8,9%. No grupo dos menores, destaca-se Anchieta, cujo recolhimento cresceu 452%, saltando de R\$ 633 mil, em 2005, para R\$ 3,5 milhões, em 2006, devido a um recolhimento de R\$ 3,3 milhões relativos à dívida ativa de ISS.

Entre os grandes municípios, Cariacica, Vitória e Vila Velha responderam pelos maiores aumentos. Juntas, essas cidades incrementaram em R\$ 4,2 milhões suas receitas de dívida ativa, o que representou 57% de todo o aumento dos municípios capixabas.

Em Cariacica, a arrecadação cresceu 69,2% e alcançou R\$ 4,1 milhões, a maior do período em análise. Em Vitória,

apesar do elevado crescimento de 15,9%, a arrecadação de 2006 foi a segunda menor do período. Já em Vila Velha, o aumento significou a segunda maior arrecadação do município. A mesma situação foi verificada na Serra.

Nesse mesmo grupo, Viana e São Mateus, que haviam aumentado a receita da dívida ativa, em 2005, apresentaram retração, em 2006. Já Guarapari, Colatina e Linhares registraram queda pelo segundo ano consecutivo.

Além da evolução da receita de dívida ativa é importante avaliar também a eficiência e o esforço com que os municípios estão resgatando seus créditos inscritos em dívida ativa. A eficiência do resgate é mensurada pela razão entre a receita da dívida ativa e o estoque dos créditos inscritos em dívida ativa no ano anterior.

É importante que tanto a inscrição (estoque) como a cobrança da dívida (receita) sejam contabilizadas corretamente para que não haja conclusões equivocadas. Caso contrário, pode acontecer de um município apresentar um alto percentual de receita de dívida ativa em relação ao seu estoque da dívida e, no entanto, isso não ser um indicador de que ele realizou um grande esforço para recuperar seus créditos, caso seu estoque da dívida esteja subestimado em virtude de falhas na contabilidade. Estas falhas podem acontecer com a não inscrição dos contribuintes em dívida ativa.

Apesar de eventuais erros contábeis, o indicador “receita da dívida ativa / estoque da dívida” é uma excelente ferramenta para avaliar e comparar os esforços que os municípios vêm realizando a fim de recuperar seus créditos. A publicação desse indicador busca estimular e, assim, contribuir para o aprimoramento da contabilidade e da administração da dívida ativa.

Os municípios capixabas registravam a quantia de R\$ 1,1 bilhão referente a créditos inscritos em dívida ativa ao final de 2005 e foram capazes de resgatar, em média, 3,9% em 2006, mesmo resultado de 2005. Quando se desconsidera Vitória e Vila Velha, a taxa de resgate se eleva para 6,1%, devido a dois fatores: o peso que essas duas cidades têm na arrecadação dessa receita e o baixo nível de recolhimento que elas efetuam. Entre os grandes municípios, os que apresentaram maiores índices de recuperação de créditos da dívida ativa foram Aracruz (9,4%), Viana (8,3%) e Colatina (7,4%). Nos pequenos municípios o resgate foi em média de 8,6%.

Receita da dívida ativa é um conjunto de créditos da municipalidade contra terceiros. Portanto, a receita da dívida ativa corresponde ao recolhimento de dívidas dos contribuintes que não realizaram o pagamento de tributos e multas na data do vencimento.

Sindiex

**Foco no exterior,
compromisso com o
Espírito Santo.**

SINDIEX

SINDICATO DO COMÉRCIO DE EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO
DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO



Receita da dívida ativa - 2001-2006

Regiões e municípios	2001	2002	2003	2004	2005	2006 A	Variação 2006/ 2005	Estoque da dívida 2005 B	A / B	Partic. na rec. total ^a 2006	Receita da dívida ativa per capita 2006
	Em mil reais médios de 2006 - IPCA						Em %	Em reais	Em %		Em reais
MS Noroeste	1.440,7	1.759,7	2.255,3	4.401,4	2.552,8	2.714,8	6,3	26.990,0	10,1	0,6	6,7
Alto Rio Novo	8,1	17,5	21,9	70,5	15,4	6,2	-59,8	134,4	4,6	0,1	0,9
São Domingos do Norte	9,0	10,4	24,0	24,2	52,0	12,4	-76,1	89,1	14,0	0,1	1,5
Vila Pavão	16,1	85,0	30,9	21,4	24,9	19,4	-22,2	164,5	11,8	0,1	2,3
Águia Branca	18,4	8,9	4,8	3,2	12,2	16,1	31,8	104,7	15,4	0,1	1,7
Governador Lindenber	0,0	0,0	0,0	3,9	9,7	4,6	-52,6	8,4	55,0	0,0	0,5
Marilândia	44,0	12,3	22,9	23,7	55,2	15,2	-72,5	600,3	2,5	0,1	1,4
Mantenópolis	0,2	45,8	55,5	25,5	3,6	197,2	5.352,3	4.783,3	4,1	1,3	18,1
Água Doce do Norte	31,6	33,4	46,8	30,5	40,7	47,6	16,9	250,7	19,0	0,3	3,7
Boa Esperança	36,7	41,1	40,8	30,7	29,4	139,0	372,2	693,8	20,0	0,8	9,8
Vila Valério	14,1	11,1	43,9	85,4	82,7	256,9	210,6	653,5	39,3	1,5	17,9
Pancas	33,3	0,0	26,2	83,1	67,0	41,5	-38,0	696,1	6,0	0,2	2,1
Ecoporanga	19,3	25,0	42,8	234,4	281,1	144,8	-48,5	722,2	20,1	0,6	6,1
Baixo Guandu	156,0	137,6	112,1	129,7	147,9	281,7	90,4	2.718,1	10,4	0,8	9,9
São Gabriel da Palha	79,4	133,7	119,3	204,0	183,6	158,4	-13,8	1.911,8	8,3	0,6	5,5
Barra de São Francisco	61,1	106,0	191,9	154,9	200,2	265,8	32,8	0,0	-	0,7	6,8
Nova Venécia	274,2	237,2	219,0	336,8	371,2	307,4	-17,2	2.578,9	11,9	0,7	6,7
Colatina	639,2	854,5	1.252,3	2.939,3	975,9	800,5	-18,0	10.880,3	7,4	0,7	7,2
MS Litoral Norte	1.956,4	3.434,4	3.935,0	4.226,5	2.599,7	3.280,5	26,2	48.749,9	6,7	0,4	6,5
Mucuri	0,0	0,0	0,9	2,0	2,0	0,3	-84,5	273,8	0,1	0,0	0,0
Ponto Belo	7,0	6,8	13,0	4,7	12,2	9,1	-25,3	74,2	12,3	0,1	1,4
Ibiraçu	46,8	79,6	43,9	55,2	188,0	119,1	-36,7	1.257,3	9,5	0,7	11,1
Fundão	160,9	84,1	107,6	87,8	80,3	56,9	-29,2	1.985,4	2,9	0,3	3,8
Montanha	12,7	40,9	18,7	39,7	61,5	24,3	-60,5	1.186,5	2,0	0,1	1,5
João Neiva	124,1	172,4	290,8	182,2	171,4	171,9	0,3	542,9	31,7	0,7	10,3
Rio Bananal	8,4	13,5	8,3	5,3	15,3	72,8	375,8	406,8	17,9	0,3	4,3
Sooretama	6,5	10,9	59,9	22,4	18,9	36,7	94,6	403,1	9,1	0,1	1,7
Pinheiros	65,3	36,2	27,8	41,6	76,2	43,5	-42,9	855,3	5,1	0,2	2,0
Jaguará	51,0	94,9	99,4	47,9	49,5	89,7	81,4	592,8	15,1	0,2	4,2
Pedro Canário	66,3	56,0	36,9	30,2	69,0	34,9	-49,4	1.393,6	2,5	0,2	1,6
Conceição da Barra	103,3	173,7	269,7	222,6	324,7	781,8	140,8	9.514,9	8,2	2,2	26,4
Aracruz	310,5	528,5	561,5	1.589,6	362,2	808,6	123,3	8.643,2	9,4	0,4	11,0
São Mateus	207,1	149,4	269,6	97,0	230,1	215,6	-6,3	8.939,8	2,4	0,2	2,1
Linhares	786,5	1.987,5	2.127,1	1.798,5	938,5	815,2	-13,1	12.680,4	6,4	0,5	6,6
MS Central	1.176,3	1.506,9	1.298,5	1.300,4	2.144,6	5.138,9	139,6	56.216,6	9,1	1,2	15,9
São Roque do Canaã	3,6	22,5	39,9	19,4	25,9	36,9	42,4	75,6	48,8	0,3	3,3
Laranja da Terra	28,3	27,5	61,7	13,1	20,2	21,7	7,3	241,4	9,0	0,2	1,9
Conceição do Castelo	11,8	34,2	69,9	79,3	58,7	44,2	-24,6	322,2	13,7	0,2	4,0
Itarana	18,8	11,8	15,1	11,2	26,3	20,4	-22,5	81,9	24,9	0,1	1,7
Rio Novo do Sul	11,7	123,4	64,8	44,2	55,6	55,5	-0,1	765,1	7,3	0,4	4,5
Iconha	16,4	113,5	42,4	55,5	22,7	23,5	3,4	1.314,7	1,8	0,1	1,9
Brejuba	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	2,2	-	82,5	2,7	0,0	0,2
Santa Leopoldina	3,8	1,0	0,3	15,3	2,5	3,2	29,4	287,4	1,1	0,0	0,2
Marechal Floriano	34,2	43,1	23,6	36,5	63,9	73,1	14,3	1.525,2	4,8	0,4	5,2
Alfredo Chaves	26,9	26,7	17,9	18,8	83,1	118,5	42,6	427,1	27,8	0,7	8,3
Itaguaçu	37,8	115,0	48,9	75,4	93,2	75,7	-18,8	450,1	16,8	0,4	4,9
Piúma	297,4	354,1	125,6	332,3	507,1	574,7	13,3	6.432,1	8,9	2,8	30,1
Venda Nova do Imigrante	62,6	34,1	48,6	94,7	111,7	140,3	25,7	709,9	19,8	0,5	7,3
Santa Teresa	65,3	50,1	50,8	60,8	144,6	121,8	-15,8	1.400,2	8,7	0,4	5,7
Anchieta	240,2	457,9	342,4	223,7	633,1	3.494,5	452,0	38.649,6	9,0	4,9	156,6
Santa Maria de Jetibá	34,8	39,1	56,0	16,8	47,6	76,6	60,9	430,0	17,8	0,2	2,3
Afonso Cláudio	235,9	0,0	204,2	146,9	118,0	132,4	12,2	2.042,3	6,5	0,4	3,9
Domingos Martins	46,8	52,9	86,3	56,6	130,5	123,8	-5,2	979,3	12,6	0,3	3,7
Região Metropolitana	21.645,5	23.362,1	30.437,5	27.578,2	25.543,3	27.499,4	7,7	889.279,1	3,1	1,5	16,7
Viana	94,5	251,8	297,0	271,3	3.158,4	1.385,0	-56,1	16.598,8	8,3	2,0	22,9
Guarapari	1.694,0	2.696,7	3.549,9	4.528,5	3.300,4	2.682,9	-18,7	73.023,6	3,7	3,0	24,8
Vitória	10.372,2	10.183,7	13.158,8	14.432,4	8.557,9	9.918,4	15,9	380.268,4	2,6	1,3	31,3
Cariacica	3.089,8	2.326,2	2.774,6	2.944,1	2.446,7	4.140,9	69,2	71.496,2	5,8	2,2	11,5
Serra	3.624,3	4.470,2	3.017,2	3.524,4	3.981,5	4.176,7	4,9	85.195,1	4,9	0,9	10,6
Vila Velha	2.770,8	3.433,4	7.640,1	1.877,5	4.098,4	5.195,5	26,8	262.697,0	2,0	1,8	12,8
MS Sul	4.710,4	4.282,2	4.931,2	4.396,1	4.400,1	5.862,2	33,2	106.452,9	5,5	1,0	10,0
Divino de São Lourenço	14,3	22,0	21,0	4,8	14,8	57,2	286,7	217,0	26,3	0,7	10,7
Dores do Rio Preto	37,3	20,5	3,9	4,9	8,3	7,6	-8,1	134,1	5,7	0,1	1,1
Apiaçá	29,5	31,8	55,6	32,1	60,0	82,3	37,1	353,0	23,3	0,8	10,2
Átilio Vivacqua	24,8	49,3	15,8	27,5	21,1	28,3	34,3	345,9	8,2	0,2	3,0
Presidente Kennedy	48,1	51,2	126,9	86,1	136,7	113,1	-17,3	6.018,5	1,9	0,5	11,7
Bom Jesus do Norte	4,5	7,0	6,9	15,4	19,8	20,8	5,0	585,6	3,6	0,2	2,0
Ibitirama	13,7	20,2	41,3	12,9	27,5	22,7	-17,7	161,9	14,0	0,2	2,2
São José do Calçado	36,0	47,6	80,8	58,5	147,8	41,6	-71,9	1.137,3	3,7	0,2	3,9
Irupi	14,2	17,1	34,1	7,2	31,5	9,2	-70,7	191,2	4,8	0,1	0,8
Jerônimo Monteiro	55,7	17,2	10,2	10,8	72,2	23,1	-68,1	474,3	4,9	0,2	2,1
Muqui	9,5	22,4	72,8	24,0	30,6	33,3	9,0	917,6	3,6	0,2	2,4
Muniz Freire	97,0	81,9	71,3	68,4	44,9	54,1	20,6	1.811,8	3,0	0,2	2,8
Vargem Alta	60,1	30,9	29,6	19,1	70,0	25,0	-64,3	47,0	53,1	0,1	1,2
Ibatiba	0,0	0,0	0,0	0,0	43,0	57,8	34,3	1.083,2	5,3	0,3	2,6
Mimoso do Sul	36,5	34,1	8,6	0,0	49,7	174,9	251,9	1.571,0	11,1	0,6	6,3
Guaçu	112,6	136,3	309,8	273,9	105,8	125,3	18,4	4.431,1	2,8	0,5	4,5
Lúna	37,9	108,7	164,8	160,1	86,9	236,6	172,4	1.518,5	15,6	0,9	8,3
Alegre	259,6	151,2	424,9	265,5	458,4	935,3	104,0	8.115,0	11,5	2,6	28,6
Itapemirim	211,6	211,0	169,7	289,7	261,9	405,3	54,7	3.666,3	11,1	0,9	12,4
Castelo	153,8	193,2	179,2	385,3	161,0	193,4	20,1	1.677,8	11,5	0,5	5,5
Marataizes	531,0	612,7	486,6	415,4	598,3	678,2	13,3	12.828,3	5,3	2,7	18,6
Cachoeiro de Itapemirim	2.922,8	2.415,6	2.617,4	2.234,5	1.949,8	2.537,1	30,1	59.166,5	4,3	1,8	12,8
TOTAL	30.929,3	34.345,2	42.857,5	41.902,6	37.240,6	44.495,8	19,5	1.127.688,5	3,9	1,1	12,8

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), ainda não apreciados em plenário. Nota: ^a receita total ajustada dos efeitos do Fuddef (ver "Notas metodológicas", na página 4).

Receita da dívida ativa

Posição	Municípios	Rec. da dívida ativa em reais
1º	Vitória	9.918.403
2º	Vila Velha	5.195.501
3º	Serra	4.176.744
4º	Cariacica	4.140.920
5º	Anchieta	3.494.492
6º	Guarapari	2.682.850
7º	Cachoeiro de Itapemirim	2.537.092
8º	Viana	1.384.962
9º	Alegre	935.339
10º	Linhares	815.229
11º	Aracruz	808.594
12º	Colatina	800.495
13º	Conceição da Barra	781.805
14º	Marataízes	678.157
15º	Piúma	574.692
16º	Itapemirim	405.276
17º	Nova Venécia	307.415
18º	Baixo Guandu	281.737
19º	Barra de São Francisco	265.849
20º	Vila Valério	256.872
21º	Íluna	236.560
22º	São Mateus	215.569
23º	Mantenópolis	197.213
24º	Castelo	193.379
25º	Mimoso do Sul	174.868
26º	João Neiva	171.943
27º	São Gabriel da Palha	158.373
28º	Ecoporanga	144.821
29º	Venda Nova do Imigrante	140.342
30º	Boa Esperança	139.029
31º	Afonso Cláudio	132.412
32º	Guaçuí	125.341
33º	Domingos Martins	123.781
34º	Santa Teresa	121.758
35º	Ibiraçu	119.085
36º	Alfredo Chaves	118.546
37º	Presidente Kennedy	113.132
38º	Jaguaré	89.710
39º	Apiacá	82.317
40º	Santa Maria de Jetibá	76.605
41º	Itaguaçu	75.670
42º	Marechal Floriano	73.070
43º	Rio Bananal	72.782
44º	Ibatiba	57.775
45º	Divino de São Lourenço	57.151
46º	Fundão	56.873
47º	Rio Novo do Sul	55.509
48º	Muniz Freire	54.133
49º	Água Doce do Norte	47.583
50º	Conceição do Castelo	44.199
51º	Pinheiros	43.539
52º	São José do Calçado	41.587
53º	Pancas	41.542
54º	São Roque do Canaã	36.909
55º	Sooretama	36.692
56º	Pedro Canário	34.900
57º	Muqui	33.335
58º	Atílio Vivácqua	28.305
59º	Vargem Alta	24.999
60º	Montanha	24.301
61º	Iconha	23.454
62º	Jerônimo Monteiro	23.079
63º	Ibitirama	22.661
64º	Laranja da Terra	21.695
65º	Bom Jesus do Norte	20.816
66º	Itarana	20.367
67º	Vila Pavão	19.355
68º	Água Branca	16.106
69º	Mariilândia	15.188
70º	São Domingos do Norte	12.431
71º	Irupi	9.221
72º	Ponto Belo	9.130
73º	Dores do Rio Preto	7.644
74º	Alto Rio Novo	6.206
75º	Governador Lindenberg	4.600
76º	Santa Leopoldina	3.224
77º	Brejetuba	2.202
78º	Mucurici	308
TOTAL		44.495.754

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), não apreciados em plenário.

Receita da dívida ativa per capita

Posição	Municípios	A / B	Rec. da dívida ativa	População B
			A	
em reais				
1º	Anchieta	157	3.494.492	22.311
2º	Vitória	31	9.918.403	317.085
3º	Piúma	30	574.692	19.094
4º	Alegre	29	935.339	32.669
5º	Conceição da Barra	26	781.805	29.607
6º	Guarapari	25	2.682.850	108.120
7º	Viana	23	1.384.962	60.537
8º	Marataízes	19	678.157	36.494
9º	Mantenópolis	18	197.213	10.919
10º	Vila Valério	18	256.872	14.384
11º	Vila Velha	13	5.195.501	405.374
12º	Cachoeiro de Itapemirim	13	2.537.092	198.150
13º	Itapemirim	12	405.276	32.749
14º	Presidente Kennedy	12	113.132	9.645
15º	Cariacica	11	4.140.920	361.058
16º	Ibiraçu	11	119.085	10.688
17º	Aracruz	11	808.594	73.657
18º	Divino de São Lourenço	11	57.151	5.354
19º	Serra	11	4.176.744	394.370
20º	João Neiva	10	171.943	16.653
21º	Apiacá	10	82.317	8.073
22º	Baixo Guandu	10	281.737	28.335
23º	Boa Esperança	10	139.029	14.253
24º	Íluna	8	236.560	28.433
25º	Alfredo Chaves	8	118.546	14.332
26º	Venda Nova do Imigrante	7	140.342	19.217
27º	Colatina	7	800.495	111.789
28º	Barra de São Francisco	7	265.849	38.971
29º	Nova Venécia	7	307.415	45.607
30º	Linhares	7	815.229	123.000
31º	Mimoso do Sul	6	174.868	27.794
32º	Ecoporanga	6	144.821	23.644
33º	Santa Teresa	6	121.758	21.196
34º	São Gabriel da Palha	6	158.373	28.576
35º	Castelo	6	193.379	35.054
36º	Marechal Floriano	5	73.070	14.158
37º	Itaguaçu	5	75.670	15.310
38º	Rio Novo do Sul	5	55.509	12.207
39º	Guaçuí	4	125.341	28.100
40º	Rio Bananal	4	72.782	16.986
41º	Jaguaré	4	89.710	21.379
42º	Conceição do Castelo	4	44.199	11.189
43º	Afonso Cláudio	4	132.412	33.797
44º	São José do Calçado	4	41.587	10.683
45º	Fundão	4	56.873	15.082
46º	Água Doce do Norte	4	47.583	12.788
47º	Domingos Martins	4	123.781	33.873
48º	São Roque do Canaã	3	36.909	11.048
49º	Atílio Vivácqua	3	28.305	9.555
50º	Muniz Freire	3	54.133	19.344
51º	Ibatiba	3	57.775	21.909
52º	Muqui	2	33.335	13.708
53º	Santa Maria de Jetibá	2	76.605	32.844
54º	Vila Pavão	2	19.355	8.488
55º	Ibitirama	2	22.661	10.361
56º	São Mateus	2	215.569	102.955
57º	Pancas	2	41.542	19.957
58º	Jerônimo Monteiro	2	23.079	11.143
59º	Bom Jesus do Norte	2	20.816	10.159
60º	Pinheiros	2	43.539	21.330
61º	Laranja da Terra	2	21.695	11.155
62º	Iconha	2	23.454	12.448
63º	Sooretama	2	36.692	21.288
64º	Água Branca	2	16.106	9.436
65º	Itarana	2	20.367	12.187
66º	Pedro Canário	2	34.900	22.414
67º	São Domingos do Norte	1	12.431	8.325
68º	Montanha	1	24.301	16.620
69º	Mariilândia	1	15.188	10.604
70º	Ponto Belo	1	9.130	6.514
71º	Vargem Alta	1	24.999	20.550
72º	Dores do Rio Preto	1	7.644	6.870
73º	Alto Rio Novo	1	6.206	6.577
74º	Irupi	1	9.221	10.959
75º	Governador Lindenberg	0	4.600	10.057
76º	Santa Leopoldina	0	3.224	13.454
77º	Brejetuba	0	2.202	13.018
78º	Mucurici	0	308	6.264
TOTAL		13	44.495.754	3.464.285

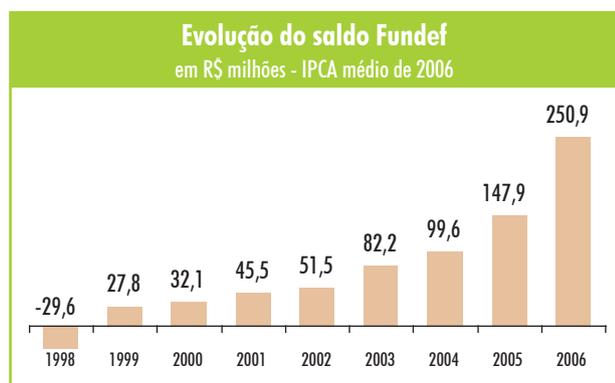
Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), não apreciados em plenário. Estimativa populacional para 2006 da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Saldo Fundef e o novo Fundeb

Encerrou-se em 2006 o período de vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (Fundef), que teve início em todo o Brasil em 1º de janeiro de 1998.

Descentralização de recursos

Nesses nove anos, os municípios remeteram ao Fundo R\$ 1,57 bilhão e obtiveram dele R\$ 2,21 bilhões, resultando num saldo positivo acumulado da ordem de R\$ 708 milhões. Em 2006, o saldo positivo do Fundef para o conjunto dos municípios capixabas foi de R\$ 250,9 milhões, valor 69,7% acima do saldo do ano anterior e correspondente a 6,1% da receita total dos municípios.



Nesse período de vigência, 52 municípios apresentaram saldos positivos de Fundef contra 26 cujos resultados foram negativos. Cariacica foi o município que obteve o maior saldo de recursos, auferindo R\$ 123 milhões adicionais com o Fundef. Foi seguido por Vila Velha, Guarapari, Serra, São Mateus, Viana, Colatina e Cachoeiro de Itapemirim, conforme pode-se observar na tabela da página 60. Observa-se

que os municípios mais beneficiados pelo Fundef são os de maior porte populacional do Estado, a exceção de Vitória, que apresentou o maior déficit, de R\$ 13,5 milhões.

O Fundef é composto por 15% dos seguintes recursos dos estados e dos municípios:

- do Fundo de Participação dos Municípios (FPM);
- do Fundo de Participação dos Estados (FPE);
- do ICMS, incluída a Quota-Parte Municipal e qualquer compensação feita com os recursos desse imposto;
- do IPI-exportação; e
- da desoneração pelas exportações (Lei Kandir – LC 87/96).

Descentralização de alunos

Os sucessivos e crescentes saldos positivos que os municípios capixabas obtiveram ao longo de uma década foram acompanhados por um forte processo de municipalização do ensino fundamental, que foi um dos grandes objetivos da implantação do Fundef.

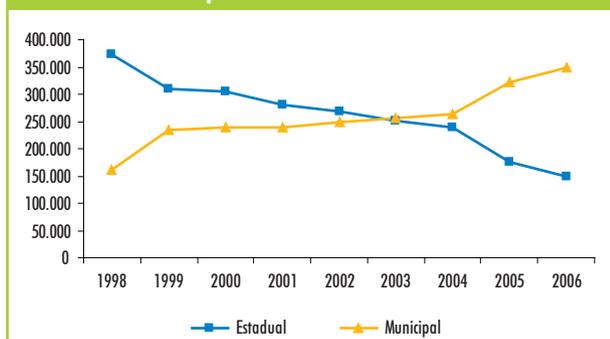
Em 1998, a rede estadual era responsável por 70% das matrículas no ensino fundamental, caindo para 30%, em 2006. No período de 1998 a 2006, o número de matrículas no ensino fundamental municipal mais que dobrou, aumentando 117%, enquanto que o estadual caiu 60%.

Matrícula inicial no ensino fundamental nas redes estadual e municipal no Espírito Santo – 1999-2006

Rede	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Estadual	372.466	310.383	303.922	281.561	268.309	250.129	237.822	175.960	148.015
Municipal	161.499	234.699	237.895	238.895	248.970	255.266	263.515	320.938	349.687

Fonte: Secretaria de Educação do Estado do Espírito Santo/setor de estatística e Ministério da Educação/Inep.

Número de matrículas nas redes estadual e municipal de ensino fundamental



O Fundeb

A partir de 2007, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) veio substituir o Fundef. O novo Fundo possui a mesma lógica do anterior, a de destinar percentuais de alguns itens da receita dos municípios, dos estados e do Distrito Federal para um fundo contábil de âmbito estadual e de redistribuí-lo de acordo com o número de matrículas de cada um desses entes. As principais diferenças entre Fundeb e Fundef estão relacionadas aos percentuais e aos itens da receita que compõem o Fundo e à destinação dos recursos, que foi ampliada para todo o ensino básico (infantil, fundamental, médio e educação de jovens e adultos).

As tabelas abaixo mostram que, em relação ao Fundef, o novo Fundo conta com as mesmas fontes de receitas acrescidas do IPVA (Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores), do ITCD (Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doações de Quaisquer Bens ou Direitos) e do ITR (Imposto Territorial Rural). Houve também uma ampliação do percentual aplicado sobre as receitas que já faziam parte do Fundef: de 15% passou-se para 20%, mas com um período de transição gradual, no qual será aplicado 16,66%, em 2007; 18,33%, em 2008; para

chegar aos 20%, a partir de 2009. Sobre as novas fontes de receita, os percentuais serão de 6,66%, em 2007; 13,33%, em 2008; e 20%, a partir de 2009. O Fundeb deverá vigor até o ano de 2020.

Os estados e os municípios receberão os recursos do Fundeb de acordo com número de matrículas de seus respectivos âmbitos de atuação prioritária: ou seja, os municípios ganham em relação às matrículas dos ensinos infantil e fundamental e os estados, em relação aos ensinos fundamental e médio. Também aqui há uma escala para a contabilização do número de matrículas: nos ensinos fundamental e especial serão computados 100% do total das matrículas desde 2007 e nas demais modalidades da educação básica serão computados 33,33% das matrículas, em 2007; 66,66%, em 2008; e 100%, a partir de 2009.

Para se chegar ao coeficiente anual de participação de cada município e de cada estado no Fundeb, o Ministério da Educação (MEC) leva em consideração, além do número de matrículas, uma ponderação para cada modalidade da educação básica, de acordo com a sua situação urbana ou rural e de ensino de tempo integral ou parcial. Essa ponderação tem por finalidade refletir as diferenças de custo entre as diversas modalidades.

Da mesma forma que no Fundef, o Fundeb também será complementado com recursos da União nos casos em que o custo médio por aluno, no âmbito do Estado, ficar abaixo do custo mínimo definido pela Presidência da República. E, ainda como no Fundef, os recursos do novo Fundo deverão ser aplicados na proporção de 60% na remuneração dos profissionais do magistério da educação básica e 40% em outras despesas de manutenção e desenvolvimento da educação básica.

Na edição do próximo ano de **Finanças dos Municípios Capixabas**, quando serão analisados os balanços municipais de 2007, serão divulgados os efeitos fiscais do novo Fundeb.

Fonte das receitas dos estados e dos municípios para o Fundeb

Estados	ICMS	IPVA	ITCD	IPI-exportação	FPE	LC 87/96*
Municípios	ICMS	IPVA	ITR	FPM		

* Compensação pela desoneração das exportações.

ICMS: imposto sobre a circulação de mercadorias e serviços de transportes e comunicação.

IPVA: imposto sobre a propriedade de veículos automotores.

ITCD: imposto sobre a transmissão de bens causa mortis e doação.

FPE: Fundo de Participação dos Estados.

FPM: Fundo de Participação dos Municípios.

ITR: imposto sobre a propriedade territorial rural.

IPI-exportação: parcela de 10% do imposto sobre produtos industrializados que é distribuído aos estados de acordo com suas exportações de produtos industrializados.

Percentuais aplicados sobre as fontes de receita para o Fundeb

	2007	2008	2009*
ICMS, FPE, FPM, IPI-exp., LC 87/96	16,66%	18,33%	20%
IPVA, ITR, ITCD	6,66%	13,33%	20%

* A partir de 2009 o percentual será sempre de 20%.

Saldo Fundef^a - 2001-2006

Regiões e municípios	Saldo do período 1998-2006	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2006		Partic. na rec. total ^c 2006 Em %
	Em mil reais médios de 2006 - IPCA							Receita Fundef ^b	Despesa Fundef	
MS Noroeste	79.872,2	4.191,5	4.992,3	9.879,9	10.922,9	18.227,2	37.991,5	72.896,6	34.905,1	8,2
Alto Rio Novo	2.110,1	257,0	161,7	200,3	606,0	403,8	436,3	1.326,8	890,5	4,5
São Domingos do Norte	-906,7	118,0	-18,7	4,5	-58,8	-166,5	-163,7	948,5	1.112,2	-1,4
Vila Pavão	829,8	37,9	-19,3	55,7	10,9	442,2	916,9	2.090,3	1.173,4	4,4
Águia Branca	2.406,1	157,9	208,3	308,0	448,8	643,2	1.018,9	2.122,0	1.103,1	7,4
Governador Lindenberg	-5.924,6	-736,7	-765,4	-726,3	-1.232,8	-1.354,1	-1.109,4	427,3	1.536,7	-7,8
Mariândia	-2.826,3	-380,3	-375,1	-254,1	-409,2	-452,7	52,7	1.337,9	1.285,2	0,4
Mantenópolis	4.390,6	336,0	47,2	259,4	591,5	1.152,1	1.891,7	3.075,9	1.184,2	12,6
Água Doce do Norte	2.352,7	97,0	-148,4	98,9	131,5	526,5	1.020,6	2.224,5	1.203,9	7,0
Boa Esperança	497,0	-121,0	-240,3	-91,0	-24,6	463,7	1.188,8	2.676,5	1.487,7	7,3
Vila Valério	424,2	-317,2	-359,5	21,6	367,1	555,7	410,7	2.241,1	1.830,4	2,4
Pancas	-1.126,1	-391,9	-378,0	-179,1	-233,8	131,6	1.065,7	2.935,7	1.870,0	4,4
Ecoporanga	-3.022,2	-327,7	-369,0	-261,5	-182,7	-109,1	166,9	2.732,9	2.565,9	0,6
Baixo Guandu	9.150,9	1.682,2	640,8	794,5	916,6	1.024,9	2.554,3	5.829,0	3.274,7	7,0
São Gabriel da Palha	-6.400,8	-2.229,8	0,0	939,2	-782,4	-720,8	2.068,0	4.292,6	2.224,6	7,4
Barra de São Francisco	8.141,2	-167,2	-255,9	581,6	869,3	2.291,3	4.994,2	7.747,6	2.753,4	14,0
Nova Venécia	13.985,5	486,0	675,5	1.069,7	1.371,7	1.650,1	8.561,0	11.920,2	3.359,2	18,1
Colatina	55.791,1	5.691,1	6.188,3	7.058,5	8.533,5	11.745,3	12.917,8	18.967,7	6.049,9	11,0
MS Litoral Norte	114.129,7	8.105,4	8.604,8	12.839,5	11.071,4	21.966,8	47.004,9	99.796,7	52.719,8	6,1
Mucurici	-518,7	-50,8	-133,3	-86,3	-50,5	154,1	235,6	1.365,2	1.129,6	1,9
Ponto Belo	-858,9	-266,2	-348,2	-228,1	-113,8	170,9	415,9	1.397,2	981,3	3,6
Ibiraçu	-1.364,6	-77,8	-108,6	15,2	-926,5	25,0	-91,0	1.130,6	1.221,6	-0,5
Fundão	4.279,9	549,9	258,8	473,2	628,3	1.128,8	1.423,9	2.630,5	1.206,6	6,4
Montanha	2.360,8	-452,9	1.638,0	235,5	393,1	892,0	1.063,5	2.885,3	1.821,8	4,5
João Neiva	-731,6	-49,1	-247,4	-117,3	-1.479,8	87,5	2.287,1	3.915,8	1.628,8	9,1
Rio Bananal	3.006,9	279,1	-95,5	111,2	317,0	322,8	1.940,2	3.713,1	1.772,9	8,6
Sooretama	12.621,3	892,0	875,4	1.259,3	1.870,8	2.545,9	3.435,6	5.272,1	1.836,5	13,8
Pinheiros	2.511,5	-631,6	-116,0	193,9	219,1	163,1	3.510,2	5.640,5	2.130,3	12,7
Jaguari	3.426,8	3,0	1.593,9	1.766,8	-893,6	-1.053,4	2.231,1	5.387,8	3.156,7	5,0
Pedro Canário	1.509,2	18,8	-455,4	104,7	-77,5	676,2	1.706,3	3.585,5	1.879,2	8,0
Conceição da Barra	11.040,6	1.275,5	1.092,6	1.749,0	1.779,6	1.973,1	4.247,8	6.860,1	2.612,3	12,2
Aracruz	-429,1	-459,5	-1.975,2	-429,4	-362,4	-510,6	2.946,6	19.048,2	16.101,5	1,5
São Mateus	66.602,7	6.432,8	6.111,8	6.935,6	8.582,2	12.058,9	17.084,3	23.038,7	5.954,4	15,0
Linhares	10.672,9	642,2	513,8	856,4	1.185,3	3.332,5	4.567,8	13.926,1	9.358,2	2,6
MS Central	6.901,7	-922,8	-1.146,9	1.091,6	1.082,1	3.713,6	17.053,5	52.672,4	35.618,9	3,9
São Roque do Canaã	-2.723,3	-329,3	-379,5	-249,5	-224,8	-278,3	-358,3	887,7	1.246,0	-2,9
Laranja da Terra	1.124,1	186,6	184,4	259,3	381,0	411,1	341,7	1.652,9	1.311,2	2,5
Conceição do Castelo	-2.221,8	-95,3	-498,7	-430,8	-485,0	-730,7	1.034,1	2.784,7	1.750,6	5,5
Itarana	-2.991,7	-351,0	-583,5	-335,3	-198,3	-205,7	-139,6	1.131,9	1.271,5	-0,9
Rio Novo do Sul	-773,4	-219,3	-49,1	-3,6	26,3	25,5	268,7	1.445,4	1.176,7	2,2
Iconha	1.331,3	141,9	127,7	206,4	284,9	440,4	377,7	1.658,6	1.280,9	2,0
Brejuba	-1.802,4	-477,2	-328,9	-255,1	-92,3	154,0	-1,3	1.515,0	1.516,3	0,0
Santa Leopoldina	499,5	75,3	-72,5	38,7	40,0	182,8	88,3	1.684,7	1.596,4	0,5
Marechal Floriano	-2.395,2	-432,3	-177,1	-92,1	-304,8	-269,5	253,8	2.430,5	2.176,7	1,2
Alfredo Chaves	-2.111,8	-440,2	-450,2	-344,7	-385,3	-467,8	924,4	2.469,9	1.545,6	5,4
Itaguaçu	2.222,2	59,8	158,1	302,2	530,3	610,9	641,7	2.191,5	1.549,8	3,4
Piúma	4.898,2	266,4	249,9	452,2	531,5	545,8	3.205,6	4.490,0	1.284,5	15,7
Venda Nova do Imigrante	-7.214,5	-768,0	-665,6	-678,9	-1.892,3	-953,9	-288,2	2.305,9	2.594,1	-1,1
Santa Teresa	9.520,0	1.123,4	1.028,4	1.208,3	1.407,4	1.629,2	2.700,0	4.690,8	1.990,8	8,8
Anchieta	-1.230,7	-256,6	-295,6	-291,5	-427,4	-697,4	1.809,5	6.279,0	4.469,5	2,5
Santa Maria de Jetibá	-3.737,5	-356,5	-289,4	-275,8	-233,1	-328,0	-176,3	3.270,1	3.446,3	-0,5
Afonso Cláudio	6.653,1	16,3	246,3	710,8	1.159,2	2.161,3	3.563,3	5.890,1	2.326,8	11,9
Domingos Martins	7.855,7	933,3	648,4	870,9	964,8	1.483,9	2.808,6	5.893,7	3.085,1	7,0
Região Metropolitana	417.965,4	29.694,8	35.690,2	47.995,2	60.152,1	84.429,1	112.013,4	232.996,5	120.983,1	6,1
Viana	58.016,9	5.411,2	5.494,9	6.063,5	7.373,2	8.208,5	13.325,8	17.222,5	3.896,7	19,6
Guarapari	80.919,1	8.281,4	9.168,2	9.522,3	10.994,7	12.887,7	17.011,0	20.942,3	3.931,3	18,9
Vitória	-13.461,4	-1.579,3	1.678,0	1.553,2	-1.308,6	1.777,8	4.434,9	55.232,3	50.797,4	0,6
Cariacica	122.999,8	8.205,9	8.786,4	11.766,4	14.835,6	22.638,6	27.967,2	39.259,8	11.292,6	15,1
Serra	74.232,3	3.789,8	4.854,9	8.388,6	12.563,8	16.039,7	24.262,5	59.849,3	35.586,9	5,4
Vila Velha	95.258,7	5.585,8	5.707,7	10.701,1	15.693,4	22.876,7	25.012,0	40.490,3	15.478,2	8,5
MS Sul	89.103,8	4.464,5	3.390,9	10.386,1	16.396,2	19.522,3	36.880,0	82.855,8	45.975,8	6,3
Divino de São Lourenço	-1.341,0	-117,1	-124,3	-28,6	-137,7	-173,4	-145,1	713,9	859,0	-1,8
Dores do Rio Preto	433,4	33,4	-52,7	57,8	255,6	200,4	240,2	1.083,5	843,3	2,5
Apicá	2.459,5	233,1	181,4	315,5	329,7	331,5	1.244,6	2.086,4	841,7	12,5
Atilio Vivacqua	4.141,5	-52,4	185,2	1.021,9	1.554,6	1.420,4	651,5	2.507,3	1.855,8	4,9
Presidente Kennedy	3.892,5	562,2	434,6	626,0	667,9	900,6	849,7	1.937,8	1.088,1	3,4
Bom Jesus do Norte	306,4	-68,9	-55,5	9,4	38,5	37,9	352,8	1.171,8	819,0	3,5
Ibitirama	818,4	10,4	-43,5	148,2	137,4	262,2	628,5	1.680,7	1.052,3	5,1
São José do Calçado	-1.279,8	-121,0	-227,6	-163,6	-261,7	-212,0	519,9	1.717,2	1.197,2	2,9
Irupi	2.828,6	209,4	209,7	461,3	689,7	956,1	953,2	2.149,3	1.196,1	7,5
Jerônimo Monteiro	762,3	158,7	59,9	151,1	291,5	303,7	301,4	1.345,4	1.044,0	2,2
Muqui	-1.037,3	-248,9	-147,1	15,9	49,8	61,7	69,7	1.356,0	1.286,3	0,5
Muniz Freire	4.568,2	92,5	-103,2	154,9	189,4	171,6	2.803,0	4.704,5	1.901,5	12,1
Vargem Alta	3.846,5	97,3	184,7	463,7	568,5	1.388,3	2.050,5	3.958,0	1.907,5	8,2
Ibatiba	9.668,8	397,8	530,1	938,5	2.082,4	1.706,5	2.471,2	4.215,4	1.744,3	11,4
Mimoso do Sul	3.350,7	552,2	-19,4	348,9	448,0	276,5	480,9	2.699,8	2.218,9	1,7
Guaçu	5.797,2	-3,3	297,0	175,9	388,8	530,1	3.668,6	5.549,0	1.880,3	14,0
Iúna	6.670,1	108,8	139,4	733,9	1.146,8	991,3	4.501,9	6.591,9	2.090,0	16,6
Alegre	-2.763,8	-257,7	-380,4	5,8	-88,7	-39,2	-17,7	2.086,1	2.103,8	0,0
Itapemirim	3.552,3	609,5	486,2	850,0	1.075,2	572,8	654,9	4.288,0	3.633,1	1,4
Castelo	3.174,8	231,8	128,8	550,4	700,4	627,6	1.905,5	5.126,4	3.220,9	5,4
Maratáizes	2.201,0	-33,0	-315,2	-110,3	-64,7	-61,1	2.713,5	4.631,7	1.918,1	10,7
Cachoeiro de Itapemirim	37.053,4	2.069,8	2.023,0	3.659,5	6.334,9	9.268,7	9.981,1	21.255,8	11.274,6	7,0
TOTAL	707.972,8	45.533,5	51.531,2	82.192,3	99.624,6	147.858,9	250.943,3	541.217,9	290.274,6	6,1

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), ainda não apreciados em plenário. Nota: ^a saldo Fundef é a diferença entre a receita de Fundef e a despesa com o Fundef. ^b não inclui receitas de complementações nem de convênios. ^c receita total ajustada dos efeitos do Fundef (ver "Notas metodológicas", na página 4).

Royalties

Os royalties são uma compensação financeira devida pelas empresas concessionárias aos estados e municípios onde ocorram a produção de petróleo e gás natural. Também recebem royalties a Marinha, o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) e os municípios que pertençam a mesma área geoeconômica de municípios produtores, que possuam instalações de embarque e desembarque de petróleo e de gás natural ou, ainda, que sejam afetados pelas operações de tais instalações. O valor dos royalties corresponde a um percentual de 5% a 10% do valor da produção de petróleo e de gás natural, distribuído mensalmente pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) com base nos cálculos fornecidos pela Agência Nacional de Petróleo (ANP).

A Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, afirma em seu artigo 8º que é vedada a aplicação dos recursos de royalties em pagamento de dívida e no quadro permanente de pessoal. A vedação quanto ao pagamento de dívidas não se aplica às dívidas para com a União e suas entidades, como o Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS). Os royalties podem, no entanto, ser utilizados na capitalização de fundos de previdência.

Em 2006, o valor repassado a título de royalties aos municípios capixabas foi de R\$ 100,7 milhões, o que representou um aumento de 36,3% em relação ao ano anterior, quando o valor chegou a R\$ 73,9 milhões.

Os quatro municípios que mais recebem royalties no Espírito Santo são Linhares, São Mateus, Aracruz e Presidente Kennedy.

Desses quatro, somente Aracruz acusou um forte aumento nesse item da receita, em 2006, que foi 105,2% maior que o recebido em 2005. Os royalties de Aracruz chegaram a R\$ 13,5 milhões, o terceiro maior valor dentre todos os municípios do Estado. Linhares com um crescimento moderado de 3,7% recebeu R\$ 20,8 milhões, o maior valor. São Mateus, com um decréscimo de apenas -1,7%, ganhou R\$ 18,1 milhões, o segundo maior valor. E com o quarto maior valor está Presidente Kennedy, cujo recebimento de royalties foi de R\$ 12,2 milhões, montante idêntico ao do ano anterior.

Juntos, esses quatro maiores royalties representaram 64,2% do total repassado aos municípios capixabas. Em 2005, este percentual foi de 77,6%, demonstrando, portanto, que houve uma desconcentração que ocorreu em função dos aumentos dos royalties recebidos por Serra, Fundão, Vitória e Vila Velha, municípios que não recebiam praticamente nada até 2004. O Município de Fundão, que auferiu R\$ 40,1 mil, em 2005, passou a receber R\$ 3,3 milhões, em 2006. A Serra também registrou aumento extraordinário, passando de R\$ 49,8 mil para R\$ 7,3 milhões, no mesmo período. Vitória e Vila Velha receberam R\$ 2,5 milhões, cada um, em 2006, contra R\$ 577,9 mil que recebiam, cada um, em 2005.

A receita de royalties é muito importante no total do orçamento de alguns desses municípios. Em Presidente Kennedy chegou a representar a metade de toda a sua receita (49,2%), sendo que esse percentual já foi maior, chegando a 60,7% no ano de 2004. Em Fundão, Jaguaré e São Mateus, representou em torno de 15%.

Distribuição dos royalties, participação no total e participação na receita corrente Municípios do Espírito Santo - 2003-2006

Municípios	2003	2004	2005	2006		Variação% 2006/2005	
	Em mil reais médios de 2006 - IPCA				Partic. no total dos royalties		Participação na RC
Anchieta	340,7	636,0	603,0	1.593,7	1,6%	2,1%	164,3%
Aracruz	4.579,3	6.095,4	6.600,4	13.542,3	13,5%	6,5%	105,2%
Conceição da Barra	1.051,7	1.103,0	1.174,6	1.423,5	1,4%	4,1%	21,2%
Fundão	42,3	33,4	40,1	3.339,3	3,3%	14,9%	8.232,6%
Itapemirim	1.026,4	5.156,8	3.200,4	2.321,8	2,3%	5,0%	-27,5%
Jaguaré*	11.233,9	7.268,4	7.046,3	7.515,1	7,5%	16,8%	6,7%
Linhares	20.380,5	18.011,6	20.055,1	20.796,0	20,7%	11,6%	3,7%
Marataízes	53,8	676,9	411,5	276,9	0,3%	1,1%	-32,7%
Presidente Kennedy*	5.528,3	14.251,4	12.240,9	12.151,2	12,1%	49,2%	-0,7%
São Mateus	17.506,3	16.295,4	18.452,8	18.134,3	18,0%	15,1%	-1,7%
Serra	-	-	49,8	7.343,6	7,3%	1,6%	14.644,2%
Vila Velha	-	-	577,9	2.549,9	2,5%	0,8%	341,2%
Vitória	-	-	577,9	2.549,9	2,5%	0,3%	341,2%
Demais municípios	2.898,1	2.287,0	2.836,7	7.121,6	7,1%	0,4%	151,1%
TOTAL*	64.641,2	71.815,4	73.867,4	100.659,2	100,0%	2,4%	36,3%

* Inclui os valores da participação especial.
RC = receita corrente.

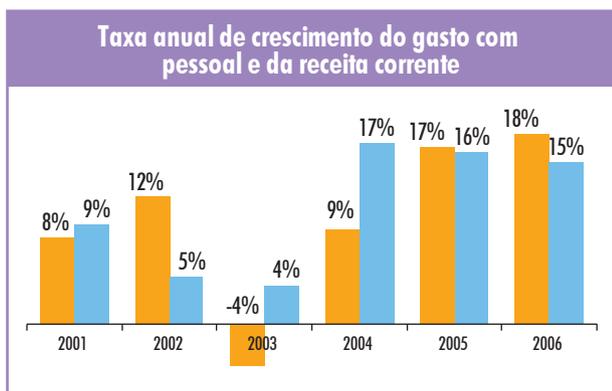
Fonte: dados sobre royalties da Agência Nacional de Petróleo (ANP) e dados da receita corrente dos balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado (TCEES) sem terem sido apreciados em plenário.

Pessoal

O gasto com pessoal é o maior item da despesa municipal, representando 43,4% do total da despesa dos municípios capixabas, em 2006, quando atingiu R\$ 1,73 bilhão, valor 18,1% acima do R\$ 1,47 bilhão registrado no ano de 2005, a preços atualizados pelo IPCA médio de 2006. Esse aumento foi o mais acentuado do período analisado.



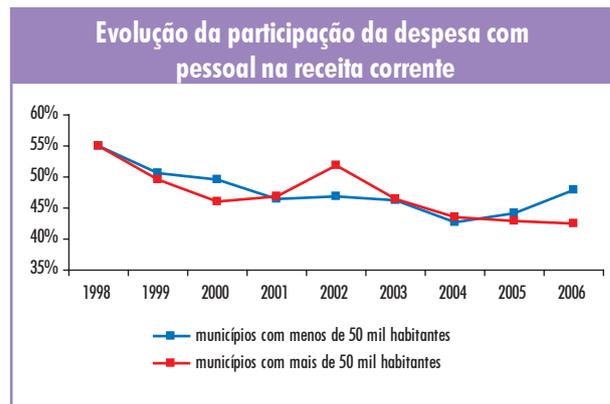
Desde 2005, os municípios têm registrado elevadas taxas de crescimento do gasto com pessoal, como mostra o gráfico a seguir. Para o conjunto dos municípios capixabas a evolução desse dispêndio tem acompanhado o desempenho da receita corrente, que em 2006 cresceu 15,3%. A diferença desse ano é que o crescimento do item pessoal foi mais acentuado que o da receita corrente, assim como ocorreu em 2002.



Observa-se que os municípios de menor porte, aqueles com população até 50 mil habitantes, estão aumentando o gasto com pessoal de forma mais acentuada que aqueles com

mais de 50 mil habitantes. Enquanto os menores registraram aumentos de 21% e 21,3%, em 2005 e 2006, respectivamente, os maiores contabilizaram 14,5% e 16,2%, nesses mesmos anos. É importante comparar a evolução do principal gasto municipal com o desempenho da receita corrente para esses grupos de municípios. Os menores reduziram o ritmo de expansão de suas receitas correntes em 2006: a taxa, que foi de 17,2% em 2005, passou para 11,4%. Já os maiores, intensificaram o crescimento de suas receitas correntes: a taxa de 15,8%, de 2005, saltou para 17,5%, em 2006.

Portanto, as maiores despesas com pessoal foram mais bem suportadas pelos maiores municípios do que pelos menores. Esse fato é claramente notado quando se verifica a participação desse gasto na receita corrente, um dos parâmetros mais importantes adotados pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Como mostra o gráfico abaixo, em 2005 e 2006, os municípios maiores comprometeram parcelas menores de sua receita corrente com o gasto de pessoal (43% e 42,5%), comparado aos municípios menores (44,1% e 48%).



Dos 78 municípios do Espírito Santo, 30 comprometeram 50% ou mais de suas receitas correntes com pessoal, em 2006. Dentre esses casos, três ultrapassaram o limite máximo de 60% estabelecido pela LRF: Irupi (63,5%), Conceição da Barra (61,4%) e Apiacá (60,7%). Outros três estavam acima do limite prudencial de 57%: Iúna (59,1%), Jerônimo Monteiro (58,7%) e Cachoeiro de Itapemirim (58,3%). Os municípios que destinaram as menores parcelas de suas

Participação da despesa com pessoal na receita corrente - 1998-2006

	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Pessoal ^a / Receita corrente	54,9%	49,9%	47,3%	46,7%	50,2%	46,5%	43,2%	43,4%	44,4%

Nota: ^a inclui gastos com encargos, inativos, pensionistas e salário-família.



O ESPÍRITO SANTO ESTÁ COM AS SUAS CONTAS EM DIA. VEJA OS COMPROVANTES.

O Espírito Santo não pára de crescer. Além de alcançar o equilíbrio financeiro através de um rígido ajuste fiscal, cumpriu plenamente as metas, as contas continuam equilibradas e hoje é o segundo estado em capacidade de investimentos.

Só no ano de 2006 foi investido pelo Governo Estadual o número recorde de R\$ 727 milhões. Para 2007, a estimativa é que esse número chegue a R\$ 1 bilhão.

Estamos ética e financeiramente revigorados. Nosso PIB per capita encontra-se acima da média nacional, temos uma economia diversificada e um grande potencial turístico. Isso ainda não é tudo. Os índices de crescimento devem melhorar ainda mais nos próximos anos, já que a previsão é de que entre 2007 e 2011 sejam investidos cerca de R\$ 43 bilhões com recursos privados e públicos, gerando mais de 60 mil empregos diretos.

O compromisso é continuar trabalhando com seriedade e dedicação para que este novo Espírito Santo seja, antes de tudo, um lugar de desenvolvimento e oportunidades para todos.

receitas correntes para pessoal foram Jaguaré (26,6%), Venda Nova do Imigrante e Vila Velha (33,2% cada um), Vila Valério (35,1%), Laranja da Terra (36,8%), Itaguaçu (37,2%), Anchieta (38,4%) e Aracruz (38,9%).

Os municípios que mais aumentaram o gasto com pessoal, em 2006, foram Alfredo Chaves (61,7%), Barra de São Francisco (52,3%), Divino de São Lourenço (40,6%), São Gabriel da Palha (35%), Marataízes (34,7%), Nova Venécia (33,7%) e São Mateus (32,9%). E os que aumentaram em menos de 4% ou até reduziram esse gasto foram Vila Velha (-2,1%), Laranja da Terra (-1,5%), Santa Leopoldina (1,1%), João Neiva (3%) e Atilio Vivácqua (3,8%).

Número de servidores

De acordo com pesquisa do IBGE publicada no **Perfil dos Municípios Brasileiros – Gestão Pública 2005**, os municípios capixabas contavam, em 2005, com 96.186 servidores ativos nas administrações direta e indireta, computando todos os tipos de vínculos, quantitativo 6,3% maior do que havia no ano anterior.

Com esse número de servidores, a média municipal de funcionários foi de 28,2 por mil habitantes, indicador ligeiramente acima da média nacional, que foi de 25,9. O que se nota, tanto no Brasil como no Espírito Santo, é que nos pequenos municípios é maior o número de servidores para cada mil habitantes. Nos municípios capixabas com até 15 mil habitantes foi registrado 38 servidores por mil habitantes, enquanto que para os com população acima de 50 mil habitantes, exceto Vitória, foi de 22. Para Vitória foi de 30,8.

Para se ter uma idéia da grande disparidade existente entre o número de servidores por mil habitantes dos municípios capixabas, a tabela a seguir mostra os dez menores e os dez maiores índices. Entre o maior número, que pertence a Apiacá, com 65 servidores por mil habitantes, e o menor,

que é o de Santa Maria de Jetibá, com 12, a diferença é de 5,3 vezes.

As diferenças no número de servidores entre os municípios devem-se às particularidades econômicas, políticas e administrativas de cada um. Dentre os vários fatores determinantes, convém ressaltar os ganhos de escala que os municípios maiores têm em relação aos menores na prestação de seus serviços. A estrutura mínima para o funcionamento de uma prefeitura é proporcionalmente maior para cidades menores, em relação à de um grande município. Outro fator a ser considerado é a escassa oferta de trabalho em localidades menores e mais distantes dos grandes centros, o que pressiona o poder público local a contratar parte das pessoas que procuram emprego.

Emprego por vínculo

A metade dos servidores municipais, de acordo com apuração de 2005, ou seja, 48.131 funcionários é formada por estatutários. Outros 13.543, que representam 14,1% do total, são celetistas. Os comissionados contam com 10.151 servidores, o que equivale a 10,6% do total. Os restantes 24.361, que perfazem 25,3%, não possuem vínculo permanente com a administração pública. Também nesse caso, quando se comparam municípios entre si, o tipo de vínculo empregatício predominante pode ser muito diferente entre eles.

Gasto por servidor

O gasto médio por servidor nos municípios capixabas foi de R\$ 15.268, em 2005. Como ainda não está disponível o número de servidores por município de 2006, não é possível verificar se a forte expansão de 18,1% no gasto com pessoal foi ou não acompanhada de aumentos no número de servidores e no valor do gasto médio por servidor. Avaliando o ano de 2005, o crescimento da despesa com pessoal, de 16,8%, foi acompanhado do aumento do gasto por servidor (9,9%) e da quantidade de servidores (6,3%).

Os dez menores e os dez maiores números de servidores por mil habitantes - 2005

Menores		Maiores	
Município	Nº de servidores por mil hab.	Município	Nº de servidores por mil hab.
Santa Maria de Jetibá	11,8	Apiacá	65,2
Brejetuba	13,7	Presidente Kennedy	63,4
Vila Velha	14,1	Ponto Belo	58,2
Mimoso do Sul	15,4	Anchieta	56,3
Sooretama	16,1	Marechal Floriano	55,5
Cariacica	17,9	Mucurici	55,4
Serra	20,9	Atilio Vivácqua	55,4
Muniz Freire	20,9	Alto Rio Novo	54,2
Muqui	22,0	Aracruz	54,1
Pancas	22,4	Irupi	52,5

Fonte: IBGE, "Perfil dos Municípios Brasileiros - Gestão Pública 2005" e estimativa populacional para 2005 do IBGE.

OS NÚMEROS COMPROVAM: A QUALIDADE DE VIDA NO ESPÍRITO SANTO NÃO PÁRA DE CRESCER.

**2 MILHÕES
DE PESSOAS**
atendidas com água
tratada de qualidade.

**750 MIL
PESSOAS**
atendidas com serviços
de coleta e tratamento
de esgoto.

**R\$ 172
MILHÕES
INVESTIDOS**
em obras de abastecimento
de água e tratamento de
esgoto entre 2003 e 2006.

Nos últimos quatro anos, a Cesan investiu R\$ 172 milhões em saneamento. São obras que contribuem para nossa saúde e para a preservação do meio ambiente. E, para tudo isso valer a pena, é importante não desperdiçar água e ligar o esgoto à rede coletora da empresa. Assim, nós valorizamos esses investimentos e garantimos uma qualidade de vida melhor para todos.



Despesa com pessoal^a - 2001-2006

Regiões e municípios	2001	2002	2003	2004	2005	2006	Variação 2006/2005	Participação 2006		Desp. pessoal ^a per capita 2006 Em reais
								no total da desp. pessoal ^a	na rec. corr.	
								Em %		
Em mil reais médios de 2006 - IPCA										
MS Noroeste	126.679,6	138.688,4	135.378,8	143.661,5	170.953,2	209.390,9	22,5	12,1	49,6	520,0
Alto Rio Novo	3.240,9	3.292,0	3.470,7	3.134,1	3.858,8	4.812,4	24,7	0,3	54,6	731,7
São Domingos do Norte	2.946,7	3.309,3	3.332,4	3.472,3	3.756,8	4.471,0	19,0	0,3	43,9	537,1
Vila Pávão	3.465,8	2.851,4	3.148,3	3.342,5	4.356,0	5.657,6	29,9	0,3	49,3	666,5
Águia Branca	4.452,4	4.375,1	4.038,7	4.573,0	5.233,1	5.939,8	13,5	0,3	53,0	629,5
Governador Lindenberg	1.987,4	2.229,7	2.459,9	2.901,6	4.530,8	5.598,8	23,6	0,3	40,5	556,7
Marilândia	4.109,7	4.197,1	3.997,9	4.618,3	5.309,3	6.475,3	22,0	0,4	52,7	610,6
Mantenópolis	4.860,3	4.748,2	4.611,4	4.650,6	6.257,1	7.534,9	20,4	0,4	52,0	690,1
Água Doce do Norte	4.410,1	4.821,1	5.029,4	5.225,8	6.249,8	7.362,7	17,8	0,4	56,3	575,8
Boa Esperança	3.759,5	5.486,4	5.789,7	5.954,6	7.198,5	7.913,8	9,9	0,5	49,3	555,2
Vila Valério	3.235,1	4.028,4	4.101,1	3.994,0	4.876,9	5.575,5	14,3	0,3	35,1	387,6
Pancas	7.348,7	8.098,0	7.347,8	7.852,7	7.532,9	9.909,8	31,6	0,6	44,8	496,6
Ecoporanga	9.656,6	8.825,0	8.124,0	10.034,1	10.683,6	12.301,3	15,1	0,7	48,4	520,3
Baixo Guandu	10.913,0	12.422,9	11.865,4	11.394,9	14.911,2	18.359,1	23,1	1,1	54,4	647,9
São Gabriel da Palha	6.217,9	8.347,7	5.750,2	5.398,6	10.409,3	14.054,8	35,0	0,8	52,5	491,8
Barra de São Francisco	9.727,5	10.783,7	11.801,9	13.235,9	11.910,5	18.145,0	52,3	1,0	53,2	465,6
Nova Venécia	11.963,1	12.284,9	12.902,8	14.319,7	17.811,8	23.823,2	33,7	1,4	54,0	522,4
Colatina	34.384,9	38.587,2	37.607,4	39.558,8	46.066,9	51.455,8	11,7	3,0	47,3	460,3
MS Litoral Norte	173.831,7	206.458,0	203.420,9	239.755,9	268.476,9	323.502,5	20,5	18,7	44,2	641,3
Mucurici	3.548,7	3.855,7	3.591,0	3.676,0	4.030,1	4.563,9	13,2	0,3	44,3	728,6
Ponto Belo	2.106,2	2.573,1	2.480,7	2.659,2	3.450,2	4.273,5	23,9	0,2	43,7	656,0
Ibiraçu	4.374,7	5.055,2	4.491,3	3.951,1	4.920,9	6.471,8	31,5	0,4	44,8	605,5
Fundão	5.821,4	6.141,9	6.527,9	7.179,0	8.428,5	9.660,1	14,6	0,6	45,5	640,5
Montanha	5.996,8	6.526,7	6.554,5	6.790,1	7.361,7	8.585,1	16,6	0,5	46,4	516,6
João Neiva	5.930,2	7.952,4	7.836,5	8.482,5	9.752,6	10.043,8	3,0	0,6	47,0	603,1
Rio Bananal	7.944,7	8.324,4	7.905,6	8.651,9	9.585,8	10.375,0	8,2	0,6	49,9	610,8
Sooretama	5.523,1	4.932,3	5.279,3	6.197,5	7.842,3	9.778,0	24,7	0,6	46,2	459,3
Pinheiros	5.488,1	5.200,1	6.389,5	7.110,2	9.321,8	11.901,0	27,7	0,7	50,2	557,9
Jaguaré	6.771,3	7.308,0	7.236,6	9.199,7	10.300,7	11.859,3	15,1	0,7	26,6	554,7
Pedro Canário	4.533,9	4.697,8	4.765,7	5.103,8	7.663,6	9.101,0	18,8	0,5	46,1	406,0
Conceição da Barra	9.488,7	12.618,4	13.401,7	14.732,0	17.748,7	20.388,6	14,9	1,2	61,4	688,6
Araucruz	41.741,6	59.337,3	51.067,4	62.743,2	58.944,6	74.255,6	26,0	4,3	38,9	1.008,1
São Mateus	25.222,8	30.096,8	30.603,7	34.865,8	42.347,0	56.276,1	32,9	3,2	50,9	546,6
Linhares	39.339,4	41.838,0	45.289,3	58.413,8	66.778,4	75.969,6	13,8	4,4	44,3	617,6
MS Central	106.085,9	115.671,2	112.510,8	115.801,7	145.013,4	175.714,0	21,2	10,1	43,8	544,3
São Roque do Canaã	3.254,1	3.615,4	3.256,0	3.181,2	3.685,2	4.311,1	17,0	0,2	39,6	390,2
Laranja da Terra	3.368,5	4.113,6	3.853,6	4.152,3	4.622,0	4.554,7	-1,5	0,3	36,8	408,3
Conceição do Castelo	3.937,4	3.969,4	4.175,8	5.025,0	6.945,8	8.282,1	19,2	0,5	49,1	740,2
Itarana	3.828,9	4.211,4	3.908,8	4.254,1	4.502,4	5.168,7	14,8	0,3	42,6	424,1
Rio Novo do Sul	3.622,0	3.859,6	3.921,8	4.095,3	5.339,2	6.434,6	20,5	0,4	51,9	527,1
Iconha	4.146,5	3.881,0	4.571,9	4.788,9	6.187,7	6.928,1	12,0	0,4	41,0	556,6
Brejjetuba	2.293,9	2.484,5	2.773,3	3.833,5	4.780,4	5.916,9	23,8	0,3	43,6	454,5
Santa Leopoldina	6.561,6	7.351,4	5.453,9	2.177,7	7.791,4	7.876,3	1,1	0,5	52,3	585,4
Marechal Floriano	5.514,7	5.918,1	5.692,6	6.506,9	7.339,2	9.080,3	23,7	0,5	45,6	641,4
Alfredo Chaves	4.469,9	4.456,6	4.031,3	3.720,5	4.325,9	6.995,6	61,7	0,4	43,5	488,1
Itaguaçu	4.587,8	6.223,1	4.703,5	4.405,6	5.609,3	6.562,6	17,0	0,4	37,2	428,7
Piúma	5.296,2	5.708,9	5.545,6	5.355,8	7.819,5	8.933,8	14,2	0,5	45,2	467,9
Venda Nova do Imigrante	4.700,2	4.890,2	4.875,8	5.310,4	6.353,8	7.947,8	25,1	0,5	33,2	413,6
Santa Teresa	9.318,4	9.557,3	8.548,2	8.580,1	10.135,9	12.704,9	25,3	0,7	45,7	599,4
Anchieta	13.704,1	14.219,8	15.835,4	16.547,1	22.143,6	26.992,0	21,9	1,6	38,4	1.209,8
Santa Maria de Jetibá	8.554,4	9.776,2	10.233,4	11.476,8	12.782,0	16.468,9	28,8	0,9	50,8	501,4
Afonso Cláudio	8.735,1	8.859,6	8.939,0	10.054,4	11.365,7	13.933,8	22,6	0,8	49,5	412,3
Domingos Martins	10.192,3	12.575,0	12.190,8	12.336,0	13.284,6	16.621,7	25,1	1,0	47,8	490,7
Região Metropolitana	503.673,1	565.579,3	526.293,1	561.778,8	648.088,1	742.946,2	14,6	42,9	40,7	451,2
Viana	19.049,4	19.221,2	20.122,5	20.944,7	25.877,2	30.034,5	16,1	1,7	50,0	496,1
Guarapari	25.954,6	30.312,4	31.705,3	30.859,3	33.283,4	41.759,9	25,5	2,4	44,5	386,2
Vitória	227.185,9	251.590,6	234.110,7	248.384,7	269.229,0	318.763,6	18,4	18,4	42,2	1.005,3
Cariacica	61.018,3	63.063,7	51.972,8	57.581,9	71.892,1	77.407,7	7,7	4,5	43,5	214,4
Serra	114.980,2	130.808,3	110.314,7	114.737,1	142.581,7	171.951,4	20,6	9,9	40,2	436,0
Vila Velha	55.484,8	70.583,2	78.067,0	89.271,2	105.224,7	103.029,0	-2,1	5,9	33,2	254,2
MS Sul	160.654,5	174.566,3	176.520,5	196.532,1	236.066,9	282.220,8	19,6	16,3	53,9	480,2
Divino de São Lourenço	2.583,7	2.504,6	2.456,6	2.407,2	2.630,0	3.699,1	40,6	0,2	49,7	690,9
Dores do Rio Preto	2.047,4	2.324,4	2.589,0	2.857,8	3.300,2	3.890,5	17,9	0,2	41,3	566,3
Apiaçá	3.038,5	3.834,4	3.856,9	3.291,1	4.149,8	5.445,3	31,2	0,3	60,7	674,5
Átilio Vivácqua	3.637,5	3.335,9	4.359,2	5.202,2	5.802,3	6.023,5	3,8	0,3	49,0	630,4
Presidente Kennedy	4.280,3	4.639,7	4.311,3	5.635,9	7.973,4	9.501,4	19,2	0,5	40,9	985,1
Bom Jesus do Norte	2.778,4	3.558,3	3.196,5	3.738,7	4.036,7	5.147,8	27,5	0,3	54,3	506,7
Ibitirama	2.099,8	2.696,0	2.901,5	3.607,4	4.365,5	5.308,0	21,6	0,3	53,3	512,3
São José do Calçado	4.597,4	4.614,2	4.779,4	4.964,5	4.860,6	6.010,4	23,7	0,3	44,6	562,6
Irupi	4.059,9	4.164,0	3.585,6	4.283,7	5.088,7	6.598,2	29,7	0,4	63,5	602,1
Jerônimo Monteiro	3.491,9	3.844,2	4.608,1	5.013,0	5.359,4	5.937,0	10,8	0,3	58,7	532,8
Muqui	4.131,7	4.483,0	3.776,8	3.906,6	5.235,8	5.500,1	5,0	0,3	47,7	401,2
Muniz Freire	6.631,5	6.839,6	6.327,2	6.861,7	8.291,2	10.108,5	21,9	0,6	53,7	522,6
Vargem Alta	6.392,2	7.044,1	6.786,2	8.057,1	9.233,8	10.918,0	18,2	0,6	47,8	531,3
Ibatiba	5.738,1	6.055,9	5.628,4	6.728,2	8.307,1	10.751,7	29,4	0,6	50,1	490,7
Mimoso do Sul	7.859,3	8.606,1	7.797,9	9.370,6	9.667,3	12.576,7	30,1	0,7	56,6	452,5
Guaçuí	9.085,9	9.486,5	8.808,9	9.494,0	9.946,2	12.824,0	28,9	0,7	53,2	456,4
Iúna	6.857,1	7.268,3	7.660,8	8.766,3	10.706,7	13.411,2	25,3	0,8	59,1	471,7
Alegre	7.511,1	8.260,5	11.571,3	13.589,7	15.303,7	16.353,3	6,9	0,9	54,2	500,6
Itapemirim	8.328,9	9.026,1	11.917,5	12.508,4	17.405,3	20.035,7	15,1	1,2	49,6	611,8
Castelo	9.134,8	10.952,6	10.383,5	11.293,3	14.942,2	17.175,9	14,9	1,0	55,7	490,0
Marataizes	6.849,4	7.610,0	7.978,5	8.231,2	9.439,4	12.719,1	34,7	0,7	56,9	348,5
Cachoeiro de Itapemirim	49.519,3	53.417,9	51.239,3	56.723,5	70.021,3	82.285,3	17,5	4,7	58,3	415,3
TOTAL	1.070.924,7	1.200.963,1	1.154.124,1	1.257.530,0	1.468.598,6	1.733.774,3	18,1	100,0	44,4	500,5

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado (TCEES), ainda não apreciados em plenário. Nota: ^a inclui encargos, inativos, pensionistas e salário-família.

Despesa com pessoal

Posição	Municípios	Despesa com pessoal ^a em reais
1º	Vitória	318.763.646,17
2º	Serra	171.951.445,33
3º	Vila Velha	103.029.015,40
4º	Cachoeiro de Itapemirim	82.285.252,16
5º	Cariacica	77.407.690,99
6º	Linhares	75.969.598,05
7º	Aracruz	74.255.596,10
8º	São Mateus	56.276.128,98
9º	Colatina	51.455.777,17
10º	Guarapari	41.759.924,95
11º	Viana	30.034.508,98
12º	Anchieta	26.992.035,82
13º	Nova Venécia	23.823.181,02
14º	Conceição da Barra	20.388.551,29
15º	Itapemirim	20.035.720,50
16º	Baixo Guandu	18.359.108,41
17º	Barra de São Francisco	18.144.958,69
18º	Castelo	17.175.880,79
19º	Domingos Martins	16.621.685,11
20º	Santa Maria de Jetibá	16.468.930,18
21º	Alegre	16.353.254,96
22º	São Gabriel da Palha	14.054.829,50
23º	Afonso Cláudio	13.933.840,71
24º	Íluna	13.411.179,13
25º	Guaçuí	12.823.972,47
26º	Marataizes	12.719.121,72
27º	Santa Teresa	12.704.919,55
28º	Mimoso do Sul	12.576.741,54
29º	Ecoporanga	12.301.335,81
30º	Pinheiros	11.901.028,81
31º	Jaguaré	11.859.253,98
32º	Vargem Alta	10.918.031,20
33º	Ibatiba	10.751.734,68
34º	Rio Bananal	10.374.986,97
35º	Muniz Freire	10.108.453,73
36º	João Neiva	10.043.849,90
37º	Pancas	9.909.780,45
38º	Sooretama	9.778.011,88
39º	Fundão	9.660.147,46
40º	Presidente Kennedy	9.501.404,32
41º	Pedro Canário	9.101.019,70
42º	Marechal Floriano	9.080.293,51
43º	Piúma	8.933.759,77
44º	Montanha	8.585.077,77
45º	Conceição do Castelo	8.282.073,67
46º	Venda Nova do Imigrante	7.947.793,68
47º	Boa Esperança	7.913.838,56
48º	Santa Leopoldina	7.876.303,15
49º	Mantenópolis	7.534.940,24
50º	Água Doce do Norte	7.362.723,48
51º	Alfredo Chaves	6.995.579,90
52º	Iconha	6.928.132,99
53º	Irupi	6.598.215,81
54º	Itaguaçu	6.562.644,50
55º	Mariândia	6.475.270,45
56º	Ibiraçu	6.471.804,29
57º	Rio Novo do Sul	6.434.643,25
58º	Atílio Vivácqua	6.023.507,89
59º	São José do Calçado	6.010.413,70
60º	Águia Branca	5.939.810,72
61º	Jerônimo Monteiro	5.936.970,16
62º	Brejetuba	5.916.855,90
63º	Vila Pavão	5.657.579,34
64º	Governador Lindenberg	5.598.781,22
65º	Vila Valério	5.575.522,86
66º	Muqui	5.500.131,57
67º	Apiacá	5.445.349,94
68º	Ibitirama	5.308.049,98
69º	Itarana	5.168.705,08
70º	Bom Jesus do Norte	5.147.811,71
71º	Alto Rio Novo	4.812.397,84
72º	Mucurici	4.563.916,11
73º	Laranja da Terra	4.554.697,44
74º	São Domingos do Norte	4.471.021,92
75º	São Roque do Canaã	4.311.068,49
76º	Ponto Belo	4.273.484,39
77º	Dores do Rio Preto	3.890.524,98
78º	Divino de São Lourenço	3.699.071,64
TOTAL		1.733.774.302,46

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), não apreciados em plenário. Nota: ^a inclui inativos, pensionistas e salário-família.

Despesa com pessoal per capita

Posição	Municípios	A / B	Despesa com pessoal ^a A	População B
		em reais		
1º	Anchieta	1.210	26.992.036	22.311
2º	Aracruz	1.008	74.255.596	73.657
3º	Vitória	1.005	318.763.646	317.085
4º	Presidente Kennedy	985	9.501.404	9.645
5º	Conceição do Castelo	740	8.282.074	11.189
6º	Alto Rio Novo	732	4.812.398	6.577
7º	Mucurici	729	4.563.916	6.264
8º	Divino de São Lourenço	691	3.699.072	5.354
9º	Mantenópolis	690	7.534.940	10.919
10º	Conceição da Barra	689	20.388.551	29.607
11º	Apiacá	675	5.445.350	8.073
12º	Vila Pavão	667	5.657.579	8.488
13º	Ponto Belo	656	4.273.484	6.514
14º	Baixo Guandu	648	18.359.108	28.335
15º	Marechal Floriano	641	9.080.294	14.158
16º	Fundão	641	9.660.147	15.082
17º	Atílio Vivácqua	630	6.023.508	9.555
18º	Águia Branca	629	5.939.811	9.436
19º	Linhares	618	75.969.598	123.000
20º	Itapemirim	612	20.035.721	32.749
21º	Rio Bananal	611	10.374.987	16.986
22º	Mariândia	611	6.475.270	10.604
23º	Ibiraçu	606	6.471.804	10.688
24º	João Neiva	603	10.043.850	16.653
25º	Irupi	602	6.598.216	10.959
26º	Santa Teresa	599	12.704.920	21.196
27º	Santa Leopoldina	585	7.876.303	13.454
28º	Água Doce do Norte	576	7.362.723	12.788
29º	Dores do Rio Preto	566	3.890.525	6.870
30º	São José do Calçado	563	6.010.414	10.683
31º	Pinheiros	558	11.901.029	21.330
32º	Governador Lindenberg	557	5.598.781	10.057
33º	Iconha	557	6.928.133	12.448
34º	Boa Esperança	555	7.913.839	14.253
35º	Jaguaré	555	11.859.254	21.379
36º	São Mateus	547	56.276.129	102.955
37º	São Domingos do Norte	537	4.471.022	8.325
38º	Jerônimo Monteiro	533	5.936.970	11.143
39º	Vargem Alta	531	10.918.031	20.550
40º	Rio Novo do Sul	527	6.434.643	12.207
41º	Muniz Freire	523	10.108.454	19.344
42º	Nova Venécia	522	23.823.181	45.607
43º	Ecoporanga	520	12.301.336	23.644
44º	Montanha	517	8.585.078	16.620
45º	Ibitirama	512	5.308.050	10.361
46º	Bom Jesus do Norte	507	5.147.812	10.159
47º	Santa Maria de Jetibá	501	16.468.930	32.844
48º	Alegre	501	16.353.255	32.669
49º	Pancas	497	9.909.780	19.957
50º	Viana	496	30.034.509	60.537
51º	São Gabriel da Palha	492	14.054.830	28.576
52º	Ibatiba	491	10.751.735	21.909
53º	Domingos Martins	491	16.621.685	33.873
54º	Castelo	490	17.175.881	35.054
55º	Alfredo Chaves	488	6.995.580	14.332
56º	Íluna	472	13.411.179	28.433
57º	Piúma	468	8.933.760	19.094
58º	Barra de São Francisco	466	18.144.959	38.971
59º	Colatina	460	51.455.777	111.789
60º	Sooretama	459	9.778.012	21.288
61º	Guaçuí	456	12.823.972	28.100
62º	Brejetuba	455	5.916.856	13.018
63º	Mimoso do Sul	452	12.576.742	27.794
64º	Serra	436	171.951.445	394.370
65º	Itaguaçu	429	6.562.645	15.310
66º	Itarana	424	5.168.705	12.187
67º	Cachoeiro de Itapemirim	415	82.285.252	198.150
68º	Venda Nova do Imigrante	414	7.947.794	19.217
69º	Afonso Cláudio	412	13.933.841	33.797
70º	Laranja da Terra	408	4.554.697	11.155
71º	Pedro Canário	406	9.101.020	22.414
72º	Muqui	401	5.500.132	13.708
73º	São Roque do Canaã	390	4.311.068	11.048
74º	Vila Valério	388	5.575.523	14.384
75º	Guarapari	386	41.759.925	108.120
76º	Marataizes	349	12.719.122	36.494
77º	Vila Velha	254	103.029.015	405.374
78º	Cariacica	214	77.407.691	361.058
TOTAL		500	1.733.774.302	3.464.285

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), não apreciados em plenário. Estimativa populacional para 2006 da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nota: ^a inclui inativos, pensionistas e salário-família.

Número de servidores, servidores por vínculo, gasto anual médio por servidor e servidores por mil habitantes - 2004 e 2005

Regiões e municípios	Número de servidores total		Servidores por vínculo 2005										Gasto anual médio por servidor		Servidores por 1.000 habitantes
	2004	2005	Estatutários		CLT		Comissionados		Sem vínculo permanente		2004	2005	2005		
			%	%	%	%	%	%	%	%					
MS Noroeste	11.513	14.005	6.734	48,1	2.920	20,8	937	6,7	3.414	24,4	12.478,2	12.206,6	35,0		
Alto Rio Novo	411	360	0	0,0	322	89,4	38	10,6	0	0,0	8.444,6	8.705,7	54,2		
São Domingos do Norte	327	311	207	66,6	8	2,6	17	5,5	79	25,4	10.190,7	11.165,1	37,9		
Vila Pavão	304	316	175	55,4	4	1,3	47	14,9	90	28,5	10.356,1	10.577,5	37,3		
Água Branca	399	464	162	34,9	98	21,1	28	6,0	176	37,9	10.122,0	9.855,6	49,0		
Governador Lindenberg	308	371	229	61,7	86	23,2	27	7,3	29	7,8	7.986,6	7.821,0	37,3		
Marilândia	345	423	104	24,6	8	1,9	45	10,6	266	62,9	11.588,0	10.918,0	40,3		
Mantenópolis	317	351	317	90,3	13	3,7	21	6,0	0	0,0	14.546,9	13.249,5	31,6		
Água Doce do Norte	449	476	321	67,4	91	19,1	50	10,5	14	2,9	11.201,3	10.978,6	37,2		
Boa Esperança	519	673	345	51,3	42	6,2	148	22,0	138	20,5	11.155,5	8.847,9	47,5		
Vila Valério	352	327	161	49,2	123	37,6	12	3,7	31	9,5	11.651,0	12.214,0	22,9		
Pancas	466	448	322	71,9	25	5,6	15	3,3	86	19,2	15.767,7	17.528,3	22,4		
Ecoporanga	858	832	646	77,6	95	11,4	36	4,3	55	6,6	9.468,6	12.060,3	35,1		
Baixo Guandu	970	1.407	1.062	75,5	67	4,8	22	1,6	256	18,2	12.232,4	8.098,7	49,8		
São Gabriel da Palha	700	874	501	57,3	21	2,4	29	3,3	323	37,0	8.214,6	6.176,9	30,9		
Barra de São Francisco	1.282	1.750	568	32,5	17	1,0	77	4,4	1.088	62,2	9.205,8	7.563,4	45,1		
Nova Verêcia	1.348	1.747	1.614	92,4	5	0,3	128	7,3	0	0,0	9.571,8	8.196,8	38,6		
Colatina	2.158	2.875	0	0,0	1.895	65,9	197	6,9	783	27,2	17.426,9	13.759,6	26,0		
MS Litoral Norte	18.722	18.520	11.136	60,1	2.590	14,0	2.332	12,6	2.462	13,3	12.806,1	14.496,6	37,2		
Mucurici	236	344	238	69,2	23	6,7	63	18,3	20	5,8	15.216,3	10.686,1	55,4		
Ponto Belo	323	377	62	16,4	80	21,2	179	47,5	56	14,9	7.680,2	7.053,5	58,2		
Ibiraçu	415	407	348	85,5	0	0,0	52	12,8	7	1,7	10.822,5	9.707,8	38,4		
Fundão	976	668	206	30,8	28	4,2	434	65,0	0	0,0	6.688,4	10.747,0	45,2		
Montanha	576	597	120	20,1	163	27,3	165	27,6	149	25,0	11.379,4	11.373,6	35,7		
João Neiva	437	471	316	67,1	85	18,0	62	13,2	8	1,7	17.932,6	18.009,6	28,6		
Rio Bananal	577	540	367	68,0	5	0,9	28	5,2	140	25,9	13.701,3	16.022,1	32,0		
Sooretama	657	336	266	79,2	42	12,5	28	8,3	0	0,0	8.035,5	18.445,0	16,1		
Pinhoeiros	646	866	12	1,4	756	87,3	98	11,3	0	0,0	9.890,9	8.210,4	40,6		
Jaguaré	450	797	361	45,3	352	44,2	83	10,4	1	0,1	16.081,4	11.542,9	37,8		
Pedro Canário	434	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10.980,9	-	-		
Conceição da Barra	1.361	924	655	70,9	0	0,0	97	10,5	172	18,6	9.847,0	15.943,8	31,7		
Aracruz	3.787	3.908	2.743	70,2	799	20,4	366	9,4	0	0,0	13.484,9	16.055,1	54,1		
São Mateus	2.719	3.576	2.197	61,4	257	7,2	328	9,2	794	22,2	11.255,5	9.750,0	35,4		
Linhares	5.128	4.709	3.245	68,9	0	0,0	349	7,4	1.115	23,7	8.831,8	12.404,7	38,8		
MS Central	10.565	11.106	4.970	44,8	2.058	18,5	2.048	18,4	2.030	18,3	10.960,9	13.057,2	34,9		
São Roque do Canaã	284	310	181	58,4	3	1,0	37	11,9	89	28,7	11.464,7	10.262,0	28,3		
Laranjal da Terra	403	477	167	35,0	82	17,2	123	25,8	105	22,0	9.562,3	8.705,1	42,9		
Conceição do Castelo	392	488	337	69,1	0	0,0	11	2,3	140	28,7	10.652,6	10.297,2	43,8		
Itarana	205	346	36	10,4	111	32,1	43	12,4	156	45,1	19.067,2	12.295,0	28,7		
Rio Novo do Sul	340	415	288	69,4	95	22,9	32	7,7	0	0,0	11.534,8	9.868,3	34,4		
Iconha	437	590	287	48,6	202	34,2	101	17,1	0	0,0	10.462,0	8.116,8	48,0		

Regiões e municípios	Número de servidores total		Servidores por vínculo 2005								Gasto anual médio por servidor		Servidores por 1.000 habitantes	
	2004	2005	Estatutários		CLT		Comissionados		Sem vínculo permanente		2004	2005	2004	2005
			%	%	%	%	%	%						
Brejópolis	247	175	86	49,1	12	6,9	75	42,9	2	1,1	11.228,1	21.905,7	13,7	
Santa Leopoldina	537	376	279	74,2	0	0,0	97	25,8	0	0,0	10.156,3	5.791,8	28,3	
Marechal Floriano	604	769	124	16,1	0	0,0	583	75,8	62	8,1	9.424,9	8.461,5	55,5	
Alfredo Chaves	252	518	165	31,9	22	4,2	71	13,7	260	50,2	15.997,4	7.182,5	36,4	
Itaguaju	589	564	278	49,3	262	46,5	20	3,5	4	0,7	7.985,5	7.811,4	37,1	
Plúmia	461	768	435	56,6	0	0,0	108	14,1	225	29,3	12.029,6	6.973,7	41,6	
Venda Nova do Imigrante	448	549	0	0,0	118	21,5	17	3,1	414	75,4	10.883,6	9.672,8	29,3	
Santa Teresa	582	750	379	50,5	18	2,4	53	7,1	300	40,0	14.687,6	11.440,2	35,5	
Anchieta	1.676	1.230	522	42,4	567	46,1	141	11,5	0	0,0	9.448,3	13.453,0	56,3	
Santa Maria de Jetibá	895	381	257	67,5	104	27,3	4	1,0	16	4,2	11.433,9	30.122,8	11,8	
Afonso Cláudio	1.129	1.087	763	70,2	0	0,0	67	6,2	257	23,6	7.917,6	9.249,7	32,4	
Domingos Martins	1.084	1.313	386	29,4	462	35,2	465	35,4	0	0,0	11.246,1	9.395,2	39,3	
Região Metropolitana	33.257	34.680	16.457	47,5	3.885	11,2	2.896	8,4	11.442	33,0	16.892,0	18.687,7	21,5	
Viana	1.858	2.078	939	45,2	1	0,0	102	4,9	1.036	49,9	10.830,2	10.079,3	34,9	
Guarapari	3.021	2.884	1.142	39,6	577	20,0	585	20,3	580	20,1	10.495,0	10.700,2	27,4	
Vitória	11.422	9.764	5.182	53,1	373	3,8	699	7,2	3.510	35,9	20.496,5	25.438,8	31,2	
Cariacica	5.212	6.380	1.039	16,3	378	5,9	354	5,5	4.609	72,2	9.971,8	9.025,4	17,9	
Serra	8.418	8.000	5.311	66,4	610	7,6	595	7,4	1.484	18,6	13.104,6	14.342,1	20,9	
Vila Velha	3.326	5.574	2.844	51,0	1.946	34,9	561	10,1	223	4,0	23.471,7	16.015,6	14,1	
MIS SUL	16.457	17.875	8.834	49,4	2.090	11,7	1.938	10,8	5.013	28,0	11.942,2	13.206,5	30,9	
Divino de São Lourenço	241	230	153	66,5	0	0,0	23	10,0	54	23,5	10.193,5	10.465,9	43,6	
Dores do Rio Preto	236	248	177	71,4	0	0,0	21	8,5	50	20,2	10.970,3	11.523,3	36,7	
Apiacá	337	522	2	0,4	520	99,6	0	0,0	0	0,0	11.444,7	6.304,8	65,2	
Atílio Vivácqua	531	519	307	59,2	13	2,5	9	1,7	190	36,6	8.209,5	10.023,5	55,4	
Presidente Kennedy	672	611	315	51,6	4	0,7	114	18,7	178	29,1	6.415,6	9.224,0	63,4	
Bom Jesus do Norte	319	377	183	48,5	50	13,3	60	15,9	84	22,3	10.020,4	9.917,0	37,6	
Ibitirama	375	442	108	24,4	0	0,0	100	22,6	234	52,9	7.737,4	8.161,6	43,4	
São José do Calçado	445	329	229	69,6	52	15,8	48	14,6	0	0,0	10.740,2	15.089,7	30,9	
Irupi	313	571	264	46,2	273	47,8	27	4,7	7	1,2	11.455,7	7.502,2	52,5	
Jerônimo Monteiro	386	463	337	72,8	10	2,2	106	22,9	10	2,2	11.938,0	10.827,1	42,1	
Muqui	383	302	0	0,0	195	64,6	29	9,6	78	25,8	9.861,1	12.935,6	22,0	
Muniz Freire	425	405	345	85,2	16	4,0	44	10,9	0	0,0	14.887,5	16.942,6	20,9	
Vargem Alta	837	744	412	55,4	10	1,3	70	9,4	252	33,9	8.107,7	10.829,5	37,1	
Ibatiba	819	931	172	18,5	0	0,0	107	11,5	652	70,0	6.872,3	7.226,8	43,3	
Mimoso do Sul	856	423	104	24,6	8	1,9	45	10,6	266	62,9	9.109,7	22.152,8	15,4	
Guaçu	718	815	485	59,5	242	29,7	77	9,4	11	1,3	12.268,6	11.649,0	29,4	
Luna	739	888	627	70,6	30	3,4	57	6,4	174	19,6	10.366,4	9.871,9	31,6	
Alegre	1.450	1.359	987	72,6	276	20,3	81	6,0	15	1,1	7.980,2	9.999,8	41,8	
Itapemirim	493	1.079	438	40,6	19	1,8	182	16,9	440	40,8	24.173,5	11.592,6	33,7	
Castelo	925	958	460	48,0	15	1,6	87	9,1	396	41,3	11.225,4	11.788,4	27,6	
Maratáizes	933	1.132	586	51,8	0	0,0	140	12,4	406	35,9	8.551,4	7.271,4	31,8	
Cachoeira de Itapemirim	4.024	4.527	2.143	47,3	357	7,9	511	11,3	1.516	33,5	12.733,4	12.530,0	23,3	
TOTAL	90.514	96.186	48.131	50,0	13.543	14,1	10.151	10,6	24.361	25,3	13.893,2	15.268,3	28,2	

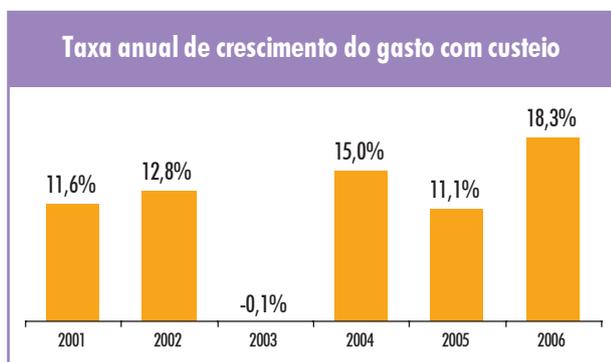
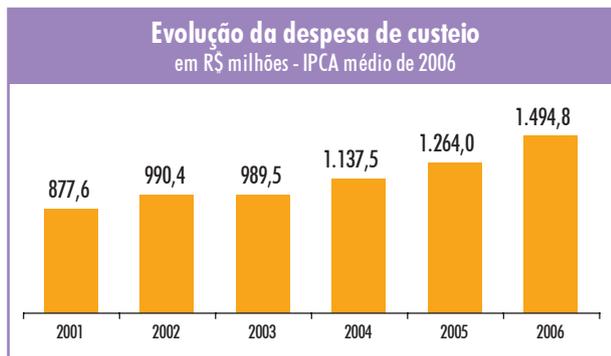
Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado (TCEES), ainda não apreciados em plenário, IBGE, "Perfil dos Municípios Brasileiros - Gestão Pública 2005" e estimativa populacional para 2005 do IBGE.

Custeio

Os custeios são o segundo maior gasto dos municípios, representando 37,4% de toda a despesa, em 2006. São menores apenas que os gastos com pessoal, que participaram com 43,4% do total.

As despesas de custeio aqui apresentadas abrangem toda a despesa corrente exceto as de pessoal, transferências a pessoas e pagamentos de juros. Incluem, portanto, os gastos com serviços de terceiros, as despesas com material de consumo e diversas transferências correntes. Os serviços de terceiros são o principal item da despesa de custeio do conjunto dos municípios capixabas, representando 68,7% dela, em 2006, enquanto que o gasto com material de consumo, segundo maior item, participou com 17,6%, no mesmo ano.

O gasto com custeio manteve sua trajetória ascendente e alcançou seu maior nível, passando de R\$ 1,3 bilhão, em 2005, para R\$ 1,5 bilhão, em 2006, o que representou um aumento de 18,3%, nesse período.



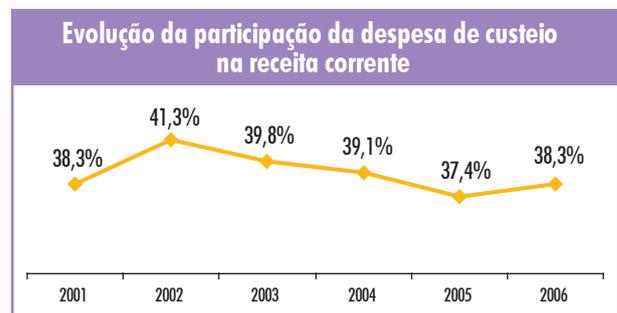
O avanço, em 2006, foi resultado de um aumento nesse gasto em todas as faixas populacionais. Esse movimento foi liderado pelo Município de Vitória, cuja expansão de 27,5% significou gastos adicionais de R\$ 59,4 milhões.

Os demais municípios com população acima de 50 mil habitantes tiveram um aumento médio de 19,6%. Nesse

grupo, os maiores aumentos, tanto em valores quanto em percentuais, foram os de Aracruz, cujo custeio cresceu em R\$ 27,2 milhões ou 61,4%; seguido por Vila Velha, com R\$ 26,9 milhões adicionais ou 25,8% de aumento; Serra, com R\$ 23,1 milhões ou 21,5%; Linhares, com R\$ 9,3 milhões ou 14,5%; e Guarapari, com R\$ 7,3 milhões ou 26,2%. Em Cachoeiro de Itapemirim o gasto com custeio permaneceu estável, sendo o único município desse grupo a não aumentá-los.

Já os pequenos municípios apresentaram um incremento médio de 12,7%. Os aumentos mais expressivos ocorreram em Barra de São Francisco e Fundão que elevaram seus gastos em 48,9% e 45,6%, respectivamente. Anchieta, Marilândia, Ecoporanga e Itarana apresentaram aumentos acima de 30%. Somente dez municípios apresentaram queda. As mais significativas ocorreram em Pedro Canário (-25,1%), Conceição da Barra (-12,1%), Águia Branca (-9,8%) e Jaguaré (-9,6%).

O salto na despesa de custeio determinou um aumento da participação desse gasto na receita corrente, que passou de 37,4%, em 2005, para 38,3%, em 2006. Embora os gastos com custeios tenham crescido num ritmo acelerado desde 2004, a participação na receita corrente está abaixo do pico verificado no ano de 2002, quando os desembolsos com custeios consumiram 41,3% daquela receita. Em 2006, nove municípios utilizaram mais da metade de suas receitas correntes para financiarem seus gastos com custeio: Presidente Kennedy, Jaguaré, Muqui, São Roque do Canaã, Baixo Guandu, Brejetuba, Laranja da Terra, São José do Calçado e Mimoso do Sul. No outro extremo, Conceição da Barra, São Gabriel da Palha e Viana comprometeram menos de 30%.



O gasto médio com custeio per capita foi de R\$ 432,4. Os maiores gastos foram verificados nos municípios de Presidente Kennedy (R\$ 1.339), Anchieta (R\$ 1.213), Jaguaré (R\$ 1.154), Aracruz (R\$ 971) e Vitória (R\$ 868), enquanto os menores foram observados em Cariacica (R\$ 148), Marataizes (R\$ 220), Cachoeiro de Itapemirim (R\$ 230), São Gabriel da Palha (R\$ 265) e Viana (R\$ 267).

Senhor Empresário,

Você está procurando um lugar seguro para instalar sua empresa ou ampliar seus negócios?

Então venha para o Pólo Empresarial de São Mateus.

Numa área de 560 mil metros quadrados, doada pela Aracruz Celulose/Suzano, às margens da BR 101, o Pólo Empresarial de São Mateus será construído e administrado pela Suppin (Superintendência de Projetos de Polarização Industrial) em parceria com a prefeitura local.

A conquista do Pólo Empresarial de São Mateus configura-se como mais um desafio vencido pela Administração Municipal que não poupou esforços para atrair cursos na educação superior e tecnológica, garantindo mão de obra qualificada para os empreendimentos que vierem para o município. Além disso, São Mateus proporciona aos investidores um ambiente favorável como:

- Lotes urbanizados, com infra-estrutura adequada e financiados;
- Incentivos Fiscais da ADENE (Agência de Desenvolvimento do Nordeste);
- Linhas de Crédito facilitadas pelo BANDES e o BANCO DO NORDESTE;
- Proximidade com os grandes centros consumidores;
- Boa logística de transporte rodoviário.

Área de 560 mil metros quadrados,
doada pelo consórcio Aracruz/Suzano.

Procure a Secretaria de Desenvolvimento Econômico de São Mateus pelo telefone: (27) 3763-1122 e faça um bom negócio.
E-mail: desenvolvimento@saomateus.es.gov.br



www.saomateus.es.gov.br

Despesa de custeio^a - 2001-2006

Regiões e municípios	2001	2002	2003	2004	2005	2006	Variação 2006/2005	Participação 2006		Desp. custeio ^a per capita 2006
	Em mil reais médios de 2006 - IPCA						Em %		Em reais	
							no total da desp. de custeio ^a	na rec. corr.		
MS Noroeste	94.853,0	124.610,3	118.519,9	124.925,3	148.393,6	172.541,4	16,3	11,5	40,9	428,5
Alto Rio Novo	2.380,3	2.591,7	2.410,3	2.410,3	2.519,9	3.172,4	3.225,9	1,7	0,2	36,6
São Domingos do Norte	1.828,3	2.859,4	2.522,1	2.863,2	3.700,5	4.568,6	23,5	0,3	44,9	
Vila Pavão	1.667,2	3.021,3	3.380,4	2.991,8	3.957,2	5.063,9	28,0	0,3	44,1	
Águia Branca	2.681,2	2.883,5	2.943,4	3.861,7	4.162,0	3.754,9	-9,8	0,3	33,5	
Governador Lindenber	1.439,0	3.908,5	4.163,6	5.566,0	5.653,3	5.593,3	-1,1	0,4	40,4	
Marilândia	2.612,0	3.388,0	3.716,1	4.162,6	4.070,4	5.503,8	35,2	0,4	44,8	
Mantenópolis	4.481,9	4.718,3	4.929,3	4.406,2	5.332,0	5.478,7	2,8	0,4	37,8	
Água Doce do Norte	4.447,1	3.975,5	3.571,6	3.854,4	3.666,4	4.632,9	26,4	0,3	35,4	
Boa Esperança	4.146,2	4.603,8	5.266,2	5.378,8	6.221,5	6.624,3	6,5	0,4	41,2	
Vila Valério	4.616,1	4.937,9	4.480,7	4.440,5	4.866,4	5.573,1	14,5	0,4	35,1	
Pancas	5.447,2	8.150,5	6.396,2	5.476,9	7.971,0	8.595,4	7,8	0,6	38,9	
Ecoporanga	5.674,4	8.696,9	8.617,6	8.514,4	8.770,6	11.711,7	33,5	0,8	46,1	
Baixo Guandu	12.138,6	14.951,0	12.725,9	10.792,2	13.805,3	17.878,8	29,5	1,2	52,9	
São Gabriel da Palha	5.655,2	5.216,9	3.346,1	5.709,7	6.038,6	7.571,9	25,4	0,5	28,3	
Barra de São Francisco	7.073,9	8.355,6	6.566,7	8.142,0	7.973,9	11.875,3	48,9	0,8	34,8	
Nova Venécia	13.229,1	14.368,3	14.202,2	11.882,8	14.356,1	17.463,6	21,6	1,2	39,6	
Colatina	15.335,2	27.983,0	29.281,6	34.362,2	44.676,1	47.425,2	6,2	3,2	43,6	
MS Litoral Norte	176.046,0	191.050,1	195.547,4	250.087,5	261.120,8	304.864,1	16,8	20,4	41,7	604,4
Mucuri	2.284,7	3.408,2	3.160,1	3.777,5	3.150,8	3.554,1	12,8	0,2	34,5	
Ponto Belo	2.301,0	2.575,3	2.403,0	3.090,2	3.695,1	4.491,5	21,6	0,3	45,9	
Ibiraçu	3.252,0	4.402,7	4.030,1	4.688,0	6.206,1	7.187,4	15,8	0,5	49,8	
Fundão	4.352,1	4.638,4	5.050,9	5.192,3	6.327,0	9.211,5	45,6	0,6	43,4	
Montanha	4.022,8	4.286,6	4.969,8	6.774,0	6.369,8	7.417,7	16,5	0,5	40,1	
João Neiva	5.607,5	6.202,8	6.665,1	6.720,5	7.246,1	9.089,6	25,4	0,6	42,5	
Rio Bananal	5.355,8	5.995,7	5.756,4	4.885,4	5.971,9	6.639,6	11,2	0,4	31,9	
Sooretama	6.847,6	7.832,5	7.978,9	7.458,9	7.624,9	9.691,2	27,1	0,6	45,7	
Pinheiros	7.137,3	5.223,8	6.344,0	7.170,5	8.361,7	8.442,8	1,0	0,6	35,6	
Jaguaré	9.210,7	12.321,5	16.158,3	23.050,1	27.290,2	24.663,1	-9,6	1,6	55,4	
Pedro Canário	4.916,9	5.949,7	5.421,3	7.984,0	11.026,2	8.260,9	-25,1	0,6	41,8	
Conceição da Barra	9.377,1	7.531,0	9.601,5	8.697,0	10.974,1	9.647,7	-12,1	0,6	29,1	
Aracruz	53.637,5	51.635,3	39.880,2	64.628,1	44.298,3	71.511,0	61,4	4,8	37,5	
São Mateus	26.015,6	35.702,5	37.357,3	45.638,0	48.550,9	51.733,5	6,6	3,5	46,8	
Linhares	31.551,2	33.344,0	40.770,5	50.333,1	64.027,6	73.322,4	14,5	4,9	42,8	
MS Central	107.587,4	114.924,9	113.475,4	128.303,0	142.566,5	164.903,4	15,7	11,0	41,1	510,8
São Roque do Canaã	3.264,5	4.068,1	3.532,5	4.139,8	4.701,8	5.783,5	23,0	0,4	53,2	
Laranja da Terra	3.445,6	4.094,5	3.764,6	4.111,8	5.389,3	6.299,7	16,9	0,4	51,0	
Conceição do Castelo	2.807,7	3.670,6	4.028,8	4.255,1	4.471,9	5.322,4	19,0	0,4	31,5	
Itarana	4.129,9	4.243,5	4.643,5	3.970,9	4.466,1	5.900,0	32,1	0,4	48,6	
Rio Novo do Sul	2.388,6	3.386,5	3.713,0	4.329,4	4.292,9	4.892,6	14,0	0,3	39,5	
Iconha	3.972,1	4.515,3	5.315,8	5.685,8	7.160,0	7.018,5	-2,0	0,5	41,5	
Brejjetuba	5.883,2	6.070,1	5.477,4	4.819,4	5.908,0	6.960,0	17,8	0,5	51,2	
Santa Leopoldina	4.569,7	3.813,7	4.263,0	4.480,7	5.271,5	6.308,3	19,7	0,4	41,9	
Marechal Floriano	4.800,1	4.866,0	6.046,2	6.826,3	6.950,2	7.829,0	12,6	0,5	39,3	
Alfredo Chaves	4.619,5	4.704,1	4.232,3	4.442,1	5.420,6	6.881,9	27,0	0,5	42,8	
Itaguaçu	4.125,6	6.446,8	5.084,2	4.967,4	6.009,0	7.716,4	28,4	0,5	43,8	
Plúmia	3.493,7	4.946,4	5.334,0	5.751,6	7.513,8	8.842,0	17,7	0,6	44,8	
Venda Nova do Imigrante	6.537,1	6.696,2	7.243,0	7.545,6	9.507,6	10.564,6	11,1	0,7	44,1	
Santa Teresa	9.843,3	9.254,7	8.671,6	8.648,8	9.768,1	10.448,2	7,0	0,7	37,6	
Anchieta	16.445,0	16.166,4	14.758,7	25.002,5	19.567,1	27.062,3	38,3	1,8	38,5	
Santa Maria de Jetibá	7.798,4	7.888,7	9.478,5	9.213,6	11.888,9	12.283,1	3,3	0,8	37,9	
Afonso Cláudio	7.868,1	8.604,6	8.289,2	8.696,4	11.266,0	11.420,9	1,4	0,8	40,6	
Domingos Martins	11.595,2	11.489,0	9.598,9	11.415,8	13.013,5	13.369,8	2,7	0,9	38,5	
Região Metropolitana	371.017,7	411.279,1	417.872,6	470.273,5	517.904,7	642.900,4	24,1	43,0	35,2	390,5
Viana	10.746,6	10.578,4	10.420,0	10.871,7	14.229,4	16.161,3	13,6	1,1	26,9	
Guarapari	25.607,2	20.101,1	22.831,2	24.519,2	28.012,7	35.353,9	26,2	2,4	37,7	
Vitória	175.665,4	182.645,2	187.638,4	205.419,7	215.806,8	275.171,3	27,5	18,4	36,4	
Cariacica	26.466,0	33.149,3	31.623,2	43.506,8	47.330,2	53.576,6	13,2	3,6	30,1	
Serra	61.749,7	74.641,2	76.792,0	96.516,8	107.813,7	130.955,7	21,5	8,8	30,6	
Vila Velha	70.782,7	90.163,9	88.567,9	89.439,4	104.711,9	131.681,8	25,8	8,8	42,5	
MS Sul	128.143,1	148.497,3	144.041,5	163.947,4	194.026,4	209.544,2	8,0	14,0	40,1	356,5
Divino de São Lourenço	1.412,6	2.048,8	1.682,5	2.523,7	3.219,1	3.309,4	2,8	0,2	44,5	
Dores do Rio Preto	1.774,4	2.109,8	2.180,7	2.424,9	3.223,2	3.734,0	15,8	0,2	39,6	
Apiaçá	2.702,6	2.981,3	2.671,7	3.424,6	3.747,6	3.826,6	2,1	0,3	42,7	
Átilio Vivacqua	3.095,1	3.896,7	4.220,4	4.685,4	5.415,9	5.222,5	-3,6	0,3	42,5	
Presidente Kennedy	4.502,8	4.731,6	6.987,9	8.419,3	12.594,9	12.918,2	2,6	0,9	55,6	
Bom Jesus do Norte	3.366,7	2.756,4	3.127,6	3.189,3	3.389,9	3.200,5	-5,6	0,2	33,7	
Ibitirama	1.286,2	3.240,3	3.765,0	2.919,2	3.615,5	3.795,6	5,0	0,3	38,1	
São José do Calçado	3.909,0	5.117,6	3.997,0	4.686,7	5.258,6	6.830,6	29,9	0,5	50,7	
Irupi	3.752,4	4.325,9	3.862,1	4.371,2	5.042,3	4.989,2	-1,1	0,3	48,0	
Jerônimo Monteiro	2.106,4	4.697,7	3.418,8	3.167,1	4.122,8	4.246,3	3,0	0,3	42,0	
Muqui	3.369,1	5.120,1	5.169,9	5.929,5	5.994,7	6.300,1	5,1	0,4	54,7	
Muniz Freire	5.247,5	5.941,5	6.038,4	6.397,0	7.017,1	9.067,5	29,2	0,6	48,2	
Vargem Alta	6.481,6	6.274,0	6.891,4	7.161,4	8.745,0	9.043,2	3,4	0,6	39,6	
Ibatiba	6.831,7	8.145,7	7.177,4	7.232,6	8.105,4	7.957,4	-1,8	0,5	37,1	
Mimoso do Sul	8.307,7	9.910,1	8.735,8	8.283,0	10.506,2	11.179,2	6,4	0,7	50,3	
Guaçuí	4.845,8	5.921,9	6.531,2	8.627,3	8.771,7	10.348,4	18,0	0,7	42,9	
Íluna	5.805,4	8.083,4	6.927,0	7.101,1	7.870,7	9.140,5	16,1	0,6	40,3	
Alegre	8.404,7	9.542,4	9.947,9	12.806,1	10.511,8	10.904,9	3,7	0,7	36,2	
Itapemirim	7.736,2	7.604,4	7.858,4	12.644,6	13.262,6	16.996,6	28,2	1,1	42,1	
Castelo	11.235,5	11.100,8	8.670,5	10.571,4	11.593,2	12.969,6	11,9	0,9	42,1	
Marataízes	5.050,1	7.466,7	5.957,5	7.511,7	6.270,9	8.008,7	27,7	0,5	35,8	
Cachoeiro de Itapemirim	26.919,4	27.480,3	28.222,5	29.870,2	45.747,3	45.555,2	-0,4	3,0	32,3	
TOTAL	877.647,2	990.361,7	989.456,8	1.137.536,8	1.264.011,9	1.494.753,6	18,3	100,0	38,3	431,5

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado (TCEES), ainda não apreciados em plenário. Nota: ^a exceto os gastos com pessoal, encargos, inativos, pensionistas e salário-família.

Despesa com custeio

Posição	Municípios	Despesa com custeio ^a em reais
1º	Vitória	275.171.261
2º	Vila Velha	131.681.777
3º	Serra	130.955.653
4º	Linhares	73.322.410
5º	Aracruz	71.510.994
6º	Cariacica	53.576.590
7º	São Mateus	51.733.516
8º	Colatina	47.425.158
9º	Cachoeiro de Itapemirim	45.555.169
10º	Guarapari	35.353.874
11º	Anchieta	27.062.284
12º	Jaguaré	24.663.062
13º	Baixo Guandu	17.878.822
14º	Nova Venécia	17.463.622
15º	Itapemirim	16.996.619
16º	Viana	16.161.275
17º	Domingos Martins	13.369.786
18º	Castelo	12.969.580
19º	Presidente Kennedy	12.918.200
20º	Santa Maria de Jetibá	12.283.143
21º	Barra de São Francisco	11.875.289
22º	Ecoporanga	11.711.728
23º	Afonso Cláudio	11.420.941
24º	Mimoso do Sul	11.179.233
25º	Alegre	10.904.916
26º	Venda Nova do Imigrante	10.564.575
27º	Santa Teresa	10.448.217
28º	Guaçuí	10.348.359
29º	Sooretama	9.691.212
30º	Conceição da Barra	9.647.725
31º	Fundão	9.211.532
32º	Íluna	9.140.536
33º	João Neiva	9.089.638
34º	Muniz Freire	9.067.493
35º	Vargem Alta	9.043.206
36º	Piúma	8.841.985
37º	Pancas	8.595.418
38º	Pinheiros	8.442.789
39º	Pedro Canário	8.260.942
40º	Marataizes	8.008.650
41º	Ibatiba	7.957.450
42º	Marechal Floriano	7.829.026
43º	Itaguaçu	7.716.396
44º	São Gabriel da Palha	7.571.890
45º	Montanha	7.417.742
46º	Ibiraçu	7.187.378
47º	Iconha	7.018.549
48º	Brejetuba	6.960.037
49º	Alfredo Chaves	6.881.928
50º	São José do Calçado	6.830.622
51º	Rio Bananal	6.639.582
52º	Boa Esperança	6.624.280
53º	Santa Leopoldina	6.308.269
54º	Muqui	6.300.118
55º	Laranja da Terra	6.299.744
56º	Itarana	5.900.032
57º	São Roque do Canaã	5.783.480
58º	Governador Lindenberg	5.593.337
59º	Vila Valério	5.573.114
60º	Mariilândia	5.503.843
61º	Mantenópolis	5.478.679
62º	Conceição do Castelo	5.322.360
63º	Atílio Vivácqua	5.222.514
64º	Vila Pavão	5.063.940
65º	Irupi	4.989.215
66º	Rio Novo do Sul	4.892.643
67º	Água Doce do Norte	4.632.931
68º	São Domingos do Norte	4.568.629
69º	Ponto Belo	4.491.534
70º	Jerônimo Monteiro	4.246.278
71º	Apiacá	3.826.574
72º	Ibitirama	3.795.630
73º	Água Branca	3.754.876
74º	Dores do Rio Preto	3.733.970
75º	Mucurici	3.554.082
76º	Divino de São Lourenço	3.309.402
77º	Alto Rio Novo	3.225.892
78º	Bom Jesus do Norte	3.200.451
TOTAL		1.494.753.598

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), não apreciados em plenário. Nota: ^a exceto os gastos com pessoal, encargos, inativos, pensionistas e salário-família.

Despesa com custeio per capita

Posição	Municípios	A / B	Despesa com custeio ^a	População B
			A	
em reais				
1º	Presidente Kennedy	1.339	12.918.200	9.645
2º	Anchieta	1.213	27.062.284	22.311
3º	Jaguaré	1.154	24.663.062	21.379
4º	Aracruz	971	71.510.994	73.657
5º	Vitória	868	275.171.261	317.085
6º	Ponto Belo	690	4.491.534	6.514
7º	Ibiraçu	672	7.187.378	10.688
8º	São José do Calçado	639	6.830.622	10.683
9º	Baixo Guandu	631	17.878.822	28.335
10º	Divino de São Lourenço	618	3.309.402	5.354
11º	Fundão	611	9.211.532	15.082
12º	Vila Pavão	597	5.063.940	8.488
13º	Linhares	596	73.322.410	123.000
14º	Mucurici	567	3.554.082	6.264
15º	Laranja da Terra	565	6.299.744	11.155
16º	Iconha	564	7.018.549	12.448
17º	Governador Lindenberg	556	5.593.337	10.057
18º	Marechal Floriano	553	7.829.026	14.158
19º	Venda Nova do Imigrante	550	10.564.575	19.217
20º	São Domingos do Norte	549	4.568.629	8.325
21º	Atílio Vivácqua	547	5.222.514	9.555
22º	João Neiva	546	9.089.638	16.653
23º	Dores do Rio Preto	544	3.733.970	6.870
24º	Brejetuba	535	6.960.037	13.018
25º	São Roque do Canaã	523	5.783.480	11.048
26º	Mariilândia	519	5.503.843	10.604
27º	Itapemirim	519	16.996.619	32.749
28º	Itaguaçu	504	7.716.396	15.310
29º	São Mateus	502	51.733.516	102.955
30º	Mantenópolis	502	5.478.679	10.919
31º	Ecoporanga	495	11.711.728	23.644
32º	Santa Teresa	493	10.448.217	21.196
33º	Alto Rio Novo	490	3.225.892	6.577
34º	Itarana	484	5.900.032	12.187
35º	Alfredo Chaves	480	6.881.928	14.332
36º	Conceição do Castelo	476	5.322.360	11.189
37º	Apiacá	474	3.826.574	8.073
38º	Santa Leopoldina	469	6.308.269	13.454
39º	Muniz Freire	469	9.067.493	19.344
40º	Boa Esperança	465	6.624.280	14.253
41º	Piúma	463	8.841.985	19.094
42º	Muqui	460	6.300.118	13.708
43º	Irupi	455	4.989.215	10.959
44º	Sooretama	455	9.691.212	21.288
45º	Montanha	446	7.417.742	16.620
46º	Vargem Alta	440	9.043.206	20.550
47º	Pancas	431	8.595.418	19.957
48º	Colatina	424	47.425.158	111.789
49º	Mimoso do Sul	402	11.179.233	27.794
50º	Rio Novo do Sul	401	4.892.643	12.207
51º	Água Branca	398	3.754.876	9.436
52º	Pinheiros	396	8.442.789	21.330
53º	Domingos Martins	395	13.369.786	33.873
54º	Rio Bananal	391	6.639.582	16.986
55º	Vila Valério	387	5.573.114	14.384
56º	Nova Venécia	383	17.463.622	45.607
57º	Jerônimo Monteiro	381	4.246.278	11.143
58º	Santa Maria de Jetibá	374	12.283.143	32.844
59º	Castelo	370	12.969.580	35.054
60º	Pedro Canário	369	8.260.942	22.414
61º	Guaçuí	368	10.348.359	28.100
62º	Ibitirama	366	3.795.630	10.361
63º	Ibatiba	363	7.957.450	21.909
64º	Água Doce do Norte	362	4.632.931	12.788
65º	Afonso Cláudio	338	11.420.941	33.797
66º	Alegre	334	10.904.916	32.669
67º	Serra	332	130.955.653	394.370
68º	Guarapari	327	35.353.874	108.120
69º	Conceição da Barra	326	9.647.725	29.607
70º	Vila Velha	325	131.681.777	405.374
71º	Íluna	321	9.140.536	28.433
72º	Bom Jesus do Norte	315	3.200.451	10.159
73º	Barra de São Francisco	305	11.875.289	38.971
74º	Viana	267	16.161.275	60.537
75º	São Gabriel da Palha	265	7.571.890	28.576
76º	Cachoeiro de Itapemirim	230	45.555.169	198.150
77º	Marataizes	219	8.008.650	36.494
78º	Cariacica	148	53.576.590	361.058
TOTAL		431	1.494.753.598	3.464.285

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), não apreciados em plenário. Estimativa populacional para 2006 da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nota: ^a exceto os gastos com pessoal, encargos, inativos, pensionistas e salário-família.

Investimentos

Desempenho

Em 2006, o montante investido pelos municípios capixabas apresentou a mais intensa expansão dos últimos anos, saltando de R\$ 437,9 milhões, em 2005, para R\$ 673 milhões, em 2006, o que significou um incremento de 53,7%.



Os investimentos municipais foram alavancados pela forte expansão da receita corrente e pelo aumento das transferências voluntárias realizadas pelo governo estadual (veja mais sobre o desempenho da receita na seção “Panorama”, na página 6).

Esse movimento foi comandado por Vitória, cujo gasto saltou de R\$ 51,9 milhões, em 2005, para R\$ 122,9 milhões, em 2006, elevando os investimentos em R\$ 71 milhões. Esse foi o maior investimento já realizado pela capital que reassumiu a liderança do ranking capixaba, acompanhada de perto pelo Município da Serra. Além da capital, mais 45 municípios realizaram investimentos recordes em 2006. Entre os maiores municípios, se enquadram nessa situação Serra, Vila Velha, Aracruz, Colatina e Viana.

Serra bateu seu próprio recorde de investimento pela terceira vez consecutiva e elevou seus gastos de R\$ 81,6 milhões, em 2005, para R\$ 118,9 milhões, em 2006, o que significou uma taxa de crescimento de 45,7%. Em Vila Velha, os investimentos mais que dobraram (104,4%) e atingiram a cifra de R\$ 51,9 milhões; porém, deve-se ressaltar que a expressiva taxa de crescimento se deve à fraca base de comparação representada pelo ano anterior, quando os investimentos no município despencaram em 46,9%. Aracruz, Viana e Colatina elevaram significativamente seus investimentos em R\$ 14,8 milhões, R\$ 12,7 milhões e R\$ 7 milhões, respectivamente.

Nesse mesmo grupo, Cachoeiro de Itapemirim e São Mateus deram continuidade à trajetória declinante iniciada em 2003,

e reduziram seus gastos em 46,2% e 10,7%, respectivamente. Em Linhares (-6,3%) e Guarapari (-3,2%) as reduções foram mais brandas.

Recursos próprios X Transferências

$$\text{Investimentos com recursos próprios} = \text{Investimentos} - \text{Receitas de capital}$$

O conceito de investimentos com recursos próprios, aqui utilizado, é o valor do total dos investimentos, que inclui as inversões financeiras, subtraindo-se o valor das receitas de capital. Deste modo, é possível avaliar quanto os municípios investiram com seus recursos correntes, sem contar com as operações de crédito que tenham realizado, e com transferências recebidas do Estado ou da União destinadas aos investimentos.

A maior parte, ou seja, 71% dos investimentos realizados pelos municípios capixabas, em 2006, foi financiada com recursos próprios. Do restante, 17,5% foram financiados pelas transferências de capital recebidas do Estado, 7,8% pelas transferências da União e 3,7% por operações de crédito, alienações de bens e outras transferências de capital.

Em 2005, a participação dos recursos próprios no conjunto dos investimentos foi ainda maior, de 78,5%. Essa redução, de quase nove pontos percentuais, não significou que os municípios destinaram menos recursos próprios para serem aplicados em investimentos. Ao contrário, em 2006, o aporte de recursos próprios alcançou o nível mais elevado dos últimos anos, quando foram investidos R\$ 477,7 milhões, contra R\$ 343,6 milhões no ano anterior. O que vem ocorrendo é um aumento muito significativo da participação das transferências do governo estadual para financiar parcela dos investimentos municipais. Estas transferências têm aumentado desde 2003, acompanhando a recuperação fiscal do Estado. A participação estadual nos investimentos municipais que era de apenas 1,7%, em 2003, cresceu a “passos largos”: em 2005, já era de 9,4%, chegando a 17,5%, em 2006. Nesse ano, as transferências de capital do Estado alcançaram R\$ 118 milhões, superando o montante aplicado no ano anterior em R\$ 77 milhões. A União, por sua vez, tem mantido praticamente a mesma participação desde 2004, com percentuais sempre na casa dos 7%, o que representou R\$ 52,2 milhões, em 2006.

Origem dos recursos destinados aos investimentos municipais - 2002-2006

	2002	2003	2004	2005	2006
<i>Em milhões de reais médios de 2006 - IPCA</i>					
Invest. com recursos próprios	320,4	284,6	343,3	343,6	477,7
Invest. com receita de capital	111,1	41,4	74,2	94,2	195,2
Transf. da União	62,8	18,9	31,9	31,6	52,2
Transf. do Estado	6,5	5,7	22,8	41,0	118,0
Outras receitas de capital*	41,8	16,9	19,5	21,6	25,1
Investimento total	431,5	326,0	417,5	437,9	673,0

* Inclui operações de crédito, alienações de bens, outras transferências de capital e outras receitas de capital.

Composição dos recursos destinados aos investimentos municipais - 2002-2006

	2002	2003	2004	2005	2006
<i>Em %</i>					
Invest. com recursos próprios	74,3%	87,3%	82,2%	78,5%	71,0%
Invest. com receita de capital	25,7%	12,7%	17,8%	21,5%	29,0%
Transf. da União	14,6%	5,8%	7,6%	7,2%	7,8%
Transf. do Estado	1,5%	1,7%	5,5%	9,4%	17,5%
Outras receitas de capital*	9,7%	5,2%	4,7%	4,9%	3,7%
Investimento total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

* Inclui operações de crédito, alienações de bens, outras transferências de capital e outras receitas de capital.

É possível notar uma maior dependência dos municípios de menor porte de recursos externos para financiar seus investimentos. Em 2006, mais da metade (54,6%) dos investimentos realizados pelos municípios com população até 50 mil habitantes foram provenientes de transferências recebidas dos demais níveis de governo, principalmente do governo estadual, e de operações de crédito. Para os municípios com população acima de 50 mil habitantes, exceto Vitória, esse percentual cai, em média, para 19% e para a capital ele foi de apenas 6,5%.

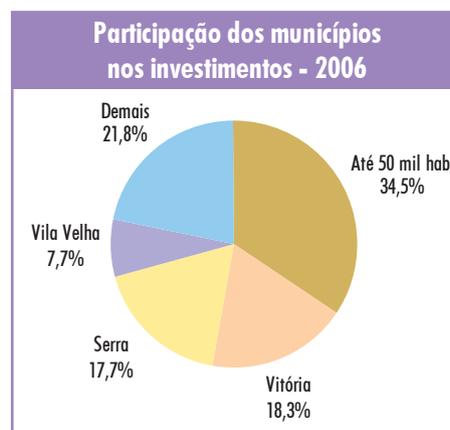
Composição dos investimentos municipais por porte populacional - 2006

	Investimento total	Invest. com recursos próprios	Invest. com receita de capital		
	<i>Em R\$ milhões</i>	<i>Em R\$ milhões</i>	<i>Em %</i>	<i>Em R\$ milhões</i>	<i>Em %</i>
Até 50 mil habitantes	232,4	105,6	45,4%	126,8	54,6%
Acima de 50 mil habitantes	317,7	257,3	81,0%	60,4	19,0%
Vitória	122,9	114,9	93,5%	8,0	6,5%
Total	673,0	477,7	71,0%	195,2	29,0%

Peso no orçamento e investimento per capita

Os gastos com investimentos dos municípios capixabas estão concentrados em poucos municípios. Vitória e Serra, somados, responderam por 36% do total dos investimentos realizados em 2006. Quando a eles se junta Vila Velha, esse percentual sobe para 43,6%. Por sua vez, o conjunto dos municípios com população até 50 mil habitantes foi responsável por pouco mais de um terço (34,5%) dos investimentos.

A despesa com investimento per capita média, em 2006, foi de R\$ 194,3. Destacaram-se os municípios de Aracruz (R\$ 524), Conceição do Castelo (R\$ 500), São Domingos do Norte (R\$ 485), Anchieta (R\$ 445), Mucurici (R\$ 443), Governador Lindenberg (R\$ 426) e Ponto Belo (R\$ 406). Já os menores investimentos por habitante foram verificados em Cachoeiro de Itapemirim (R\$ 34), Pedro Canário (R\$ 54), São Mateus (R\$ 62), Cariacica (R\$ 67,5), Mantenópolis (R\$ 74), Guarapari (R\$ 74), Afonso Cláudio (R\$ 80) e Conceição da Barra (R\$ 85,5).



Despesa com investimentos^a - 2001-2006

Regiões e municípios	2001	2002	2003	2004	2005	2006	Variação 2006/2005	Participação 2006		Desp. invest. ^a per capita 2006 Em reais
	Em mil reais médios de 2006 - IPCA							no total da desp. com invest. ^a	na rec. total ^b	
							Em %			
MS Noroeste	18.924,3	43.390,7	23.028,3	32.101,2	48.965,1	71.098,6	45,2	10,6	15,3	176,6
Alto Rio Novo	332,4	1.047,6	595,0	1.456,2	1.122,8	1.439,2	28,2	0,2	14,7	218,8
São Domingos do Norte	358,3	1.730,1	867,9	959,8	1.855,7	4.040,2	117,7	0,6	35,5	485,3
Vila Pavão	142,2	1.252,0	761,8	554,4	909,9	2.693,9	196,1	0,4	12,8	317,4
Águia Branca	1.479,8	2.007,9	797,7	1.847,9	1.694,1	2.302,0	35,9	0,3	16,8	244,0
Governador Lindenber	1.458,2	2.648,7	584,2	1.989,1	2.687,6	4.288,0	59,5	0,6	30,3	426,4
Marilândia	717,5	2.122,6	514,9	1.831,4	2.154,5	3.389,3	57,3	0,5	22,8	319,6
Mantenópolis	309,4	314,9	1.195,1	631,0	1.054,3	809,4	-23,2	0,1	5,4	74,1
Água Doce do Norte	702,2	1.158,2	436,8	659,7	1.521,4	2.420,1	59,1	0,4	16,5	189,2
Boa Esperança	279,8	811,2	442,0	1.828,8	905,5	1.809,6	99,9	0,3	11,0	127,0
Vila Valério	4.462,7	4.417,0	2.606,4	3.745,9	4.830,5	5.354,5	10,8	0,8	31,6	372,3
Pancas	499,5	2.984,6	345,4	1.461,7	2.043,6	4.549,8	122,6	0,7	19,0	228,0
Ecoporanga	1.433,7	2.448,1	1.814,2	2.263,2	2.050,0	2.536,2	23,7	0,4	9,7	107,3
Baixo Guandu	948,2	1.027,1	266,0	361,8	6.721,9	3.877,9	-42,3	0,6	10,6	136,9
São Gabriel da Palha	701,8	3.352,6	817,8	598,1	4.126,2	7.202,8	74,6	1,1	25,7	252,1
Barra de São Francisco	2.814,3	1.801,7	2.100,0	1.799,0	3.210,8	4.131,0	28,7	0,6	11,6	106,0
Nova Venécia	1.548,8	3.944,1	3.777,2	2.436,6	3.800,4	4.980,7	31,1	0,7	10,6	109,2
Colatina	735,2	10.322,3	5.106,0	7.676,7	8.276,0	15.274,1	84,6	2,3	13,0	136,6
MS Litoral Norte	49.121,0	66.490,1	58.332,1	68.730,0	93.391,4	116.995,0	25,3	17,4	15,1	231,9
Mucuri	170,0	1.689,3	945,5	872,6	2.049,2	2.777,7	35,5	0,4	22,2	443,4
Ponto Belo	963,8	3.211,6	1.563,4	1.164,0	3.862,6	2.642,1	-31,6	0,4	23,0	405,6
Ibiraçu	1.547,7	5.721,0	891,5	1.888,6	1.257,1	1.761,2	40,1	0,3	10,6	164,8
Fundão	949,8	989,2	1.036,8	466,7	951,7	2.480,2	160,6	0,4	11,1	164,4
Montanha	2.223,8	3.963,8	2.679,9	2.799,8	4.744,1	6.298,2	32,8	0,9	26,4	379,0
João Neiva	1.507,0	1.177,4	1.378,3	2.132,8	1.210,0	5.189,1	328,9	0,8	20,7	311,6
Rio Bananal	4.158,8	1.443,9	568,6	2.128,5	1.814,8	3.017,8	66,3	0,4	13,4	177,7
Sooretama	1.852,1	3.426,5	685,2	172,5	1.879,6	7.101,8	277,8	1,1	28,6	333,6
Pinheiros	1.013,6	1.096,8	563,0	1.433,5	3.360,8	5.108,7	52,0	0,8	18,4	239,5
Jaguará	3.996,2	6.572,0	9.521,2	5.888,5	7.646,9	4.813,5	-37,1	0,7	10,8	225,2
Pedro Canário	5.566,7	254,1	273,2	4.387,2	1.107,8	1.216,9	9,8	0,2	5,7	54,3
Conceição da Barra	1.933,0	1.900,8	3.945,2	1.137,3	3.653,5	2.532,6	-30,7	0,4	7,3	85,5
Araçuz	3.594,3	8.904,8	6.490,0	17.248,6	23.831,7	38.610,6	62,0	5,7	20,0	524,2
São Mateus	6.201,2	10.837,6	6.653,0	8.105,3	7.147,9	6.384,5	-10,7	0,9	5,6	62,0
Linhares	13.443,0	15.301,5	21.137,4	18.904,0	28.873,6	27.060,0	-6,3	4,0	15,1	220,0
MS Central	26.375,7	42.051,9	23.306,4	30.949,1	41.490,6	66.758,7	60,9	9,9	15,5	206,8
São Roque do Canaã	1.332,4	962,2	600,3	513,7	863,8	1.908,9	121,0	0,3	15,4	172,8
Laranja da Terra	1.265,0	1.486,1	603,0	1.289,1	877,7	2.159,1	146,0	0,3	15,7	193,6
Conceição do Castelo	569,6	1.798,6	612,6	1.989,1	2.263,6	5.592,5	147,1	0,8	30,0	499,8
Itarana	456,2	1.008,4	763,0	665,3	1.464,1	4.339,8	196,4	0,6	28,6	356,1
Rio Novo do Sul	224,3	1.011,4	726,1	1.298,7	993,7	1.219,2	22,7	0,2	9,8	99,9
Iconha	838,5	1.121,2	1.667,5	1.293,5	1.204,7	2.806,1	132,9	0,4	14,6	225,4
Brejeteuba	1.599,2	4.130,7	4.607,6	533,5	1.867,0	2.002,6	7,3	0,3	13,4	153,8
Santa Leopoldina	961,1	1.906,0	405,0	753,2	1.451,4	1.977,9	36,3	0,3	11,9	147,0
Marechal Floriano	2.451,4	1.547,6	1.417,4	1.576,0	2.115,7	3.020,2	42,8	0,4	14,7	213,3
Alfredo Chaves	838,3	2.199,4	551,5	1.386,5	1.839,8	1.872,9	1,8	0,3	11,0	130,7
Itaguaçu	461,8	2.697,2	908,6	1.180,4	1.985,4	3.568,8	79,8	0,5	18,7	233,1
Piúma	1.042,9	2.333,8	562,3	834,0	874,7	1.878,2	114,7	0,3	9,2	98,4
Venda Nova do Imigrante	4.098,4	1.943,8	2.047,0	2.820,5	5.369,1	5.893,4	9,8	0,9	23,0	306,7
Santa Teresa	1.382,7	3.514,6	990,4	423,6	2.359,0	4.169,4	76,7	0,6	13,6	196,7
Anchieta	1.089,0	2.691,9	1.455,5	4.581,1	5.178,6	9.925,6	91,7	1,5	13,9	444,9
Santa Maria de Jetibá	3.201,7	2.777,2	2.039,9	4.247,6	3.845,0	4.261,0	10,8	0,6	12,7	129,7
Afonso Claudio	2.604,5	5.127,2	2.412,9	2.296,9	1.945,8	2.694,5	38,5	0,4	9,0	79,7
Domingos Martins	1.958,7	3.794,7	935,9	3.266,3	4.991,4	7.468,4	49,6	1,1	18,5	220,5
Região Metropolitana	171.563,3	221.968,0	178.983,4	225.346,2	196.367,8	346.441,5	76,4	51,5	18,7	210,4
Viana	2.084,8	4.217,0	4.556,9	7.649,1	7.612,7	20.321,6	166,9	3,0	29,9	335,7
Guarapari	1.663,9	6.445,9	7.607,1	5.801,9	8.300,3	8.037,2	-3,2	1,2	8,9	74,3
Vitória	73.450,8	85.526,8	78.922,7	89.485,5	51.859,7	122.903,0	137,0	18,3	16,1	387,6
Cariacica	18.628,5	27.429,5	13.478,1	15.537,5	21.605,9	24.382,4	12,9	3,6	13,1	67,5
Serra	48.408,8	54.356,2	45.717,4	59.090,8	81.601,9	118.911,9	45,7	17,7	26,6	301,5
Vila Velha	27.326,5	43.992,6	28.701,3	47.781,3	25.387,4	51.885,3	104,4	7,7	17,5	128,0
MS Sul	54.844,4	57.570,9	42.381,5	60.362,1	57.647,2	71.663,0	24,3	10,6	12,3	121,9
Divino de São Lourenço	315,0	342,4	864,4	512,0	800,5	812,3	1,5	0,1	9,8	151,7
Dores do Rio Preto	905,8	549,7	407,9	1.132,1	1.374,8	835,7	-39,2	0,1	8,7	121,6
Apiacá	647,9	625,2	604,3	236,3	1.012,3	824,4	-18,6	0,1	8,3	102,1
Átilio Vivacqua	1.786,7	3.140,8	1.388,9	2.304,4	1.290,3	2.160,7	67,5	0,3	16,1	226,1
Presidente Kennedy	835,0	1.477,6	1.114,7	4.859,8	5.568,7	3.699,9	-33,6	0,5	15,0	383,6
Bom Jesus do Norte	355,1	674,8	506,6	456,1	924,2	1.345,4	45,6	0,2	13,3	132,4
Ibitirama	1.568,4	1.699,0	2.171,1	1.617,7	1.910,1	2.611,8	36,7	0,4	21,3	252,1
São José do Calçado	417,1	929,5	423,5	692,7	1.633,2	3.778,6	131,4	0,6	20,8	353,7
Irupi	1.281,1	991,8	1.190,4	1.001,4	763,2	2.015,4	164,1	0,3	15,8	183,9
Jerônimo Monteiro	731,0	1.024,3	231,9	574,3	1.069,5	3.208,4	200,0	0,5	23,6	287,9
Muqui	978,2	616,8	474,5	635,5	1.686,7	2.596,3	53,9	0,4	17,1	189,4
Muniz Freire	756,3	2.795,1	1.217,3	1.326,0	1.440,6	3.294,0	128,7	0,5	14,2	170,3
Vargem Alta	2.063,5	2.393,7	2.174,9	963,1	1.883,6	2.547,0	35,2	0,4	10,2	123,9
Ibatiba	1.917,1	3.732,0	1.387,8	1.635,9	1.056,6	3.417,0	223,4	0,5	15,8	156,0
Mimoso do Sul	1.241,1	2.240,5	1.222,3	570,6	2.332,0	4.086,4	75,2	0,6	14,3	147,0
Guaçu	592,7	2.749,3	833,1	2.309,1	1.768,4	3.621,5	104,8	0,5	13,8	128,9
Ilúna	3.618,7	2.988,1	1.160,6	1.450,2	1.217,3	3.163,0	159,8	0,5	11,7	111,2
Alegre	657,2	496,3	3.726,4	2.692,3	1.700,2	3.807,2	123,9	0,6	10,7	116,5
Itapemirim	692,1	661,4	1.825,3	1.919,2	7.464,7	7.803,6	4,5	1,2	16,7	238,3
Castelo	4.014,7	5.409,7	1.581,4	5.731,6	4.834,3	5.646,1	16,8	0,8	15,9	161,1
Marataizes	1.205,2	1.890,1	1.118,8	867,0	3.252,4	3.579,1	10,0	0,5	14,1	98,1
Cachoero de Itapemirim	28.264,5	20.142,8	16.755,4	26.874,8	12.663,6	6.809,1	-46,2	1,0	4,8	34,4
TOTAL	320.828,8	431.471,6	326.031,7	417.488,5	437.862,0	672.956,7	53,7	100,0	16,4	194,3

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado (TCEES), ainda não apreciados em plenário. Nota: ^a toda a despesa de capital exceto as amortizações com a dívida. ^b receita total ajustada dos efeitos do Fundef (ver "Notas metodológicas", na página 4).

Investimentos

Posição	Municípios	Investimentos ^a em reais
1º	Vitória	122.902.968
2º	Serra	118.911.901
3º	Vila Velha	51.885.308
4º	Aracruz	38.610.592
5º	Linhares	27.060.002
6º	Cariacica	24.382.446
7º	Viana	20.321.593
8º	Colatina	15.274.055
9º	Anchieta	9.925.647
10º	Guarapari	8.037.239
11º	Itapemirim	7.803.575
12º	Domingos Martins	7.468.446
13º	São Gabriel da Palha	7.202.786
14º	Sooretama	7.101.794
15º	Cachoeiro de Itapemirim	6.809.089
16º	São Mateus	6.384.538
17º	Montanha	6.298.177
18º	Venda Nova do Imigrante	5.893.413
19º	Castelo	5.646.067
20º	Conceição do Castelo	5.592.501
21º	Vila Valério	5.354.526
22º	João Neiva	5.189.133
23º	Pinheiros	5.108.708
24º	Nova Venécia	4.980.694
25º	Jaguaré	4.813.535
26º	Pancas	4.549.814
27º	Itarana	4.339.776
28º	Governador Lindenberg	4.287.993
29º	Santa Maria de Jetibá	4.260.972
30º	Santa Teresa	4.169.367
31º	Barra de São Francisco	4.131.001
32º	Mimoso do Sul	4.086.449
33º	São Domingos do Norte	4.040.191
34º	Baixo Guandu	3.877.856
35º	Alegre	3.807.231
36º	São José do Calçado	3.778.619
37º	Presidente Kennedy	3.699.896
38º	Guaçuí	3.621.546
39º	Marataizes	3.579.094
40º	Itaguaçu	3.568.826
41º	Ibatiba	3.417.031
42º	Mariândia	3.389.348
43º	Muniz Freire	3.294.035
44º	Jerônimo Monteiro	3.208.405
45º	Iúna	3.162.976
46º	Marechal Floriano	3.020.214
47º	Rio Bananal	3.017.827
48º	Iconha	2.806.068
49º	Mucurici	2.777.676
50º	Afonso Cláudio	2.694.541
51º	Vila Pavão	2.693.929
52º	Ponto Belo	2.642.128
53º	Ibitirama	2.611.754
54º	Muqui	2.596.280
55º	Vargem Alta	2.547.019
56º	Ecoporanga	2.536.183
57º	Conceição da Barra	2.532.609
58º	Fundão	2.480.152
59º	Água Doce do Norte	2.420.062
60º	Água Branca	2.301.978
61º	Atílio Vivácqua	2.160.716
62º	Laranja da Terra	2.159.122
63º	Irupi	2.015.424
64º	Brejetuba	2.002.620
65º	Santa Leopoldina	1.977.931
66º	São Roque do Canaã	1.908.882
67º	Prúma	1.878.188
68º	Alfredo Chaves	1.872.944
69º	Boa Esperança	1.809.575
70º	Ibiraçu	1.761.187
71º	Alto Rio Novo	1.439.220
72º	Bom Jesus do Norte	1.345.397
73º	Rio Novo do Sul	1.219.245
74º	Pedro Canário	1.216.900
75º	Dores do Rio Preto	835.683
76º	Apiacá	824.412
77º	Divino de São Lourenço	812.281
78º	Mantenópolis	809.381
TOTAL		672.956.692

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), não apreciados em plenário. Nota: ^a toda a despesa de capital exceto as amortizações com a dívida.

Investimentos per capita

Posição	Municípios	A / B	Investimentos ^a em reais	População B
1º	Aracruz	524	38.610.592	73.657
2º	Conceição do Castelo	500	5.592.501	11.189
3º	São Domingos do Norte	485	4.040.191	8.325
4º	Anchieta	445	9.925.647	22.311
5º	Mucurici	443	2.777.676	6.264
6º	Governador Lindenberg	426	4.287.993	10.057
7º	Ponto Belo	406	2.642.128	6.514
8º	Vitória	388	122.902.968	317.085
9º	Presidente Kennedy	384	3.699.896	9.645
10º	Montanha	379	6.298.177	16.620
11º	Vila Valério	372	5.354.526	14.384
12º	Itarana	356	4.339.776	12.187
13º	São José do Calçado	354	3.778.619	10.683
14º	Viana	336	20.321.593	60.537
15º	Sooretama	334	7.101.794	21.288
16º	Mariândia	320	3.389.348	10.604
17º	Vila Pavão	317	2.693.929	8.488
18º	João Neiva	312	5.189.133	16.653
19º	Venda Nova do Imigrante	307	5.893.413	19.217
20º	Serra	302	118.911.901	394.370
21º	Jerônimo Monteiro	288	3.208.405	11.143
22º	Ibitirama	252	2.611.754	10.361
23º	São Gabriel da Palha	252	7.202.786	28.576
24º	Água Branca	244	2.301.978	9.436
25º	Pinheiros	240	5.108.708	21.330
26º	Itapemirim	238	7.803.575	32.749
27º	Itaguaçu	233	3.568.826	15.310
28º	Pancas	228	4.549.814	19.957
29º	Atílio Vivácqua	226	2.160.716	9.555
30º	Iconha	225	2.806.068	12.448
31º	Jaguaré	225	4.813.535	21.379
32º	Domingos Martins	220	7.468.446	33.873
33º	Linhares	220	27.060.002	123.000
34º	Alto Rio Novo	219	1.439.220	6.577
35º	Marechal Floriano	213	3.020.214	14.158
36º	Santa Teresa	197	4.169.367	21.196
37º	Laranja da Terra	194	2.159.122	11.155
38º	Muqui	189	2.596.280	13.708
39º	Água Doce do Norte	189	2.420.062	12.788
40º	Irupi	184	2.015.424	10.959
41º	Rio Bananal	178	3.017.827	16.986
42º	São Roque do Canaã	173	1.908.882	11.048
43º	Muniz Freire	170	3.294.035	19.344
44º	Ibiraçu	165	1.761.187	10.688
45º	Fundão	164	2.480.152	15.082
46º	Castelo	161	5.646.067	35.054
47º	Ibatiba	156	3.417.031	21.909
48º	Brejetuba	154	2.002.620	13.018
49º	Divino de São Lourenço	152	812.281	5.354
50º	Mimoso do Sul	147	4.086.449	27.794
51º	Santa Leopoldina	147	1.977.931	13.454
52º	Baixo Guandu	137	3.877.856	28.335
53º	Colatina	137	15.274.055	111.789
54º	Bom Jesus do Norte	132	1.345.397	10.159
55º	Alfredo Chaves	131	1.872.944	14.332
56º	Santa Maria de Jetibá	130	4.260.972	32.844
57º	Guaçuí	129	3.621.546	28.100
58º	Vila Velha	128	51.885.308	405.374
59º	Boa Esperança	127	1.809.575	14.253
60º	Vargem Alta	124	2.547.019	20.550
61º	Dores do Rio Preto	122	835.683	6.870
62º	Alegre	117	3.807.231	32.669
63º	Iúna	111	3.162.976	28.433
64º	Nova Venécia	109	4.980.694	45.607
65º	Ecoporanga	107	2.536.183	23.644
66º	Barra de São Francisco	106	4.131.001	38.971
67º	Apiacá	102	824.412	8.073
68º	Rio Novo do Sul	100	1.219.245	12.207
69º	Prúma	98	1.878.188	19.094
70º	Marataizes	98	3.579.094	36.494
71º	Conceição da Barra	86	2.532.609	29.607
72º	Afonso Cláudio	80	2.694.541	33.797
73º	Guarapari	74	8.037.239	108.120
74º	Mantenópolis	74	809.381	10.919
75º	Cariacica	68	24.382.446	361.058
76º	São Mateus	62	6.384.538	102.955
77º	Pedro Canário	54	1.216.900	22.414
78º	Cachoeiro de Itapemirim	34	6.809.089	198.150
TOTAL		194	672.956.692	3.464.285

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), não apreciados em plenário. Estimativa populacional para 2006 da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nota: ^a toda a despesa de capital exceto as amortizações com a dívida.

Encargos e amortizações da dívida

As despesas com encargos e as amortizações da dívida dos municípios capixabas têm crescido desde 2001. Em 2006, os gastos com a dívida alcançaram a cifra de R\$ 89,9 milhões, o que significou um crescimento de 17,1% em relação a 2005. Esse aumento foi fortemente determinado pelo desempenho dos maiores municípios, exceto Vitória, cujos gastos avançaram, em média, 29,6%.



Os maiores acréscimos ocorreram na Serra, que ampliou seus gastos em R\$ 4,4 milhões; em Aracruz, que dobrou essa despesa em relação ao ano anterior, elevando os gastos em R\$ 2,3 milhões; e em Vila Velha, que teve um gasto adicional de R\$ 1,8 milhão. Os municípios de Cachoeiro de Itapemirim, Cariacica, Linhares e Colatina aumentaram seus desembolsos em montantes que variam de R\$ 373 mil a R\$ 572 mil. Ainda entre as maiores cidades, somente São Mateus reduziu suas despesas com a dívida, com um corte de 72,1%, deixando de gastar R\$ 674,4 mil. A capital Vitória, por sua vez, realizou uma economia de R\$ 226,5 mil ao diminuir seus gastos em 1,2%.

A influência dos maiores municípios na evolução dos gastos com a dívida deve-se ao peso de seu dispêndio sobre o total. Em 2006, os municípios com mais de 50 mil habitantes responderam por quase metade do total do gasto com dívida (49%). Se Vitória for incluída, passam a representar 70,4% do total desse item do dispêndio.



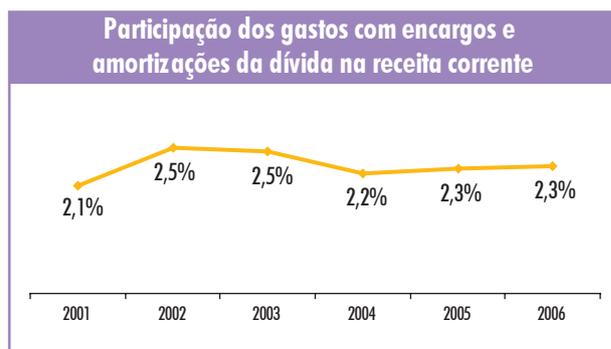
Pode-se observar que dentre os 12 municípios que gastaram mais de R\$ 1 milhão com a dívida, somente Anchieta e Barra de São Francisco têm menos de 50 mil habitantes. Juntos, esses 12 responderam por 73,4% do total desembolsado em 2006.

Os maiores gastos com encargos e amortizações da dívida - 2006

	Municípios	Enc. e amortiz. da dívida R\$ milhões	Particip. no total	População
1º	Vitória	19,3	21,4%	317.085
2º	Serra	14,1	37,1%	394.370
3º	Vila Velha	6,7	44,6%	405.374
4º	Cach. de Itapemirim	6,2	51,5%	198.150
5º	Aracruz	4,7	56,7%	73.657
6º	Cariacica	4,3	61,4%	361.058
7º	Colatina	2,7	64,5%	111.789
8º	Guarapari	2,4	67,1%	108.120
9º	Anchieta	1,6	68,9%	22.311
10º	Viana	1,5	70,6%	60.537
11º	Barra de S. Francisco	1,2	72,0%	38.971
12º	Linhares	1,2	73,4%	123.000
	TOTAL	89,9	100,0%	3.464.285

Gastos com dívida X receita corrente

A importância dos gastos com dívida na receita corrente é pequena para os municípios capixabas. No período 2001-2006, eles destinaram, em média, apenas 2,3% dessa receita para pagamento de juros e amortizações referentes à dívida consolidada. Em 2006, somente Cachoeiro de Itapemirim, com 4,4%, comprometeu mais de 4% da receita corrente. Em outros 14 municípios a despesa com a dívida consumiu mais de 3% da receita corrente, são eles: Iúna, Muqui, Vila Pavão, Rio Bananal, Alto Rio Novo, Barra de São Francisco, Pinheiros, Piúma, Serra, Bom Jesus do Norte, Rio Novo do Sul, Pedro Canário, Jerônimo Monteiro e Laranja da Terra.



“Programa Águas Limpas”

- melhoria da qualidade de vida dos capixabas
- redução da taxa de mortalidade infantil
- aumento da expectativa de vida
- redução dos gastos com saúde
- garantia de abastecimento em quantidade e qualidade

Estes são os principais benefícios deste importante empreendimento do Governo do Estado do Espírito Santo.

É por essas razões que o Consórcio Enger Etep sente orgulho em fazer parte dessa história.

CONSÓRCIO
enger  **Etep**

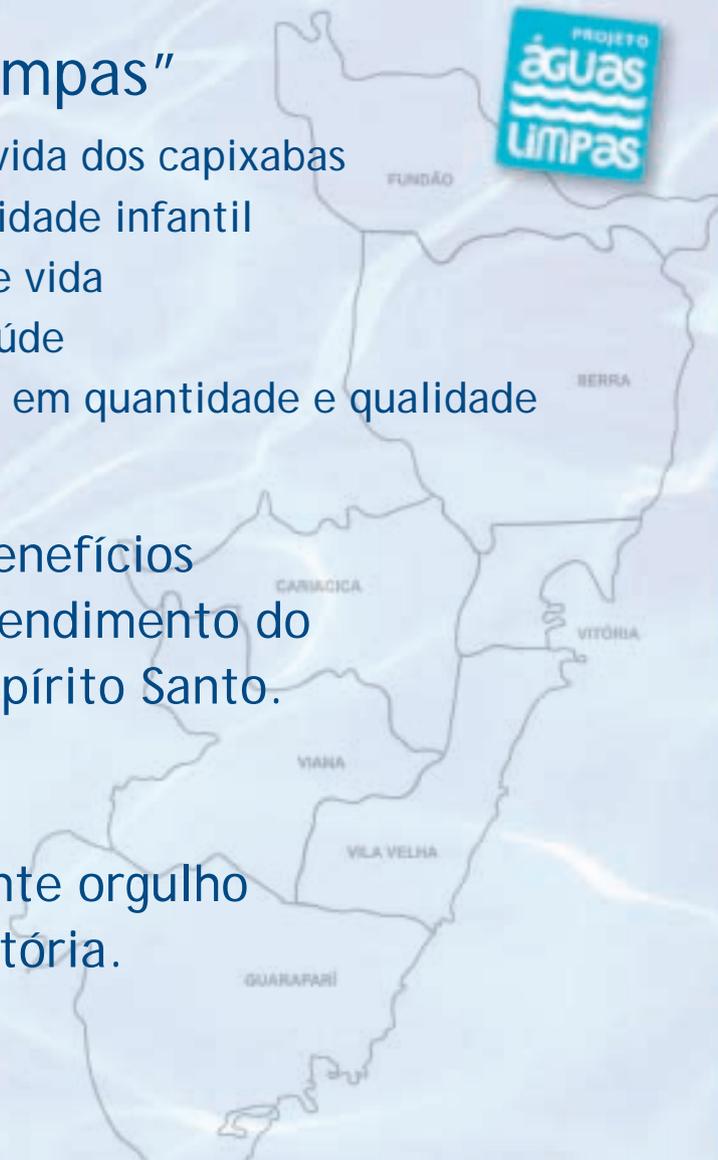
Av. Anísio Fernandes Coelho, 1527 - Jardim da Penha - CEP 29060-670 - Vitória - ES - (27) 3235-9444
consorcioengeretep@consorcioengeretep.com.br

enger
engenharia

(11) 4133-6951 • comercial@enger.com.br

 **Etep**

(11) 3068-5900 • etep.sp@etep.com.br



Despesa com encargos e amortizações da dívida - 2001-2006

Regiões e municípios	2001	2002	2003	2004	2005	2006	Variação 2006/2005	Participação 2006		Desp. enc. amort. per capita 2006 Em reais
								no total da desp. com enc. amort.	na rec. corr.	
Em mil reais médios de 2006 - IPCA							Em %		Em reais	
MS Noroeste	4.602,8	4.865,0	6.698,4	6.981,1	9.460,7	9.357,7	-1,1	10,4	2,2	23,2
Alto Rio Novo	113,6	101,6	129,2	161,3	304,7	317,7	4,3	0,4	3,6	48,3
São Domingos do Norte	103,3	98,1	89,0	104,1	117,2	135,0	15,2	0,2	1,3	16,2
Vila Pavão	209,7	224,7	150,8	369,1	378,0	423,6	12,1	0,5	3,7	49,9
Águia Branca	63,8	6,8	5,7	23,6	164,1	180,0	9,7	0,2	1,6	19,1
Governador Lindenberg	0,0	0,0	7,9	9,8	10,6	12,0	13,0	0,0	0,1	1,2
Marilândia	19,6	10,1	44,2	57,5	93,3	296,8	218,1	0,3	2,4	28,0
Mantenópolis	131,4	133,1	169,3	195,7	557,8	408,4	-26,8	0,5	2,8	37,4
Água Doce do Norte	182,9	103,1	193,4	174,3	238,8	262,1	9,7	0,3	2,0	20,5
Boa Esperança	201,3	243,2	252,7	268,2	413,3	482,3	16,7	0,5	3,0	33,8
Vila Valério	31,6	41,7	41,9	37,6	718,8	288,6	-59,9	0,3	1,8	20,1
Pancas	213,5	231,5	450,6	197,5	318,4	367,0	15,3	0,4	1,7	18,4
Ecoporanga	112,2	139,9	479,1	573,8	589,5	631,8	7,2	0,7	2,5	26,7
Baixo Guandu	83,4	315,7	1.159,2	486,2	525,2	511,3	-2,7	0,6	1,5	18,0
São Gabriel da Palha	106,6	93,7	345,1	253,4	41,9	150,5	259,2	0,2	0,6	5,3
Barra de São Francisco	850,8	450,4	736,7	672,3	1.329,4	1.225,3	-7,8	1,4	3,6	31,4
Nova Venécia	718,6	943,5	906,4	1.780,2	1.398,7	957,9	-31,5	1,1	2,2	21,0
Colatina	1.460,7	1.727,9	1.537,2	1.616,6	2.261,0	2.707,6	19,8	3,0	2,5	24,2
MS Litoral Norte	7.274,1	7.696,7	9.467,8	8.892,7	8.365,4	11.091,7	32,6	12,3	1,5	22,0
Mucurici	0,0	0,0	0,0	0,0	86,2	156,5	81,6	0,2	1,5	25,0
Ponto Belo	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-	-	-
Ibiraçu	114,5	248,7	306,3	458,1	622,6	239,2	-61,6	0,3	1,7	22,4
Fundão	531,6	529,5	360,5	382,9	481,4	590,9	22,8	0,7	2,8	39,2
Montanha	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-	-	-
João Neiva	477,9	494,9	456,1	509,0	603,3	491,8	-18,5	0,5	2,3	29,5
Rio Bananal	18,5	43,0	567,2	609,9	665,8	762,8	14,6	0,8	3,7	44,9
Sooretama	12,9	22,9	69,1	61,8	188,4	236,9	25,7	0,3	1,1	11,1
Pinheiros	317,7	492,6	435,3	395,7	317,5	850,4	167,8	0,9	3,6	39,9
Jaguaré	62,2	135,3	173,7	171,6	239,8	310,2	29,3	0,3	0,7	14,5
Pedro Canário	590,3	161,2	455,5	459,9	568,7	623,9	9,7	0,7	3,2	27,8
Conceição da Barra	350,6	506,5	552,0	584,0	671,2	694,2	3,4	0,8	2,1	23,4
Aracruz	2.474,4	2.722,7	4.060,2	2.845,9	2.342,6	4.659,3	98,9	5,2	2,4	63,3
São Mateus	1.324,3	1.568,5	1.446,3	1.566,4	935,6	261,2	-72,1	0,3	0,2	2,5
Linhares	999,4	771,0	585,7	847,6	642,3	1.214,3	89,0	1,4	0,7	9,9
MS Central	2.883,6	3.297,2	5.505,7	3.017,8	5.109,3	7.500,3	46,8	8,3	1,9	23,2
São Roque do Canaã	75,6	108,7	94,2	104,4	117,6	135,4	15,2	0,2	1,2	12,3
Laranja da Terra	153,2	299,8	312,7	304,0	356,5	378,7	6,2	0,4	3,1	33,9
Conceição do Castelo	231,6	373,5	318,8	232,6	264,9	271,0	2,3	0,3	1,6	24,2
Itarana	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	41,9	-	0,0	0,3	3,4
Rio Novo do Sul	6,8	29,8	178,4	309,3	359,3	397,4	10,6	0,4	3,2	32,6
Iconha	41,9	91,1	78,3	82,7	176,9	355,7	101,0	0,4	2,1	28,6
Brejetuba	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-	-	-
Santa Leopoldina	0,0	0,0	0,0	127,6	131,0	388,7	196,7	0,4	2,6	28,9
Marechal Floriano	156,1	136,9	69,7	45,7	54,2	278,6	413,8	0,3	1,4	19,7
Alfredo Chaves	119,9	170,1	210,3	198,5	239,4	322,6	34,8	0,4	2,0	22,5
Itaguaçu	229,7	242,0	229,0	232,9	384,0	250,1	-34,9	0,3	1,4	16,3
Piúma	63,9	0,0	99,1	120,5	479,5	688,6	43,6	0,8	3,5	36,1
Venda Nova do Imigrante	310,5	186,2	50,6	7,9	0,0	0,0	-	-	-	-
Santa Teresa	0,0	13,0	54,0	51,9	170,7	241,7	41,6	0,3	0,9	11,4
Anchieta	292,5	1.067,3	3.243,5	702,4	1.113,7	1.639,6	47,2	1,8	2,3	73,5
Santa Maria de Jetibá	679,0	278,4	220,9	160,9	644,3	549,6	-14,7	0,6	1,7	16,7
Afonso Cláudio	369,3	198,9	159,7	151,5	185,2	761,5	311,2	0,8	2,7	22,5
Domingos Martins	153,5	101,4	186,3	185,2	432,1	799,3	85,0	0,9	2,3	23,6
Região Metropolitana	26.110,4	35.795,8	31.065,2	35.722,5	41.468,6	48.281,7	16,4	53,7	2,6	29,3
Viana	1.437,7	1.129,8	1.174,1	1.351,3	1.422,8	1.528,8	7,5	1,7	2,5	25,3
Guarapari	940,3	4.160,5	1.435,7	1.930,4	2.165,5	2.395,6	10,6	2,7	2,6	22,2
Vitória	11.752,2	17.294,7	15.688,4	17.595,2	19.501,5	19.275,0	-1,2	21,4	2,6	60,8
Cariacica	2.796,8	4.002,8	2.788,6	3.461,9	3.835,6	4.283,6	11,7	4,8	2,4	11,9
Serra	7.541,2	6.414,6	6.728,0	7.922,5	9.620,2	14.056,4	46,1	15,6	3,3	35,6
Vila Velha	1.642,1	2.793,3	3.250,5	3.461,2	4.923,0	6.742,3	37,0	7,5	2,2	16,6
MS Sul	6.722,3	8.340,3	8.570,4	9.699,5	12.336,8	13.644,1	10,6	15,2	2,6	23,2
Divino de São Lourenço	146,3	104,5	85,5	93,7	136,9	147,4	7,7	0,2	2,0	27,5
Dores do Rio Preto	29,5	99,4	44,3	24,1	53,6	104,0	94,0	0,1	1,1	15,1
Apiaçá	97,9	154,1	86,7	72,3	81,4	93,7	15,2	0,1	1,0	11,6
Átilio Vivácqua	225,1	172,3	131,4	134,0	87,9	79,3	-9,8	0,1	0,6	8,3
Presidente Kennedy	186,3	217,5	110,6	122,5	124,6	120,7	-3,2	0,1	0,5	12,5
Bom Jesus do Norte	149,7	205,1	204,3	244,7	273,1	307,8	12,7	0,3	3,2	30,3
Ibitirama	11,1	70,1	62,1	65,7	84,7	94,3	11,4	0,1	0,9	9,1
São José do Calçado	188,7	252,8	310,9	327,0	370,7	187,4	-49,5	0,2	1,4	17,5
Irupí	55,5	146,4	74,2	62,6	78,1	315,7	304,5	0,4	3,0	28,8
Jerônimo Monteiro	53,2	60,5	79,6	148,0	263,2	310,8	18,1	0,3	3,1	27,9
Muqui	507,8	446,1	338,7	339,0	355,5	428,3	20,5	0,5	3,7	31,2
Muniz Freire	192,2	235,1	228,8	317,2	263,7	313,4	18,8	0,3	1,7	16,2
Vargem Alta	244,6	287,9	257,8	264,3	291,0	580,3	99,4	0,6	2,5	28,2
Ibatiba	108,1	197,3	258,7	247,8	307,3	428,9	39,6	0,5	2,0	19,6
Mimoso do Sul	191,7	139,1	482,7	679,3	748,4	610,4	-18,4	0,7	2,7	22,0
Guaçuí	275,5	268,1	180,6	179,1	353,8	593,0	67,6	0,7	2,5	21,1
Lúna	269,6	454,1	483,6	477,0	642,1	872,5	35,9	1,0	3,8	30,7
Alegre	243,7	435,5	453,1	427,4	1.142,6	694,3	-39,2	0,8	2,3	21,3
Itapemirim	140,4	141,2	157,1	161,5	331,9	528,0	59,1	0,6	1,3	16,1
Castelo	564,4	564,7	271,4	200,4	56,8	55,9	-1,6	0,1	0,2	1,6
Marataizes	149,1	235,4	393,4	63,3	460,0	575,6	25,1	0,6	2,6	15,8
Cachoeiro de Itapemirim	2.691,9	3.453,3	3.874,8	5.048,7	5.829,5	6.202,4	6,4	6,9	4,4	31,3
TOTAL	47.593,0	59.995,1	61.307,5	64.313,6	76.740,8	89.875,4	17,1	100,0	2,3	25,9

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado (TCEES), ainda não apreciados em plenário.

Despesas com encargos e amortizações da dívida

Posição	Municípios	Encargos e amortizações da dívida em reais
1º	Vitória	19.274.989
2º	Serra	14.056.354
3º	Vila Velha	6.742.279
4º	Cachoeiro de Itapemirim	6.202.394
5º	Aracruz	4.659.306
6º	Cariacica	4.283.612
7º	Colatina	2.707.590
8º	Guarapari	2.395.648
9º	Anchieta	1.639.633
10º	Viana	1.528.793
11º	Barra de São Francisco	1.225.275
12º	Linhares	1.214.322
13º	Nova Venécia	957.863
14º	Íluna	872.523
15º	Pinheiros	850.377
16º	Domingos Martins	799.292
17º	Rio Bananal	762.782
18º	Afonso Cláudio	761.478
19º	Alegre	694.340
20º	Conceição da Barra	694.214
21º	Piúma	688.628
22º	Ecoporanga	631.818
23º	Pedro Canário	623.918
24º	Mimoso do Sul	610.350
25º	Guaçuí	592.960
26º	Fundão	590.945
27º	Vargem Alta	580.265
28º	Marataízes	575.638
29º	Santa Maria de Jetibá	549.633
30º	Itapemirim	528.007
31º	Baixo Guandu	511.273
32º	João Neiva	491.803
33º	Boa Esperança	482.256
34º	Ibatiba	428.935
35º	Muqui	428.265
36º	Vila Pavão	423.551
37º	Mantenópolis	408.420
38º	Rio Novo do Sul	397.437
39º	Santa Leopoldina	388.688
40º	Laranja da Terra	378.680
41º	Pancas	367.036
42º	Iconha	355.687
43º	Alfredo Chaves	322.619
44º	Alto Rio Novo	317.665
45º	Irupi	315.716
46º	Muniz Freire	313.392
47º	Jerônimo Monteiro	310.814
48º	Jaguaré	310.240
49º	Bom Jesus do Norte	307.758
50º	Mariândia	296.773
51º	Vila Valério	288.574
52º	Marechal Floriano	278.551
53º	Conceição do Castelo	270.963
54º	Água Doce do Norte	262.098
55º	São Mateus	261.247
56º	Itaguaçu	250.092
57º	Santa Teresa	241.657
58º	Ibiraçu	239.185
59º	Sooretama	236.890
60º	São José do Calçado	187.357
61º	Água Branca	180.029
62º	Mucurici	156.472
63º	São Gabriel da Palha	150.465
64º	Divino de São Lourenço	147.419
65º	São Roque do Canaã	135.385
66º	São Domingos do Norte	134.968
67º	Presidente Kennedy	120.691
68º	Dores do Rio Preto	103.995
69º	Ibitirama	94.324
70º	Apiacá	93.728
71º	Atílio Vivácqua	79.285
72º	Castelo	55.911
73º	Itarana	41.861
74º	Governador Lindenberg	12.012
75º	Ponto Belo	15
76º	Montanha	-
77º	Brejetuba	-
78º	Venda Nova do Imigrante	-
TOTAL		89.875.409

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), não apreciados em plenário.

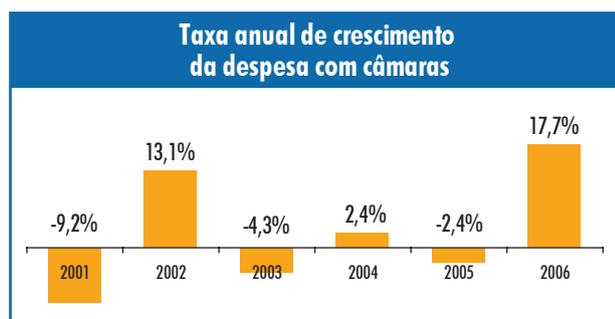
Despesas com encargos e amortizações da dívida per capita

Posição	Municípios	A / B	Encargos e amortizações da dívida	População B
			A	
em reais				
1º	Anchieta	73	1.639.633	22.311
2º	Aracruz	63	4.659.306	73.657
3º	Vitória	61	19.274.989	317.085
4º	Vila Pavão	50	423.551	8.488
5º	Alto Rio Novo	48	317.665	6.577
6º	Rio Bananal	45	762.782	16.986
7º	Pinheiros	40	850.377	21.330
8º	Fundão	39	590.945	15.082
9º	Mantenópolis	37	408.420	10.919
10º	Piúma	36	688.628	19.094
11º	Serra	36	14.056.354	394.370
12º	Laranja da Terra	34	378.680	11.155
13º	Boa Esperança	34	482.256	14.253
14º	Rio Novo do Sul	33	397.437	12.207
15º	Barra de São Francisco	31	1.225.275	38.971
16º	Cachoeiro de Itapemirim	31	6.202.394	198.150
17º	Muqui	31	428.265	13.708
18º	Íluna	31	872.523	28.433
19º	Bom Jesus do Norte	30	307.758	10.159
20º	João Neiva	30	491.803	16.653
21º	Santa Leopoldina	29	388.688	13.454
22º	Irupi	29	315.716	10.959
23º	Iconha	29	355.687	12.448
24º	Vargem Alta	28	580.265	20.550
25º	Mariândia	28	296.773	10.604
26º	Jerônimo Monteiro	28	310.814	11.143
27º	Pedro Canário	28	623.918	22.414
28º	Divino de São Lourenço	28	147.419	5.354
29º	Ecoporanga	27	631.818	23.644
30º	Viana	25	1.528.793	60.537
31º	Mucurici	25	156.472	6.264
32º	Colatina	24	2.707.590	111.789
33º	Conceição do Castelo	24	270.963	11.189
34º	Domingos Martins	24	799.292	33.873
35º	Conceição da Barra	23	694.214	29.607
36º	Afonso Cláudio	23	761.478	33.797
37º	Alfredo Chaves	23	322.619	14.332
38º	Ibiraçu	22	239.185	10.688
39º	Guarapari	22	2.395.648	108.120
40º	Mimoso do Sul	22	610.350	27.794
41º	Alegre	21	694.340	32.669
42º	Guaçuí	21	592.960	28.100
43º	Nova Venécia	21	957.863	45.607
44º	Água Doce do Norte	20	262.098	12.788
45º	Vila Valério	20	288.574	14.384
46º	Marechal Floriano	20	278.551	14.158
47º	Ibatiba	20	428.935	21.909
48º	Água Branca	19	180.029	9.436
49º	Pancas	18	367.036	19.957
50º	Baixo Guandu	18	511.273	28.335
51º	São José do Calçado	18	187.357	10.683
52º	Santa Maria de Jetibá	17	549.633	32.844
53º	Vila Velha	17	6.742.279	405.374
54º	Itaguaçu	16	250.092	15.310
55º	São Domingos do Norte	16	134.968	8.325
56º	Muniz Freire	16	313.392	19.344
57º	Itapemirim	16	528.007	32.749
58º	Marataízes	16	575.638	36.494
59º	Dores do Rio Preto	15	103.995	6.870
60º	Jaguaré	15	310.240	21.379
61º	Presidente Kennedy	13	120.691	9.645
62º	São Roque do Canaã	12	135.385	11.048
63º	Cariacica	12	4.283.612	361.058
64º	Apiacá	12	93.728	8.073
65º	Santa Teresa	11	241.657	21.196
66º	Sooretama	11	236.890	21.288
67º	Linhares	10	1.214.322	123.000
68º	Ibitirama	9	94.324	10.361
69º	Atílio Vivácqua	8	79.285	9.555
70º	São Gabriel da Palha	5	150.465	28.576
71º	Itarana	3	41.861	12.187
72º	São Mateus	3	261.247	102.955
73º	Castelo	2	55.911	35.054
74º	Governador Lindenberg	1	12.012	10.057
75º	Ponto Belo	0	15	6.514
76º	Montanha	-	-	16.620
77º	Brejetuba	-	-	13.018
78º	Venda Nova do Imigrante	-	-	19.217
TOTAL		26	89.875.409	3.464.285

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), não apreciados em plenário. Estimativa populacional para 2006 da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Despesa com câmaras municipais

Em 2006, o conjunto dos municípios capixabas desembolsou R\$ 133 milhões com as câmaras, valor 17,7% superior ao realizado em 2005, o mais elevado do período em análise.



A performance de 2006 foi influenciada pelo avanço da despesa com as câmaras nos maiores e também nos menores municípios. Aqueles com mais de 50 mil habitantes, exceto Vitória, expandiram em 17,4% suas despesas com câmaras, enquanto que os municípios com população abaixo dessa faixa, aumentaram-na em 16,7%. Ambos os grupos apresentaram, portanto, desempenhos muito próximos entre si. A capital Vitória aumentou seu gasto com Câmara em 22,8%, percentual acima da média estadual, o que representou um acréscimo de R\$ 2,6 milhões com esse item da despesa.

Além de Vitória, outros municípios que contribuíram, em termos absolutos, para o aumento total do gasto com Câmara foram Serra e Vila Velha, que elevaram suas despesas em R\$ 2,1 milhões cada um. Mas, o aumento percentual nesses municípios, de 17,8% e 16,2%, respectivamente, foi bem próximo da média do Estado. Os municípios de Linhares, Cariacica, Aracruz e Cachoeiro de Itapemirim registraram aumentos de R\$ 1 milhão, aproximadamente, cada um. Viana foi o município que apresentou a maior taxa de crescimento 26,1%. Cabe ressaltar que os gastos de Vitória e Aracruz, no ano de 2005, haviam sofrido uma forte retração, tornando a

base comparativa relativamente mais baixa. Guarapari foi o único município entre os maiores que reduziu essa despesa, mesmo assim moderadamente (-3,3%).

Entre os 67 municípios com menos de 50 mil habitantes, 54 elevaram seus dispêndios com as câmaras. As maiores taxas de crescimento ocorreram em Vargem Alta (84,6%), Santa Maria de Jetibá (79,1%), Anchieta (64%), Ecoporanga (49,7%), Venda Nova do Imigrante (49,4%) e Vila Valério (44,7%). Dentre os 12 municípios que diminuíram seus gastos, os maiores cortes ficaram por conta de Lúna (-11,1%), João Neiva (-6,7%), Alfredo Chaves (-6,6%), Baixo Guandu (-6,1%) e São Domingos do Norte (-5,8%).

Apesar do total dos gastos com câmaras alternarem crescimento e queda desde 2002, o percentual das receitas correntes que os municípios destinam para financiar as atividades dos legislativos vem se reduzindo, caindo de 4,9%, em 2002, para 3,3%, em 2005. E, mesmo com o elevado aumento de 2006, essa relação ficou praticamente estável passando para 3,4%. Deve ser lembrado que essa relação já foi muito maior no final da década de 1990. Em 1998 era de 7%.

A significativa queda nessa relação reflete o avanço da receita corrente no período e a entrada em vigor, em 1º de janeiro de 2001, da Emenda Constitucional nº 25, de 14 de fevereiro de 2000. Esta emenda estabelece limites máximos para a despesa com o Poder Legislativo, em relação ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do artigo 153 da Constituição Federal (imposto sobre o ouro, quando definido em lei como ativo financeiro ou instrumento cambial) e nos artigos 158 (ITR, IPVA, ICMS) e 159 (FPM, IPI-exportação), efetivamente realizada no ano anterior. Foram definidos limites de acordo com o tamanho populacional do município, conforme a tabelinha a seguir.

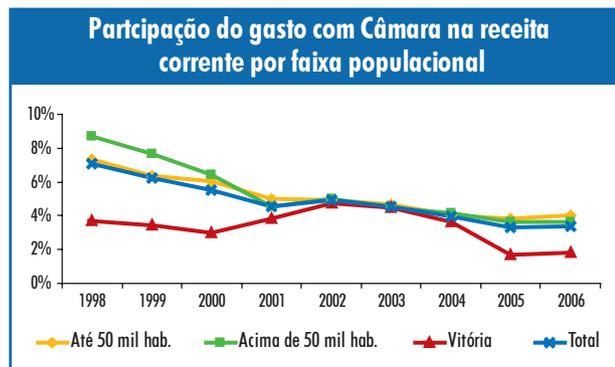
Limites para o gasto com as câmaras municipais

Faixas populacionais	Limites máximos EC nº 25
Até 100 mil habitantes	8%
De 100 a 300 mil hab.	7%
De 300 a 500 mil hab.	6%
Acima de 500 mil hab.	5%

Fonte: Emenda Constitucional nº 25, 14/02/2000.

Em 2000, pouco antes da EC nº 25 entrar em vigor, a despesa com o Legislativo já havia sido reduzida para 5,5% da receita corrente. A partir da sua edição, houve um movimento de

conversão, ou seja, alguns municípios reduziram e outros aumentaram seus gastos com Câmara, de forma que, na média, passaram a comprometer 4% da receita corrente, em 2004. Vitória foi um dos municípios que gastava menos de 4% com sua Câmara antes de 2001 e, após a EC nº 25, aumentou esse gasto em proporção à receita corrente. Mas, em 2005, Vitória realizou um corte de 47,5% nesse dispêndio, posicionando-se abaixo da média com o comprometimento de apenas 1,8% de sua receita corrente no biênio 2005-2006.



Em termos de gasto com Câmara por habitante, os municípios capixabas gastaram uma média de R\$ 38,4 por habitante. Os maiores gastos foram realizados pelos municípios de Anchieta (R\$ 129,5), Aracruz (R\$ 78,1), Ponto Belo (R\$ 70,7) e Presidente Kennedy (R\$ 68,4). Os menores gastos per capita foram observados em Cariacica (R\$ 17,9), Colatina (R\$ 21,7) e Guaçuí (R\$ 25,9).

Redução do número de vereadores e seus efeitos financeiros

Em 2 de abril de 2004, a Resolução nº 21.702, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), fixou o número de vereadores em todo o país, de acordo com o tamanho da população municipal estimada pelo IBGE em 2003. O objetivo era restringir o número de vereadores e diminuir as distorções apresentadas por cidades com populações semelhantes e quantidade de representantes muito diferentes.

Antes dessa resolução, a quantidade de vereadores em cada município seguia o artigo 29, item IV, da Constituição Federal, que determinava o seguinte:

“a) mínimo de nove e máximo de 21 nos municípios de até um milhão de habitantes; b) mínimo de 33 e máximo de 41 nos municípios de mais de um milhão e menos de cinco milhões de habitantes; c) mínimo de 42 e máximo de 55 nos municípios de mais de cinco milhões de habitantes.”

A Resolução nº 21.702 subdividiu cada uma dessas três faixas populacionais em diversas outras, com seus respectivos números de vereadores, respeitando os limites constitucionais (veja tabela a seguir).

Número de vereadores por faixa populacional do município

Número de habitantes do município	Número de vereadores
Até 47.619	9
de 47.620 até 95.238	10
de 95.239 até 142.857	11
de 142.858 até 190.476	12
de 190.477 até 238.095	13
de 238.096 até 285.714	14
de 285.715 até 333.333	15
de 333.334 até 380.952	16
de 380.953 até 428.571	17
de 428.572 até 476.190	18
de 476.191 até 523.809	19
de 523.810 até 571.428	20
de 571.429 até 1.000.000	21
de 1.000.001 até 1.121.952	33
de 1.121.953 até 1.243.903	34
de 1.243.904 até 1.365.854	35
de 1.365.855 até 1.487.805	36
de 1.487.806 até 1.609.756	37
de 1.609.757 até 1.731.707	38
de 1.731.708 até 1.853.658	39
de 1.853.659 até 1.975.609	40
de 1.975.610 até 4.999.999	41
de 5.000.000 até 5.119.047	42
de 5.119.048 até 5.238.094	43
de 5.238.095 até 5.357.141	44
de 5.357.142 até 5.476.188	45
de 5.476.189 até 5.595.235	46
de 5.595.236 até 5.714.282	47
de 5.714.283 até 5.833.329	48
de 5.833.330 até 5.952.376	49
de 5.952.377 até 6.071.423	50
de 6.071.424 até 6.190.470	51
de 6.190.471 até 6.309.517	52
de 6.309.518 até 6.428.564	53
de 6.428.565 até 6.547.611	54
acima de 6.547.611	55

Fonte: Resolução nº 21.702, de 02/04/2004 do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

A partir do pleito eleitoral de 2004, essa nova regra entrou em vigor. Portanto, o número de vereadores que iniciaram o mandato nas cidades capixabas, em 2005, foi de 742, enquanto que o número anterior era de 994. Ou seja, ocorreu uma redução de 25,4%.

A expectativa era que a redução do número de vereadores trouxesse uma diminuição do custo com o Legislativo. Entretanto, os gastos com as câmaras caíram em apenas 2,4%, em 2005. Essa desproporção pode ser explicada pelo fato de a principal despesa dos legislativos municipais não ser o salário dos vereadores e sim os custos de funcionamento da Câmara, como as despesas com assessores, pessoal de apoio, locomoção e serviços de manutenção.

É importante ressaltar que, no Espírito Santo, em 2005, o número de vereadores não foi reduzido em todos os municípios. Em 15 deles o quantitativo ficou inalterado e, em 63, houve redução. Naquele mesmo ano, a despesa com Câmara foi reduzida em 24 municípios e aumentada em 52 (dois municípios não apresentaram dados).

Despesa com as câmaras municipais - 2001-2006

Regiões e municípios	2001	2002	2003	2004	2005	2006	Variação 2006/2005	Participação 2006		Desp. câmaras per capita 2006 <i>Em reais</i>
	<i>Em mil reais médios de 2006 - IPCA</i>							<i>Em %</i>		
								no total da desp. com câmaras	na rec. corr.	
MS Noroeste	12.513,7	13.761,5	12.550,6	12.725,0	13.149,0	15.153,7	15,2	11,4	3,6	37,6
Alto Rio Novo	368,6	327,4	344,7	352,4	369,4	381,0	3,1	0,3	4,3	57,9
São Domingos do Norte	287,4	295,2	314,6	300,7	380,0	357,8	-5,8	0,3	3,5	43,0
Vila Pavão	340,2	347,7	382,5	389,8	475,1	566,7	19,3	0,4	4,9	66,8
Água Branca	496,3	541,2	427,2	465,5	513,1	599,7	16,9	0,5	5,3	63,6
Governador Lindenberg	298,1	362,4	341,9	452,9	471,1	543,1	15,3	0,4	3,9	54,0
Marilândia	403,3	382,6	344,4	382,1	521,5	683,6	31,1	0,5	5,6	64,5
Mantenópolis	527,7	549,3	540,5	558,6	575,4	556,9	-3,2	0,4	3,8	51,0
Água Doce do Norte	530,4	553,7	531,7	546,7	583,2	637,2	9,3	0,5	4,9	49,8
Boa Esperança	532,3	612,6	536,1	539,9	704,1	685,7	-2,6	0,5	4,3	48,1
Vila Valério	409,6	393,8	385,2	379,7	526,0	761,0	44,7	0,6	4,8	52,9
Pancas	844,8	877,0	761,1	656,7	763,6	815,8	6,8	0,6	3,7	40,9
Ecoporanga	1.037,3	1.046,7	1.074,3	984,1	977,0	1.462,5	49,7	1,1	5,8	61,9
Baixo Guandu	783,3	973,0	839,5	998,7	915,4	859,3	-6,1	0,6	2,5	30,3
São Gabriel da Palha	850,9	805,3	792,8	879,3	878,8	964,7	9,8	0,7	3,6	33,8
Barra de São Francisco	966,6	976,7	1.010,4	1.035,8	1.164,7	1.313,8	12,8	1,0	3,9	33,7
Nova Venécia	1.362,9	1.376,1	1.375,6	1.323,7	1.260,6	1.542,5	22,4	1,2	3,5	33,8
Colatina	2.474,2	3.340,6	2.548,1	2.478,5	2.070,0	2.422,4	17,0	1,8	2,2	21,7
MS Litoral Norte	18.810,0	21.383,7	20.733,6	20.875,0	22.148,4	25.976,5	17,3	19,5	3,6	51,5
Mucuriçaba	403,3	428,0	452,5	379,5	419,4	406,2	-3,2	0,3	3,9	64,8
Ponto Belo	291,6	348,5	320,6	324,0	381,2	460,3	20,7	0,3	4,7	70,7
Ibiraçu	537,7	567,6	560,8	0,0	592,9	633,0	6,8	0,5	4,4	59,2
Fundão	561,2	644,0	614,6	726,9	791,6	944,5	19,3	0,7	4,5	62,6
Montanha	704,3	661,7	650,3	659,7	526,3	530,4	0,8	0,4	2,9	31,9
João Neiva	702,6	552,2	600,5	599,2	587,2	547,9	-6,7	0,4	2,6	32,9
Rio Bananal	817,3	883,8	790,5	783,0	816,4	880,8	7,9	0,7	4,2	51,9
Sooretama	604,9	699,2	641,6	615,9	706,2	859,0	21,6	0,6	4,1	40,4
Pinheiros	756,3	808,4	766,0	803,7	938,4	1.044,6	11,3	0,8	4,4	49,0
Jaguare	884,3	1.014,7	1.004,0	1.213,3	1.261,0	1.388,9	10,1	1,0	3,1	65,0
Pedro Canário	771,7	651,4	576,0	687,1	826,4	1.001,9	21,2	0,8	5,1	44,7
Conceição da Barra	1.032,1	1.226,6	1.165,5	1.118,2	1.473,6	1.735,1	17,7	1,3	5,2	58,6
Aracruz	4.700,4	6.638,5	6.047,6	6.054,0	4.738,8	5.754,3	21,4	4,3	3,0	78,1
São Mateus	2.658,7	2.440,2	2.700,8	2.823,3	3.199,9	3.742,2	16,9	2,8	3,4	36,3
Linhares	3.383,5	3.819,0	3.842,1	4.087,3	4.889,2	6.047,6	23,7	4,5	3,5	49,2
MS Central	10.541,9	11.287,9	10.598,8	10.435,6	12.489,2	15.798,8	26,5	11,9	3,9	48,9
São Roque do Canaã	393,8	446,8	438,9	438,7	416,7	472,9	13,5	0,4	4,3	42,8
Laranja da Terra	368,5	359,2	317,4	313,0	285,4	396,9	39,1	0,3	3,2	35,6
Conceição do Castelo	366,1	427,8	345,0	357,7	492,9	490,2	-0,5	0,4	2,9	43,8
Itarana	322,6	347,3	290,7	296,6	373,2	464,2	24,4	0,3	3,8	38,1
Rio Novo do Sul	183,7	442,9	329,4	454,9	489,7	554,7	13,3	0,4	4,5	45,4
Iconha	352,3	455,6	479,5	411,9	610,3	665,9	9,1	0,5	3,9	53,5
Brejuba	414,5	614,1	483,7	591,6	479,7	476,2	-0,7	0,4	3,5	36,6
Santa Leopoldina	671,6	606,3	546,8	571,2	568,2	581,8	2,4	0,4	3,9	43,2
Marechal Floriano	426,8	367,0	462,6	598,1	809,6	829,6	2,5	0,6	4,2	58,6
Alfredo Chaves	528,7	463,4	431,5	418,5	439,7	410,5	-6,6	0,3	2,6	28,6
Itaguaçu	587,1	586,6	493,3	0,0	449,2	439,2	-2,2	0,3	2,5	28,7
Piúma	660,3	617,1	639,2	678,6	681,2	686,0	0,7	0,5	3,5	35,9
Venda Nova do Imigrante	894,6	726,5	759,8	436,3	765,0	1.142,8	49,4	0,9	4,8	59,5
Santa Teresa	1.013,2	1.147,6	1.030,5	1.023,9	951,8	1.100,3	15,6	0,8	4,0	51,9
Anchieta	1.142,3	1.179,9	1.165,9	1.243,9	1.761,9	2.889,0	64,0	2,2	4,1	129,5
Santa Maria de Jetibá	718,5	685,0	645,2	706,7	843,4	1.510,8	79,1	1,1	4,7	46,0
Afonso Cláudio	700,3	773,6	687,6	614,6	765,2	896,6	17,2	0,7	3,2	26,5
Domingos Martins	797,1	1.041,2	1.051,6	1.279,2	1.306,2	1.791,3	37,1	1,3	5,2	52,9
Região Metropolitana	45.363,0	53.255,4	52.087,4	54.588,9	46.314,5	54.487,8	17,6	41,0	3,0	33,1
Viana	1.243,3	1.687,6	1.628,4	1.501,8	1.802,8	2.273,6	26,1	1,7	3,8	37,6
Guarapari	2.657,0	2.708,5	2.614,6	3.483,8	3.066,7	2.965,2	-3,3	2,2	3,2	27,4
Vitória	18.679,1	22.595,6	22.533,6	21.396,5	11.237,1	13.800,6	22,8	10,4	1,8	43,5
Cariacica	5.132,7	5.407,3	4.892,3	4.977,2	5.419,5	6.452,5	19,1	4,9	3,6	17,9
Serra	8.581,0	11.438,0	11.014,6	12.436,7	12.060,8	14.202,8	17,8	10,7	3,3	36,0
Vila Velha	9.069,8	9.418,5	9.403,9	10.792,9	12.727,5	14.793,1	16,2	11,1	4,8	36,5
MS Sul	17.287,9	18.470,5	17.092,9	17.144,8	18.889,8	21.542,4	14,0	16,2	4,1	36,7
Divino de São Lourenço	264,7	298,1	275,7	299,7	330,7	361,1	9,2	0,3	4,9	67,5
Dores do Rio Preto	240,7	258,3	225,0	311,3	293,2	333,6	13,8	0,3	3,5	48,6
Apiaçá	315,3	351,1	341,6	331,6	423,7	441,8	4,3	0,3	4,9	54,7
Atilio Vivacqua	256,1	376,4	417,6	309,0	316,5	0,0	-100,0	0,0	0,0	0,0
Presidente Kennedy	500,5	459,1	473,3	470,5	548,7	659,6	20,2	0,5	2,8	68,4
Bom Jesus do Norte	348,0	402,4	300,5	338,1	429,2	449,6	4,8	0,3	4,7	44,3
Ibitirama	333,9	424,1	419,1	400,7	455,7	478,0	4,9	0,4	4,8	46,1
São José do Calçado	487,0	512,0	493,3	523,1	547,0	531,8	-2,8	0,4	3,9	49,8
Irupi	398,3	517,4	472,3	510,1	502,1	576,1	14,7	0,4	5,5	52,6
Jerônimo Monteiro	365,0	404,0	409,1	398,9	464,1	552,0	18,9	0,4	5,5	49,5
Muqui	527,7	538,3	555,0	608,0	607,1	695,1	14,5	0,5	6,0	50,7
Muniz Freire	566,2	622,9	585,7	715,8	807,4	815,9	1,0	0,6	4,3	42,2
Vargem Alta	754,9	838,8	804,4	804,4	645,1	1.191,0	84,6	0,9	5,2	58,0
Ibatiba	549,4	681,2	755,4	742,3	633,0	681,2	7,6	0,5	3,2	31,1
Mimoso do Sul	739,2	777,7	734,9	685,2	927,2	1.034,1	11,5	0,8	4,7	37,2
Guaçu	755,7	750,3	684,4	893,0	682,2	728,2	6,7	0,5	3,0	25,9
Iúna	750,6	975,0	958,9	953,1	853,8	759,4	-11,1	0,6	3,3	26,7
Alegre	756,3	887,4	875,4	946,0	870,2	980,8	12,7	0,7	3,3	30,0
Itapemirim	1.010,5	1.039,8	979,9	982,7	1.177,6	1.503,2	27,6	1,1	3,7	45,9
Castelo	1.145,4	1.099,1	1.043,7	922,1	1.003,5	1.328,8	32,4	1,0	4,3	37,9
Marataizes	817,9	892,2	920,0	896,0	1.037,3	1.138,7	9,8	0,9	5,1	31,2
Cachoeiro de Itapemirim	5.404,9	5.365,0	4.367,7	4.103,5	5.334,5	6.302,5	18,1	4,7	4,5	31,8
TOTAL	104.516,4	118.159,0	113.063,3	115.769,3	112.990,9	132.959,2	17,7	100,0	3,4	38,4

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado (TCEES), ainda não apreciados em plenário.

Despesa com Câmara

Posição	Municípios	Despesa com Câmara em reais
1º	Vila Velha	14.793.134
2º	Serra	14.202.797
3º	Vitória	13.800.603
4º	Cariacica	6.452.503
5º	Cachoeiro de Itapemirim	6.302.528
6º	Linhães	6.047.552
7º	Aracruz	5.754.264
8º	São Mateus	3.742.173
9º	Guarapari	2.965.162
10º	Anchieta	2.889.033
11º	Colatina	2.422.399
12º	Viana	2.273.604
13º	Domingos Martins	1.791.262
14º	Conceição da Barra	1.735.062
15º	Nova Venécia	1.542.486
16º	Santa Maria de Jetibá	1.510.791
17º	Itapemirim	1.503.183
18º	Ecoporanga	1.462.525
19º	Jaguaré	1.388.917
20º	Castelo	1.328.777
21º	Barra de São Francisco	1.313.810
22º	Vargem Alta	1.191.050
23º	Venda Nova do Imigrante	1.142.771
24º	Marataizes	1.138.651
25º	Santa Teresa	1.100.317
26º	Pinheiros	1.044.636
27º	Mimoso do Sul	1.034.090
28º	Pedro Canário	1.001.920
29º	Alegre	980.760
30º	São Gabriel da Palha	964.697
31º	Fundão	944.456
32º	Afonso Cláudio	896.553
33º	Rio Bananal	880.827
34º	Baixo Guandu	859.307
35º	Sooretama	858.992
36º	Marechal Floriano	829.626
37º	Muniz Freire	815.902
38º	Pancas	815.750
39º	Vila Valério	760.993
40º	Iúna	759.414
41º	Guaçuí	728.168
42º	Muqui	695.069
43º	Piúma	685.956
44º	Boa Esperança	685.738
45º	Mariálandia	683.617
46º	Ibatiba	681.169
47º	Iconha	665.881
48º	Presidente Kennedy	659.606
49º	Água Doce do Norte	637.197
50º	Ibiraçu	632.992
51º	Águia Branca	599.696
52º	Santa Leopoldina	581.776
53º	Irupi	576.087
54º	Vila Pavão	566.707
55º	Mantenópolis	556.860
56º	Rio Novo do Sul	554.717
57º	Jerônimo Monteiro	551.952
58º	João Neiva	547.890
59º	Governador Lindenberg	543.129
60º	São José do Calçado	531.790
61º	Montanha	530.377
62º	Conceição do Castelo	490.174
63º	Ibitirama	477.955
64º	Brejetuba	476.209
65º	São Roque do Canaã	472.938
66º	Itarana	464.198
67º	Ponto Belo	460.280
68º	Bom Jesus do Norte	449.648
69º	Apiacá	441.811
70º	Itaguaçu	439.206
71º	Alfredo Chaves	410.542
72º	Mucurici	406.154
73º	Laranja da Terra	396.878
74º	Alto Rio Novo	380.973
75º	Divino de São Lourenço	361.147
76º	São Domingos do Norte	357.822
77º	Dores do Rio Preto	333.598
78º	Atílio Vivácqua	-
TOTAL		132.959.185

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), não apreciados em plenário.

Despesa com Câmara per capita

Posição	Municípios	A / B	Despesa com Câmara A	População B
			em reais	
1º	Anchieta	129	2.889.033	22.311
2º	Aracruz	78	5.754.264	73.657
3º	Ponto Belo	71	460.280	6.514
4º	Presidente Kennedy	68	659.606	9.645
5º	Divino de São Lourenço	67	361.147	5.354
6º	Vila Pavão	67	566.707	8.488
7º	Jaguaré	65	1.388.917	21.379
8º	Mucurici	65	406.154	6.264
9º	Mariálandia	64	683.617	10.604
10º	Águia Branca	64	599.696	9.436
11º	Fundão	63	944.456	15.082
12º	Ecoporanga	62	1.462.525	23.644
13º	Venda Nova do Imigrante	59	1.142.771	19.217
14º	Ibiraçu	59	632.992	10.688
15º	Conceição da Barra	59	1.735.062	29.607
16º	Marechal Floriano	59	829.626	14.158
17º	Vargem Alta	58	1.191.050	20.550
18º	Alto Rio Novo	58	380.973	6.577
19º	Apiacá	55	441.811	8.073
20º	Governador Lindenberg	54	543.129	10.057
21º	Iconha	53	665.881	12.448
22º	Vila Valério	53	760.993	14.384
23º	Domingos Martins	53	1.791.262	33.873
24º	Irupi	53	576.087	10.959
25º	Santa Teresa	52	1.100.317	21.196
26º	Rio Bananal	52	880.827	16.986
27º	Mantenópolis	51	556.860	10.919
28º	Muqui	51	695.069	13.708
29º	Água Doce do Norte	50	637.197	12.788
30º	São José do Calçado	50	531.790	10.683
31º	Jerônimo Monteiro	50	551.952	11.143
32º	Linhães	49	6.047.552	123.000
33º	Pinheiros	49	1.044.636	21.330
34º	Dores do Rio Preto	49	333.598	6.870
35º	Boa Esperança	48	685.738	14.253
36º	Ibitirama	46	477.955	10.361
37º	Santa Maria de Jetibá	46	1.510.791	32.844
38º	Itapemirim	46	1.503.183	32.749
39º	Rio Novo do Sul	45	554.717	12.207
40º	Pedro Canário	45	1.001.920	22.414
41º	Bom Jesus do Norte	44	449.648	10.159
42º	Conceição do Castelo	44	490.174	11.189
43º	Vitória	44	13.800.603	317.085
44º	Santa Leopoldina	43	581.776	13.454
45º	São Domingos do Norte	43	357.822	8.325
46º	São Roque do Canaã	43	472.938	11.048
47º	Muniz Freire	42	815.902	19.344
48º	Pancas	41	815.750	19.957
49º	Sooretama	40	858.992	21.288
50º	Itarana	38	464.198	12.187
51º	Castelo	38	1.328.777	35.054
52º	Viana	38	2.273.604	60.537
53º	Mimoso do Sul	37	1.034.090	27.794
54º	Brejetuba	37	476.209	13.018
55º	Vila Velha	36	14.793.134	405.374
56º	São Mateus	36	3.742.173	102.955
57º	Serra	36	14.202.797	394.370
58º	Piúma	36	685.956	19.094
59º	Laranja da Terra	36	396.878	11.155
60º	Nova Venécia	34	1.542.486	45.607
61º	São Gabriel da Palha	34	964.697	28.576
62º	Barra de São Francisco	34	1.313.810	38.971
63º	João Neiva	33	547.890	16.653
64º	Montanha	32	530.377	16.620
65º	Cachoeiro de Itapemirim	32	6.302.528	198.150
66º	Marataizes	31	1.138.651	36.494
67º	Ibatiba	31	681.169	21.909
68º	Baixo Guandu	30	859.307	28.335
69º	Alegre	30	980.760	32.669
70º	Itaguaçu	29	439.206	15.310
71º	Alfredo Chaves	29	410.542	14.332
72º	Guarapari	27	2.965.162	108.120
73º	Iúna	27	759.414	28.433
74º	Afonso Cláudio	27	896.553	33.797
75º	Guaçuí	26	728.168	28.100
76º	Colatina	22	2.422.399	111.789
77º	Cariacica	18	6.452.503	361.058
78º	Atílio Vivácqua	-	-	9.555
TOTAL		38	132.959.185	3.464.285

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), não apreciados em plenário. Estimativa populacional para 2006 da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Educação

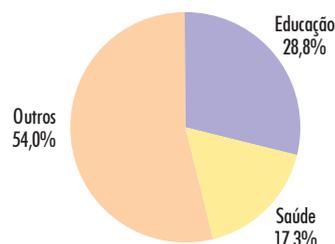
A partir desta edição, o anuário **Finanças dos Municípios Capixabas** passa a publicar os dados do gasto municipal em educação e alguns indicadores da área como o gasto por aluno, os Índices de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), as notas da Prova Brasil e as taxas de aprovação e de analfabetismo.

Com esses dados a sua disposição, o administrador público poderá comparar o desempenho do seu gasto com o dos demais municípios do Espírito Santo, a partir de 2002. Será possível verificar, também, se um determinado município, cujo gasto por aluno de 2006 foi elevado em relação aos demais, obteve bons resultados na Prova Brasil e no Ideb de 2005, único ano com dados disponíveis.

A Prova Brasil compõe o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e sua primeira edição foi realizada em novembro de 2005, em 5.387 municípios de todo o Brasil. Nessa prova são avaliados os conhecimentos em matemática e língua portuguesa dos alunos da 4ª e da 8ª séries do ensino fundamental de escolas públicas urbanas. O objetivo da Prova Brasil é expor à sociedade, aos administradores, gestores, professores, diretores, alunos e especialistas uma série de informações que permitem qualificar o sistema de ensino e, a partir daí, elaborar estratégias para superar as deficiências e as desigualdades entre estabelecimentos de ensino e até entre regiões do país. A divulgação dos melhores resultados também permite a disseminação de boas experiências.

Os municípios brasileiros cumprem a obrigação constitucional de aplicar na educação um mínimo de 25% do total da receita proveniente de impostos, incluídas as transferências oriundas de impostos (artigo 212 da Constituição Federal). Essa vinculação, estabelecida com o objetivo de garantir recursos estáveis para uma das mais importantes políticas públicas e assim universalizar o ensino e melhorar sua qualidade, tornou a educação a área que mais recebe recursos na administração municipal. Em 2006, do total do dispêndio dos municípios capixabas, 28,8% foi feita na função educação, seguido pela função saúde com 17,3%.

Participação do gasto municipal com educação e saúde no gasto total - 2006



De modo geral, não existe uma grande diferença entre o gasto anual com educação por aluno entre o grupo dos municípios com menos de 50 mil habitantes, de R\$ 2.590, e dos municípios que estão acima dessa faixa populacional, de R\$ 2.248. Os menores gastaram 15% a mais por aluno que os maiores, em 2006. Mas quando se examina cada município individualmente, as discrepâncias ficam visíveis.

Por exemplo, dentro da Região Metropolitana de Vitória encontram-se Guarapari e Cariacica com gastos por aluno de R\$ 1.801 e R\$ 1.746, respectivamente, enquanto que Vitória pôde destinar R\$ 3.152 por aluno. Na Região Nordeste, por sua vez, estão os dois maiores gastos por aluno do Estado, em 2006: São Domingos do Norte, com R\$ 6.462, e Governador Lindenberg, com R\$ 5.624. Ressalte-se que ambos são pequenos municípios que possuem reduzido número de alunos. Outros três municípios com elevados gastos são Presidente Kennedy (R\$ 4.181), Divino de São Lourenço (R\$ 3.926) e Jerônimo Monteiro (R\$ 3.780), todos da Região Sul. Os menores gastos foram realizados por Pedro Canário (R\$ 1.643), Sooretama (R\$ 1.695), Cachoeiro de

Itapemirim (R\$ 1.716), Cariacica (R\$ 1.746) e Conceição da Barra (R\$ 1.771).

Na maioria dos casos, parece haver uma relação direta entre maiores níveis de receita per capita e maiores gastos por aluno, ou seja, aqueles municípios que, por fatores estruturais, possuem baixo nível de receita por habitante, também possuirão um valor menor de gasto por aluno.

Mas, quando são confrontados o gasto por aluno com o desempenho do ensino municipal no Ideb, não há nenhuma relação direta. A tabela abaixo mostra que os 12 municípios capixabas com os mais altos valores no Ideb em ambas as fases do ensino fundamental não estão entre os que possuem os mais elevados gastos por aluno. Estão todos da 26ª posição para baixo, sendo que sete deles estão entre as 30 últimas posições. Cabe destaque para os municípios de Cachoeiro de Itapemirim, Linhares, Afonso Cláudio, Colatina e Nova Venécia que, com as menores despesas por aluno, alcançaram alguns dos mais altos valores no Ideb entre os municípios capixabas.

O Ideb - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica conjuga a avaliação de rendimento escolar (taxas de aprovação, reprovação e abandono) divulgadas pelo Censo Escolar, com as médias de desempenho, aferidas pela Prova Brasil e pelo Saeb. É um índice com valores de 0 a 10 que sintetiza informações sobre aprendizagem e fluxo do ensino fundamental (1ª e 2ª fases, ou seja, 4ª e 8ª séries) e do ensino médio, para cada Estado e cada município. O Ideb de 2005 para o Brasil foi 3,8 na 1ª fase, 3,5 na 2ª fase e 3,4 no ensino médio, sendo estabelecidas metas para se chegar a 6,0, 5,5 e 5,2 até o ano de 2022, nas respectivas fases do ensino fundamental e no ensino médio.

Maiores valores no Ideb de 2005 e gasto com educação por aluno em 2006

Município*	Ideb anos iniciais EF 2005	Ideb anos finais EF 2005	Gasto com educação por aluno da rede municipal 2006 <i>Em reais</i>	Posição no ranking do gasto por aluno 2006
Itarana	4,9	4,6	2.744	33º
Domingos Martins	4,5	4,7	2.536	43º
Castelo	4,8	4,3	2.626	38º
Alfredo Chaves	4,7	4,3	2.419	50º
Colatina	4,4	4,5	2.190	61º
Afonso Cláudio	4,2	4,4	2.168	62º
Vila Pavão	4,2	4,4	2.886	27º
Iconha	4,5	4,1	2.479	48º
Santa Teresa	4,4	4,1	2.906	26º
Nova Venécia	4,1	4,2	2.190	60º
Cachoeiro de Itapemirim	4,1	4,1	1.716	76º
Linhares	4,0	4,0	2.037	69º

* Seleccionados os municípios que obtiveram Ideb maior ou igual a 4 em ambas as fases.

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado (TCEES), ainda não apreciados em plenário. Número de matrículas e valores do Ideb do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

Menores valores no Ideb de 2005 e gasto com educação por aluno em 2006

Município	Ideb anos iniciais EF 2005	Ideb anos finais EF 2005	Gasto com educação por aluno da rede municipal 2006 <i>Em reais</i>	Posição no ranking do gasto por aluno 2006
Mucurici	2,9	2,6	3.087	20º
Mimoso do Sul	3,0	2,9	2.117	66º
Pedro Canário	3,5	2,5	1.643	78º
Apiacá	3,1	3,3	2.057	68º
Íluna	3,4	3,1	2.140	63º
Guaçuí	3,2	3,4	2.910	24º
Sooretama	3,9	2,9	1.695	77º
Viana	3,6	3,2	2.194	59º
Boa Esperança	3,1	3,7	2.267	57º
Bom Jesus do Norte	3,8	3,1	2.507	46º
Guarapari	3,7	3,2	1.801	73º
Barra de São Francisco	3,7	3,3	2.286	55º

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado (TCEES), ainda não apreciados em plenário. Número de matrículas e valores do Ideb do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

Avaliando os 12 municípios com os mais baixos valores no Ideb, pode-se perceber que, com exceção de Mucurici e de Guaçuí, todos possuem o gasto por aluno abaixo do valor da média dos municípios capixabas, de R\$ 2.678. O Município de Mucurici obteve a última colocação em ambos índices do Ideb, mas possui a 20ª maior despesa por aluno e é também o 6º colocado em maior receita corrente per capita no Estado. Portanto, muito provavelmente, a qualidade do ensino municipal em Mucurici não está de acordo com o seu nível de gasto por aluno, mostrando, mais uma vez, que gastos elevados por si só não garantem bom ensino.

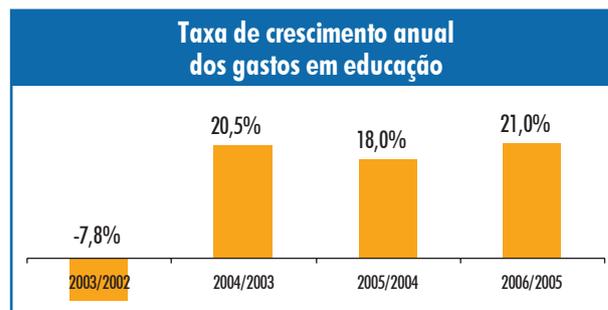
Desempenho

Os gastos em educação têm apresentado fortes taxas de crescimento nos últimos três anos. Segundo dados dos balanços municipais, o valor desembolsado pelo conjunto dos municípios capixabas em 2006, de R\$ 1,15 bilhão, foi 72% acima do efetivado em 2003. Em relação ao ano anterior, o aumento foi de 21%, com recursos adicionais aplicados na educação de R\$ 198,9 milhões.

Em São Gabriel da Palha, os gastos com educação mais que dobraram (115%), entre 2005 e 2006, passando de R\$ 4,4

milhões para R\$ 9,5 milhões. O aumento também foi muito expressivo em São Domingos do Norte (97%), Marataízes (91%), São José do Calçado (90%), Guaçuí (88%), Conceição do Castelo (79%), Muniz Freire (77%), Governador Lindenberg (74%) e João Neiva (73%). Ao todo, 14 municípios apresentaram aumento dos gastos em educação acima de 50%. Apenas Dolores do Rio Preto apresentou retração nesse gasto, de 18%, recuando de R\$ 2,9 milhões para R\$ 2,4 milhões.

Nas cidades com mais de 50 mil habitantes, os maiores aumentos percentuais ficaram por conta de Viana (43%), São Mateus (31,6%) e Vila Velha (26,6%), sendo que os dois últimos foram os que mais aplicaram recursos adicionais na educação, em termos absolutos: Vila Velha acrescentou R\$ 19,5 milhões e São Mateus, R\$ 10,6 milhões.



Aequus Consultoria

**Cada vez
mais presente
nas prefeituras
de todo o Brasil**

aequus
CONSULTORIA®

soluções que contam

www.aequus.com.br

Tels.: (27) 3235-7841/3235-7546

Ideb, Prova Brasil e matrículas na educação básica da rede de ensino municipal - 2005

Município	Ideb - anos iniciais EF	Ideb - anos finais EF	Prova Brasil (2005) - 4ª e 8ª série do Ens. Fundamental				Matrículas Educação Básica
			Matemática 4ª série	Língua Port. 4ª série	Matemática 8ª série	Língua Port. 8ª série	
MS NOROESTE							
Alto Rio Novo	3,7		181,7	166,4			1.106
São Domingos do Norte							876
Vila Pavão	4,2	4,4	191,0	174,0	250,3	226,4	1.577
Águia Branca	4,0	3,5	194,5	181,5	243,9	220,3	1.528
Governador Lindenberg							705
Marilândia	4,7		198,9	190,5			1.240
Mantenópolis	3,8	3,3	179,2	167,0	228,5	211,5	1.959
Água Doce do Norte	3,5		185,3	172,2			1.753
Boa Esperança	3,1	3,7	166,5	151,9	236,1	222,6	2.182
Vila Valério		4,2			254,0	226,4	1.692
Pancas	4,0	3,3	190,9	180,0	232,1	218,6	2.496
Ecoporanga	3,7		186,7	178,6			2.888
Baixo Guandu	3,8	3,5	184,2	173,0	242,1	218,1	4.777
São Gabriel da Palha	3,8	3,7	175,3	171,8	243,1	229,2	3.549
Barra de São Francisco	3,7	3,3	182,6	175,5	230,2	219,4	6.110
Nova Venécia	4,1	4,2	187,4	184,9	269,0	241,8	8.885
Colatina	4,4	4,5	194,1	188,5	262,4	239,8	15.042
MS LITORAL NORTE							
Mucurici	2,9	2,6	173,7	167,6	217,7	219,0	1.021
Ponto Belo	3,3		171,7	167,6			1.061
Ibiraçu	3,9		185,1	173,7			1.259
Fundão	4,4	3,7	186,6	182,0	246,3	235,7	2.515
Montanha	3,6	4,1	179,4	168,8	250,6	228,7	2.636
João Neiva	4,3	3,5	198,5	193,2	260,1	234,1	2.834
Rio Bananal	4,4	3,7	205,6	195,4	254,2	230,4	2.953
Sooretama	3,9	2,9	173,3	168,9	242,3	232,0	4.425
Pinheiros	3,8	3,5	180,7	170,3	247,4	225,3	4.440
Jaguaré	3,9		181,5	167,2			4.440
Pedro Canário	3,5	2,5	173,5	167,3	226,7	216,3	3.137
Conceição da Barra	3,4	4,0	172,6	167,3	248,7	234,4	5.593
Aracruz	4,7	3,8	194,4	185,5	253,2	234,1	14.847
São Mateus	3,9	3,9	182,7	175,3	255,3	238,9	17.771
Linhares	4,0	4,0	185,3	174,0	253,0	234,5	19.214
MS CENTRAL							
São Roque do Canaã							1.022
Laranja da Terra		4,0			265,6	229,2	1.385
Conceição do Castelo	3,7	4,2	194,5	190,8	278,4	258,3	2.097
Itarana	4,9	4,6	201,0	192,6	288,2	235,5	1.126
Rio Novo do Sul	4,2		200,9	188,1			1.263
Iconha	4,5	4,1	201,5	190,6	270,0	247,1	1.917
Brejetuba							1.506
Santa Leopoldina							1.296
Marechal Floriano	4,5		191,5	193,6			2.129
Alfredo Chaves	4,7	4,3	201,5	187,3	263,8	235,1	1.929
Itaguaçu	5,1		204,3	192,0			1.753
Piúma	4,1	3,4	190,0	185,1	243,3	223,2	3.561
Venda Nova do Imigrante	3,9	3,7	185,5	171,5	251,7	228,5	2.210
Santa Teresa	4,4	4,1	203,0	192,4	260,4	240,5	3.362
Anchieta	4,2	3,1	195,7	188,8	249,2	238,3	4.936
Santa Maria de Jetibá	3,2		156,9	149,4			3.521
Afonso Cláudio	4,2	4,4	196,7	187,8	276,6	245,1	4.548
Domingos Martins	4,5	4,7	194,9	189,0	276,5	251,0	4.395
REGIÃO METROPOLITANA							
Viana	3,6	3,2	174,2	167,1	234,0	219,1	11.153
Guarapari	3,7	3,2	180,1	174,7	246,7	231,9	13.845
Vitória	4,1	3,5	185,1	178,2	243,3	226,6	50.752
Cariacica	3,8	3,4	172,9	167,4	236,2	222,4	36.747
Serra	3,8	3,7	175,5	170,3	248,3	232,6	48.258
Vila Velha	4,3	3,6	187,3	182,6	250,3	234,3	43.170
MS SUL							
Divino de São Lourenço							515
Dores do Rio Preto	3,6		188,7	173,1			751
Apiacá	3,1	3,3	176,4	162,8	246,6	209,5	1.513
Atilio Vivácqua	3,9		187,2	176,8			2.029
Presidente Kennedy							1.522
Bom Jesus do Norte	3,8	3,1	183,6	167,3	215,0	211,2	952
Ibitirama	3,4		165,8	162,8			1.291
São José do Calçado	4,0	3,3	191,1	181,6	241,4	215,6	1.520
Irupi	3,6		183,2	173,4			1.713
Jerônimo Monteiro	4,2		190,3	184,7			1.155
Muqui	3,1	4,2	171,5	166,3	254,7	229,8	1.403
Muniz Freire	3,8	4,3	187,6	178,4	275,7	246,9	3.362
Vargem Alta	4,1	3,8	196,6	189,3	248,3	238,3	3.188
Ibatiba	3,9	3,6	190,2	181,2	259,7	229,1	3.168
Mimoso do Sul	3,0	2,9	159,5	161,0	230,4	219,9	3.094
Guaçuí	3,2	3,4	176,0	168,7	255,6	228,7	3.349
Iúna	3,4	3,1	187,3	177,0	249,3	234,0	4.420
Alegre							2.563
Itapemirim	3,6		192,6	183,4			4.125
Castelo	4,8	4,3	213,4	197,8	269,3	241,7	4.147
Marataízes	3,7	3,8	185,1	178,0	253,7	238,9	4.415
Cachoeiro de Itapemirim	4,1	4,1	188,5	184,3	265,7	246,9	23.873

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

Educação - 2002-2006

Regiões e municípios	2002	2003	2004	2005	2006	Variação 2006/2005	Participação na desp. total 2006	Gasto com educ. por aluno da rede municipal - 2006	Nº de matrículas na rede municipal 2006
	Em mil reais médios de 2006 - IPCA					Em %		Em reais	
MS Noroeste	92.492,5	81.941,3	92.324,6	113.376,7	147.908,2	30,5	32,0	2.503,1	59.090
Alto Rio Novo	1.659,5	1.865,7	2.180,9	2.252,5	2.840,9	26,1	29,0	2.541,0	1.118
São Domingos do Norte	3.160,4	2.367,0	2.720,7	2.872,8	5.660,7	97,0	42,8	6.462,0	876
Vila Pavão	2.747,2	2.211,6	2.152,6	2.902,0	4.645,8	60,1	33,6	2.885,6	1.610
Águia Branca	3.627,9	2.217,3	3.398,5	3.898,9	4.306,9	10,5	35,4	2.776,9	1.551
Governador Lindenberg	2.202,5	1.316,6	2.622,5	2.274,9	3.965,1	74,3	25,6	5.624,3	705
Marilândia	305,6	1.951,4	2.503,0	3.049,1	3.652,4	19,8	23,3	2.945,5	1.240
Mantenópolis	2.553,3	2.666,7	2.911,4	3.706,2	4.591,6	23,9	32,3	2.343,9	1.959
Água Doce do Norte	4.056,1	2.924,3	3.024,2	3.829,2	4.553,4	18,9	31,0	2.524,0	1.804
Boa Esperança	2.471,8	2.998,9	3.881,1	4.287,2	4.945,5	15,4	29,4	2.266,5	2.182
Vila Valério	4.566,2	4.021,1	3.546,0	5.005,8	4.919,2	-1,7	29,3	2.907,3	1.692
Pancas	4.890,3	3.186,5	3.839,9	5.082,5	7.096,7	39,6	30,3	2.834,1	2.504
Ecoporanga	4.125,3	3.659,4	5.426,1	6.133,4	7.637,3	24,5	28,1	2.625,4	2.909
Baixo Guandu	9.034,3	7.766,1	7.116,2	10.879,1	12.233,3	12,4	30,1	3.335,1	3.668
São Gabriel da Palha	4.835,6	3.911,1	5.506,0	4.418,2	9.501,4	115,0	32,8	1.989,0	4.777
Barra de São Francisco	8.736,0	5.859,1	7.198,6	10.004,5	13.985,7	39,8	39,5	2.285,6	6.119
Nova Venécia	9.154,8	8.969,9	9.010,0	12.543,5	20.332,2	62,1	43,1	2.189,6	9.286
Colatina	24.365,7	24.048,7	25.286,9	30.236,8	33.040,1	9,3	28,3	2.189,5	15.090
MS Litoral Norte	129.810,1	125.529,4	150.636,1	175.289,3	218.898,6	24,9	28,9	2.326,6	94.085
Mucuriç	3.373,6	2.196,1	2.268,4	2.495,1	3.325,2	33,3	30,1	3.087,4	1.077
Ponto Belo	2.261,5	1.348,1	1.715,0	2.439,9	3.392,9	39,1	29,7	2.657,0	1.277
Ibiraçu	3.006,7	2.498,4	2.812,6	3.051,8	4.045,7	32,6	25,8	3.213,4	1.259
Fundão	3.459,9	3.954,6	4.295,5	4.994,3	7.171,3	43,6	32,7	2.709,2	2.647
Montanha	5.575,7	4.301,2	5.205,8	5.755,2	8.489,6	47,5	38,1	2.829,9	3.000
João Neiva	5.842,0	4.565,5	4.595,9	5.431,8	9.385,1	72,8	37,8	3.169,6	2.961
Rio Bananal	2.409,0	3.544,0	4.882,2	4.843,2	7.170,0	48,0	34,5	2.535,4	2.828
Sooretama	4.639,4	4.594,2	5.167,5	7.311,8	8.200,9	12,2	30,6	1.694,7	4.839
Pinheiros	4.368,4	4.162,5	4.593,1	6.635,8	9.528,6	43,6	36,2	1.948,2	4.891
Jaguaré	6.919,3	7.779,9	9.899,2	11.938,8	12.917,3	8,2	31,0	2.656,8	4.862
Pedro Canário	4.587,9	4.072,9	3.254,4	4.496,0	5.453,9	21,3	28,4	1.643,2	3.319
Conceição da Barra	6.423,6	6.012,4	6.984,2	9.311,9	11.016,0	62,3	33,1	1.770,8	6.221
Aracruz	31.550,1	27.368,9	33.985,2	40.353,7	45.660,8	13,2	24,2	2.877,7	15.867
São Mateus	22.972,7	22.914,9	27.513,7	33.416,0	43.963,0	31,6	38,3	2.220,1	19.802
Linhares	22.420,1	26.215,7	33.463,4	32.814,1	39.178,5	19,4	22,1	2.036,8	19.235
MS Central	81.971,7	71.093,6	76.222,9	95.095,3	126.600,3	33,1	30,5	2.768,7	45.726
São Roque do Canaã	2.307,8	2.133,1	2.190,3	2.452,1	2.942,9	20,0	24,2	2.879,5	1.022
Laranja da Terra	2.241,7	2.486,6	2.868,8	3.458,3	4.360,6	26,1	32,6	3.148,5	1.385
Conceição do Castelo	3.564,1	2.502,9	2.958,9	4.208,7	7.547,7	79,3	38,8	3.285,9	2.297
Itarana	2.025,5	2.371,0	2.329,3	2.833,6	3.465,1	22,3	22,4	2.743,5	1.263
Rio Novo do Sul	1.985,9	2.115,7	2.975,7	3.007,5	3.590,9	19,4	27,7	2.997,4	1.198
Iconha	2.944,2	2.998,7	3.483,8	3.682,2	4.963,7	34,8	29,0	2.479,4	2.002
Brejetuba	4.928,5	3.669,0	2.953,1	3.729,4	4.394,8	17,8	29,5	2.918,2	1.506
Santa Leopoldina	4.509,8	4.152,3	3.101,7	3.972,5	4.552,2	14,6	27,5	3.320,3	1.371
Marechal Floriano	2.682,3	3.050,7	3.415,6	4.418,4	5.551,7	25,6	27,5	2.430,7	2.284
Alfredo Chaves	2.877,2	1.824,4	2.353,8	2.828,2	4.666,7	65,0	29,0	2.419,2	1.929
Itaguaçu	5.762,3	3.671,5	3.412,7	4.136,3	5.710,5	38,1	31,6	3.257,6	1.753
Piúma	2.431,8	2.541,4	3.077,4	5.106,2	7.035,1	37,8	34,6	1.911,7	3.680
Venda Nova do Imigrante	4.432,1	3.428,2	3.664,7	4.956,0	7.210,4	45,5	29,5	3.262,6	2.210
Santa Teresa	5.893,8	5.185,3	5.974,7	7.549,2	10.170,9	34,7	36,9	2.906,0	3.500
Anchieta	12.483,4	7.418,2	9.883,4	12.433,4	19.441,6	56,4	29,6	3.753,2	5.180
Santa Maria de Jetibá	8.111,8	8.768,9	7.285,1	8.128,0	8.855,4	8,9	26,4	2.388,8	3.707
Afonso Cláudio	4.956,8	5.728,4	6.773,9	8.318,5	10.581,0	27,2	36,7	2.167,8	4.881
Domingos Martins	7.832,8	7.047,2	7.520,0	9.876,9	11.559,0	17,0	30,2	2.536,0	4.558
Região Metropolitana	323.350,2	294.618,6	367.385,3	421.536,3	476.179,1	13,0	26,7	2.287,4	208.173
Viana	12.902,4	12.697,5	13.641,0	17.101,8	24.474,2	43,1	36,0	2.194,4	11.153
Guarapari	21.123,9	21.957,9	22.323,5	24.000,9	28.854,8	20,2	33,0	1.801,1	16.021
Vitória	135.773,2	120.769,2	134.723,8	154.622,3	159.969,4	3,5	21,7	3.152,0	50.752
Cariacica	36.806,2	30.813,6	37.511,0	58.218,4	66.890,5	14,9	41,9	1.746,1	38.308
Serra	69.630,7	61.203,9	100.826,7	94.345,7	103.277,1	9,5	23,7	2.128,5	48.520
Vila Velha	47.113,9	47.176,5	58.359,3	73.247,2	92.713,2	26,6	31,6	2.135,3	43.419
MS Sul	96.567,6	94.738,4	118.054,0	143.847,9	178.462,7	24,1	30,9	2.344,8	76.111
Divino de São Lourenço	1.180,8	1.180,0	1.416,3	1.550,4	2.022,1	30,4	25,4	3.926,3	515
Dores do Rio Preto	1.990,5	1.480,4	1.756,8	2.900,6	2.378,7	-18,0	27,8	3.167,4	751
Apiaçá	2.331,1	2.071,0	2.347,5	2.917,6	3.411,1	16,9	33,5	2.057,4	1.658
Atilio Vivacqua	2.683,0	3.110,1	4.559,0	4.365,3	4.758,5	9,0	35,3	2.345,2	2.029
Presidente Kennedy	3.242,1	3.590,7	4.659,7	6.200,7	7.501,0	21,0	28,6	4.181,1	1.794
Bom Jesus do Norte	1.513,9	1.631,7	1.952,0	2.060,2	2.386,2	15,8	23,9	2.506,5	952
Ibitirama	1.370,2	2.207,6	2.850,6	2.880,5	3.239,5	12,5	27,4	2.490,0	1.301
São José do Calçado	2.194,2	2.039,3	2.608,4	2.902,9	5.526,3	90,4	32,9	3.583,9	1.542
Irupi	2.528,8	2.575,0	3.337,7	3.628,6	4.484,1	23,6	32,2	2.602,5	1.723
Jerônimo Monteiro	2.168,2	2.011,0	2.301,4	2.685,3	4.366,2	62,6	31,9	3.780,2	1.155
Muqui	2.147,5	2.706,4	2.681,2	3.287,7	4.459,1	35,6	30,1	3.092,3	1.442
Muniz Freire	3.862,5	3.141,7	3.686,8	5.265,0	9.342,8	77,4	41,0	2.736,6	3.414
Vargem Alta	-	3.961,2	4.568,4	5.877,6	7.504,1	27,7	32,5	2.277,4	3.295
Ibatiba	5.984,1	4.355,9	5.421,9	5.971,1	8.670,9	45,2	38,4	2.418,7	3.585
Mimoso do Sul	5.958,0	5.106,2	4.785,9	5.400,8	7.382,0	36,7	25,9	2.117,0	3.487
Guaçuí	4.079,6	3.782,6	4.839,5	4.879,5	9.162,6	87,8	33,5	2.909,7	3.149
Lúna	6.402,4	4.938,3	5.836,6	7.467,4	10.652,1	42,6	40,1	2.140,3	4.977
Alegre	3.455,9	6.918,6	9.567,8	9.997,2	10.506,6	5,1	33,1	2.547,0	4.125
Itapemirim	5.136,4	3.321,3	3.937,5	9.415,4	9.456,5	0,4	20,8	3.619,0	2.613
Castelo	803,0	5.649,5	7.540,1	9.652,7	10.904,4	13,0	30,4	2.626,3	4.152
Marataizes	5.336,4	3.790,2	3.922,3	4.787,7	9.139,2	90,9	36,7	2.062,1	4.432
Cachoero de Itapemirim	32.199,0	25.169,7	33.476,4	39.754,0	41.208,8	3,7	29,3	1.715,6	24.020
TOTAL	724.192,0	667.921,3	804.622,8	949.145,6	1.148.048,9	21,0	28,8	2.678,3	428.645

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado (TCEES), ainda não apreciados em plenário. Número de matrículas do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

Despesa com educação

Posição	Municípios	Despesa com educação em reais
1º	Vitória	159.969.405
2º	Serra	103.277.069
3º	Vila Velha	92.713.170
4º	Cariacica	66.890.534
5º	Aracruz	45.660.776
6º	São Mateus	43.962.961
7º	Cachoeiro de Itapemirim	41.208.807
8º	Linhares	39.178.533
9º	Colatina	33.040.118
10º	Guarapari	28.854.752
11º	Viana	24.474.204
12º	Nova Venécia	20.332.200
13º	Anchieta	19.441.600
14º	Barra de São Francisco	13.985.673
15º	Jaguaré	12.917.301
16º	Baixo Guandu	12.233.297
17º	Domingos Martins	11.558.966
18º	Conceição da Barra	11.016.016
19º	Castelo	10.904.375
20º	Íluna	10.652.129
21º	Afonso Cláudio	10.580.998
22º	Alegre	10.506.567
23º	Santa Teresa	10.170.899
24º	Pinheiros	9.528.571
25º	São Gabriel da Palha	9.501.351
26º	Itapemirim	9.456.543
27º	João Neiva	9.385.083
28º	Muniz Freire	9.342.794
29º	Guaçuí	9.162.595
30º	Marataizes	9.139.187
31º	Santa Maria de Jetibá	8.855.384
32º	Ibatiba	8.670.907
33º	Montanha	8.489.557
34º	Sooretama	8.200.854
35º	Ecoporanga	7.637.260
36º	Conceição do Castelo	7.547.721
37º	Vargem Alta	7.504.080
38º	Presidente Kennedy	7.500.972
39º	Mimoso do Sul	7.381.990
40º	Venda Nova do Imigrante	7.210.422
41º	Fundão	7.171.292
42º	Rio Bananal	7.169.977
43º	Pancas	7.096.667
44º	Piúma	7.035.062
45º	Itaguaçu	5.710.506
46º	São Domingos do Norte	5.660.728
47º	Marechal Floriano	5.551.744
48º	São José do Calçado	5.526.310
49º	Pedro Canário	5.453.912
50º	Iconha	4.963.729
51º	Boa Esperança	4.945.539
52º	Vila Valério	4.919.223
53º	Átilio Vivácqua	4.758.473
54º	Alfredo Chaves	4.666.722
55º	Vila Pavão	4.645.793
56º	Mantenópolis	4.591.628
57º	Água Doce do Norte	4.553.385
58º	Santa Leopoldina	4.552.169
59º	Irupi	4.484.081
60º	Muqui	4.459.086
61º	Brejetuba	4.394.808
62º	Jerônimo Monteiro	4.366.158
63º	Laranja da Terra	4.360.627
64º	Águia Branca	4.306.905
65º	Ibiraçu	4.045.715
66º	Governador Lindenberg	3.965.150
67º	Marilândia	3.652.384
68º	Rio Novo do Sul	3.590.914
69º	Itarana	3.465.085
70º	Apiacá	3.411.146
71º	Ponto Belo	3.392.931
72º	Mucurici	3.325.155
73º	Ibitirama	3.239.483
74º	São Roque do Canaã	2.942.898
75º	Alto Rio Novo	2.840.870
76º	Bom Jesus do Norte	2.386.230
77º	Dores do Rio Preto	2.378.692
78º	Divino de São Lourenço	2.022.053
TOTAL		1.148.048.854

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), não apreciados em plenário.

Despesa com educação per capita

Posição	Municípios	A / B	Despesa com educação A	População B
		em reais		
1º	Anchieta	871	19.441.600	22.311
2º	Presidente Kennedy	778	7.500.972	9.645
3º	São Domingos do Norte	680	5.660.728	8.325
4º	Conceição do Castelo	675	7.547.721	11.189
5º	Aracruz	620	45.660.776	73.657
6º	Jaguaré	604	12.917.301	21.379
7º	João Neiva	564	9.385.083	16.653
8º	Vila Pavão	547	4.645.793	8.488
9º	Mucurici	531	3.325.155	6.264
10º	Ponto Belo	521	3.392.931	6.514
11º	São José do Calçado	517	5.526.310	10.683
12º	Montanha	511	8.489.557	16.620
13º	Vitória	505	159.969.405	317.085
14º	Átilio Vivácqua	498	4.758.473	9.555
15º	Muniz Freire	483	9.342.794	19.344
16º	Santa Teresa	480	10.170.899	21.196
17º	Fundão	475	7.171.292	15.082
18º	Águia Branca	456	4.306.905	9.436
19º	Pinheiros	447	9.528.571	21.330
20º	Nova Venécia	446	20.332.200	45.607
21º	Alto Rio Novo	432	2.840.870	6.577
22º	Baixo Guandu	432	12.233.297	28.335
23º	São Mateus	427	43.962.961	102.955
24º	Apiacá	423	3.411.146	8.073
25º	Rio Bananal	422	7.169.977	16.986
26º	Mantenópolis	421	4.591.628	10.919
27º	Irupi	409	4.484.081	10.959
28º	Viana	404	24.474.204	60.537
29º	Iconha	399	4.963.729	12.448
30º	Ibatiba	396	8.670.907	21.909
31º	Governador Lindenberg	394	3.965.150	10.057
32º	Marechal Floriano	392	5.551.744	14.158
33º	Jerônimo Monteiro	392	4.366.158	11.143
34º	Laranja da Terra	391	4.360.627	11.155
35º	Sooretama	385	8.200.854	21.288
36º	Ibiraçu	379	4.045.715	10.688
37º	Divino de São Lourenço	378	2.022.053	5.354
38º	Venda Nova do Imigrante	375	7.210.422	19.217
39º	Íluna	375	10.652.129	28.433
40º	Itaguaçu	373	5.710.506	15.310
41º	Conceição da Barra	372	11.016.016	29.607
42º	Piúma	368	7.035.062	19.094
43º	Vargem Alta	365	7.504.080	20.550
44º	Barra de São Francisco	359	13.985.673	38.971
45º	Água Doce do Norte	356	4.553.385	12.788
46º	Pancas	356	7.096.667	19.957
47º	Boa Esperança	347	4.945.539	14.253
48º	Dores do Rio Preto	346	2.378.692	6.870
49º	Marilândia	344	3.652.384	10.604
50º	Vila Valério	342	4.919.223	14.384
51º	Domingos Martins	341	11.558.966	33.873
52º	Santa Leopoldina	338	4.552.169	13.454
53º	Brejetuba	338	4.394.808	13.018
54º	São Gabriel da Palha	332	9.501.351	28.576
55º	Guaçuí	326	9.162.595	28.100
56º	Alfredo Chaves	326	4.666.722	14.332
57º	Muqui	325	4.459.086	13.708
58º	Ecoporanga	323	7.637.260	23.644
59º	Alegre	322	10.506.567	32.669
60º	Linhares	319	39.178.533	123.000
61º	Afonso Cláudio	313	10.580.998	33.797
62º	Ibitirama	313	3.239.483	10.361
63º	Castelo	311	10.904.375	35.054
64º	Colatina	296	33.040.118	111.789
65º	Rio Novo do Sul	294	3.590.914	12.207
66º	Itapemirim	289	9.456.543	32.749
67º	Itarana	284	3.465.085	12.187
68º	Santa Maria de Jetibá	270	8.855.384	32.844
69º	Guarapari	267	28.854.752	108.120
70º	São Roque do Canaã	266	2.942.898	11.048
71º	Mimoso do Sul	266	7.381.990	27.794
72º	Serra	262	103.277.069	394.370
73º	Marataizes	250	9.139.187	36.494
74º	Pedro Canário	243	5.453.912	22.414
75º	Bom Jesus do Norte	235	2.386.230	10.159
76º	Vila Velha	229	92.713.170	405.374
77º	Cachoeiro de Itapemirim	208	41.208.807	198.150
78º	Cariacica	185	66.890.534	361.058
TOTAL		331	1.148.048.854	3.464.285

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), não apreciados em plenário. Estimativa populacional para 2006 da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Saúde

Financiamento da saúde no ES

O modelo de prestação dos serviços públicos de saúde no Brasil foi desenhado pela Constituição de 1988, que instituiu o Sistema Único de Saúde (SUS). O objetivo é organizar um sistema hierarquizado e descentralizado de serviços de atenção à saúde, com funções compartilhadas entre a União, os estados e os municípios, entre elas a de financiamento dos serviços prestados.

Em 2006, os três níveis de governo aplicaram em saúde no Espírito Santo a quantia de R\$ 1,46 bilhão, valor 10% acima do efetivado no ano anterior. Observando os dois últimos anos é possível constatar que a União participou com pouco menos de um terço desses gastos, enquanto que o Estado, com 35%, e os municípios, com 34%, responderam juntos por quase 70%.

COMO FORAM CALCULADOS OS RECURSOS APLICADOS POR CADA ENTE

MUNICÍPIO: todo o gasto municipal com a função saúde, excluídas as transferências da União e do Estado para o SUS em suas diversas modalidades. Dados coletados dos balanços municipais.

ESTADO: todo o gasto estadual com a função saúde, excluídas as transferências da União para o SUS em suas diversas modalidades. Dados coletados do Balanço Geral do Estado.

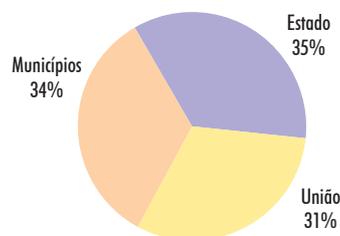
UNIÃO: total das transferências realizadas para o Estado e os municípios capixabas através do SUS em suas diversas modalidades. Dados coletados do Balanço Geral do Estado e dos balanços municipais.

Aplicação em saúde no Espírito Santo pelos três níveis de governo

	2005	2006	Varição 2006/2005
	Em R\$ milhões - IPCA médio de 2006		
União	404,8	454,5	12%
Estado	465,8	517,4	11%
Municípios	458,3	491,6	7%
Total	1.328,9	1.463,5	10%

Fonte: Balanço Geral do Estado e balanços municipais.

Participação da União, Estado e municípios nos gastos em saúde - 2006



Gastos municipais

A Emenda Constitucional nº 29, promulgada pelo Congresso Nacional em 13 de setembro de 2000, estabeleceu a aplicação mínima de recursos para financiar os gastos com a saúde. Conforme a emenda, desde 2004, os municípios devem aplicar um mínimo de 15% das receitas de IPTU, ITBI, ISS, IRRF e dos valores integrais das transferências constitucionais de FPM, ICMS, IPVA, ITR e IPI-exportação, em gastos com a saúde.

A EC nº 29 determinara que os municípios que estivessem aplicando menos de 15% em saúde, antes de 2004, deveriam elevar gradualmente esse percentual, reduzindo a diferença à razão de pelo menos um quinto por ano, sendo que, a partir do ano de 2000, a aplicação mínima seria de 7%.

Além dessa receita municipal, cuja aplicação está vinculada à saúde, os municípios recebem recursos da União (Fundo Nacional de Saúde - FNS) e dos estados (Fundo Estadual de Saúde - FNE) que são destinados ao Sistema Único de Saúde (SUS). Do FNS o município recebe uma parcela fixa, distribuída de acordo com o tamanho populacional do município, e outra que varia conforme a

quantidade de procedimentos realizados pelo SUS municipal. Existem ainda recursos destinados a programas específicos e a convênios.

Utilizando-se dessas fontes de financiamento, a saúde é a função que detém o segundo maior volume de recursos, ou seja, 17,3% de toda a despesa dos municípios capixabas, sendo menor apenas que a participação da função educação, de 28,8%.

A maior parcela do gasto municipal com saúde é efetuada com recursos próprios. Essa parcela foi de 71,1%, em 2006. A União, por meio das transferências realizadas para o Sistema Único de Saúde (SUS), contribuiu com uma média de 27,5%, nesse período, e o governo do Estado com apenas 1,1%. É importante lembrar que esses percentuais referem-se exclusivamente ao gasto municipal de saúde, não computando o gasto estadual e federal em saúde já mencionados no início desta seção.

Neste biênio, os valores repassados pela União apresentaram crescimento real de 19,2%, em 2005, e de 15,6%, em 2006. Os recursos próprios aplicados pelos municípios também apresentaram boas taxas de crescimento: 7,5%, em 2005, e 13,6%, em 2006.

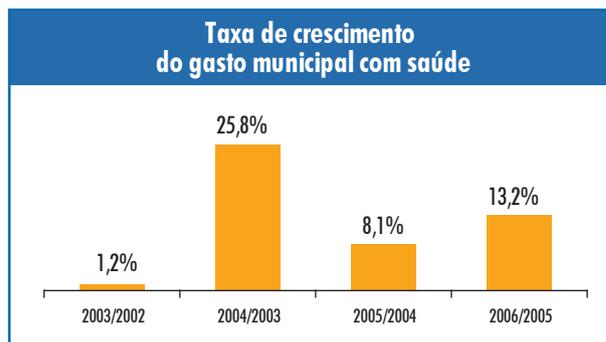
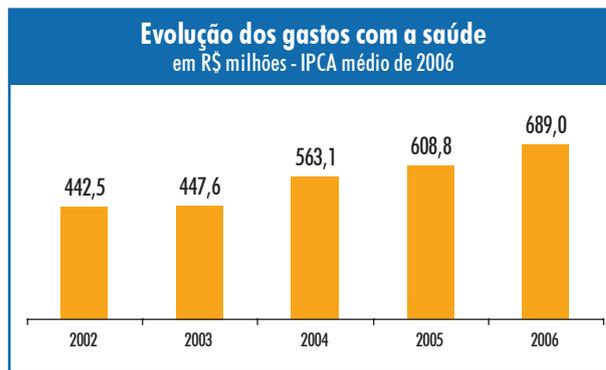
Estrutura do financiamento do gasto municipal em saúde

Entes	2004	2005	2006
União	27,1%	28,0%	27,5%
Estado	1,3%	0,8%	1,1%
Municípios	71,2%	70,9%	71,1%

Desempenho

Analisando o gasto com a função saúde dos municípios do Espírito Santo, desde 2002, verifica-se que a trajetória foi ascendente, com exceção do ano de 2003, quando o valor manteve-se estável em relação a 2002. Em 2006, os gastos alcançaram a cifra de R\$ 689 milhões, acumulando um acréscimo de 55,7% no período 2002-2006.

Os sucessivos aumentos nos gastos municipais nas ações e serviços de saúde demonstram a atenção que vem sendo dispensada para esse setor. Isso também fica evidente quando se observa que, em média, os municípios capixabas gastaram 17% de suas receitas de impostos na saúde, em 2006, percentual superior ao exigido pela EC nº 29.



Gasto com saúde per capita

Os municípios capixabas despenderam R\$ 199 por habitante em saúde no ano de 2006, sendo R\$ 57 referentes às transferências do SUS e R\$ 142 de recursos municipais. Entretanto, é possível observar uma grande discrepância entre os valores por habitante aplicados pelos municípios. Em 2006, Marataízes, num extremo, desembolsou R\$ 55 por habitante, ao passo que em Anchieta, na outra ponta, o valor alcançou R\$ 535, quase dez vezes mais.

O recurso estatístico conhecido como “coeficiente de correlação” indica que existe uma estreita relação entre gasto com saúde per capita e receita municipal per capita. Ou seja, quanto maior for a receita per capita maior o gasto com saúde per capita e vice-versa. Isso se explica em função da vinculação de importantes itens da receita aos gastos com saúde, conforme estabelecido pela mencionada EC nº 29. Assim, entre as dez cidades capixabas com maior gasto com saúde por habitante, sete estão entre as de maior receita corrente por habitante. No outro extremo, entre as dez de menor gasto por habitante, cinco delas estão entre as dez cidades de mais baixa receita corrente per capita.

Despesa de saúde com recursos próprios e com recursos do SUS - 2006

Regiões e municípios	Gastos total com saúde A	Receita SUS B	Gasto c/ recursos próprios C = A - B	Receita SUS / Total saúde B / A	Rec. próprios / Total saúde C / A
	Em reais médios de 2006 - IPCA			Em %	
MS Noroeste	94.128.016,9	40.040.554,5	54.087.462,4	42,5	57,5
Alto Rio Novo	2.047.241,6	762.060,7	1.285.181,0	37,2	62,8
São Domingos do Norte	1.889.172,6	373.538,9	1.515.633,8	19,8	80,2
Vila Pavão	2.242.146,8	330.411,4	1.911.735,4	14,7	85,3
Águia Branca	2.223.553,9	403.379,0	1.820.174,9	18,1	81,9
Governador Lindenberg	3.516.375,5	863.699,6	2.652.675,9	24,6	75,4
Mariândia	3.492.122,9	922.665,5	2.569.457,4	26,4	73,6
Mantenópolis	3.097.826,1	1.515.702,8	1.582.123,3	48,9	51,1
Água Doce do Norte	2.907.059,0	1.043.285,0	1.863.774,1	35,9	64,1
Boa Esperança	3.596.117,3	1.461.567,3	2.134.550,0	40,6	59,4
Vila Valério	2.729.125,7	568.965,8	2.160.159,9	20,8	79,2
Pancas	5.547.296,4	2.417.687,0	3.129.609,4	43,6	56,4
Ecoporanga	6.869.288,4	2.773.887,9	4.095.400,5	40,4	59,6
Baixo Guandu	7.830.668,0	1.473.912,7	6.356.755,3	18,8	81,2
São Gabriel da Palha	5.138.963,9	1.320.960,1	3.818.003,7	25,7	74,3
Barra de São Francisco	6.315.365,9	2.669.336,2	3.646.029,7	42,3	57,7
Nova Venécia	9.071.740,6	3.799.573,9	5.272.166,6	41,9	58,1
Colatina	25.613.952,4	17.339.920,9	8.274.031,5	67,7	32,3
MS Litoral Norte	137.773.653,2	41.851.626,7	95.922.026,5	30,4	69,6
Mucuri	2.070.168,9	667.864,6	1.402.304,3	32,3	67,7
Ponto Belo	2.523.346,1	499.505,4	2.023.840,7	19,8	80,2
Ibiraçu	3.288.947,9	759.303,5	2.529.644,4	23,1	76,9
Fundão	4.451.926,5	1.266.780,6	3.185.145,9	28,5	71,5
Montanha	4.301.125,4	918.524,2	3.382.601,2	21,4	78,6
João Neiva	5.294.254,9	1.613.528,3	3.680.726,6	30,5	69,5
Rio Bananal	4.317.499,7	1.344.458,8	2.973.041,0	31,1	68,9
Sooretama	3.750.661,3	1.117.786,7	2.632.874,6	29,8	70,2
Pinheiros	4.564.612,2	1.778.849,6	2.785.762,6	39,0	61,0
Jaguaré	7.416.576,9	2.215.146,8	5.201.430,1	29,9	70,1
Pedro Canário	3.844.400,6	1.949.233,6	1.895.167,1	50,7	49,3
Conceição da Barra	6.692.999,2	2.426.946,9	4.266.052,3	36,3	63,7
Aracruz	29.592.968,1	7.541.288,4	22.051.679,7	25,5	74,5
São Mateus	15.974.215,9	4.326.069,1	11.648.146,8	27,1	72,9
Linhares	39.689.949,5	13.426.340,3	26.263.609,3	33,8	66,2
MS Central	84.406.172,2	24.940.409,1	59.465.763,0	29,5	70,5
São Roque do Canaã	3.254.485,0	794.932,8	2.459.552,2	24,4	75,6
Laranja da Terra	3.076.054,8	765.586,6	2.310.468,3	24,9	75,1
Conceição do Castelo	3.407.051,4	870.228,3	2.536.823,1	25,5	74,5
Itarana	2.455.226,2	887.402,1	1.567.824,1	36,1	63,9
Rio Novo do Sul	1.757.873,8	762.422,0	995.451,8	43,4	56,6
Iconha	3.612.307,9	1.029.297,9	2.583.010,0	28,5	71,5
Brejetuba	3.531.351,0	1.120.638,7	2.410.712,4	31,7	68,3
Santa Leopoldina	2.770.031,6	537.279,8	2.232.751,9	19,4	80,6
Marechal Floriano	4.069.745,4	1.108.672,8	2.961.072,5	27,2	72,8
Alfredo Chaves	3.873.838,8	554.465,2	3.319.373,7	14,3	85,7
Itaguaçu	3.464.327,4	1.000.890,3	2.463.437,1	28,9	71,1
Plúma	4.251.012,4	1.586.776,7	2.664.235,7	37,3	62,7
Venda Nova do Imigrante	5.497.792,8	1.636.641,2	3.861.151,5	29,8	70,2
Santa Teresa	5.751.505,1	2.281.898,9	3.469.606,2	39,7	60,3
Anchieta	11.936.819,2	2.496.273,8	9.440.545,3	20,9	79,1
Santa Maria de Jetibá	8.401.083,2	2.635.108,6	5.765.974,6	31,4	68,6
Afonso Cláudio	6.713.489,2	2.702.658,7	4.010.830,5	40,3	59,7
Domingos Martins	6.582.177,0	2.169.234,8	4.412.942,2	33,0	67,0
Região Metropolitana	269.180.729,0	53.470.519,8	215.710.209,3	19,9	80,1
Viana	10.720.876,7	2.813.957,5	7.906.919,2	26,2	73,8
Guarapari	14.421.244,4	4.775.621,5	9.645.622,9	33,1	66,9
Vitória	111.089.042,9	12.902.209,2	98.186.833,7	11,6	88,4
Cariacica	23.850.635,8	8.984.789,0	14.865.846,8	37,7	62,3
Serra	66.128.968,6	11.241.114,6	54.887.853,9	17,0	83,0
Vila Velha	42.969.960,7	12.752.828,0	30.217.132,7	29,7	70,3
MS Sul	103.542.656,8	37.858.846,9	65.683.810,0	36,6	63,4
Divino de São Lourenço	1.805.699,7	447.864,2	1.357.835,5	24,8	75,2
Dores do Rio Preto	1.988.502,6	546.377,9	1.442.124,7	27,5	72,5
Apiacá	2.591.740,4	807.942,8	1.783.797,6	31,2	68,8
Atilio Vivacqua	3.416.361,6	960.429,4	2.455.932,3	28,1	71,9
Presidente Kennedy	4.113.753,1	819.058,6	3.294.694,6	19,9	80,1
Bom Jesus do Norte	2.543.921,6	910.823,7	1.633.097,9	35,8	64,2
Ibitirama	1.395.047,3	885.262,0	509.785,3	63,5	36,5
São José do Calçado	2.776.291,0	1.479.383,1	1.296.907,9	53,3	46,7
Irupi	2.615.990,8	744.906,9	1.871.083,9	28,5	71,5
Jerônimo Monteiro	2.174.508,9	812.497,8	1.362.011,0	37,4	62,6
Muqui	3.340.331,8	1.486.840,8	1.853.491,0	44,5	55,5
Muniz Freire	3.769.930,1	1.273.891,9	2.496.038,2	33,8	66,2
Vargem Alta	4.969.550,1	1.771.672,4	3.197.877,8	35,7	64,3
Ibatiba	4.872.708,1	1.745.824,4	3.126.883,7	35,8	64,2
Mimoso do Sul	6.230.911,5	2.771.401,0	3.459.510,5	44,5	55,5
Guaçuí	4.981.768,6	2.452.684,9	2.529.083,8	49,2	50,8
Iúna	4.297.412,4	1.300.786,0	2.996.626,5	30,3	69,7
Alegre	7.096.499,2	3.135.863,4	3.960.635,8	44,2	55,8
Itapemirim	5.886.680,1	1.456.797,5	4.429.882,6	24,7	75,3
Castelo	7.378.499,3	2.510.561,0	4.867.938,3	34,0	66,0
Marataizes	2.025.415,6	1.459.990,6	565.425,1	72,1	27,9
Cachoeiro de Itapemirim	23.271.133,0	8.077.986,7	15.193.146,4	34,7	65,3
TOTAL	689.031.228,2	198.161.957,0	490.869.271,2	28,8	71,2

Fonte: balanços municipais de 2006, coletados no Tribunal de Contas do Estado (TCEES), não apreciados em plenário.

Faculdade de Ensino Superior
FACELI
Prefeitura de Linhares



Universidade Aberta do Brasil
UAB
Prefeitura de Linhares

LINHARES, trabalho honesto e ensino superior para todos.

A prefeitura de Linhares entregou mais uma grande obra ao povo linharenses: a FACELI - Faculdade de Ensino Superior de Linhares. Uma realização que contribui para o avanço do município oferecendo capacitação profissional com ensino de qualidade e gratuito ao alcance de todos.



Saúde - 2002-2006

Regiões e municípios	2002	2003	2004	2005	2006	Variação 2006/2005	Participação na desp. total 2006	Gasto com saúde per capita 2006
	Em mil reais médios de 2006 - IPCA					Em %		Em reais
MS Noroeste	69.867,9	62.978,7	71.476,9	76.612,2	94.128,0	22,9	20,4	233,7
Alto Rio Novo	1.440,2	1.401,4	1.641,9	1.898,7	2.047,2	7,8	20,9	311,3
São Domingos do Norte	1.282,2	1.201,1	1.299,6	1.534,3	1.889,2	23,1	14,3	226,9
Vila Pavão	1.047,4	1.279,6	1.337,7	1.729,7	2.242,1	29,6	16,2	264,2
Água Branca	1.403,9	1.475,8	1.618,7	1.833,6	2.223,6	21,3	18,3	235,6
Governador Lindenberg	1.993,6	2.038,3	2.396,9	3.187,9	3.516,4	10,3	22,7	349,6
Mariândia	3.668,1	2.373,7	3.043,3	3.180,7	3.492,1	9,8	22,3	329,3
Mantenópolis	2.242,4	1.979,6	2.193,6	3.318,9	3.097,8	-6,7	21,8	283,7
Água Doce do Norte	2.003,4	1.648,1	2.031,2	1.873,9	2.907,1	55,1	19,8	227,3
Boa Esperança	2.663,8	2.735,5	2.849,6	3.116,9	3.596,1	15,4	21,4	252,3
Vila Valério	2.693,1	2.492,1	2.105,1	2.318,9	2.729,1	17,7	16,3	189,7
Pancas	4.740,4	4.367,6	4.089,8	4.662,8	5.547,3	19,0	23,7	278,0
Ecoporanga	5.285,9	4.836,7	5.172,7	5.810,6	6.869,3	18,2	25,3	290,5
Baixo Guandu	5.377,2	3.814,9	3.349,3	5.955,6	7.830,7	31,5	19,3	276,4
São Gabriel da Palha	3.350,1	220,5	4.034,2	4.554,7	5.139,0	12,8	17,7	179,8
Barra de São Francisco	5.191,2	4.643,5	5.725,8	593,7	6.315,4	963,8	17,9	162,1
Nova Venécia	6.078,7	6.141,4	6.227,9	7.486,0	9.071,7	21,2	19,2	198,9
Colatina	19.406,3	20.328,8	22.359,5	23.555,4	25.614,0	8,7	21,9	229,1
MS Litoral Norte	84.365,1	85.601,2	111.504,5	127.185,5	137.773,7	8,3	18,2	273,1
Mucurici	1.480,5	1.402,1	1.979,3	1.781,6	2.070,2	16,2	18,7	330,5
Ponto Belo	1.425,2	1.333,8	1.508,3	1.941,8	2.523,3	30,0	22,1	387,4
Ibiraçu	2.647,5	1.783,0	2.104,7	2.475,9	3.288,9	32,8	21,0	307,7
Fundão	2.501,9	2.190,7	2.506,1	3.339,8	4.451,9	33,3	20,3	295,2
Montanha	1.970,9	2.629,8	2.976,4	3.364,2	4.301,1	27,9	19,3	258,8
João Neiva	3.110,2	3.312,0	3.308,6	4.160,9	5.294,3	27,2	21,3	317,9
Rio Bananal	3.679,0	3.273,8	3.556,3	3.964,2	4.317,5	8,9	20,8	254,2
Sooretama	2.890,8	2.857,4	2.942,9	3.105,1	3.750,7	20,8	14,0	176,2
Pinheiros	-	3.419,8	3.949,7	4.820,8	4.564,6	-5,3	17,4	214,0
Jaguaré	4.908,8	4.984,6	5.974,8	7.040,6	7.416,6	5,3	17,8	346,9
Pedro Canário	1.204,2	2.268,8	3.457,3	5.173,4	3.844,4	-25,7	20,0	171,5
Conceição da Barra	4.642,0	4.836,7	5.412,0	6.677,2	6.693,0	0,2	20,1	226,1
Aracruz	21.962,1	18.460,9	26.302,0	30.210,2	29.593,0	-2,0	15,7	401,8
São Mateus	10.921,3	10.397,5	12.506,7	13.746,9	15.974,2	16,2	13,9	155,2
Linhares	21.020,6	22.450,3	33.019,6	35.383,0	39.689,9	12,2	22,4	322,7
MS Central	58.078,5	54.048,0	61.816,4	70.237,3	84.406,2	20,2	20,3	261,5
São Roque do Canaã	2.129,7	1.899,6	1.961,0	2.308,4	3.254,5	41,0	26,8	294,6
Laranja da Terra	1.753,2	1.770,8	1.991,6	2.590,3	3.076,1	18,8	23,0	275,8
Conceição do Castelo	1.514,2	1.946,5	2.303,9	2.982,5	3.407,1	14,2	17,5	304,5
Itarana	1.821,5	1.970,0	2.085,8	1.983,2	2.455,2	23,8	15,9	201,5
Rio Novo do Sul	2.127,8	1.895,6	2.038,3	2.015,5	1.757,9	-12,8	13,6	144,0
Iconha	1.464,5	1.821,7	1.975,3	2.799,2	3.612,3	29,0	21,1	290,2
Brejetuba	2.340,7	2.589,0	2.313,9	3.263,0	3.531,4	8,2	23,7	271,3
Santa Leopoldina	3.244,3	1.816,3	2.288,4	2.461,4	2.770,0	12,5	16,7	205,9
Marechal Floriano	2.090,2	2.430,1	2.709,9	3.251,1	4.069,7	25,2	20,1	287,5
Alfredo Chaves	1.539,7	675,2	1.470,7	2.382,0	3.873,8	62,6	24,1	270,3
Itaguaçu	2.750,3	2.112,8	2.395,5	2.450,8	3.464,3	41,4	19,1	226,3
Piúma	2.447,9	2.636,3	2.442,0	3.508,8	4.251,0	21,2	20,9	222,6
Venda Nova do Imigrante	2.803,7	3.209,7	3.977,8	4.978,9	5.497,8	10,4	22,5	286,1
Santa Teresa	6.351,9	3.925,7	3.583,7	4.490,8	5.751,5	28,1	20,9	271,3
Anchieta	6.532,0	7.675,3	11.955,8	9.804,9	11.936,8	21,7	18,2	535,0
Santa Maria de Jetibá	6.015,6	5.634,9	6.238,1	7.348,4	8.401,1	14,3	25,0	255,8
Afonso Cláudio	5.913,1	4.750,9	5.085,0	6.114,1	6.713,5	9,8	23,3	198,6
Domingos Martins	5.238,3	5.287,7	4.999,6	5.504,0	6.582,2	19,6	17,2	194,3
Região Metropolitana	156.876,9	178.867,6	237.922,2	240.301,4	269.180,7	12,0	15,1	163,5
Viana	6.452,8	6.559,5	7.548,7	8.114,1	10.720,9	32,1	15,8	177,1
Guarapari	6.674,1	7.997,2	9.711,7	10.229,8	14.421,2	41,0	16,5	133,4
Vitória	69.451,5	75.045,3	92.036,2	100.227,3	111.089,0	10,8	15,1	350,3
Cariacica	4.149,5	15.401,4	23.771,4	22.325,8	23.850,6	6,8	14,9	66,1
Serra	46.566,9	45.061,7	64.743,8	60.582,2	66.129,0	9,2	15,2	167,7
Vila Velha	23.582,3	28.802,5	40.110,3	38.822,2	42.970,0	10,7	14,6	106,0
MS Sul	73.291,2	66.073,8	80.418,3	94.464,4	103.542,7	9,6	17,9	176,2
Divino de São Lourenço	1.123,5	1.040,1	1.180,7	1.341,2	1.805,7	34,6	22,7	337,3
Dores do Rio Preto	808,6	881,8	1.240,5	1.625,8	1.988,5	22,3	23,2	289,4
Apiacá	1.841,5	1.338,5	1.423,5	1.916,3	2.591,7	35,2	25,4	321,0
Atilio Vivacqua	3.035,7	2.459,6	2.833,0	3.337,8	3.416,4	2,4	25,3	357,5
Presidente Kennedy	2.445,4	-	-	4.320,0	4.113,8	-4,8	15,7	426,5
Bom Jesus do Norte	1.543,2	1.618,7	1.942,9	2.128,9	2.543,9	19,5	25,4	250,4
Ibitirama	865,7	892,1	1.646,9	2.059,8	1.395,0	-32,3	11,8	134,6
São José do Calçado	2.354,1	1.615,9	2.467,5	2.742,7	2.776,3	1,2	16,5	259,9
Irupi	2.225,3	1.316,9	1.731,4	2.102,2	2.616,0	24,4	18,8	238,7
Jerônimo Monteiro	1.482,2	1.407,3	1.494,2	1.921,0	2.174,5	13,2	15,9	195,1
Muqui	3.190,7	2.788,3	3.077,2	3.331,3	3.340,3	0,3	22,5	243,7
Muniz Freire	3.069,6	1.645,0	1.519,9	3.389,6	3.769,9	11,2	16,5	194,9
Vargem Alta	-	3.652,4	3.985,9	4.314,4	4.969,6	15,2	21,5	241,8
Ibatiba	3.917,7	3.254,0	4.096,4	3.996,3	4.872,7	21,9	21,6	222,4
Mimoso do Sul	5.258,2	5.105,5	5.127,7	5.052,3	6.230,9	23,3	21,9	224,2
Guaçuí	2.193,4	1.992,8	3.129,6	4.019,4	4.981,8	23,9	18,2	177,3
Iúna	2.846,4	2.586,9	3.278,8	3.668,9	4.297,4	17,1	16,2	151,1
Álegre	4.482,9	4.640,4	5.726,1	5.765,3	7.096,5	23,1	22,3	217,2
Itapemirim	2.906,3	2.993,3	4.045,2	5.187,7	5.886,7	13,5	13,0	179,8
Castelo	5.227,7	5.359,3	6.118,8	6.253,1	7.378,5	18,0	20,6	210,5
Marataizes	3.374,0	1.120,8	3.576,3	4.433,7	2.025,4	-54,3	8,1	55,5
Cachoeiro de Itapemirim	19.099,1	18.364,2	20.775,9	21.556,7	23.271,1	8,0	16,5	117,4
TOTAL	442.479,6	447.569,2	563.338,2	608.800,8	689.031,2	13,2	17,3	198,9

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado (TCEES), ainda não apreciados em plenário.

FINANÇAS DOS MUNICÍPIOS CAPIXABAS 2007

Despesa com saúde

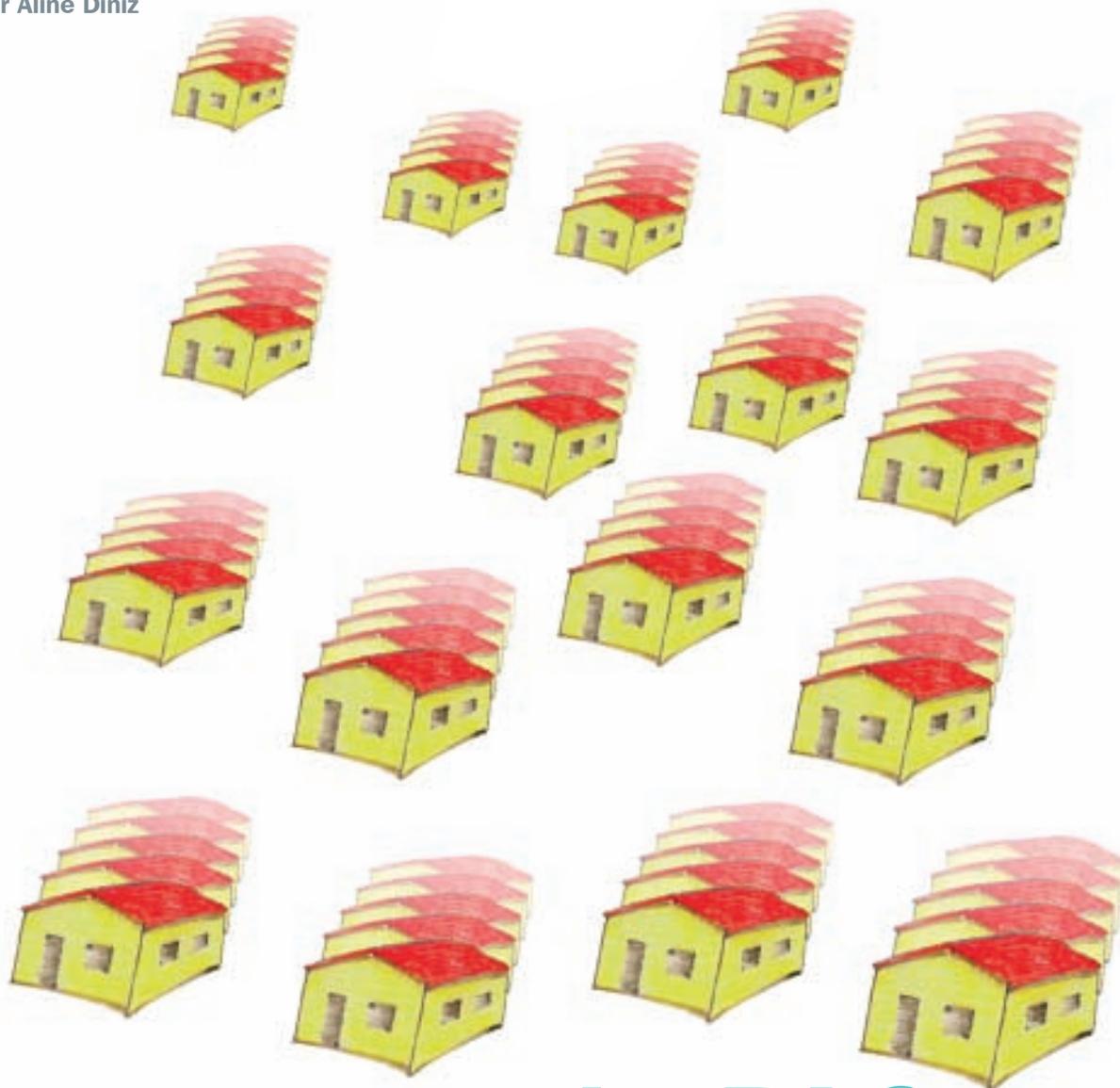
Posição	Municípios	Despesa com saúde em reais
1º	Vitória	111.089.043
2º	Serra	66.128.969
3º	Vila Velha	42.969.961
4º	Linhares	39.689.950
5º	Aracruz	29.592.968
6º	Colatina	25.613.952
7º	Cariacica	23.850.636
8º	Cachoeiro de Itapemirim	23.271.133
9º	São Mateus	15.974.216
10º	Guarapari	14.421.244
11º	Anchieta	11.936.819
12º	Viana	10.720.877
13º	Nova Venécia	9.071.741
14º	Santa Maria de Jetibá	8.401.083
15º	Baixo Guandu	7.830.668
16º	Jaguaré	7.416.577
17º	Castelo	7.378.499
18º	Alegre	7.096.499
19º	Ecoporanga	6.869.288
20º	Afonso Cláudio	6.713.489
21º	Conceição da Barra	6.692.999
22º	Domingos Martins	6.582.177
23º	Barra de São Francisco	6.315.366
24º	Mimoso do Sul	6.230.912
25º	Itapemirim	5.886.680
26º	Santa Teresa	5.751.505
27º	Pancas	5.547.296
28º	Venda Nova do Imigrante	5.497.793
29º	João Neiva	5.294.255
30º	São Gabriel da Palha	5.138.964
31º	Guaçuí	4.981.769
32º	Vargem Alta	4.969.550
33º	Ibatiba	4.872.708
34º	Pinheiros	4.564.612
35º	Fundão	4.451.927
36º	Rio Bananal	4.317.500
37º	Montanha	4.301.125
38º	Lúna	4.297.412
39º	Piúma	4.251.012
40º	Presidente Kennedy	4.113.753
41º	Marechal Floriano	4.069.745
42º	Alfredo Chaves	3.873.839
43º	Pedro Canário	3.844.401
44º	Muniz Freire	3.769.930
45º	Sooretama	3.750.661
46º	Iconha	3.612.308
47º	Boa Esperança	3.596.117
48º	Brejetuba	3.531.351
49º	Governador Lindenberg	3.516.376
50º	Marilândia	3.492.123
51º	Itaguaçu	3.464.327
52º	Atílio Vivácqua	3.416.362
53º	Conceição do Castelo	3.407.051
54º	Muqui	3.340.332
55º	Ibiraçu	3.288.948
56º	São Roque do Canaã	3.254.485
57º	Mantenópolis	3.097.826
58º	Laranja da Terra	3.076.055
59º	Água Doce do Norte	2.907.059
60º	São José do Calçado	2.776.291
61º	Santa Leopoldina	2.770.032
62º	Vila Valério	2.729.126
63º	Irupi	2.615.991
64º	Apiacá	2.591.740
65º	Bom Jesus do Norte	2.543.922
66º	Ponto Belo	2.523.346
67º	Itarana	2.455.226
68º	Vila Pavão	2.242.147
69º	Águia Branca	2.223.554
70º	Jerônimo Monteiro	2.174.509
71º	Mucurici	2.070.169
72º	Alto Rio Novo	2.047.242
73º	Marataízes	2.025.416
74º	Dores do Rio Preto	1.988.503
75º	São Domingos do Norte	1.889.173
76º	Divino de São Lourenço	1.805.700
77º	Rio Novo do Sul	1.757.874
78º	Ibitirama	1.395.047
TOTAL		689.031.228

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), não apreciados em plenário.

Despesa com saúde per capita

Posição	Municípios	A / B	Despesa com saúde A	População B
			em reais	
1º	Anchieta	535	11.936.819	22.311
2º	Presidente Kennedy	427	4.113.753	9.645
3º	Aracruz	402	29.592.968	73.657
4º	Ponto Belo	387	2.523.346	6.514
5º	Atílio Vivácqua	358	3.416.362	9.555
6º	Vitória	350	111.089.043	317.085
7º	Governador Lindenberg	350	3.516.376	10.057
8º	Jaguaré	347	7.416.577	21.379
9º	Divino de São Lourenço	337	1.805.700	5.354
10º	Mucurici	330	2.070.169	6.264
11º	Marilândia	329	3.492.123	10.604
12º	Linhares	323	39.689.950	123.000
13º	Apiacá	321	2.591.740	8.073
14º	João Neiva	318	5.294.255	16.653
15º	Alto Rio Novo	311	2.047.242	6.577
16º	Ibiraçu	308	3.288.948	10.688
17º	Conceição do Castelo	305	3.407.051	11.189
18º	Fundão	295	4.451.927	15.082
19º	São Roque do Canaã	295	3.254.485	11.048
20º	Ecoporanga	291	6.869.288	23.644
21º	Iconha	290	3.612.308	12.448
22º	Dores do Rio Preto	289	1.988.503	6.870
23º	Marechal Floriano	287	4.069.745	14.158
24º	Venda Nova do Imigrante	286	5.497.793	19.217
25º	Mantenópolis	284	3.097.826	10.919
26º	Pancas	278	5.547.296	19.957
27º	Baixo Guandu	276	7.830.668	28.335
28º	Laranja da Terra	276	3.076.055	11.155
29º	Santa Teresa	271	5.751.505	21.196
30º	Brejetuba	271	3.531.351	13.018
31º	Alfredo Chaves	270	3.873.839	14.332
32º	Vila Pavão	264	2.242.147	8.488
33º	São José do Calçado	260	2.776.291	10.683
34º	Montanha	259	4.301.125	16.620
35º	Santa Maria de Jetibá	256	8.401.083	32.844
36º	Rio Bananal	254	4.317.500	16.986
37º	Boa Esperança	252	3.596.117	14.253
38º	Bom Jesus do Norte	250	2.543.922	10.159
39º	Muqui	244	3.340.332	13.708
40º	Vargem Alta	242	4.969.550	20.550
41º	Irupi	239	2.615.991	10.959
42º	Águia Branca	236	2.223.554	9.436
43º	Colatina	229	25.613.952	111.789
44º	Água Doce do Norte	227	2.907.059	12.788
45º	São Domingos do Norte	227	1.889.173	8.325
46º	Itaguaçu	226	3.464.327	15.310
47º	Conceição da Barra	226	6.692.999	29.607
48º	Mimoso do Sul	224	6.230.912	27.794
49º	Piúma	223	4.251.012	19.094
50º	Ibatiba	222	4.872.708	21.909
51º	Alegre	217	7.096.499	32.669
52º	Pinheiros	214	4.564.612	21.330
53º	Castelo	210	7.378.499	35.054
54º	Santa Leopoldina	206	2.770.032	13.454
55º	Itarana	201	2.455.226	12.187
56º	Nova Venécia	199	9.071.741	45.607
57º	Afonso Cláudio	199	6.713.489	33.797
58º	Jerônimo Monteiro	195	2.174.509	11.143
59º	Muniz Freire	195	3.769.930	19.344
60º	Domingos Martins	194	6.582.177	33.873
61º	Vila Valério	190	2.729.126	14.384
62º	São Gabriel da Palha	180	5.138.964	28.576
63º	Itapemirim	180	5.886.680	32.749
64º	Guaçuí	177	4.981.769	28.100
65º	Viana	177	10.720.877	60.537
66º	Sooretama	176	3.750.661	21.288
67º	Pedro Canário	172	3.844.401	22.414
68º	Serra	168	66.128.969	394.370
69º	Barra de São Francisco	162	6.315.366	38.971
70º	São Mateus	155	15.974.216	102.955
71º	Lúna	151	4.297.412	28.433
72º	Rio Novo do Sul	144	1.757.874	12.207
73º	Ibitirama	135	1.395.047	10.361
74º	Guarapari	133	14.421.244	108.120
75º	Cachoeiro de Itapemirim	117	23.271.133	198.150
76º	Vila Velha	106	42.969.961	405.374
77º	Cariacica	66	23.850.636	361.058
78º	Marataízes	55	2.025.416	36.494
TOTAL		199	689.031.228	3.464.285

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), não apreciados em plenário. Estimativa populacional para 2006 da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).



Impactos do PAC no Espírito Santo

Apontado como uma nova fase da política econômica, o governo federal lançou o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), em janeiro de 2007, determinando ações e diretrizes que visam ao crescimento econômico brasileiro, com investimentos prioritários na área de infra-estrutura.

Em entrevista exclusiva para o anuário **Finanças dos Municípios Capixabas**, a presidente da Caixa Econômica Federal, **Maria Fernanda Ramos**, aponta os principais

eixos do programa, os trabalhos já desenvolvidos – em parceria com estados, municípios e iniciativa privada – e os desafios do projeto até 2010.

Junto com o superintendente da Caixa no Espírito Santo, **Antônio Carlos Ferreira**, Maria Fernanda ressalta a participação do Estado dentro do PAC, como o recente anúncio do repasse de R\$ 670 milhões para obras de saneamento em municípios capixabas.

Finanças dos Municípios Capixabas – Como surgiu a idéia do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)?

Maria Fernanda – Considerando que o país conseguiu, no período de 2003 a 2006, avanços importantes para a estabilidade econômica, controlando a inflação e com inclusão social, o governo federal lançou o PAC para induzir, como o próprio nome diz, a uma aceleração do crescimento, agora em base sólidas e sustentáveis.

Quais são os objetivos do programa e as principais áreas beneficiadas?

Maria Fernanda – O PAC tem o objetivo de acelerar o crescimento econômico, aumentar o emprego, melhorar as condições de vida da população brasileira e reduzir os desequilíbrios regionais. Para alcançar essas metas, o PAC traz medidas que incentivam o investimento privado, aumentam o investimento público em infra-estrutura e removem obstáculos (burocráticos, administrativos, normativos, jurídicos e legislativos) ao crescimento.

As medidas do programa estão organizadas em cinco blocos. O primeiro é investimento em infra-estrutura (logística, energética, social e urbana). O segundo é estimular o crédito e outro bloco é o que busca melhorar o ambiente de negócios. Em quarto lugar está a desoneração do sistema tributário e, por último, o aperfeiçoamento das medidas fiscais de longo prazo.

Qual é o papel da Caixa Econômica Federal neste programa?

Maria Fernanda – Do total de R\$ 503,9 bilhões de investimentos previstos no PAC, no período 2007 a 2010, aproximadamente 20% passarão pela Caixa, nas áreas de habitação, saneamento ambiental e infra-estrutura.

O PAC eleva o orçamento de desenvolvimento urbano da Caixa, neste ano, para R\$ 26,1 bilhões, dos quais cerca de R\$ 17,4 bilhões vão para a área de habitação. Para viabilizar este expressivo volume de investimentos, foi ampliado o limite operacional da instituição em operações de crédito com o setor público (estados e municípios), principalmente nas operações nas áreas de saneamento e infra-estrutura, anteriormente contingenciadas.

Com isso, os estados e os municípios, em conjunto, tiveram seu limite de endividamento ampliado para R\$ 6 bilhões, nos próximos dois anos. Desse valor, R\$ 1,5 bilhão será destinado à modalidade drenagem urbana associada a projetos de saneamento integrado.

Qual é o papel dos agentes envolvidos (governos federal, estadual e municipal e da iniciativa privada)?

Antônio Carlos – O PAC foi concebido pelo governo federal, mas a sua implementação envolve ampla articulação com estados, municípios e a iniciativa privada, antes estes que, cada um com o seu papel, são decisivos para o sucesso do

programa, seja aportando recursos adicionais de contrapartida; ou, no caso de estados e municípios, na condição de tomadores de recursos onerosos e de repasse para a realização de investimentos públicos; enquanto que a iniciativa privada pode aportar a sua capacidade empreendedora e de prestação de serviços especializados que são de fundamental importância para a realização da grande maioria dos investimentos.

Quais são os investimentos previstos no Espírito Santo?

Antônio Carlos – Nesta fase inicial de implantação do PAC, ainda não é possível estimar os investimentos a serem realizados no Espírito Santo – e, de resto, em outros estados –, pois grande parte dos recursos a serem alocados para as diversas unidades da Federação depende de negociação direta com o governo federal, para efeito de decisão quanto à seleção de projetos.

Entretanto, é possível adiantar que para área de saneamento, relativamente ao exercício de 2007, já existem investimentos previstos, em decorrência de seleção já realizada pelo Ministério das Cidades no início do ano, no valor de R\$ 79,5 milhões, sendo R\$ 62,3 milhões de financiamento e R\$ 17,2 milhões de contrapartida. Para os anos seguintes, os investimentos serão conhecidos após a ocorrência dos respectivos processos de seleção, por parte daquele Ministério, a cada ano.

No mês de julho, o presidente Lula anunciou, em solenidade no Palácio do Planalto, com a presença do governador Paulo Hartung, a liberação de R\$ 670 milhões de recursos do PAC para as obras de saneamento básico e urbanização de favelas no Espírito Santo. As obras vão beneficiar 1,4 milhão de pessoas e garantir água até 2020.

A contrapartida estadual será de R\$ 56 milhões e a municipal, de R\$ 85,6 milhões. Com este dinheiro, serão feitas obras para despoluição da Baía de Vitória e para aumento da capacidade de coleta e tratamento de esgoto na Capital e nas cidades de Cariacica, Serra, Vila Velha, Viana e Guarapari.

Quais são os setores prioritários no Espírito Santo?

Antônio Carlos – Levando-se em conta a distribuição dos recursos totais pelos três eixos de estruturação do PAC (infra-estrutura social e urbana; logística; e energética), a nossa visão é de que há um equilíbrio na distribuição da verba. Para a infra-estrutura social e urbana, os recursos totais são da ordem de R\$ 170,8 bilhões, sendo as áreas de habitação e saneamento contempladas com 85,6% desse valor.

Como os projetos estão sendo viabilizados? Como as prefeituras podem participar do processo?

Maria Fernanda – Nas áreas de habitação, saneamento e infra-estrutura urbana, o processo, em linhas gerais, se

dá por três vertentes. No caso do Programa Piloto de Investimentos (PPI), os projetos são selecionados por intermédio de negociação direta dos estados e municípios com o governo federal.



Em caso de financiamentos, arrendamentos ou atendimentos habitacionais concedidos diretamente aos beneficiários finais, por intermédio da Caixa, os recursos são alocados em função da demanda, seja caracterizada diretamente pelos beneficiários finais, ou por intermédio de parceiros representados por estados, municípios e entidades representativas de movimentos sociais.

Há ainda os investimentos públicos em saneamento e infraestrutura urbana, com recursos onerosos, onde as operações deverão ser propostas por estados, municípios e suas entidades da administração indireta ao Ministério das Cidades, para efeito de seleção, e na seqüência encaminhadas à Caixa para análise dos projetos, contratação e acompanhamento da execução das obras.

No âmbito da habitação, qual é a expectativa da Caixa com o convênio assinado recentemente com o governo do Estado, pelo programa “Nossa Casa”?

Antônio Carlos – Cumprimos a etapa preliminar prevista no convênio, para capacitar as equipes técnicas de todas as 78 prefeituras, envolvendo engenheiros, técnicos sociais e servidores municipais.

Estamos recebendo propostas de várias prefeituras e nossa expectativa é de superarmos o desafio inicial de construção de 3.500 casas, em parceria com o governo do Estado, que entrará com uma contrapartida de R\$ 5 mil por moradia. Prefeituras, sindicatos e movimentos sociais terão acesso ao convênio. Para ter acesso ao programa, a família precisa fazer parte do Cadastramento Único do governo federal, que é a base de acesso ao Programa Bolsa Família.

No primeiro mandato do governo Lula, os investimentos na área de saneamento não tiveram a velocidade esperada. Qual a expectativa da senhora para o segundo mandato?

Maria Fernanda – No caso das operações de crédito em saneamento ambiental cabe registrar que a velocidade no desembolso dos recursos sempre será reflexo do nível de condicionantes técnicas, operacionais e jurídicas apontadas na análise dos pedidos de financiamento e, no momento seguinte, da capacidade administrativa dos tomadores na execução dos empreendimentos.

Sobre operações de crédito em saneamento ambiental, o primeiro mandato do governo Lula registrou fatos relevantes à retomada dos investimentos neste segmento, como: descontingenciamento de crédito ao setor público – rompendo um período de inércia de investimentos desde 1999 –; planejamento de investimentos no longo prazo – o PAC prevê

recursos até 2010 –; definição do Marco Regulatório – Lei nº 11.445/2007; e equacionamento da Margem Operacional da Caixa para operar com setor público (Lei nº 11.485/2007).

O governo federal irá ampliar fortemente os recursos destinados ao saneamento dentro do PAC, prioridade que há mais de 20 anos não era propiciada ao setor. O programa está destinando a obras de saneamento, até 2010, um montante de R\$ 40 bilhões, oriundos basicamente do FGTS e do FAT (operações de crédito), do Orçamento Geral da União (recursos não onerosos) e das contrapartidas dos tomadores dos recursos.

FONTE DE RECURSOS PARA SANEAMENTO BÁSICO 2007-2010

FONTES	PRIORIDADES DE INVESTIMENTOS	R\$ bilhões
Orçamento Geral da União	Saneamento Integrado em favelas e palafitas	4
	Água, esgotos, destinação final de lixo e drenagem urbana em cidades de grande e médio portes – inclui desenvolvimento institucional (PPI)	4
	Água, esgotos, destinação final de lixo e drenagem urbana em cidades de até 50.000 habitantes.	4
	Subtotal	12
FGTS/FAT	Financiamento a estados, municípios e companhias de saneamento	12
	Financiamento a prestadores privados e operações de mercado	8
	Subtotal	20
Contrapartida de estados, municípios e prestadores		8
TOTAL		40

Quais são as principais dificuldades encontradas para a aplicação do PAC no país e no Espírito Santo?

Antônio Carlos – Dos R\$ 503,9 bilhões do PAC (até 2010), cerca de 20% estarão sob gestão da Caixa Econômica Federal. Para facilitar a aplicação do orçamento de R\$ 26,1 bilhões para habitação, saneamento e infra-estrutura neste ano, a instituição adotou uma série de medidas que incluem a ampliação do quadro funcional, com a contratação de 786 novos empregados, entre engenheiros, arquitetos, analistas e técnicos sociais, e a alocação de 121 gerentes.

Além disso, o banco estruturou internamente um processo de assistência técnica para auxiliar os estados e municípios na preparação de seus projetos para contratação de recursos, criando uma gerência nacional para esta finalidade. Também foi criada uma estrutura nacional para cuidar especificamente da área de habitação de interesse social e da interlocução com entidades públicas e movimentos sociais.

Portanto, há uma ação determinada do governo federal para facilitar as parcerias com os estados e municípios e estimular a apresentação de projetos.

SINDICOPES

28 ANOS COMO LEGÍTIMA REPRESENTANTE DAS EMPRESAS DO SETOR DE CONSTRUÇÃO PESADA

O setor da construção pesada no Espírito Santo começou a se organizar institucionalmente em junho de 1979, com a fundação da Associação Profissional da Indústria da Construção de Estradas, Pavimentação e Obras de Terraplenagem em Geral, tendo como primeiro presidente Manassés Balieiro Diniz.

Já em outubro de 1980, a Associação foi reconhecida como entidade sindical, passando a se chamar Sindicato da Indústria da Construção de Estradas, Pavimentação e Obras de Terraplenagem em Geral. E, em 17 de setembro de 1998 houve uma alteração na nomenclatura e o sindicato passou a ser Sindicopes Sindicato da Indústria da Construção Pesada no Estado do Espírito Santo.

Nesses 28 anos a entidade tem consolidado sua atuação como legítima representante das empresas do setor. O Sindicopes desenvolve com competência um trabalho que visa: representar perante as autoridades constituídas os interesses individuais dos associados para garantir o mercado das empresas capixabas; garantir a proteção ao meio ambiente, ao consumidor, à ordem econômica, à livre concorrência, ao patrimônio artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico nos termos da lei de Ação Civil Pública e do Código de defesa do Consumidor e participar do desenvolvimento da infraestrutura do Estado.



Os municípios e a proposta de reforma tributária

Os municípios brasileiros, a partir da edição da Lei Complementar nº 166, de 31 de julho de 2003, que dispõe sobre o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, tributo mais importante dentre aqueles que compõem a receita própria municipal, realizaram as adaptações de suas legislações à mencionada lei complementar e criaram as condições necessárias ao aumento da arrecadação do ISS.

Ao ampliar as atividades que têm o imposto devido no local onde são prestados os serviços, a exemplo do que já ocorria com a atividade da construção civil, a legislação complementar permitiu a redução da guerra fiscal que estava estabelecida entre os municípios em busca de atrair empresas prestadoras de serviços para o seu território, dispositivo que permitiu a

consolidação do regime de arrecadação pela substituição tributária, reforçando, assim, objetivo iniciado pela Emenda Constitucional nº 37, de 12 de junho de 2002, que introduziu no texto constitucional dispositivo estabelecendo alíquota mínima de 2% para o ISS.

De igual forma, ao ampliar as atividades e estabelecer mais claramente, na sua lista anexa, as atividades que os municípios vinham realizando o lançamento do tributo com base nos congêneres da lista da legislação anterior, a LC 166 pacificou as diversas disputas judiciais travadas entre os fiscos municipais e os contribuintes que entendiam não ser alcançadas pelo ISS aquelas atividades, dando a segurança jurídica necessária para o lançamento do tributo.



Mesmo com um intervalo de variação de alíquota do ISS espremido entre 2% e 5%, em função da limitação imposta pela LC 116/03, os municípios que já vinham capacitando suas administrações fiscais com competência, aprimoraram suas legislações e máquinas arrecadoras e impulsionaram a receita do ISS de R\$ 11,20 bilhões, em 2002, para R\$ 14,17 bilhões, em 2005, representando um incremento percentual de 27% em apenas três anos, em valores já deflacionados, conforme dados coletados em Multi Cidades – Finanças dos Municípios do Brasil.

Nos municípios capixabas, a arrecadação saiu de R\$ 234,3 milhões, em 2002, para R\$ 431,4 milhões, em 2006, números corrigidos pelo IPCA, representando um crescimento de 84%. Uma relevante constatação é que, ao contrário daqueles que afirmam que o ISS é um tributo que só é arrecadado nas grandes cidades, naquelas com população com menos de 30 mil habitantes, o ISS saiu de R\$ 13,6 milhões, em 2002, para R\$ 35,6 milhões, em 2006, representando um crescimento de 162%.

Apesar do todo o esforço dos municípios e dos inegáveis avanços, o governo federal apresenta uma proposta de reforma tributária na qual cria o IVA - Imposto sobre o Valor Adicionado, com duas alíquotas, a do IVA-Federal, que unifica os tributos federais, e a do IVA-Estadual, que unifica o ICMS e o ISS, retirando da competência tributária dos municípios o seu único imposto de base econômica e de extrema relevância para suas receitas, acenando, em contrapartida, com a criação de um novo imposto, o inaceitável IVV (Imposto sobre Vendas a Varejo).

O governo federal, ao apresentar a proposta, utiliza-se de um grande apelo da sociedade brasileira que é a redução da excessiva carga tributária que representa 40% do PIB nacional, impulsionada principalmente pelas contribuições não compartilhadas por estados e municípios, criadas pós Constituição de 1988 (vale ressaltar que o ISS representa apenas 0,8% dessa carga tributária). Por outro lado, o contribuinte deve ficar desconfiado da redução prometida, pois, como já citamos anteriormente, o ISS tem alíquotas muito menores quando comparadas com as do ICMS, que possui alíquota de até 25%. Ficariam os estados satisfeitos com a limitação da alíquota em 5%?



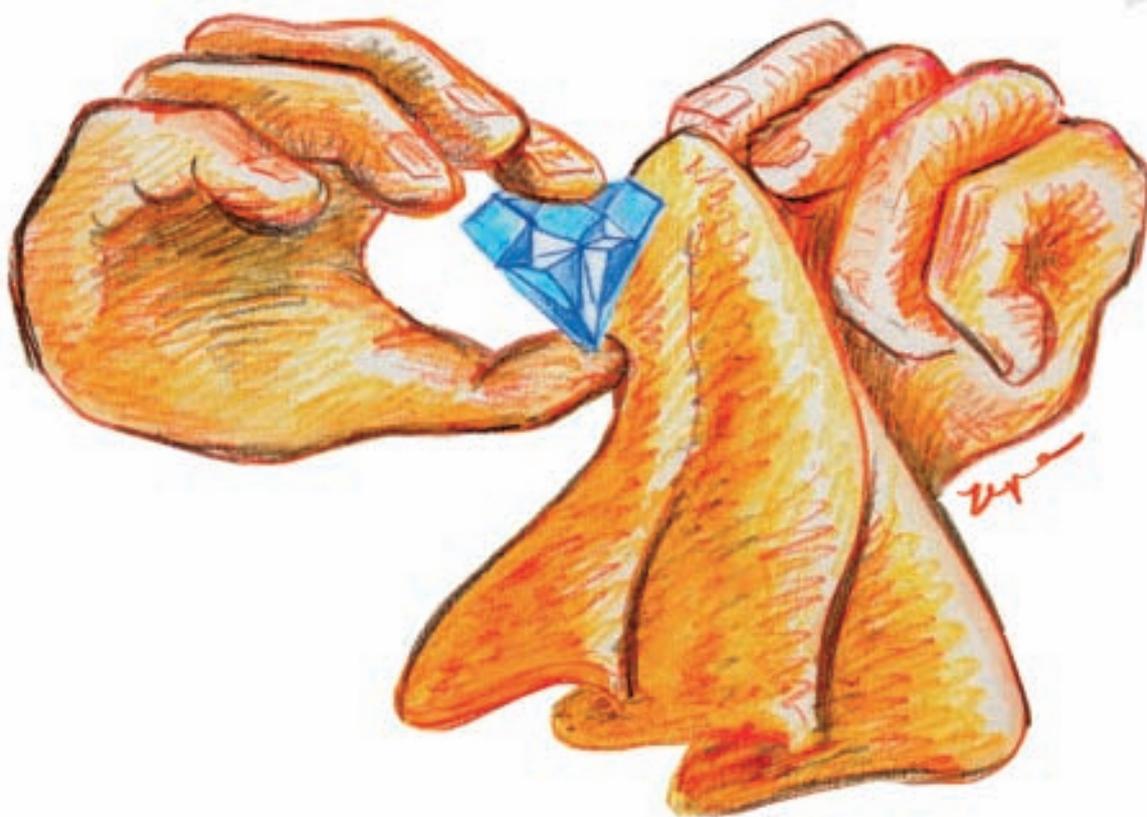
Só lembrando, a atual Constituição trouxe em seu texto a competência tributária dos municípios para instituírem o Imposto sobre Venda a Varejo de Combustíveis Líquidos e Gasosos, a pretexto de reduzir a carga tributária incidente sobre os combustíveis. Mas, o governo federal, ao aprovar no Congresso Nacional a Emenda Constitucional nº 3, de 17 de março de 1993, extinguiu esse imposto, jogando no lixo todo o esforço realizado pelos municípios, envolvendo investimentos em cadastro e capacitação de suas fiscalizações.

Em seguida, em dezembro de 2001, instituiu a Contribuição sobre Intervenção no Domínio Econômico (Cide), incidente sobre a importação e comercialização de petróleo e seus derivados, gás e álcool etílico. Na ocasião, já não havia mais a preocupação da carga tributária, afinal o tributo é federal e não compartilhado com estados e municípios, fato que só ocorreu em 2004, após muita luta dos estados e das representações municipalistas. Esse tributo tem previsão de arrecadar R\$ 8 bilhões, em 2007.

Retirar dos municípios sua principal fonte de receita própria é ferir de morte sua autonomia financeira, é quebrar o equilíbrio financeiro que deve existir entre as competências tributárias e as tarefas administrativas destinadas ao ente da Federação que se encontra mais próximo da sofrida população brasileira. É o município o grande prestador dos serviços demandados por essa população e o desequilíbrio dessa frágil equação financeira coloca em risco as políticas públicas de educação básica, saúde, infra-estrutura urbana, saneamento, dentre outras essenciais ao desenvolvimento humano.

É necessário que as representações dos municípios se articulem para evitar mais esse duro golpe em sua autonomia financeira e tributária, tarefa destinada, principalmente, aos prefeitos e à bancada municipalista do Congresso Nacional.

* Secretário de Finanças do Município da Serra.



O controle de convênios e a trajetória da Auditoria Geral no Estado do Espírito Santo

Considerado uma importante fonte de recursos para os municípios, o convênio é um dos instrumentos capazes de viabilizar obras ou prestação de serviços que atendam ao interesse público de uma comunidade. Por meio dele, é possível que entes federativos, estaduais e municipais, além de entidades sem fins lucrativos, possam trabalhar em prol de um objetivo comum, mediante parceria formalizada. No Espírito Santo, desde o segundo semestre de 2003, o governo do Estado, por intermédio da Auditoria Geral do Estado (AGE), mantém uma coordenação de convênios, responsável por sistematizar a formalização, o registro e o

acompanhamento de todas as transferências voluntárias, sejam elas recebidas ou repassadas. Cabe à AGE, após a análise jurídica da Procuradoria Geral do Estado, atuar como órgão central do sistema de controle interno do Poder Executivo, coordenando a atividade e dando o devido suporte aos demais órgãos da administração.

Em plena vigência desde janeiro de 2004, o modelo implementado pela AGE é um dos poucos do Brasil totalmente integrado ao Sistema de Administração Financeira dos Estados e Municípios (Siafem), o que confere precisão e confiabilidade

ao trabalho. Por meio dessa coordenação, somente no primeiro semestre de 2007, foram registrados 214 convênios que, juntos, totalizaram aproximadamente R\$ 77 milhões de recursos federais repassados ao Estado e verbas estaduais direcionadas para municípios e entidades. No acumulado do período, entre 2004 e 2007, o montante foi superior a R\$ 810 milhões, registrados em aproximadamente 3,2 mil convênios.

Exercício 2007 (primeiro semestre)

Convênios registrados	Quantidade	Recursos envolvidos (em R\$)
Transferência de Recursos Federais	09	11.260.715,54
Repasse de Recursos Estaduais	204	65.926.213,24
Recursos Privados	01	61.678,26
TOTAL	214	77.248.607,04

Exercícios 2004 a 2007

Convênios registrados na AGE	Quantidade	Recursos envolvidos (em R\$)
2004	694	159.682.180,11
2005	964	267.588.912,24
2006	1.370	322.277.225,44
2007 (primeiro semestre)	214	77.248.607,04
TOTAL	3.242	826.796.924,83

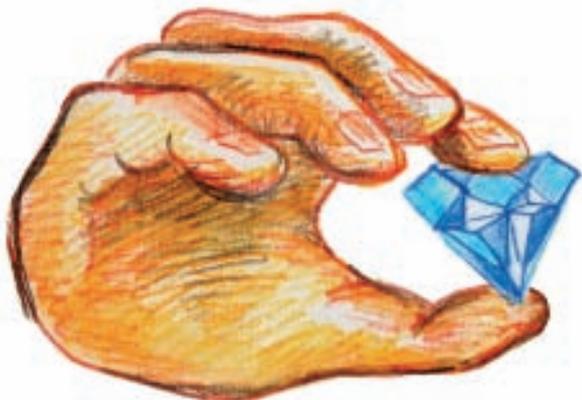
Como consta no manual da Controladoria Geral da União, a característica básica do convênio é a ausência de remuneração de qualquer de seus signatários. Por tratar-se de uma parceria, de uma soma de esforços para se atingir um objetivo comum, tradicionalmente convencionam-se que um dos partícipes faça a transferência dos recursos financeiros – destinados a custear as despesas relacionadas ao objeto pretendido. Ao outro atribuem-se tarefas, como a execução propriamente dita do objeto do convênio ou outra que venha a ser convencionada, além de uma parcela de recursos, que podem ser financeiros, humanos, em bens ou serviços – desde que economicamente mensuráveis – chamada contrapartida.

Na coordenação de convênios da Auditoria Geral do Estado uma equipe de profissionais preparados mantém exatamente essa função: a de atuar na análise prévia de todos os convênios a serem celebrados, verificando se o processo está com a documentação correta e em conformidade com a legislação vigente. Uma vez analisado e revisado, o processo retorna à secretaria de origem já com o registro gerado pelo Sifem, possibilitando, a partir de então, a movimentação dos recursos.

Com a implementação de um órgão centralizador e responsável pelo registro dos convênios, o Estado e os municípios ganharam uma importante ferramenta de transparência e gestão. Dentre as vantagens verificadas estão os ganhos de agilidade no tempo de homologação dos processos e a padronização dos planos de trabalho. A intenção não é o controle unicamente, mas o apoio à formalização, cujo objetivo final é aumentar o grau de sucesso na conclusão dos objetos dos contratos, dando transparência aos atos públicos, e incluindo regras mais claras e uniformes para todos os partícipes, de maneira coerente, igualitária e eficiente.

Além disso, o projeto bem fundamentado de celebração de um convênio serve como apoio direto para a administração da gestão municipal, uma vez que projetos estruturados aumentam a probabilidade de conclusões com êxito, refletindo positivamente nas demandas da população. Também funciona como ferramenta de prevenção e combate à corrupção, ao evitar o desperdício de recursos públicos, e o excesso de alocação de verba para alguns municípios em detrimento de outros, e ao possibilitar o acompanhamento da execução, o levantamento de indicadores e a prestação de contas que reflita com exatidão todas as etapas e metas alcançadas.

No entanto, embora seja possível quantificar um registro visível e mensurável com a implementação do controle dos convênios, foi em outro patamar que essa nova realidade trouxe transformações ainda mais positivas ao Estado do Espírito Santo. Trata-se da mudança comportamental e cultural no que tange ao trato com os recursos públicos. Não apenas dirigentes tornaram-se mais cautelosos e criteriosos na celebração dos convênios, como as equipes de trabalho



tiveram que partir em busca de uma maior capacitação e qualificação, com vistas a atender os objetivos previstos na legislação. O resultado é um ganho intangível, que fica registrado nas práticas do dia-a-dia, gerando um efeito multiplicador da mudança de paradigma, aumentando a eficiência, e proporcionando mais economia e maior efetividade das políticas públicas em prol do Estado e do cidadão.

AGE – trajetória e retrospectiva

A Auditoria Geral do Estado do Espírito Santo (AGE) foi criada pela Lei Ordinária Estadual nº 3.932, publicada no Diário Oficial no dia 15 de maio de 1987. O órgão, que tem como função principal dar suporte aos órgãos governamentais, acompanhando e orientando suas atividades, passou por mais de quatro diferentes regulamentações, a mais recente em 2004, com a publicação da Lei Complementar nº 295, que reorganizou sua estrutura organizacional básica.

Desde então, a AGE, que em maio deste ano completou 20 anos de atuação, vem gradativamente consolidando-se no campo do controle interno como responsável pelas contas de governo e pela orientação na correta aplicação dos recursos públicos em toda a administração direta e indireta do Poder Executivo. Nos últimos quatro anos, particularmente, a atuação da Auditoria Geral do Estado foi marcada por um trabalho ainda mais profundo e incisivo de realinhamento e organização estrutural, posicionando-se como órgão de referência e modelo para os demais.

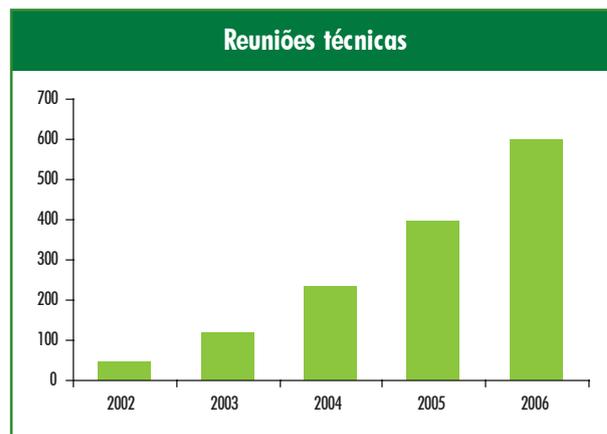
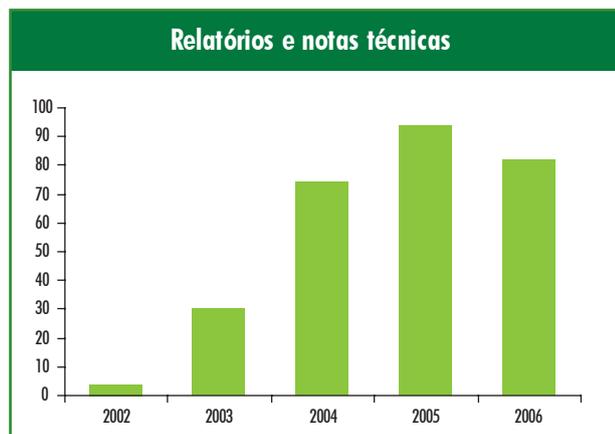
As conquistas foram conduzidas em consonância com compromissos de mudança, resgate da ética, valorização, qualidade e eficiência na prestação do serviço público, assumidos pela atual gestão estadual, sob a liderança do governador Paulo Hartung. Nesse período, os resultados obtidos pela equipe da AGE foram inúmeros, no que tange à qualificação de servidores e parceiros, ao atendimento com foco no cidadão com presteza e agilidade, e à busca constante para garantir a consecução dos cinco Es – eficiência, eficácia, economicidade, efetividade e equidade – na aplicação dos recursos públicos.

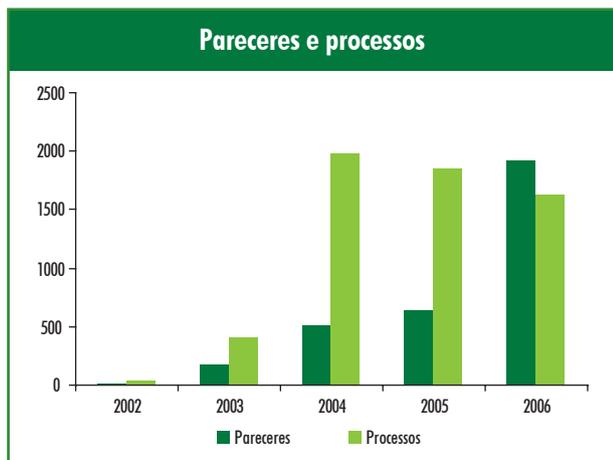
Reestruturação

Do ponto de vista da infra-estrutura, o órgão foi praticamente todo reequipado, desde a aquisição de móveis e equipamentos de informática e implantação de rede lógica até a readequação física para a acomodação da equipe de trabalho. O investimento em capacitação de pessoal consubstanciou-se em outro marco histórico na construção da mudança desejada, possibilitando aos servidores a realização de cursos e treinamentos de atualização e reciclagem.

Tal fato possibilitou à Auditoria um salto de produtividade, já que com os mesmos 23 auditores, a AGE analisou, em 2004, um total de 1.982 processos, contra 401 em 2003 e apenas 36 em todo ano de 2002, ano anterior ao início da nova gestão. Além disso, o total de pareceres emitidos pelo órgão foi de nove em 2002, 177 em 2003, chegando a 515 em 2004.

	2002	2003	2004	2005	2006
Relatórios e notas técnicas	4	30	74	94	82
Pareceres	9	177	515	635	1.924
Processos	36	401	1.982	1.854	1.637
Reuniões técnicas	46	118	234	396	601





Vale registrar que uma importante conquista do órgão foi a aprovação da Lei Complementar 295, de junho de 2004, que regulamenta as atividades dos auditores. Desde a criação da AGE, em 1987, as atividades eram respaldadas apenas por decreto do Poder Executivo. Com a nova lei, a atuação do órgão delimitou-se e fortaleceu-se, e hoje é multidisciplinar, abrangendo outras áreas como a cultural, a histórica e a ambiental.

O outro salto qualitativo verificado na instituição aconteceu em 2005, com a efetivação do concurso público para o cargo de auditor do Estado, que há 12 anos não era realizado. Conduzido pelo Centro de Seleção e de Promoção de Eventos da Universidade de Brasília (Cespe/UnB), o concurso selecionou 30 novos profissionais, em diferentes áreas, aumentando o quadro de efetivos e, conseqüentemente, ampliando a atuação do órgão.

Mas foi na repercussão financeira que a AGE obteve um de seus maiores êxitos ao longo desses quatro anos de atuação. Do início de 2003 até o momento, o órgão foi responsável por gerar uma economia direta para os cofres públicos superior a R\$ 218 milhões, como resultado de diversas ações de auditoria e da renegociação de contratos herdados de administrações anteriores. Numa breve retrospectiva, o órgão gerou um montante de R\$ 30 milhões em 2003, R\$ 53 milhões em 2004, R\$ 80 milhões em 2005, e R\$ 55,5 milhões em 2006.

Total de economias

2003	2004	2005	2006	Total
R\$ 30 milhões	R\$ 53 milhões	R\$ 80 milhões	R\$ 55,5 milhões	218,2 milhões

Tal desempenho é, portanto, resultado da união de fatores e da conjunção de ações, que não apenas culminaram na reestruturação do órgão, como também no resgate da moralidade, no pioneirismo da atuação e no reconhecimento da importância estratégica de sua atividade fim, que é a de atuar na prevenção de possíveis irregularidades e primar, principalmente, pela boa e correta aplicação dos recursos públicos. Nesse ponto em particular, a AGE, em parceria com a Secretaria de Gestão e Recursos Humanos (SeGer), promoveu o levantamento e a promoção do Código de Ética dos Servidores do Poder Executivo, em dezembro de 2005, instrumento norteador da conduta ilibada que se espera e se exige do servidor público comprometido com a nova ordem social.

Hoje, graças à consolidação de importantes parcerias e ao pioneirismo na atuação, a AGE também orgulha-se por fazer parte do cenário nacional, tornando-se referência para outros estados. Exemplo disso são as visitas que a AGE recebe de técnicos de outros órgãos do país interessados em conhecer processos e obter informações, como as dos modelos de controle de convênios e de controle eletrônico de fluxo de veículos na Rodovia do Sol e na Terceira Ponte, inédito no Brasil.

O órgão também celebrou dois importantes convênios de cooperação técnica, com o Tribunal de Contas da União (TCU) e a Controladoria Geral da União (CGU), cujo objetivo foi promover o intercâmbio de informações, visando à fiscalização da aplicação de recursos públicos federais, à realização de treinamentos, bem como à execução de trabalhos conjuntos de fiscalização e auditorias, com compartilhamento de banco de dados.

Por fim, é preciso lembrar do reconhecimento nacional que a AGE vem obtendo ao longo desses quatro anos. Em 2004, o órgão foi co-fundador da Associação Nacional das Ouvidorias Públicas (Anop). Um ano depois, em 2005, foi escolhida para ser anfitriã do IV Fórum Nacional dos Órgãos de Controle Interno, considerado o mais importante evento da área e no qual compareceram representantes de 25 estados brasileiros e mais de 300 participantes. Este ano, a AGE foi a idealizadora e organizadora do seminário “Novos desafios do controle interno – O controle interno como ferramenta de transparência e efetividade das políticas públicas”, além de co-realizadora do Seminário Internacional Euro-Brasil de Combate à Corrupção, que reuniu autoridades e especialistas nacionais e internacionais para o debate do tema.

* Auditor-geral do Estado do Espírito Santo, auditor do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, bacharel em Direito pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e especialista em Direito Público.

IPTU e ISS: a importância dos impostos municipais e de sua gestão

I – Um quadro geral

Os municípios estão experimentando um crescimento vertiginoso em suas receitas próprias nos últimos anos. De modo geral, as novas legislações sobre o ISSQN, notadamente a Lei Complementar 116/2003, e a adoção de plantas de valores mais realistas para a cobrança do IPTU são as mais lembradas entre as principais causas deste incremento.

Contudo, uma série de outras medidas tem propiciado aos municípios este crescimento em suas receitas. Os investimentos realizados na modernização da administração tributária, com destaque ao PMAT¹ e ao PNAFM², a utilização de programas para a declaração eletrônica dos serviços prestados e/ou tomados e a cobrança de taxas e contribuições para, por exemplo, limpeza e iluminação públicas (mesmo

que algumas destas taxas sejam inferiores aos seus custos previstos em orçamento) são exemplos de medidas comuns a vários municípios.

Mais recentemente, a alienação da folha de pagamento dos servidores (e, em menor escala, dos fornecedores) tem sido uma importante fonte de renda para municípios de médio e grande portes. Outra medida adotada recentemente por alguns municípios e que apresenta resultados também expressivos é a adoção da Nota Fiscal Eletrônica de Serviços (NFE-S)³.

E, mesmo com esse crescimento acentuado em suas receitas próprias nos últimos anos, os municípios foram responsáveis por apenas 1,48% da carga tributária nacional em 2006 (% em relação ao PIB), conforme dados elaborados por Amir Khair⁴ e apresentados no quadro 1.



¹ O PMAT - Programa de Modernização da Administração Tributária e Gestão dos Setores Sociais Básicos – é operado pelo BNDES.

² O PNAFM - Programa Nacional de Apoio à Modernização Administrativa e Fiscal – é operado pela Caixa Econômica Federal.

³ Até o momento, dos municípios de maior representatividade na arrecadação de ISSQN, apenas São Paulo e Vitória oferecem a possibilidade de adoção da NFE-S.

⁴ Disponível em: <http://www.amirkhair.com.br>.



Associação Corina Leite Ribeiro

Instituição sem fins lucrativos, baseada nos bons princípios e ensinamentos. Além da creche, a Acole realiza cursos de informática, oferece escola de soldagem, curso de artesanato, alfabetização para crianças e adultos, biblioteca, atividade recreativas e esportivas e padaria-escola, atendendo cerca de 300 pessoas diariamente (isso inclui creche, projetos, cursos, triagem, atendimentos e encaminhamentos).

www.acole.com.br

Acolher a criança de hoje, preparar o adulto de amanhã.

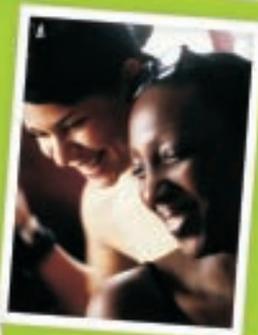
Acolher esperança, distribuir alegria

Acolher sonhos, transformar em realidade.



Contribuir com a sociedade, atendendo crianças, jovens e idosos,

para que possamos ter um Brasil melhor e mais humano.



UNIÃO
Engenharia, Fabricação e Montagem

www.uniaoengenharia.ind.br

Quadro 1 - Estimativa da carga tributária em 2006
Em % do PIB

TOTAL	34,21
União	23,87
Imposto de Renda	6,26
Previdência Social	5,28
CSLL	1,11
CPMF	1,37
FGTS	1,57
Imposto de Importação	0,43
IPI	1,19
IOF	0,29
Salário Educação	0,29
Sistema "S"	0,21
Outras contribuições econômicas	0,06
Cide Combustíveis	0,34
Cofins	3,93
Pasep	0,14
PIS	0,88
Outros	0,52
Estados	8,87
ICMS	7,36
IPVA	0,53
Outros	0,97
Municípios	1,48
ISS	0,66
IPTU	0,45
Outros	0,37

Fonte: SRF e CEF para a União e Contep para estados. Estimativa própria para municípios. Conceito de Carga Tributária adotado pela SRF. Elaboração: Amir Khair.

Obviamente que, procurando realizar uma análise correta do peso dos tributos atribuídos a cada ente da Federação, faz-se necessário considerar as transferências entre os mesmos, o que para o caso dos municípios significaria um incremento de quase três vezes em seus índices. Ou seja, estima-se que os tributos de responsabilidade dos municípios respondam por aproximadamente 4,5% da carga tributária nacional (1,48% do PIB), mas que o total arrecadado pelos municípios (tributos, repasses e transferências) alcance índices próximos a 13,5% da carga tributária nacional (4,5% do PIB).

Uma parcela explicativa do crescimento nas receitas próprias nos últimos anos tem uma característica interessante, qual seja, foi uma resposta dos municípios às descentralizações das responsabilidades promovidas pela União e pelos governos estaduais.

Quadro 3 - Receitas municipais: arrecadação própria e transferências
Valores médios entre 1998 e 2004

População	Arrecadação própria em %	Transferências em %	Receita total em %
Total	37,2	62,8	100,0
População > 1.000.000	54,0	46,0	100,0
1.000.000 > Pop. > 300.000	40,4	59,6	100,0
300.000 > Pop. > 50.000	32,3	67,7	100,0
População < 50.000	16,1	83,9	100,0

Fonte: STN

⁵ BRASIL. Ministério da Fazenda. Perfil e Evolução das Finanças Municipais 1998 - 2004. Disponível em: <http://stn.fazenda.gov.br>.

Essas descentralizações tiveram forte impulso com a Constituição de 1988, agravaram-se com as dificuldades financeiras que estes mesmos entes atravessaram na década de 90, do século passado, e mantêm-se verdadeiras neste início de século, aliadas à necessidade crescente de atendimento às pressões dos municípios por ações freqüentes nas áreas de saúde, segurança e educação, principalmente.

Contudo, o potencial de crescimento das receitas próprias ainda não se esgotou, havendo espaços para atuação das administrações tributárias e, conseqüentemente, para a redução da dependência dos repasses, das transferências voluntárias e de operações de crédito com organismos nacionais e internacionais.

II – Reconhecendo a importância dos tributos municipais

Faz-se necessário reconhecer nos tributos municipais uma importante fonte de receita para os municípios e, para tanto, demonstra-se no quadro 2 o perfil das receitas das capitais brasileiras por ordem de importância.

Quadro 2 - Receitas municipais das capitais: perfil por ordem de importância
Data base: maio de 2006

Itens da receita	Participação na receita total	Participação acumulada
ICMS	21,4%	21,4%
ISS	16,4%	37,8%
IPTU	10,2%	48,2%
Outras	52,8%	100,0%

Fonte: Abrasf – Informações Fiscais e Conjunturais – Relatório nº 48.

A importância dos tributos municipais nas receitas totais dos municípios também é revelada pelo estudo intitulado "Perfil e Evolução das Finanças Municipais: 1998 – 2004"⁵, elaborado pela Secretaria do Tesouro Nacional a partir de uma amostra com 2.728 municípios. No quadro 3 há uma síntese de um resultado deste estudo estratificado de acordo com a população.

No mesmo estudo, conforme o quadro 4, verifica-se que para o conjunto dos municípios analisados se confirma como verdadeira a importância do ISS e do IPTU no total da arrecadação própria.

Quadro 4 - Receitas municipais: composição da arrecadação própria

Valores médios entre 1998 e 2004

População	ISS em %	IPTU em %	Outras em %	Total em %
Total	9,6	7,9	19,7	37,2
População > 1.000.000	17,4	12,5	24,1	54,0
1.000.000 > Pop. > 300.000	9,3	8,5	22,6	40,4
300.000 > Pop. > 50.000	6,2	6,4	19,7	32,3
População < 50.000	2,0	2,6	11,5	16,1

Fonte: STN

Obviamente que a importância dos tributos próprios reduz-se fortemente à medida que se trabalha com municípios com menor número de habitantes. Redução esta que é fruto não só da baixa dinamicidade econômica destes municípios, como também da dificuldade política de adotar medidas que visem ao incremento destes mesmos tributos.

O quadro 5 apresenta os dados para o IPTU. O destaque neste caso fica com os municípios com população superior a 1.000.000 de habitantes. Nos demais estratos há uma perda de importância relativa deste tributo no total da arrecadação do município.

Quadro 5 - Receitas municipais: comportamento do IPTU

% em relação à receita bruta

População	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	Média
Total	7,7	8,5	7,7	7,7	7,8	8,2	7,8	7,9
População > 1.000.000	10,8	13,4	12,4	12,3	12,8	13,4	12,5	12,5
1.000.000 > Pop. > 300.000	8,8	8,5	7,7	8,0	8,5	8,9	8,7	8,5
300.000 > Pop. > 50.000	7,2	6,8	6,1	6,1	6,1	6,3	6,0	6,4
População < 50.000	2,7	2,7	2,5	2,4	2,4	2,6	2,5	2,6

Fonte: STN

Contudo, cabe destacar que esta situação vem se modificando ao longo do tempo no que tange ao ISS, guardando uma correlação negativa com o comportamento das arrecadações estratificadas do IPTU. Nos municípios menores, aqueles com população até 50.000 habitantes, a taxa de incremento do ISS tem sido maior que nos demais municípios, conforme quadro 6, alcançando índice de crescimento relativo próximo a 60%, no período analisado. Por outro lado, nos municípios com população acima de 1.000.000 este tributo perdeu participação relativa no total da receita bruta.

Quadro 6 - Receitas municipais: comportamento do ISS

% em relação à receita bruta

População	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	Média
Total	10,2	9,3	9,3	9,5	9,3	9,6	9,8	9,6
População > 1.000.000	19,0	17,3	17,3	17,7	17,2	16,7	16,7	17,4
1.000.000 > Pop. > 300.000	9,4	8,7	8,7	9,0	9,3	10,1	10,2	9,3
300.000 > Pop. > 50.000	6,0	5,6	5,6	5,9	6,1	6,7	7,2	6,2
População < 50.000	1,7	1,5	1,7	1,9	2,0	2,4	2,7	2,0

Fonte: STN

III – Explorando o potencial de crescimento dos tributos municipais

Ao analisar o potencial de crescimento dos tributos municipais, faz-se necessário tecer algumas considerações iniciais. A primeira está relacionada à necessidade de manutenção das atuais alíquotas destes tributos, seja pela rigidez legal, seja pela incapacidade de entendimento por parte da popu-

lação de uma elevação das mesmas, haja vista os índices apresentados anteriormente acerca da carga tributária.

A segunda consideração, relacionada aos tributos que possuem como base de cálculo os valores venais dos imóveis, é que atualizações de plantas de valores (como consequência de atualizações do valor do m² onde se situa o terreno e/ou do m² do tipo de construção) não implicam aumentos de impostos, no sentido comumente utilizado pelos meios de comunicação, embora o resultado final implique acréscimos nos valores finais do volume arrecadado.

Após estas pequenas digressões, a pergunta que fica é: como explorar o potencial de crescimento dos tributos municipais?

A primeira (e talvez a mais importante) condição para a ampliação da arrecadação é a manutenção de um cadastro atualizado. No caso do cadastro imobiliário, a sua atualização é fator necessário e suficiente para um incremento das receitas de IPTU e ITBI, impostos que têm como base de cálculo o valor venal dos imóveis e, portanto, necessita do detalhamento de todas as suas características.

Além de um potencial de melhoria significativo na arrecadação de IPTU e ITBI, o cadastro imobiliário atualizado também é condição necessária a uma política fiscal que adote critérios de cobrança compatíveis com a capacidade contributiva dos proprietários de imóveis, facilitando, sobremaneira, a análise e a decisão acerca da adoção de alíquotas progressivas.

E, nesse ponto específico, o estudo intitulado “IPTU no Brasil: Progressividade, Arrecadação e Aspectos Extra-Fiscais”⁶, que analisou oito capitais que adotaram como política fiscal a progressividade das alíquotas do IPTU, concluiu que: (i) a adoção de alíquotas progressivas não elevou a arrecadação do imposto, mas tornou sua distribuição mais uniforme pelas classes de renda, perdendo seu caráter regressivo; (ii) que o IPTU não deve ser apenas um instrumento de arrecadação, mas um importante instrumento de política urbana municipal.

Nada impede, contudo, que a adoção da progressividade contemple tanto o incremento da arrecadação, quanto a distribuição mais equânime deste importante tributo municipal.

Ademais, as características dos imóveis registradas corretamente no cadastro imobiliário implicam um menor número de contestações dos contribuintes e ajuda sobremaneira, em casos extremos, no incremento de outra receita importante para os municípios, a dívida ativa (seja a cobrança administrativa, seja a cobrança judicial).

As mesmas premissas e conclusões são verdadeiras quando o município possui entre suas receitas o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)⁷.

No caso do cadastro mobiliário, também se faz necessário uma atualização constante das informações, pois o mesmo é uma ferramenta fundamental na fiscalização das atividades prestadoras de serviços e, por conseguinte, da composição da base de cálculo para a arrecadação do ISS.

No caso específico do cadastro mobiliário, as ações conjuntas da Receita Federal e das Receitas Estaduais e Municipais

para a implantação do cadastro sincronizado estão sendo de enorme valia para a redução das possibilidades de evasões e/ou elisões fiscais. E, portanto, contribuem para a ampliação da arrecadação. Além, obviamente, dos benefícios diretos relacionados à redução da burocracia para abertura e baixas de firmas e também alterações contratuais.

Ainda no tocante ao ISS, mas a jusante da utilização e atualização do cadastro, novas medidas são necessárias para a ampliação da arrecadação, caracterizando-se como irreversíveis no tempo e intensivas em recursos de tecnologia da informação e da comunicação. As declarações eletrônicas de movimentação econômica, as autorizações eletrônicas para emissão de documentos fiscais e as notas fiscais eletrônicas de serviços, por exemplo, são realidades contra as quais não existem alternativas e, repetindo, são irreversíveis.

Ademais, os métodos atuais de fiscalização exigem um constante cruzamento de informações (entre tomadores e prestadores de serviços e entre entes federados e/ou órgãos de arrecadação), cujo volume, confiabilidade, acessibilidade e agilidade necessitam de recursos tecnológicos adequados.

IV – Considerações finais

Em que pese a existência de mais de uma dezena de tributos que são de responsabilidade das administrações municipais, neste artigo o foco recaiu sobre os impostos sobre a propriedade e sobre a prestação de serviços, dada a importância relativa destes no total da receita. Ressaltando que as ações de incremento dos demais tributos não devem ser negligenciadas, pelo contrário.

Contudo, também devemos estar atentos que o incremento de arrecadação não deve ser objetivo único de uma administração. Tal incremento deve ser encarado como uma ferramenta que possibilite, de forma justa, obter os recursos necessários para o atendimento das demandas da população.

Ressaltando ainda que uma política eficiente de incremento de arrecadação pode, por mais paradoxal que pareça, servir como justificativa para a redução de alíquotas e/ou adoção de isenções para atividades ou estratos de população em situações desfavoráveis, contribuindo para políticas de desenvolvimento econômico e de proteção social.

E, finalmente, deve-se lembrar que o sucesso de uma política de incremento de arrecadação deve ser acompanhado, de forma obrigatória, de uma política altamente qualificada de gastos públicos.

⁶ CARVALHO Jr., P. IPTU no Brasil: Progressividade, Arrecadação e Aspectos Extra-Fiscais. Brasília, dezembro de 2006 (Texto para Discussão, nº 1.251). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br>.

⁷ No caso de municípios que possuem convênio para delegação das atribuições de fiscalização, inclusive a de lançamento de créditos tributários e de cobrança do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR).

* Economista e secretário de Fazenda do Município de Vitória.

A ADMINISTRAÇÃO DE **ANCHIETA** MUDOU A CARA DA CIDADE



ANTES



AV. CENTRAL

DEPOIS



PAVIMENTAÇÃO DE RUAS NA SEDE E BALNEÁRIOS



TRANSPORTE GRATUITO PARA UNIVERSITÁRIOS E ESTUDANTES DE CURSOS TÉCNICOS



MERCADO MUNICIPAL DE PESCADOS



SAÚDE LEVADA A SÉRIO



CASA DO AGRICULTOR



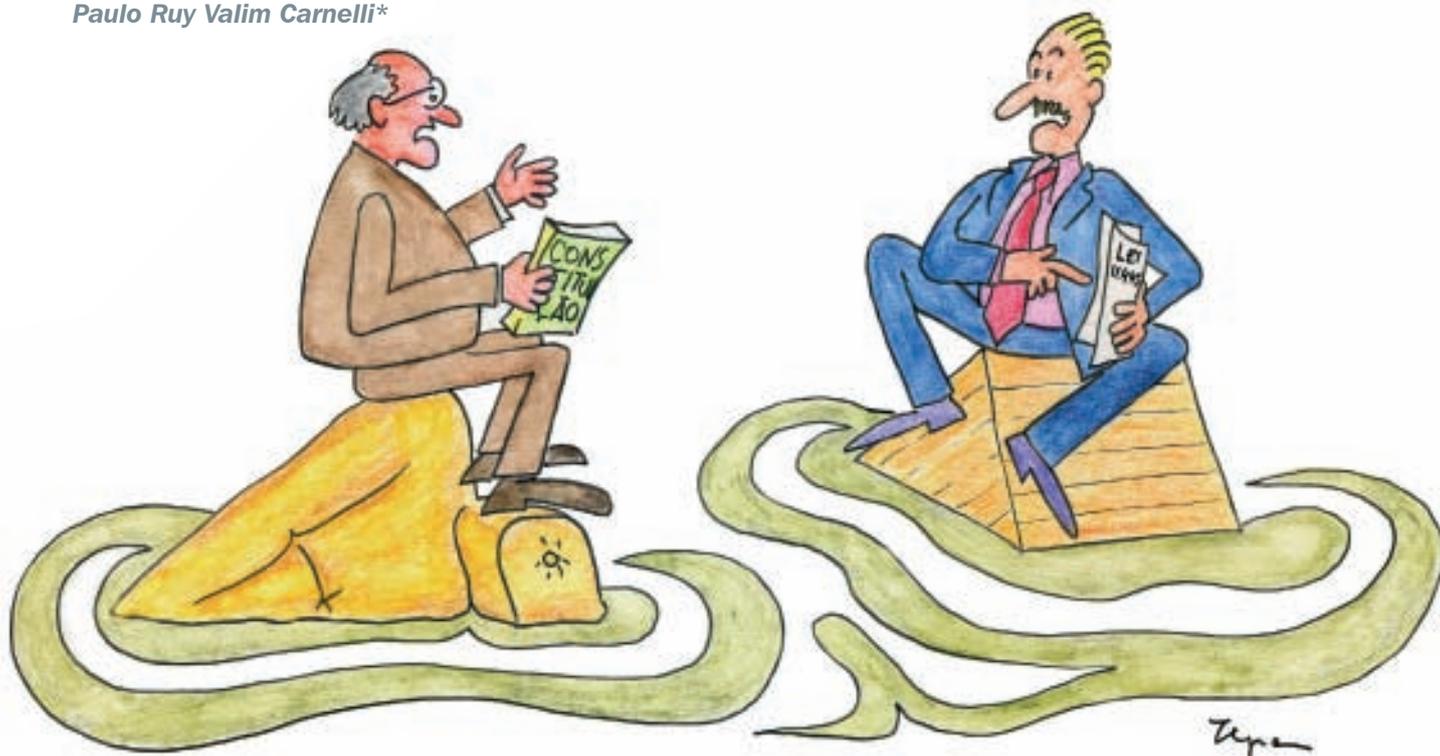
MAIS ESCOLAS



Anchieta está aliando crescimento a desenvolvimento

Preocupada com o crescimento econômico da região gerado com a chegada de novas indústrias, a administração municipal de Anchieta transformou o Ginásio de Esportes no Pavilhão de Ensino Tecnológico e Cultural.

No local são oferecidos cursos na área de metalmeccânica e construção civil. Os cursos, em parceria com a Samarco e o Senai, são gratuitos e desde agosto de 2005 já foram capacitadas cerca de 3.000 pessoas. Desse total, grande parte já está empregada.



A Lei do Saneamento, a Cesan e os municípios

Dentre os serviços públicos essenciais, o saneamento básico, que compreende a captação, o tratamento e a distribuição de água, bem como a coleta, o tratamento e a destinação adequada do esgoto, é, com certeza, e paradoxalmente, aquele que a despeito de sua vital importância para o cidadão menos tem sido priorizado pelas administrações públicas em nosso país.

Talvez porque, culturalmente, tenha se desenvolvido a imagem de um serviço fácil de ser prestado, pois afinal de contas a água é uma “dádiva” e está disponível para o uso. E, com certeza, porque as obras de saneamento causam transtorno enquanto são executadas e depois de prontas “desaparecem”, nem sempre trazendo dividendos políticos.

O fato é que no Brasil, ainda na década de 70, foi desenvolvido o Planasa - Plano Nacional de Saneamento e, através dele, o modelo de prestação de serviços de saneamento básico com a criação e estruturação de empresas estaduais, como é a Cesan, o que permitiu um salto na oferta de água tratada, possibilitando atender a 95% da população urbana do país. Isso ocorreu apesar de todo o atropelo causado pela urbanização acelerada e desorganizada que o país vem experimentando ao longo dos últimos 30 anos.

Com a extinção do Planasa, em 92, fragilizou-se a estrutura criada e que garantia as condições para o financiamento do saneamento, fazendo com que fosse cada vez mais difícil a disponibilização de recursos para investimentos em saneamento. Do ponto de vista institucional, a organização do setor sofreu uma paralisia, pois a legislação que deveria vir para cuidar de sua regulação não evoluiu, nesse período, no país.

Com a Constituição de 88 e a definição de alguns serviços como de interesse local, tivemos como resultado uma interpretação dúbia no que se refere à titularidade dos serviços de saneamento básico nas regiões metropolitanas. Nem bem se fortaleceu o modelo baseado nas empresas estaduais de Saneamento, nem o modelo dito municipal foi capaz de ser uma boa solução para o enfrentamento da questão, principalmente nos municípios menores, onde não foi possível bancar os investimentos necessários através das tarifas. Paralelamente, acirrou-se em alguns estados a disputa pela concessão dos serviços, dificultando ainda mais os investimentos, principalmente no que se refere ao esgotamento sanitário.

Tanto é verdade que se temos os bons números acima mencionados no serviço de água, apenas algo em torno de

30% do esgoto é coletado e tratado corretamente em nosso país, ficando um enorme débito a ser resgatado por essa falta de investimentos no período, cujos principais motivos foram a insegurança institucional e a falta de clareza sobre a responsabilidade das ações.

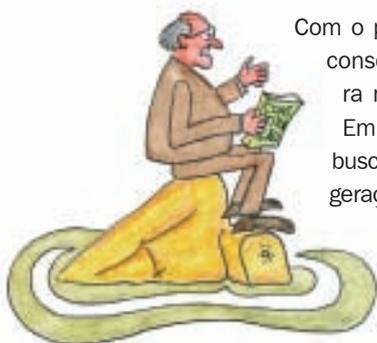
Durante esse tempo, muito recurso foi desperdiçado com iniciativas através da liberação de verba por emendas parlamentares para municípios, com projetos que não foram concluídos, e as empresas estaduais, sem uma regra clara, também não avançaram nos investimentos em serviços de esgoto.

Com a nova legislação do saneamento, a Lei Federal nº 11.445, promulgada em 5 de janeiro passado, a despeito de algumas divergências sobre sua aplicação, todo o setor passará por um intenso processo de reorganização durante os próximos dois anos, e esperamos que, ao final desse período, tenhamos conseguido fazer a lei sair do papel e possibilitar avanços significativos no melhor desempenho dos serviços.

No caso do Espírito Santo, a decisão pela prioridade ao saneamento básico já foi tomada e, desde 2003, os investimentos em saneamento foram retomados. As metas do Plano Estratégico do atual governo são: universalizar os serviços de tratamento e distribuição de água, até 2008, e elevar os serviços de coleta e tratamento de esgotos ao patamar de 60%, até o ano de 2010, deixando ainda um Plano Diretor que apontará os projetos e obras necessárias para atingir a universalização.

Ao estabelecer as condições políticas e administrativas para uma mudança profunda e muito positiva na forma de gerir o Governo do Estado do Espírito Santo, o governador Paulo Hartung criou a possibilidade de uma gestão profissional na Cesan, permitindo com que a Empresa, que vinha de um processo de enfraquecimento devido a equívocos na condução anterior, pudesse sair de sete anos de sucessivos prejuízos.

Na esteira daquelas diretrizes, a Cesan reencontrou o equilíbrio a partir de 2003, alcançando, até 2006, resultados positivos em seus balanços, fato que possibilitou investimentos de R\$ 172 milhões no período, em seus sistemas de água e de esgoto, contra R\$ 69 milhões nos quatro anos da gestão anterior.



Com o processo de recuperação já consolidado, a Cesan entra agora numa nova fase, na qual a Empresa, com capacidade de buscar financiamentos e com boa geração de recursos próprios, planeja investir algo em torno de R\$ 460 milhões durante os quatro anos da

atual gestão, o que certamente deixará o ES numa posição de destaque no cenário nacional, no que se refere ao saneamento básico.

Característica de um serviço que é demandado fortemente durante as 24 horas dos 365 dias do ano, o crescimento vegetativo natural nos levou a atender nos primeiros quatro anos, a mais 275 mil pessoas, superando os 2 milhões de habitantes atendidos com o abastecimento de água nos 52 municípios em que a Empresa atua.

No esgotamento sanitário, melhoramos significativamente a oferta do serviço, passando de 20% para 36% de cobertura, o que correspondeu a aproximadamente novas 370 mil pessoas atendidas, atingindo a marca de 750 mil habitantes, com a conclusão e entrada em operação de sete novas estações de tratamento de esgotos, sendo quatro na Região Metropolitana e três do interior do Estado.

A Cesan opera atualmente 87 estações de tratamento de água - ETAs, sendo 12 na Região Metropolitana, com uma capacidade de produção de 7.454,5 litros/segundo e 75 estações distribuídas no Interior do Estado, que produzem 1.904 litros/segundo. Opera também 63 estações de tratamento de esgoto - ETEs, 34 delas na Região Metropolitana, com uma capacidade de tratamento de 2.030 litros/segundo, e 29 no Interior, com capacidade de tratamento de 507 litros/segundo.

Para levar um benefício essencial a tanta gente, são nada menos que 6.184,4 quilômetros de redes de distribuição de água e mais 1.275,3 quilômetros de redes de coleta de esgoto sanitário. São tratados a cada ano 242.501.046 metros cúbicos de água e 26.877.681 metros cúbicos de esgoto.

Existe o compromisso do governo do Estado, da Empresa, de sua Direção e de todos os seus empregados, expressos na missão, nos valores e nas crenças, de que a Cesan, cujo foco é o bom atendimento ao cliente, num futuro que esperamos seja breve, se torne uma referência para o setor de saneamento no Brasil.

Para finalizar, uma medida fundamental do governo do Estado foi a criação da Secretaria de Saneamento, Habitação e Desenvolvimento Urbano, no início deste ano, que confirma a prioridade ao saneamento e amplia a área de atuação do Estado para todos os municípios. Já está sendo elaborado o Plano Estratégico dessa secretaria, denominado Pedurb, e dentro em breve uma nova Política Estadual de Saneamento será implantada.



* Presidente da Companhia Espírito Santense de Saneamento (Cesan) e presidente da Associação das Empresas de Saneamento Básico Estaduais (Aesbe).



A integração na gestão tributária municipal e o Confaz-M

A Constituição de 1988 propiciou a descentralização do chamado bolo tributário nacional, em favor dos estados e, sobretudo, dos municípios, tendo a preocupação de democratizar a Federação brasileira. Ao longo de quase 20 anos, atualizações e emendas à Constituição Federal reduziram a participação dos municípios no bolo tributário nacional, enquanto houve aumento das suas competências.

Os secretários de Fazenda da maioria dos municípios afirmam que, na prática, estamos vivenciando uma contínua concentração de competências, o que está gerando profunda sobrecarga para os municípios, mesmo aqueles que têm capacidade de arrecadação maior. Para termos uma idéia da desigualdade tributária, os municípios mais ricos receberam, em 2006, uma média de transferências federais e estaduais de R\$ 2.328 por habitante, enquanto que os mais pobres, cerca de R\$ 449.

Não é possível existir federalismo político sem federalismo fiscal, assim como não é possível a verdadeira democracia política sem democracia financeira.

É fundamental que haja repactuação no Sistema Tributário Nacional e articulação entre os secretários municipais de Fazenda para a troca de experiências e discussão profunda dessa questão.

Tendo clara essa necessidade de articulação, o movimento municipalista iniciou um processo de criação do colegiado de secretários municipais de Fazenda com o objetivo de realizar a troca de experiências e formular alternativas para a gestão tributária municipal, debatendo a reforma tributária que o governo federal apresentou na última Marcha em Defesa dos Municípios, realizada em abril de 2007, quando foi instala-

do o Conselho Nacional de Órgãos Fazendários Municipais (Confaz-M) e eleita uma comissão provisória com o objetivo de estimular a criação dos colegiados em nível estadual.

O Conselho Nacional de Órgãos Fazendários Municipais é uma instância de representação e integração de profissionais municipais das áreas de finanças e procuradoria, que trabalha pela melhoria da arrecadação dos municípios.

O Confaz-M é uma das traduções dessa visão coletiva dos problemas nacionais em relação aos municípios e uma ponte institucional com capilaridade imensa que propiciará a discussão das questões de democracia fiscal com a ótica da diversidade que nosso país possui. A criação do Confaz-M nos estados é imprescindível para levar esta discussão a cada pequeno, médio e grande municípios, possibilitando uma reforma que considere todas essas diferentes realidades e a construção de um novo federalismo fiscal.

O Estado do Espírito Santo é o segundo no país a criar o seu Confaz-MES e sua diretoria já participa junto aos grupos técnicos do governo federal, nos debates sobre a Reforma Tributária e o Simples Nacional.

Os municípios brasileiros, com a criação do Confaz-M, passam a criar uma pauta de debates junto aos estados e à União, buscando a construção de um sistema tributário que propicie o adequado financiamento do município, com a menor distorção econômica possível, respeitando os princípios da economicidade, simplicidade, factibilidade e neutralidade, pois não há crescimento econômico sustentável quando o federalismo fiscal não é equânime.

* Prefeito de Colatina e presidente da Associação dos Municípios do Estado do Espírito Santo (Amunes).

O Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo e o controle dos recursos públicos

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Os tribunais de contas dos estados, Distrito Federal e municípios brasileiros são elementos-chave para a eficiente e eficaz aplicação dos recursos públicos, notadamente a partir da implementação da Lei de Responsabilidade Fiscal, fiscalizando todas as unidades orçamentárias de 27 estados e de mais de 5.500 municípios. Para isso, a despesa total incorrida pelos tribunais no ano de 2001 representou 0,35 % do montante auditado.

Apesar da relevância dessas organizações públicas uma parcela significativa da sociedade não conhece as funções e atribuições dos tribunais de contas, confundindo-os, inclusive, como órgãos do Poder Judiciário.

Nesse contexto, no dia 7 de junho de 2008, o Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES) completará 50 anos. Mesmo sendo jovem, quando comparado a outras instituições públicas, o TCEES vem trilhando um caminho cujo objetivo é ser reconhecido pela sociedade como uma instituição de excelência na orientação e controle efetivos da gestão dos recursos públicos.

O CONTROLE DOS RECURSOS PÚBLICOS

Cabe à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios a responsabilidade de obter e empregar dinheiros, bens e valores públicos a fim de promover os serviços indispensáveis ao perfeito funcionamento das atividades estatais e ao bem comum da população. Dessa maneira, o custeio das necessidades públicas realiza-se por meio da transferência de parcelas dos recursos dos indivíduos e das empresas (impostos, taxas, etc.) para o governo, completando assim o círculo financeiro entre sociedade e Estado.

As funções do Estado são desempenhadas por órgãos, de acordo com a competência que lhes for atribuída. O conjunto desses órgãos constitui, em sentido formal, a administração pública. Para que a sociedade receba serviços públicos e com qualidade, torna-se necessário o controle da administração pública, no sentido de fiscalizar, verificar e registrar as ações públicas por ela praticadas e, em especial, assegurar a efetiva e regular aplicação dos recursos públicos.

A administração pública age de acordo com normas legais que fixam as competências dos seus órgãos, delimitando o seu campo de atuação e estabelecendo controles aos quais deve se sujeitar. Isto significa que não pode agir com absoluta independência, praticando atos não autorizados em lei e sem objetivar o interesse ou fim público.

O controle para comprovar a probidade dos atos da administração, a regularidade dos gastos públicos, do emprego de bens, valores e dinheiros públicos e a fiel execução do orçamento, definido como **controle externo**, é exercido pelo Poder Legislativo com o auxílio do Tribunal de Contas.

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

FUNDAMENTAÇÃO HISTÓRICA

A existência de uma instituição de controle dos atos de índole financeira da administração pública é uma das características do Estado contemporâneo.

O Tribunal de Contas no Brasil foi criado por iniciativa de Ruy Barbosa, no governo provisório do qual era ministro da Fazenda, por meio do Decreto-Lei 966-A, de 7 de novembro de 1890. A Constituição de 24 de fevereiro de 1891, por meio do artigo 89, inserido nas disposições gerais, instituiu um Tribunal de Contas para liquidar as contas da receita e verificar a sua legalidade, antes de prestada ao Congresso.

O Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES) foi criado pela Lei nº 1.287, de 24 de setembro de 1957, no primeiro governo de Francisco Lacerda de Aguiar. A organização do tribunal está disposta em sua lei orgânica, Lei Complementar nº 32, de 14 de janeiro de 1993, conforme determinado pelo artigo 75 da Constituição Estadual. Seu modo de operação está disposto no regimento interno, aprovado pela Resolução nº 182¹, de 12 de dezembro de 2002, na forma da Constituição, o qual se constitui em provimento legal normatizador das atividades funcionais da Corte no exercício de suas atribuições. (Veja mais informações sobre o TCEES em <http://www.es.gov.br>)

¹ TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Resolução nº 182 de 12 de dezembro de 2002. Aprova o Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo. Diário Oficial (do Estado do Espírito Santo), Vitória, 23 dez. 2002.

JURISDIÇÃO E FUNCIONAMENTO

nos termos das constituições federal e estadual, encontra-se sob a jurisdição do tribunal qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie, ou administre dinheiros, bens e valores públicos estaduais ou municipais ou pelos quais o Estado e municípios respondam. Igualmente submete-se quem, em nome do Estado ou município, assumam obrigações de natureza pecuniária. Inclui também aqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte dano aos cofres públicos.

Os responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos têm de demonstrar como estes recursos públicos foram aplicados por meio do que se denomina **Prestação de Contas**, submetendo-as a julgamento pelo TCEES, anualmente.

Além dessa obrigação anual, os mesmos responsáveis estão sujeitos a tomada de contas, a qualquer tempo, nas hipóteses de omissão no dever de prestar contas, ocorrência de desfalque ou desvio de dinheiros, bens ou valores públicos, ou prática de quaisquer atos ilegais, ilegítimos ou antieconômico de que resulte dano aos cofres públicos.

Essas prestações e tomadas de contas, as fiscalizações que o TCEES realiza e os demais assuntos submetidos à sua deliberação constituem-se em **processos**.

O TCEES é um tribunal administrativo e tal competência administrativo-judicante, entre outras, está prevista no art. 71 das constituições federal e estadual.

Conhecido também como Corte de Contas, o tribunal é órgão colegiado. Compõe-se de 7 (sete) conselheiros, cabendo-lhes a missão de relatar os processos, apresentar seu voto e submeter aos pares proposta de acórdão para julgamento. Suas deliberações são tomadas, em regra, pelo plenário – sua instância máxima. Conta ainda com a participação de quatro auditores, selecionados por meio de concurso público de provas e títulos.

O plenário, composto por todos os conselheiros, reúne-se as terças e quintas-feiras. Compete ao plenário, dirigido pelo presidente do tribunal, deliberar acerca de processos e outros assuntos de competência do tribunal.

Nas sessões do plenário é obrigatória a presença de representante do Ministério Público junto ao tribunal. Trata-se da Procuradoria de Justiça de Contas (PJC), cuja função principal é promover a defesa da ordem jurídica.

Para desempenho de sua missão, o tribunal dispõe de uma secretaria, que tem a finalidade de prestar o apoio técnico e administrativo necessário ao exercício de suas competências constitucionais e legais. Essa secretaria é composta de várias unidades organizacionais, dentre as quais a diretoria geral, as controladorias gerais Técnica e Administrativa.

FUNÇÕES

As funções básicas do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo podem ser agrupadas da seguinte forma: fiscalizadora, consultiva, informativa, judicante, sancionadora, corretiva e normativa. Algumas de suas atuações assumem ainda o caráter educativo.

Função fiscalizadora

A função fiscalizadora compreende, predominantemente, a realização de auditorias, por iniciativa própria, por solicitação do Poder Legislativo ou para apuração de denúncias, em órgãos e entidades estaduais e municipais, bem como a apreciação da legalidade dos atos de concessão de aposentadorias, reformas, pensões e admissão de pessoal no serviço público e a fiscalização de renúncias de receitas e de atos e contratos administrativos em geral.

A fiscalização é a forma de atuação pela qual são alocados recursos humanos e materiais com o objetivo de avaliar a gestão dos recursos públicos. Esse processo consiste, basicamente, em capturar dados e informações, analisar, produzir um diagnóstico e formar um juízo de valor.

A auditoria é o instrumento por meio do qual se verifica *in loco* a legalidade e a legitimidade dos atos de gestão, quanto aos aspectos contábil, financeiro, orçamentário e patrimonial, assim como o desempenho operacional e os resultados alcançados de órgãos, entidades, programas e projetos governamentais;

Função consultiva

A função consultiva é exercida mediante a elaboração de pareceres prévios e individualizados, de caráter essencialmente técnico, acerca das contas prestadas, anualmente, pelos chefes do Poder Executivo estadual e municipais, a fim de subsidiar o julgamento a cargo do Poder Legislativo. Inclui também o exame, sempre em tese, de consultas realizadas por autoridades legitimadas para formulá-las, a respeito de dúvidas na aplicação de dispositivos legais e regulamentares concernentes às matérias de competência do tribunal.

Função informativa

A função informativa é exercida quando da prestação de informações solicitadas pelo Poder Legislativo estadual e municipal sobre a fiscalização exercida pelo tribunal. Compreende ainda representação ao poder competente sobre irregularidades ou abusos apurados, assim como o encaminhamento à Assembléia Legislativa, trimestral e anualmente, de relatório das atividades do tribunal.

Função judicante

A função judicante ocorre quando o TCEES julga as contas dos administradores públicos e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta

Para desempenho de sua missão, o tribunal dispõe de uma secretaria, que tem a finalidade de prestar o apoio técnico e administrativo necessário ao exercício de suas competências constitucionais e legais.

e indireta, incluindo as fundações e as sociedades instituídas e mantidas pelo poder público estadual e municipal, bem como as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo aos cofres públicos.

Função sancionadora

A função sancionadora surge quando da aplicação aos responsáveis das sanções previstas na lei orgânica do tribunal, em caso de ilegalidade na despesa ou irregularidade nas contas.

Essas sanções podem compreender, isolada ou cumulativamente, dentre outras: aplicação, ao agente público, de multa proporcional ao valor do prejuízo causado aos cofres públicos; cominação de multa ao responsável por contas julgadas irregulares, por ato irregular, ilegítimo ou anti-econômico, por não-atendimento de diligência ou determinação do tribunal e a inabilitação do responsável para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da administração pública por período determinado.

Função corretiva

Ao constatar ilegalidade ou irregularidade em ato de gestão de qualquer órgão ou entidade pública, o TCEES fixa prazo para cumprimento da lei.

No caso de ato administrativo, quando não atendido, o tribunal determina a sustação do ato impugnado. Na hipótese de contrato, compete ao Poder Legislativo a sustação do ato, mediante solicitação das medidas cabíveis a quem de direito. Caso o referido poder, ou quem deva sustar o ato, deixe de adotar a providência devida, a decisão é tomada pelo tribunal.

Função normativa

Decorre do poder regulamentar conferido ao tribunal pela sua lei orgânica, que faculta a expedição de instruções e atos normativos (de cumprimento obrigatório sob pena de responsabilização do infrator), acerca de matérias de sua competência e a respeito da organização dos processos que lhe devam ser submetidos.

Caráter pedagógico

O TCEES atua de forma pedagógica, quando orienta e informa sobre procedimentos e melhores práticas de gestão, mediante publicação de manuais e cartilhas, realização de seminários, treinamentos, reuniões e encontros de

caráter educativo, participação em palestras, conferências e workshops.

O caráter educativo surge também quando da aplicação de sanções a responsáveis por irregularidades ou práticas lesivas aos cofres públicos, na medida em que tais punições funcionam como fator de inibição à prática de ocorrências da espécie.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É bem vivo na sociedade brasileira o anseio por melhores serviços públicos, transparência na gestão governamental, respeito à cidadania, honestidade no trato das coisas públicas, economicidade, eficiência e eficácia no uso dos recursos públicos. O cidadão clama por moralidade e excelência na administração pública.

O Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), com suas atribuições largamente ampliadas pela Constituição em vigor e por legislação ordinária posterior, exerce, simultaneamente, os papéis de fiscal e juiz da gestão governamental e de parceiro da sociedade no controle externo da administração pública.

Da mesma forma a sociedade e os cidadãos esperam que suas instituições de controle externo atuem com eficácia e tempestividade, de modo que a má utilização dos recursos públicos seja, em médio prazo, estancada.

Exemplos de verdadeiros saltos de eficácia e eficiência estão disponíveis no setor público brasileiro. Se por um lado os tribunais de contas dos estados, DF e municípios vêm-se pressionados pela opinião pública, por outro lado existem hoje, claramente, caminhos para um rápido e consistente desenvolvimento organizacional, potencial viabilizador de um novo patamar de eficácia para sua atuação.

Atento às mudanças no setor público e às demandas sociais, o TCEES, em seu 50º aniversário, vem interagindo com o desenvolvimento de novas tecnologias, ampliando e aprimorando a utilização interna dos recursos, de modo a manter-se na vanguarda dos métodos e técnicas de controle externo, para o eficiente e eficaz cumprimento da missão de assegurar a efetiva e regular gestão dos recursos públicos em benefício da sociedade.

BIBLIOGRAFIA

- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição [da] República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2005.
- ESPÍRITO SANTO. Constituição (1989). **Constituição [do] Estado do Espírito Santo de 5 de outubro de 1989**. Vitória: Assembléia Legislativa, 1999.
- PIETRO, Maria Sylvia Zanella Di. **Direito administrativo**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- CITADINI, Antônio Roque. **O controle externo da administração pública**. São Paulo: Max Limonad Ltda., 1995.
- SANTOS, Homero. **O controle da Administração Pública**. Revista do Tribunal de Contas da União. Brasília, v. 28, n. 74, p. 17-25, out./dez. 1997.
- MEDAUAR, Odete. **Controle da administração pública**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1993.



O CAMINHO DO
DESENVOLVIMENTO
É POR AQUI



Nos últimos anos, a Prefeitura de Viana se organizou, traçou um planejamento e reestruturou sua administração, colocando os pagamentos de todos os funcionários e fornecedores em dia e se adequando às exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Essas mudanças deram início a uma nova fase, de grandes oportunidades, em uma cidade próxima dos grandes centros, e com muito espaço para crescer.

Portanto, se o seu destino é o desenvolvimento, seu caminho é por aqui.

PREFEITURA



Viana
Portas abertas para você

Aracruz tem a fórmula do crescimento.



Portocel

Para investir.

- 50km da capital
- Portos
- Aeródromo
- 5 rodovias (1 federal, 3 estaduais e 1 municipal)
- Ferrovia
- 2 complexos do SESC
- 2 grandes centros empresarias com mais de 470.000.000m²

Onde você encontra esta logística?



Escola Polivalente

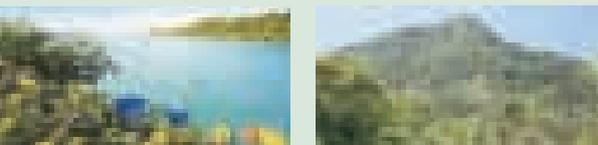
Para visitar.



Praia de Coqueiral

- 47km de orla
- Sítio histórico
- 3 reservas ambientais
- 2 Parques Municipais
- Um dos maiores manguezais da América Latina
- Área rural com agroturismo

Onde você acha esta beleza?



Para viver.

- Mais de 65 milhões de Reais em obras
- Os 2 melhores Programas de Saúde da Família do Estado
- 5 novas escolas e 12 em reforma
- 2 novas unidades de saúde e 4 em reforma
- Rede de esgoto, drenagem pluvial e pavimentação em todo município

Onde você vê tanto investimento?

O melhor lugar para investir, visitar e viver.



Prefeitura de Aracruz
Administração 2005/2008

30 anos de história, páginas escritas com muito orgulho



Ao completar 30 anos, a Samarco abre um de seus melhores capítulos, com a conclusão das novas usinas de beneficiamento e pelotização e a duplicação de seu mineroduto, o maior do mundo, que liga Minas Gerais ao Espírito Santo. Isso elevará a produção de 14 para 21,6 milhões de toneladas anuais de minério de ferro concentrado. Após o beneficiamento, o minério é transformado em pelotas com alto teor de ferro, mais valorizadas no mercado mundial. A Samarco mantém um modelo de gestão inovador, com atenção ao meio ambiente e à sustentabilidade – 94,8% da água utilizada é proveniente de reaproveitamento. As comunidades ao longo do mineroduto são beneficiadas pela qualificação profissional e o empreendedorismo, que visam à auto-sustentabilidade. Mas nessa história o mais importante são as pessoas, principalmente cada um dos seus profissionais, aos quais a Samarco dedica – e credita – esta conquista: “a melhor empresa do setor de mineração em 2007”, segundo a revista Exame.

